



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL – SEORI

Relatório de Gestão

SUMÁRIO

Lista de Abreviações e Siglas	7
1. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	10
2. INTRODUÇÃO – SEORI.....	11
3. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS – SEORI.....	12
4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO – SEORI	12
5. RESULTADOS E CONCLUSÕES – SEORI.....	12
6. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA – DEADI.....	15
7. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – DEADI.....	15
8. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – DEADI.....	16
9. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ – DEADI	16
10. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROJETOS DO PAS/SEORI – DEADI.....	16
11. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	20
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução Por Programa de Governo.....	20
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	21
12. AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO.....	22
Quadro A.2.3. - Identificação da Unidade Orçamentária.....	22
13. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	22
Quadro A.2.8 - Despesas Por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ... ..	22
14. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	23
QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	23
15. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.....	24
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital Por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	24
16. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	25
Quadro A.2.11 - Despesas Por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos Por Movimentação.....	25
17. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	26
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes Por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos Por Movimentação.....	26
18. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	27
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital Por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos Por Movimentação.....	28
19. INDICADORES DE EFICIÊNCIA.....	28
20. INDICADORES DE EFICÁCIA.....	30
21. INDICADOR DE EFETIVIDADE.....	36
22. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	37
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	37
23. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	38
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	38
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Em 31/12.....	38
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	39

- Em 31 de dezembro	
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Em 31/12.....	39
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Em 31/12.....	40
24. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	40
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Em 31 de dezembro.....	40
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	40
25. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	41
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários.....	41
26. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	42
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores..	42
27. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	46
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	46
Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	46
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	46
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	47
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	48
28. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	51
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três Últimos Exercícios..	51
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	51
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	52
29. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	53
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	53
30. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART .19 DA LEI Nº 12.309, DE 09 DE AGOSTO DE 2010.....	56
31. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTA PELA LEI Nº 8.730/93, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	57
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar da DBR.....	57
32. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	58
33. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	58
34. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE	

RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICANDO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	58
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	58
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	59
35. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	59
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	59
36. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	60
Quadro A.13.2 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo.....	60
37. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	61
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	61
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	65
Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que permaneceram pendentes de atendimento no Exercício.....	68
38. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	69
39. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – DEORF..	70
40. PROGRAMA DE GOVERNO DE RESPONSABILIDADE – DEORF.....	71
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	71
41. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS.....	72
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	72
Quadro A.2.5 - Programação de Despesa de Capital.....	72
Quadro A.2.6 - Programação de Despesas Capital.....	73
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	74
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ...	79
A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários.....	80
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	81
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos Por Movimentação.....	81
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	82
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	82
42. DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO.....	83
43. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROJETOS DO PAS/SEORI – DEORG.....	83
44. Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício – DEORF.....	87
Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	87
RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO	
45. SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA – SEPROD – IDENTIFICAÇÃO.....	89
46. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS – SEPROD.....	91
47. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – SEPROD.....	91
48. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	93
49. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS – SEPROD.....	106
Quadro 4.1 - Força de Trabalho.....	107
Quadro 4.2 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....	107
Quadro 4.3 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	107

Quadro 4.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	108
Quadro 4.5 - Composição do Quadro de Estagiários.....	108
Quadro 4.6 - Cargos e atividades inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos	108
50. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	109
51. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) – SEPROD.....	110
52. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO – SEPROD... ..	110
53. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	111
54. SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO – IDENTIFICAÇÃO.	112
55 - PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ	115
56. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	115
57. EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS PELO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (DESAS) NO ÂMBITO DA SEPESD EM 2011.....	116
58. PROJETOS DO DESAS DENTRO DO PLANO DE AÇÃO DA SEPESD (PAS 2011-DESAS/SEPESD).	117
59. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO DESAS.....	120
60. VALORES DOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS E APLICADOS EM 2011	121
61. INDICADORES INSTITUCIONAIS.....	122
62. EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS PELA COMISSÃO DESPORTIVA MILITAR DO BRASIL (CDMB) NO ÂMBITO DA SEPESD EM 2011.....	122
63. DESEMPENHO OPERACIONAL DA CDMB.....	123
64. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO – SEPESD.....	124
Quadro A.2.1, que demonstra a realização das metas propostas no Plano Plurianual para 2008/2011.....	123
Quadro A.2.2 – Ações do programa 0181 – Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão, de responsabilidade da CDMB.....	126
65. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – SEPESD.....	126
66. EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS PELO DEPARTAMENTO DE PESSOAL, ENSINO E COOPERAÇÃO (DEPEC) NO ÂMBITO DA SEPESD EM 2011.....	127
67. APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO PROJETO RONDON.....	128
68. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROJETO RONDON.....	130
69. CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS.....	131
70. INDICADORES DE DESEMPENHO DO PROJETO RONDON.....	132
71. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO – SEPESD.....	135
72. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	136
73. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO....	137
74. RESULTADOS E CONCLUSÕES – SEPESD.....	138
75. ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS – IDENTIFICAÇÃO.....	141
76. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS – EMCFA.....	143
77. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	143
78. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	145
Programa 1057 – Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas....	145
Programa 8026 – Mobilização para Defesa Nacional.....	147
Programa 8032 – Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas.....	147
Execução Física das ações realizadas pela UJ.	148
79. ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES.....	150

80. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	168
81. INDICADORES DE EFICIÊNCIA.....	168
82. INDICADORES DE EFICÁCIA.....	170
83. INDICADOR DE EFETIVIDADE.....	185
84. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE – EMCFA.....	186
Força de Trabalho da UJ.....	186
Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ.....	186
Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	187
Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	187
Composição do Quadro de Estagiários.....	188
Cargos e atividades inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ.....	188
85. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	189
86. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	190
87. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO – EMCFA.....	191
88. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	191
ANEXOS	192

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

1. ABREVIATURAS

- A: área(s)
- Ap: apoio(s)
- Art: artigo(s)
- Atv: atividade(s)
- Brig Ar: Brigadeiro-do-Ar
- CAlte: Contra-Almirante
- Cbn: Combinada(s)
- Cel: Coronel
- Cj: Conjunta(s)
- Cmt: Comandante
- Emp: emprego
- Front: fronteira(s)
- Gen Div: General de Divisão
- Gen Ex: General de Exército
- Maj Brig Ar: Major-Brigadeiro-do-Ar
- Mis: missão(ões)
- Op: operação (ões)
- Prep: preparação
- Pres: presença
- Prev: prevista(s)
- Realiz: realizada(o)(s)
- VAlte: Vice-Almirante

2. SIGLAS

- ACISO: Ação Cívico Social
- AIOp: Assessoria de Inteligência Operacional
- APGP: Assessoria de Planejamento e Gestão de Programas
- APOG: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
- BRABATT: Batalhão Brasileiro de Força de Paz
- BRAENCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz
- BRAMACOY: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
- C²: Comando e Controle
- CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos
- CCOC: Centro do Comando de Operações Conjuntas
- CDA : Comissão Desportiva da Aeronáutica
- CDE: Comissão Desportiva do Exército
- CDM: Comissão Desportiva da Marinha
- CDMB: Comissão Desportiva Militar do Brasil
- CEMCFA: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- CHELOG: Chefia de Logística
- CIOp: Centro de Inteligência Operacional
- CISET: Secretaria de Controle Interno
- CISM: Conselho Internacional do Desporto Militar
- CNAE: Classificação nacional de Atividades Econômicas
- COC: Centro de Operações Conjuntas
- COS: Comitê de Orientação e Supervisão
- COMDABRA: Comando de Defesa Aérea Brasileira
- CPEAEX: Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
- CPE: Chefe(ia) de Preparo e Emprego

- CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DEORF: Departamento de Orçamento e Finanças
- DEPEC: Departamento de Ensino e Cooperação
- DESAS: Departamento de Saúde e Assistência Social
- EB: Exército Brasileiro
- ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
- ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- EGED: Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
- EGN: Escola de Guerra Naval
- EM: Exposição de Motivos
- EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- END: Estratégia Nacional de Defesa
- EMD: Estado-Maior de Defesa
- ESG: Escola Superior de Guerra
- FFAA: Forças Armadas
- FAB: Força Aérea Brasileira
- FSM: Fundo do Serviço Militar
- FTCC: Força-Tarefa Conjunta e Combinada
- FTM: Força-Tarefa Marítima
- GSI: Gabinete de Segurança Institucional
- GTI: Grupo de Trabalho Interministerial
- IES: Instituições de Ensino Superior
- IMBEL: Indústria de Material Bélico
- LDO: Lei de Diretrizes Orçamentária
- LOA: Lei Orçamentária Anual
- MB: Marinha do Brasil
- MD: Ministério da Defesa
- MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
- OM: Organização(ões) Militar(es)
- PDI: Plano de Desenvolvimento e Implantação
- REFRON: Reconhecimentos de Fronteira
- RGED: Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
- SADLOG: Sistema de Apoio à Decisão Logística de Alto Nível
- SC-1: Subchefia de Comando e Controle
- SC-3: Subchefia de Operações
- SC-4: Subchefia de Logística Operacional
- SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
- SEPESD: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desportos
- SIGLD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização
- SIGPLAN: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
- SILD: Sistema de Informações Logísticas de Defesa
- SILOMS: Sistema Integrado de Material e Serviço da Força Aérea Brasileira
- SINAMOB: Sistema Nacional de Mobilização
- SIORG: Sistema de informações Organizacionais do Governo Federal
- SIPLOM: Sistema de Planejamento Operacional Militar
- SISCEMEFA: Sistema de Certificação, Metrologia, Normalização e Fomento Industrial das Forças Armadas
- SISCOMAT: Sistema de Controle de Material
- SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite
- SISLOGD: Sistema de Logística de Defesa
- SISMC²: Sistema Militar de Comando e Controle

- SISMICAT: Sistema Militar de Catalogação
- SINGRA: Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento da Marinha
- SISTED: Sistema Tático de Enlace de Dados
- SUBILOG: Subchefia de Integração Logística
- TCU: Tribunal de Contas da União
- TI: Tecnologia da Informação
- UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano
- VCPE: Vice-Chefe(ia) de Preparo e Emprego

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 041066	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			
Denominação abreviada: SEORI			
Código SIORG 41109	Código LOA: 52000		Código SIAFI: 115405
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração e gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061)3312.4224	(061) 3312.8577	(061) 3312.4233
Endereço eletrônico: seori@defesa.gov.br			
Página da Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco Q 1º andar, CEP 70.049-900, Brasília-DF.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.424, de 05 de janeiro de 2011.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
XXXXX	Departamento de Administração Interna – DEADI		
041594	Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro – DEORF		
XXXXX	Departamento de Coordenação, e Organização Institucional – DEORG		

2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda o desempenho das atividades inseridas no Plano Plurianual e destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, com o objetivo de relatar as práticas empreendidas no Ministério da Defesa no exercício de 2011, de forma a propiciar a visão mais completa da gestão para os órgãos de controle e para toda a sociedade.

As dificuldades encontradas foram decorrentes do contingenciamento orçamentário, que perdurou até meados de dezembro de 2011, e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que redundou em cortes de atividades ligadas à capacitação de recursos humanos, ao intercâmbio e cooperação militar internacional e na área de Defesa, aos Sistemas de Integração Logística e de Mobilização Nacional, e na redução do emprego de pessoal e meios militares por ocasião da realização dos exercícios de adestramento previstos.

A seguir, são relacionados os itens do Anexo II, da Decisão Normativa-TCU Nº 108, de 24 de novembro de 2010, que não se aplicam as atividades do Ministério da Defesa:

A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos; A.14.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ; A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida; A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas; A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas; A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas; A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas; A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ; A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas; A.14.9 - Comunicações à RFB; A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas e A.14.11 - Ações da RFB

B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada; B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social e B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

C.1.1 – Relação dos partidos ; C.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário; C.1.3 – Distribuição dos valores do fundo partidário aos partidos no exercício de 2011 ; C.1.4 – Partidos que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência; C.1.5 – Partidos que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência; C.1.6 – Situação da prestação de contas das direções nacionais dos partidos; C.1.7 – Julgamento das contas das direções nacionais dos partidos; C.1.8 – Relação dos diretórios de partidos no Estado; C.1.9 – Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos; C.1.10 – Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência; C.1.11 – Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2010; C.1.12 – Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos; C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador; C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas; C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2011; C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado; C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão; C.7.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002; C.7.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002; C.10.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira; C.10.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ; C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal; C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores; C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores; C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; C.30.1 - Evolução do Plano

Nacional de Desimobilização no exercício de 2011; C.37.1 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício; C.37.2 – Relação de membros do Conselho de Administração; C.37.3 – Informações sobre o custo de participação do membro nas reuniões; C.37.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício; C.37.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão; C.37.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão; C.37.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação; C.37.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício; C.37.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão; C.37.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados; C.37.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão; C.37.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento; C.37.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada; C.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício; C.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria; C.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência; **Erro! Indicador não definido.**C.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99); C.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício; C.38.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

3. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS - SEORI

O Ministério da Defesa possui como **Missão**: coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional. E como **Visão**: ser reconhecido pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional como órgão de Estado efetivamente integrador da segurança e da defesa nacionais, dispondo de Forças Armadas modernas e compatíveis com a estrutura político-estratégica do Brasil.

Deste modo, o Ministério da Defesa tem como objetivo elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro nos assuntos referentes à políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência estratégica.

Além de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, incluindo os recursos recebidos por descentralização e exercer as atribuições de ordenador de despesas. Deve, ainda, coordenar a atuação dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO – SEORI

Considerando as carências de recursos humanos na Administração Central do Ministério da Defesa, o Ministério da Defesa vem planejando e preparando a estrutura para atender as demandas que surgirão com a aprovação do Projeto de Lei nº 7784/2010, que versa sobre a criação de cargos.

O Plano de Articulação e Equipamento da Defesa – PAED está em fase de elaboração para o desenvolvimento de um instrumento de planejamento estratégico no que se refere às aquisições de grande vulto do Ministério da Defesa.

5. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando as restrições orçamentárias impostas, a SEORI buscou otimizar a aplicação dos recursos de modo a atender as demandas cada vez mais crescentes da sociedade.

O Programa Nuclear da Marinha continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível, inclusive com o reforço do preparo e a formação de recursos humanos. No Ciclo do Combustível Nuclear, a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio encontra-se em fase de testes pré-operacionais para a produção inicial de nitrato de urânio. A conclusão das obras e o início do seu comissionamento estão previstos para o final de 2012.

Em 2011, foi dada continuidade às atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), a Marinha do Brasil influenciou na formação de recursos humanos e apoiou o desenvolvimento de pesquisas científicas no mar e na Antártida. Estimulou, ainda, ações educativas e de divulgação, com o objetivo de ampliar a mentalidade marítima e ressaltar a importância das riquezas da Amazônia Azul.

No universo das ações estratégicas em curso na área de Defesa, merece destaque o projeto de fabricação de veículos da família de blindados médios sobre rodas Guarani, um dos grandes vetores de transformação do Exército. Desenvolvido com cobertura de aço balístico, o blindado oferece níveis de desempenho em termos de mobilidade, potência de fogo e proteção que atendem às demandas atuais e futuras da Força Terrestre. O protótipo encontra-se em teste e, em 2012, será avaliado o lote piloto.

Com referência aos projetos da indústria naval, destaca-se, inicialmente, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), criado a partir do acordo estratégico firmado entre Brasil e França em 2008.

Em 2011, 2.860 rondonistas participaram das operações do projeto, atuando em 141 municípios dos estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. No exercício de 2012, a atuação do projeto se concentrará na região Nordeste, mais precisamente nos Estados da Bahia, do Maranhão, do Pará, do Piauí, de Roraima e de Tocantins.

Na cidade do Rio de Janeiro aconteceu, no período de 16 a 24 de julho de 2011, os 5º Jogos Mundiais Militares RIO 2011 – “Os Jogos da Paz” (5º JMM), acontecimento esportivo de primeira magnitude e de caráter mundial. O evento reuniu 6.689 participantes, sendo 4.174 atletas e 2.513 delegados, oriundos de 113 países. Foram disputadas, no total, 20 modalidades esportivas, algumas inéditas em Jogos Mundiais dessa natureza, como o vôlei de praia. O Brasil participou com 277 atletas e foi representado em todas as modalidades.

Na região Norte, o Programa de Cartografia da Amazônia, coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) tem por objetivo eliminar o vazio cartográfico na região, por meio da atualização da cartografia digital de última geração. Em 2011, foram produzidas 60% das cartas topográficas (terrestre, geológica e náutica) da região, trabalho que será concluído em 2014.

Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições de segundo turno para presidente. A Missão possibilitou a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico.

A atuação das Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, foi de fundamental importância para o restabelecimento da segurança da população do Rio de Janeiro, o apoio das

Forças Armadas na ação do Estado no combate à ocupação de traficantes nas comunidades situadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro.

Destacam-se no exercício de 2011: as Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ANHANDUÍ; o prosseguimento da Missão de Paz no Haiti – MINUSTAH; a ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) com a incorporação da Fragata brasileira F-45 União; as operações realizadas na faixa de fronteira oeste; as atividades de Comando e Controle e de Inteligência Operacional; aprimoramento da integração entre os órgãos do Sistema Nacional de Mobilização; continuidade das atividades ligadas ao Projeto Soldado-Cidadão; manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento da Organização das Nações Amigas em Genebra e participação em congressos, seminários, reuniões que tratam de assuntos de interesse político e estratégico, na área de defesa, para o País.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

6. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA – DEADI

Pelo Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476, de 05 de janeiro de 2011, compete ao Departamento de Administração Interna – DEADI:

- I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;
- II - coordenar e executar a gestão interna da administração central do Ministério da Defesa quanto ao patrimônio, às instalações, aos recursos humanos, orçamentários e financeiros e ao transporte;
- III - coordenar ações relacionadas com o planejamento, a organização, a gestão, a avaliação e o controle das atividades internas da administração central do Ministério da Defesa, observada a sua área de atuação e respeitadas as competências dos demais órgãos e unidades;
- IV - desempenhar, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa e respeitadas as competências dos Comandantes das Forças Armadas, as funções de órgão de correição, conduzindo as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares; e
- V - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira da administração central do Ministério da Defesa, incluindo os recursos recebidos por descentralização, e exercer, por delegação do Secretário de Coordenação e Organização Institucional, as atribuições de ordenador de despesas;
- VI - planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira do programa calha norte, incluindo os recursos recebidos por descentralização;
- VII - planejar, coordenar, executar, analisar, acompanhar e fiscalizar as aplicações dos recursos do programa calha norte, aprovados em lei orçamentária, destinados aos Estados e Municípios em forma de convênios e contratos, bem como aqueles destinados às Forças Armadas de forma direta, dentro de seus projetos e atividades aprovados;
- VIII - articular-se com Estados, Municípios, as Forças Armadas e outros órgãos públicos para o trato de assuntos relacionados ao programa calha norte;
- IX - coordenar e executar a gestão da tecnologia da informação quanto à informática, à segurança da informação e às telecomunicações em consonância com o plano diretor de tecnologia da informação e normas de contrainteligência;
- X - elaborar e propor diretrizes, normas e procedimentos sobre os recursos de telecomunicações, eletrônica e segurança eletrônica;
- XI - coordenar ações relacionadas com o planejamento, a organização, a gestão, a avaliação e o controle das atividades internas relativas à tecnologia da informação, observada a sua área de atuação e respeitadas as competências dos demais órgãos e unidades;
- XII - coordenar e gerenciar os pedidos, as emissões, as revogações e os cancelamentos de certificados digitais para uso do Ministério da Defesa;
- XIII - desenvolver sistemas de informação e assessorar os órgãos internos na contratação e manutenção de soluções de tecnologia e sistemas de informação, procedendo à validação e homologação desses sistemas, para uso interno; e
- XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

7. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - DEADI

O Departamento de Administração Interna – DEADI tem como missão primordial o atendimento das necessidades de funcionamento das atividades desenvolvidas pela administração central do Ministério da Defesa.

Essas atividades são realizadas pela Divisão de Patrimônio, Obras e Serviços; Divisão de Recursos Humanos; Divisão Orçamentária e Financeira; e Divisão de Tecnologia da Informação, além de uma Assessoria e uma Biblioteca,

8. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - DEADI

I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Considerando esse aspecto, a UJ busca observância das normas que tratam de assuntos afetos ao interesse público, sobretudo, no que concerne à administração interna do Ministério da Defesa. A aplicação dessa observância está consubstanciada na execução do Plano de Ação da SEORI, criado pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional.

II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão. O Plano de Ação da SEORI é o documento resultante do planejamento das ações gerenciadas pelo Departamento de Administração Interna (DEADI), em conformidade com as orientações do Secretário de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

Nele foram consolidadas as despesas de custeio e investimento as quais foram executadas no decorrer do exercício financeiro de 2011, objetivando o cumprimento das obrigações regimentais do DEADI, observados os princípios da economicidade e efetividade.

9. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ – DEADI

I. Execução dos programas de governo sobre a responsabilidade da UJ.

A execução dos programas de governo bem como das ações realizados pelo DEADI, através do Plano de Ação da SEORI, visa atender às demandas geradas na administração central do Ministério da Defesa no patamar da excelência, quer nos serviços contratados ou na aquisição de material. A atuação do DEADI em 2011 pode ser vista por meio da realização de seus projetos, sob a responsabilidade de suas diversas Divisões, mediante apresentação das informações a seguir.

10. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROJETOS DO PAS/SEORI - DEADI

I – Análise do andamento do Plano Estratégico do DEADI

Os projetos constantes do Plano de Ação da SEORI viabilizam uma ação planejada, estruturada e organizada, das atividades da Secretaria. A seguir, são listados os 7 Projetos do PAS/SEORI, instituídos pelo DEADI e os 5 Projetos instituídos pela DIVTI, executados no exercício de 2011:

Projetos do DEADI:

- DEADI 001-2011 - Adequação de Espaço das Edificações da Administração Central do Ministério da Defesa;
- DEADI 002-2011 - Modernização de Instalações em PNR;
- DEADI 003-2011 - Separação dos Espaços dos Sistemas de Água Potável e de Energia Elétrica, Adequando e Modernizando cada Sistema;
- DEADI 004-2011 - Modernização do Controle de Acesso de Ponto no Prédio da Administração Central do Ministério da Defesa e Futuramente nos Anexos do Bloco "O";
- DEADI 005-2011 - Bibliotecas em Rede;
- DEADI 006-2011 - Férias Web;
- DEADI 007-2011 - Controle Informatizado da Gestão de Pagamento;

II– Análise do Plano de ação do DEADI

A execução dos projetos de responsabilidade do DEADI, no exercício de 2011, está detalhada na tabela a seguir:

Análise do Plano de Ação do DEADI

Projeto: DEADI 001-2011 - Adequação de Espaço das Edificações da Administração Central do Ministério da Defesa

Objetivo: Adotar medidas necessárias à adequação das instalações do bloco "Q" e anexo do bloco "O".

Situação: Projeto em andamento.

Providências adotadas para superar os óbices: A Coordenação de Engenharia e Manutenção (COEMA) preparou estudo com relação ao novo efetivo verificando as necessidades das instalações.

Denominação do Projeto: DEADI 002-2011 - Modernização de Instalações em PNR

Objetivo: Melhorar o estado de habitabilidade dos PNR com a dotação de quadros elétricos em conformidade com a ABNT, substituição de esquadrias metálicas danificadas, recuperação de instalações hidrossanitárias e revestimentos de piso e de parede.

Situação: Projeto em andamento.

A prontificação dos PNR para 2011 iniciou em maio em função assinatura do contrato

Realizações: Foram vistoriados 347 Próprio Nacional Residencial (20 subjudice).

De 2005 até início 2010, foram mantidos 249 PNR e gastos R\$1.150.907,52.

Em setembro de 2009, foi realizado um levantamento em todos os PNR e constatada a necessidade de serviços mais urgentes no valor de R\$ 2.251.095,79, calculados pela situação dos PNRs, sendo: P (péssimo) e R (ruim) para recuperá-los e torná-los com conceito B (bom) e MB (muito bom).

Em 2010, foram mantidos 80 PNR e gastos R\$ 615.218,44 e, em 2011 foram mantidos 39 PNR e gastos R\$ 193.763,78.

Em novo levantamento atualizado em outubro de 2011, foi observada a necessidade de R\$1.917.957,61 para prosseguir os serviços nos PNR cujos conceitos ainda estão em P e R.

Óbices encontrados: Contingenciamento de recursos. A licitação para o contrato de manutenção de PNR só foi concluída em abril de 2011.

Providências adotadas para superar os óbices: Solicitado recursos dentro da previsão do contrato.

Denominação do Projeto: DEADI 003-2011 - Separação dos Espaços dos Sistemas de Água Potável e de Energia Elétrica, Adequando e Modernizando cada Sistema.

Objetivo: Modernizar, instalando em local adequado, as instalações de energia elétrica.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Contratação de empresa especializada para execução do projeto básico com levantamento de custo, preparar processo licitatório visando as obras e equipamentos necessários.

Óbices encontrados: Demora no processo licitatório e custos elevados.

Providências adotadas para superar os óbices: Dividir o Projeto por etapas, dentro de um único plano de trabalho.

Denominação do Projeto: DEADI 004-2011 - Modernização do Controle de Acesso de Ponto no Prédio da Administração Central do Ministério da Defesa e Futuramente nos Anexos do Bloco "O"

Objetivo: Controlar os acessos e circulação de pessoas e objetos nas dependências da administração central do Ministério da Defesa e previsão para o anexo do bloco "O" e a integração dos diversos sistemas de acesso em áreas restritas.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Realizada apresentação de acordo com a IN 04 no dia 19 outubro 2011, onde foi apresentado o estágio atual do Projeto bem como o levantamento da complementação necessária. Encaminhamento do processo licitatório.

Óbices encontrados: Existência na administração central do MD de 3 (três) tipos de sistemas de controle de acesso diferentes.

Providências adotadas para superar os óbices: Padronização dos diversos controles de acesso, não somente nas entradas do prédio como em áreas reservadas.

Denominação do Projeto: DEADI 005-2011 - Bibliotecas em Rede

Objetivo: Disponibilizar e facilitar o acesso a informações bibliográficas através do catálogo coletivo e contribuir para a formação da mentalidade de defesa na sociedade brasileira.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Os testes gerais realizados com as demais instituições instaladas deram problema de conexão. A Pontifícia Universidade Católica de Curitiba - PUC-PR procurará junto a estas instituições solucionar os dificuldades.

Edição da Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa (REBIMD) na página do Ministério da Defesa para testes preliminares até o dia 17 de novembro de 2011.

Aprovação do regimento interno da REBIMD por ato interno do MD.

Início dos trabalhos das Comissões da REBIMD, de acordo com seu Regimento interno.

Denominação do Projeto: DEADI 006-2011 - Férias Web

Objetivo: Capacitar os servidores do MD para o uso do módulo Férias Web disponível por meio da Internet, no portal SIAPENET.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Visita técnica ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Adesão das Unidades Pagadoras vinculadas a estrutura do MD (ESG, HFA e CENSIPAM), quanto a utilização do módulo Férias Web.

Montagem do processo de capacitação.

Criação de meios de divulgação e capacitação interna visando a utilização do módulo de férias pelos servidores.

Denominação do Projeto: DEADI 007-2011 - Controle Informatizado da Gestão de Pagamento;

Objetivo: Fiscalizar mensalmente 100% dos dados cadastrais e financeiros de todo o efetivo de pessoal do MD, em conformidade com os indicadores estabelecidos para essa finalidade.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Atualização do Sistema de cadastro de pessoal do MD - SIRHU

Definição de campos do SIAPE (Cadastro de Financeiro) a serem Auditados.

Óbices encontrados: Atualização do Sistema de cadastro de pessoal do MD - SIRHU

Providências adotadas para superar os óbices: Necessidade de reunião com a DIVTI para discussão sobre o assunto.

Projetos da DIVTI

- DIVTI 002-2011 - Rede sem fio para o MD;
- DIVTI 005-2011 - Ferramentas de Segurança de TI;
- DIVTI 006-2011 - Ferramentas para Gestão de Riscos de TI;
- DIVTI 009-2011 - Ambiente Seguro de TI no Ministério da Defesa;
- DIVTI 010-2011 - Sistemas de TI de Alta Disponibilidade;

Denominação do Projeto: DIVTI 002-2011 - Rede sem fio para o MD

Objetivo: Disponibilizar acesso sem fio à rede de dados da Administração Central do Ministério da Defesa e à internet, de forma segura.

Agregar o Radio Frequency Identification (RFID) para a localização e verificação de permissões através de tarjas magnéticas identificadas, podendo ser usado em crachás e em automóveis, bem como em bens móveis, como computadores e similares.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Foi executada prova de conceito com as ferramentas da CISCO e ARUBA, onde só a CISCO passou em todos os quesitos de segurança, inclusive com Radio Frequency Identification (RFID), que através de cartões magnéticos será capaz de controlar e localizar equipamentos no âmbito do MD.

Aquisição dos equipamentos, via Ata de Registro de Preço do Comando da Marinha.

Denominação do Projeto: DIVTI 005-2011 - Ferramentas de Segurança de TI

Objetivo: Prover segurança de tecnologia da Informação e Comunicações.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: O processo licitatório para aquisição da ferramenta de proteção contra extração não autorizada de informações, encontra-se na CONJUR em fase de revisão para aprovação.

Óbices encontrados: Possibilidade da ocorrência de falta de recursos para conclusão do projeto no tempo previsto.

Providências adotadas para superar os óbices: Priorização da disponibilização de verbas para aquisição da ferramenta.

Denominação do Projeto: DIVTI 006-2011 - Ferramentas para Gestão de Riscos de TI I

Objetivo: Dotar o MD de ferramenta que auxilie no gerenciamento dos riscos.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Levantamento e avaliação de segurança nos processos de risco no ambiente do MD. Instalação do software em servidor próprio.

Configuração do aplicativo.

Alimentação de informações pertinentes ao Ministério da Defesa.

Óbices encontrados: Falta de recurso humano habilitado na ferramenta e falta de recursos financeiros.

Providências adotadas para superar os óbices: Treinamento no manuseio da ferramenta.

Denominação do Projeto: DIVTI 009-2011 - Ambiente Seguro de TI no Ministério da Defesa

Objetivo: Oferecer ao MD soluções seguras de TI, com alta disponibilidade e equipamentos sensíveis contra sinistro.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Estudo de viabilidade das várias soluções

Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento e implantação da solução.

Óbices encontrados: Indisponibilidade de orçamento.

Providências adotadas para superar os óbices: Priorização de recursos financeiros.

Denominação do Projeto: DIVTI 010-2011 - Sistemas de TI de Alta Disponibilidade

Objetivo: Garantir a prestação dos serviços de TI em caso de sinistro ou avarias nos equipamento e sistemas.

Situação: Projeto em andamento.

Realizações: Levantamento de sistemas e equipamentos a serem utilizados na solução de balanceamento e redundância que atendam as necessidades do MD.

Coleta de dados e informações Análise dos dados coletados.

Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação e treinamento das soluções.

Implantação das soluções adquiridas.

11. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

II. Execução física das ações realizadas pela UJ:

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0625		Denominação: Gestão da Política de Defesa Nacional				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas.						
Gerente: Fernando Bauer			Responsável: Fernando Bauer			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
21.026.179,00	21.026.179,00	15.535.496,93	13.401.690,24	3.709,32	13.332.579,45	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: SIGPlan e SIAFI Gerencial

Análise crítica

O Contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal incidiu com destaque para despesas com diárias, fornecimento de passagens aéreas e aluguel de veículos, acarretando limitações na realização de missões que exigiram recursos nessa área.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo:

Considerando o contingenciamento supracitado, a programação dos eventos e atividades envolvendo o Ministério da Defesa e representantes de países com os quais o Brasil se relaciona foi reajustada a fim de se adequar a nova situação estabelecida pela redução do orçamento.

Em relação a eventos positivos ressalta-se o fato de que, a despeito do contingenciamento, não houve restrição no que tange aos pagamentos dos compromissos contratuais. Esse aspecto foi de extrema importância para a UJ, uma vez que os pagamentos foram honrados tão logo concluída a fase da liquidação.

d) Desempenho Orçamentário/Financeiro

I. Programação Orçamentária das Despesas

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
05	128	0625	4572	A	4	UN	200	255	200
05	128	0625	2055	A	4	UN	300	(*)	300
05	153	0625	2B28	A	4	UN	2	0 (**)	2
05	122	0625	7P51	P	4	UN	1	-	-
05	212	0625	2D55	A	4	UN	10	10	10
05	131	0625	4641	A	4	UN	-	-	-
05	126	0625	6515	A	4	UN	2	1,2	1
05	122	0750	2000	A	4	UN	-	-	-
05	306	0750	2864	A	4	UN	560	578	560
05	301	0750	20CW	A	4	UN	767	(***)	1043
05	301	0750	2004	A	4	UN	4.872	1.368	4.632 Mota
05	365	0750	2010	A	4	UN	25	39	41
05	306	0750	2012	A	4	UN	767	665	395
05	331	0750	2011	A	4	UN	164	213	195
05	122	0750	09HB	OP	4	UN	-	-	-
05	122	0750	2867	A	4	UN	-	-	-

Fonte: SIGPLAN

(*) O Gestor desta ação é da Escola Superior de Guerra-ESG, cabendo ao mesmo prestar a informação da meta física realizada.

(**) Considerando as limitações estabelecidas pelo Governo, o aporte previsto na LOA/2011 inviabilizou apoio a P&D dos projetos previstos na Pré-Proposta Orçamentária para 2011. Em vista disso, o orçamento desta Ação de Governo ficou delimitado da seguinte forma: R\$144.845,00 em gastos com diárias, passagens e locomoção; e R\$95.155,00 com outras despesas de custeio em apoio as Instituições Científicas e Tecnológicas Militares.

(***) O Gestor desta ação é do Hospital das Forças Armadas, cabendo ao mesmo prestar a informação da meta física realizada.

O Programa 0625 teve contingenciamento da ordem de 7.7 milhões de reais, sendo 1.9 milhões, distribuídos nas ações (2B28; 2D55; 4572; 4641; e 6515) e 5.7 milhões na ação 7P51. Esta ação foi 100% contingenciada, sendo portanto, não realizada.

O Programa 0750 teve contingenciamento apenas na ação 2000, da ordem de 2.2 milhões, representando 2,2% do total da ação.

Análise crítica

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas das ações executadas pela UJ foram cumpridas satisfatoriamente, algumas delas com razoável incremento.

Ações que apresentaram problemas de execução:

- Ação 2012 – Auxílio –Alimentação aos Servidores e Empregados

A redução apresentada nesta ação resultou do contingenciamento no valor de R\$ 1.500.000,00, conforme DOU N° 27, de 24/07/11.

- Ação 2004

O demérito apresentado na execução ocorreu em virtude da ocorrência de demandas na ação ter sido inferior ao valor estimado para a meta prevista em 2011.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As seguintes ações apresentaram significativo incremento nas suas metas:

- Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

- Ação 2864 – Alimentação de Pessoal

O incremento, nesta ação, refere-se aos militares e servidores civis que fazem suas refeições na Administração central do MD, por ocasião das reuniões e eventos das quais participam.

- Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
O incremento apresentado foi resultado da inclusão do efetivo do CENSIPAM na folha de pagamento da UJ.

- Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
O incremento apresentado foi resultado da inclusão do efetivo do CENSIPAM na folha de pagamento da UJ.

12. AÇÕES PRIORITÁRIAS NA LDO

Esta situação não se aplica à UJ.

QUADRO A.2.3. - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Defesa	52101	110404

13. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	307.234,15	142.656,00	297.385,17	142.395,72
Concorrência	96.179,44		96.179,44	
Pregão	34.253.331,67	31.754.144,16	25.846.839,75	23.950.516,85
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços	(*)	(*)	(*)	(*)
Contratações Diretas				
Dispensa	2.528.582,40	5.401.184,42	2.205.697,77	4.475.123,58
Inexigibilidade	13.410.234,81	13.613.827,92	12.984.359,64	12.359.709,33
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	100.906,87	236.098,91	100.906,87	236.098,91
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	156.344.450,09	186.084.615,95	152.447.198,43	176.200.158,69
Diárias (**)	7.275.353,87	4.759.223,60	7.275.353,87	4.759.223,60
Outros	156.825.263,54	127.869.335,26	10.960.619,03	6.225.728,38

Fonte: SIAFI Gerencial.

Observação:

Do valor total inscrito em “Outros”, cerca de 70% refere-se a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

(*) Na emissão da Nota de Empenho, o SIAFI Operacional não distingue Pregão de Registro de Preços. Em função disso, o valor acumulado dessa modalidade de licitação tem seu registro consolidado no Pregão.

(**) A redução do valor das diárias empenhado em 2011 tem origem no contingenciamento estabelecido pelo Governo Federal, em 2011.

14. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	45.539.935	58.115.004	45.539.935	58.115.004	0	0	45.539.935	58.115.004
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	23.266.023,10	30.021.287,69	23.266.023,10	30.021.287,69	0	0	23.266.023,10	30.021.287,69
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	6.781.997,36	7.733.844,18	6.781.997,36	7.733.844,18	0	0	6.781.997,36	7.733.844,18
01 - Aposentadorias e Reformas	6.671.589,43	7.689.535,28	6.671.589,43	7.689.535,28	0	0	6.671.589,43	7.689.535,28
Demais elementos do grupo	8.820.325,26	12.670.336,59	8.820.325,26	12.670.336,59	0	0	8.820.325,26	12.670.336,59
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	56.351.779	59.353.213	51.530.967	51.876.973	2.181.945	3.057.556	51.447.445	51.872.340
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.872.407,63	33.802.660,83	29.349.463,47	30.126.733,04	1.144.888,51	898.176,69	29.304.292,36	30.126.733,04
30 - Material de Consumo	8.368.215,20	8.152.339,48	5.869.213,40	5.170.278,69	910.517,73	2.091.275,36	5.849.970,53	5.165.645,21
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	6.891.711,80	0,00	6.133.497,45	0,00	80.425,74	59.801,54	6.114.389,09	0,00
93 - Indenizações e Restituições	0,00	5.456.318,96	0,00	5.456.318,96	0,00	0,00	0,00	5.456.318,96
Demais elementos do grupo	10.219.444,65	11.941.893,31	10.178.792,95	11.123.642,74	46.112,95	8.302,70	10.178.792,95	11.123.642,74

15. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	152.201.922	125.776.092	2.084.150	1.625.813	124.540.011	82.322.917	2.076.511	1.625.813
42 - Auxílios	145.793.150,38	0,00	0,00	0,00	123.184.046,74	78.267.835,41	0,00	0,00
52 - Equipamento e Material Permanente	5.932.871,72	10.805.481,53	1.670.750,23	1.379.059,30	1.298.076,70	3.992.581,95	1.663.111,24	1.379.059,30
51 - Outros Serviços de terceiros de PJ - OP.Int.Orc.	475.900,00	112.560.377,52	413.400,00	0,00	0,00	0,00	413.400,00	0,00
39 - Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica	0,00	2.366.232,64	0,00	246.753,60	0,00	62.500,00	0,00	246.753,60
Demais elementos do grupo	0,00	44.000,00	0,00	0,00	57.887,31	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: A UJ não executa despesas dos grupos 2; 5; e 6.

Análise crítica:

Alterações significativas ocorridas no exercício:

a) Despesas do grupo 1.

No ano de 2011, houve um acréscimo de despesas na Folha de Pagamento a partir do mês de fevereiro, em função da incorporação do CENSIPAM ao Ministério da Defesa.

b) Despesas do grupo 3.

Outra ocorrência que merece registro fica por conta do demérito na despesa com pagamento de diárias e fornecimento de passagens aéreas.

Nesse contexto, a redução dessas despesas foi da ordem de 50 % em relação ao valor praticado em c) Despesas do grupo 4.

Em 2011, as aquisições que merecem registro as citadas no quadro abaixo:

Valores em R\$ 1,00

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS EM 2011 DIVTI / COINF			
QTD	Equipamento	Valor Unitário	Valor Total
10	MONITOR DE 22" LCD	378,00	3.780,00
10	COMPUTADORES	2.100,00	21.000,00
1	SCANNER PORTÁTIL P/ CARTÕES	648,00	648,00
10	PROJETOR SAMSUNG SP-250S	1.013,00	10.130,00
60	IMPRESSORA HP OFFICEJET 6000	249,00	14.940,00
8	HD EXTERNO 1T	400,00	3.200,00
28	TABLET IPAD 2 MC775BZ/A	2.131,18	59.673,04
20	NOTEBOOKS HP 6330b	2.333,00	46.660,00
TOTAL			160.031,04

Contingenciamento no exercício:

O contingenciamento no exercício foi mais contundente no que tange a despesa com pagamento diárias e fornecimento de passagens aéreas. Esse fato demandou reajustes na programação de reuniões bilaterais entre representantes de países estrangeiros com o Ministério da Defesa do Brasil.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não há eventos negativos a registrar.

Em relação a eventos positivos ressalta-se o fato de que, a despeito do contingenciamento, a área financeira não foi comprometida. Esse aspecto foi de extrema importância para a UJ, na medida em que foram honrados os compromissos de pagamentos, tão logo a fase da liquidação fosse concluída.

16. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços		26.560,00		26.560,00
Concorrência				
Pregão	1.028.532,66	556.553,78	584.298,42	201.600,71
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	196.907,60	56.480,44	10.503,57	46.999,20
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	94.421,59	48.288,63	94.421,59	48.288,63
Outras	724.597,79	565.251,64	715.441,12	565.251,64

Fonte: SIAFI Gerencial.

17. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	106.902.631,09	118.074.011,48	106.902.631,09	118.074.011,48	0,00	0,00	106.902.631,09	118.074.011,48
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	73.605.494,89	82.086.488,66	73.605.494,89	82.086.488,66	0,00	0,00	73.605.494,89	82.086.488,66
13 - Obrigações Patronais	16.273.661,90	18.032.786,73	16.273.661,90	18.032.786,73	0,00	0,00	16.273.661,90	18.032.786,73
01 - Aposentadorias e Reformas	14.476.320,95	15.640.843,15	14.476.320,95	15.640.843,15	0,00	0,00	14.476.320,95	15.640.843,15
Demais elementos do grupo	2.547.153,35	2.313.892,94	2.547.153,35	2.313.892,94	0,00	0,00	2.547.153,35	2.313.892,94
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	4.849.492,00	4.994.373,72	4.209.777,06	4.638.389,69	172.611,23	259.629,20	4.209.697,06	4.638.389,69
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.547.562,93	0,00	1.013.101,38	0,00	38.040,34	246.735,73	1.013.101,38	0,00
49 - Auxílio-Transporte	1.395.531,81	1.292.636,67	1.395.531,81	1.292.636,67	0,00	0,00	1.395.531,81	1.292.636,67
04 - Contratação por tempo Determinado	1.146.525,69	1.191.633,91	1.041.272,30	1.191.633,91	0,00	0,00	1.041.192,30	1.191.633,91
Demais elementos do grupo	759.871,57	2.510.103,14	759.871,57	2.154.119,11	134.570,89	12.893,47	759.871,57	2.154.119,11

Fonte: SIAFI Gerencial

18. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	2.959	31.713	2.959	23.263	301.103	0	2.959	23.263
52 - Equipamento e Material Permanente	2.959,00	31.712,82	2.959,00	23.262,54	301.102,54	0,00	2.959,00	23.262,54
Demais	0,00	0,00	0,00	0,00	19.920,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: A UJ não executa despesas dos grupos 2;5; e 6.

Análise crítica:

A grande maioria dos recursos financeiros recebidos por movimentação foram do Fundo da Defesa, embora o DEADI tenha recebido, em 2011, recursos do Ministério do Esporte e do Fundo do Serviço Militar.

Alterações significativas ocorridas no exercício:

a) Despesas do grupo 3.

As despesas consignadas nesse grupo, na sua grande maioria, se destinam a manutenção de Próprio Nacional Residencial – PNR, com recursos descentralizados do Fundo da Defesa para o DEADI.

b) Despesas do grupo 4.

Não se aplica fato relevante neste grupo de despesa.

Contingenciamento no exercício:

No exercício financeiro de 2011, não houve contingenciamento aplicado aos recursos do Fundo da Defesa.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

No exercício de 2011 não foram registrado eventos de natureza negativa. Quanto aos de natureza positiva, é oportuno registrar que os recursos do Fundo da Defesa contribuem, significativamente, para a manutenção dos PNR sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

III – Indicadores Institucionais.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por intermédio do Acórdão nº 253/2008-TCU- 2ª Câmara, de 26 de fevereiro de 2008, determinou às Secretarias do Ministério da Defesa e ao Estado-Maior de Defesa a adoção de indicadores de desempenho da gestão dos programas e atividades referentes às respectivas áreas de atuação.

A Decisão Normativa TCU nº 94, de 03 de dezembro de 2008, alertou às Unidades Gestoras quanto à obrigação de estabelecerem indicadores ou parâmetros utilizados para avaliar o desempenho da sua gestão institucional, com detalhamento (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou Efetividade).

Em 2011, O Departamento de Administração Interna (DEADI) adotou nove indicadores de desempenho institucional, conforme quadros abaixo.

ANÁLISE DO DESEMPENHO

Depreende-se dessas recomendações, que as metas institucionais foram alcançadas, mediante o pleno aproveitamento e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros sob a responsabilidade do Departamento de Administração Interna, no exercício de 2011.

Destaca-se o Indicador de Eficiência, onde os índices registrados pelo setor financeiro apresentam média de 100,00% e 90,06%.

Quanto ao indicador de Eficácia, observa-se os melhores resultados na área de Engenharia e Manutenção, com a média de 100%, e na gestão de TI com média de 99,88%.

O Indicador de Efetividade representa, de modo objetivo, o nível de satisfação geral dos serviços prestados pelo DEADI e atingiu o percentual de 96,25%.

19. INDICADORES DE EFICIÊNCIA

19.1. Índice de Aplicação dos Recursos, por Programa Orçamentário - IARP.

Consiste em avaliar o nível de aplicação dos recursos destinados ao Departamento de Administração Interna nos programas orçamentários 0625 - Gestão da Política de Defesa Nacional e 0750 - Apoio Administrativo ao Ministério da Defesa.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do DEADI, por Programa Orçamentário.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARP
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos dos Programas sob a responsabilidade do DEADI.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Coordenadores de Ação
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fórmula de Obtenção: (Unidades' de medida correlacionadas)	$IARP = (\text{Montante de recursos empenhados por Programa no exercício} / \text{Recursos Autorizados por Programa}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DIOFI - SIAFI Gerencial e/ou SIGPLAN.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral, juntamente com o Relatório Departamental - RQD
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do Departamento de Administração Interna (DEADI).

Resultados da avaliação no período:

Programa	Recursos Recebidos	Recursos Empenhados/ Liquidados	IARP (%)
0625 - Política de Defesa Nacional	150.000	150.000	100,00
0750 - Apoio Administrativo	39.224.093	31.432.259	80,13
		IARP (%)	90,06%

19.2. Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária - IARA.

Consiste em avaliar o nível de aplicação de recursos executados pelo Departamento de Administração Interna, por Ação Orçamentária.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos, por Ação Orçamentária.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos destinados a cada setor do DEADI, por Ação Orçamentária.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Coordenadores de Ação
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Quadrimestral, juntamente com o Relatório Departamental - RQD
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	$IARA = (\text{Montante de recursos empenhados por Ação no período} / \text{Recursos Autorizados por Ação, no período}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	DIOFI SIAFI Gerencial e/ou SIGPLAN.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Quadrimestral.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do Departamento de Administração Interna (DEADI).

Resultados da avaliação no período:

Ação	Recursos Recebidos	Recursos Empenhados	IARA (%)
2000 – Administração da Unidade	31.142.269	31.141.490	99,99
4572 – Capacitação de Servidores	150.000	150.000	100,00
2004 – Assistência Médica	5.029.784	5.029,784	100,00
2010 – Assistência Pré-Escolar	26.357	26.357	100,00
2011 – Auxílio Transporte	172.279	172.279	100,00
2012 – Auxílio Alimentação	1.286.418	1.286.418	100,00
2864 – Alimentação de Pessoal	1.429.925	1429.925	100,00
IARA (%)			99,99%

20. INDICADORES DE EFICÁCIA

20.1. Índice de Abastecimento de Materiais e Equipamentos – IAME

Visa avaliar o nível de atendimento das necessidades de materiais e equipamentos destinados ao funcionamento da administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Abastecimento de Materiais Equipamentos
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAME
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$IAME = (\text{total de pedidos atendidos} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS e Pedidos de Aquisição de Materiais (considerar os itens aprovados)
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	DIPOS e DIOFI
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

ITEM	Pedidos aprovados	Pedidos atendidos	IAME (%)
Equipamentos	684	684	100,00
Materiais	3257	3246	99,66
IAME (%)			99,83%

20.2. Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação - ISTIC.

Tem por objetivo avaliar os principais serviços executados na área de informática e de telecomunicações.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 2000).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISTIC
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ISTIC = (\text{Total de serviços prestados} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	DIVTI
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISTIC (%)
Informática	6878	6894	99,76
Comunicações	814	814	100,00
ISTIC (%)			99,88%

20.3. Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação - ISA

Consiste em avaliar o nível de satisfação dos usuários dos refeitórios da Administração Central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Satisfação do Serviço de Alimentação
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISA
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	ISA = (pesquisa de opinião aplicada por, no mínimo, 10 dias consecutivos).
Avaliação	Acima de 90 % (ótimo e bom) - excelente 80% a 89,99% (ótimo e bom) - muito bom 70% a 79,99% (ótimo e bom) - bom 50% a 69,99% (ótimo e bom) - regular Abaixo de 49,99% (ótimo e bom) - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Pesquisa de opinião aplicada por, no mínimo, 10 dias consecutivos junto aos usuários dos refeitórios da ACMD.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COSER/DIPOS
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Item	ISA (%)
Refeitório do 2º andar	86,58
Refeitório do Subsolo	84,69
ISA (excelente, muito bom, bom ou regular)	85,63%

20.4. Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção - ISENG.

Consiste em avaliar os principais serviços executados na área de engenharia e manutenção.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Engenharia e Manutenção.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISENG
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	ISENG = (Total de serviços prestados/total de pedidos autorizados)*100.
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Ordens-de-serviço e processos para contratação de serviços
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COEMA/DIPOS
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISENG (%)
Engenharia e manutenção MD	1806	1806	100,00
Engenharia e Manutenção PNR	141	141	100,00
		ISENG (%)	100,00%

20.5. Índice de Capacitação de Recursos Humanos - ICRH.

Visa avaliar a execução da capacitação, incluindo treinamentos, cursos e seminários para servidores e militares na administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Capacitação de Recursos Humanos (todas as Ações que possuem atividades de capacitação).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Capacitação Realizada.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ICRH.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da capacitação de servidores e militares. Inclui a realização/participação em treinamentos, cursos e seminários.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ICRH = (\text{Número de servidores capacitados} / \text{Número de servidores previstos para capacitação}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do Plano de Capacitação e dados do SIGPLAN.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenador de Desenvolvimento de Recursos Humanos/DIRHU
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Item	Capacitação Prevista (quantidade de servidores previstos para capacitação)	Capacitação Realizada (número de servidores capacitados)	ICRH (%)
Contratado	248	248	100,00
Interno	300	295	98,33
		ICRH (%)	99,25%

20.6. Índice de Prestação de Serviços de Transporte - ISTR.

Consiste em avaliar nível de atendimento dos pedidos de apoio de transporte na administração central do MD.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 2000).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Prestação de Serviços de Transporte
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ISTR
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da atividade administrativa
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	$ISTR = (\text{Total de saídas de viaturas} / \text{total de pedidos autorizados}) * 100.$
Avaliação	Acima de 95% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 - regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Fichas de saída de veículo, contendo o satisfeito dos usuários
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados)	COSER/DIPOS
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria do DEADI

Resultados da avaliação no período:

Tipo de serviço	Serviço executado	Pedido autorizado	ISTR (%)
Rotina	2.302	2.302	100%
Eventual	6.141	6.141	100%
		ISTR (%)	100%

21. INDICADOR DE EFETIVIDADE

21.1. Índice de Efetividade do Departamento de Administração Interna - IE-DEADI.

É a média ponderada dos diversos índices apurados no exercício e tem como objetivo oferecer uma síntese das avaliações da gestão do DEADI.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Gestão global do DEADI.
Identificador de: Efetividade	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do DEADI.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IE-DEADI
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de cumprimento da atribuição institucional do DEADI
Destino: (Quem receberá os resultados)	Secretário de Organização Institucional, Diretor do Departamento de Administração Interna e Gerentes do DEADI.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Quadrimestral com consolidação anual
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IE-DEADI = Média Aritmética ponderada dos seguintes indicadores: [IARP(*3) + IARA(*3) + IAME(*2)+ISTIC(*2)+ISA(*2) + ISENG(*2)+ ICRH + ITR]/16
Avaliação	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia do DEADI.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Gerências do DEADI
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Quadrimestral
Área responsável pelo cálculo / medição	Assessoria do DEADI

Resultado da avaliação no período:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IE DEADI(%)
IARP	90,06	3	270,18	96,25%
IARA	99,99	3	299,97	
IAME	99,83	2	199,66	
ISTIC	99,88	2	199,76	
ISA	85,63	2	171,26	
ISENG	100,00	2	200,00	
ICRH	99,25	1	99,25	
ISTR	100,00	1	100,00	
IE-DEADI= Somatório/16				

Análise do desempenho

Depreende-se dessas avaliações, que as metas institucionais foram alcançadas, mediante o pleno aproveitamento e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros sob a responsabilidade do Departamento de Administração Interna, no exercício de 2011.

Destaca-se o Indicador de Eficiência, onde os índices registrados pelo setor financeiro apresentam média de 100,00% e 99,99%.

Já no indicador de Eficácia observa-se os melhores resultados na área de transporte, com a média de 100%, e na gestão de TI com média de 99,70%.

O Indicador de Efetividade, que representa, de modo objetivo, o nível de satisfação geral dos serviços prestados pelo DEADI, atingiu o percentual de 96,47%.

Acrescente-se que esses indicadores permitiram ao DEADI executar seus projetos atendendo aos princípios da utilidade e da mensurabilidade.

22. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Informações sobre pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/11
2010	91.241,33	-80.951,84	10.142,49	147,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	91.241,33	-80.951,84	10.142,49	147,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/11
2010	155.578.298,82	-2.754.374,02	34.701.725,04	118.122.199,76
2009	46.485.390,28	-7.606.504,03	28.226.176,55	10.652.709,70
2008	58.900.868,75	-21.156.761,71	22.707.601,26	15.036.505,78
2007	14.909.411,67	-14.909.411,67	0,00	0,00
Total:	275.873.969,52	-46.427.051,43	85.635.502,85	143.811.415,24

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica:

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ;

No que tange a estratégia de pagamento, a UJ vem agindo no sentido de reduzir o impacto de tais pagamentos no financeiro do exercício corrente.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

Considerando a estratégia aplicada pela UJ no sentido reduzir o impacto de restos a pagar no financeiro do exercício corrente, a UJ tem honrado com os compromissos contratuais assumidos, haja vista que realizou todos os pagamentos a medida que a liquidação da despesa foi concluída.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro;

As razões da existência para permanência de empenhos inscritos em restos a pagar não processados por mais de um exercício credita-se no fato do governo baixar os Decretos nº 7.468, de 28/04/2011 e nº 7.511, de 30/06/2011.

A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

Trata-se de aquisição de material permanente (aparelhos telefônicos), conforme Termo de Compromisso nº 003-DIVTI-COLIC/2010, publicado no DOU nº 9, de 13 de janeiro de 2011.

Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP.

No que tange aos eventos positivos registre-se o fato de que, a UJ tem honrado com os compromissos contratuais assumidos, haja vista que realizou todos os pagamentos na medida em que a liquidação da despesa foi realizada.

23. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Informações sobre recursos humanos da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1	1	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	1	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	743	857	211	193
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	165	123	-	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	(*)	38	5	12
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	(*)	144	18	8
1.2.5. Militares requisitados	578	552	188	165
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	744	858	212	194

Fonte: SIRHU - MD

(*) Não há lotação autorizada para as situações funcionais em destaque.

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	11
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	5
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-

5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	11

Fonte: SIRHU - MD

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ - SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	291	287	67	76
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	290	286	66	76
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	39	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	37	5	12
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	42	18	4
1.2.4. Sem vínculo		94	22	30
1.2.5. Aposentados		74	21	30
2. Funções gratificadas/GR/Grat. militar	761	679	188	165
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		73	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	53	-	-
2.4. Militares investidos em Grat. de Representação	-	552	188	165
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	1052	966	254	241

Fonte: SIRHU - MD

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	0	8	28	64	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos					1
1.2. Servidores de Carreira		8	28	64	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de cargo em comissão	110	218	326	194	69
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	33	74	35	81	43
2.3. Funções gratificadas/Gratificação de Representação – civil	-	12	12	23	4
2.4. Gratificação de Representação - militar	77	132	279	90	21
3. Totais (1+2)	110	226	354	258	89

Fonte: DW/SIAPE

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo		5	28	21	44	21	-	1	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos								1	
1.2. Servidores de Carreira		5	28	21	44	21			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provedimento de cargo em comissão		1	4	34	352	525	-	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial								1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				4	71	191			
2.3. Funções gratificadas/Grat. Represent. - Civil			4	6	26	15			
2.4. Gratificação de Representação - Militar		1		24	255	319			
3. Totais (1+2)		6	32	55	396	546	-	2	

LEGENDA - Nível de Escolaridade:
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW/SIAPE

24. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	111	8
1.1 Voluntária	98	7
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	13	1
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	01	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	01	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	112	8

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	16	2
1.1. Integral	16	2
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	20	-
3. Total (1+2)	36	2

25. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Valores em R\$ R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	106	105	110	97	663.884,88
1.1 Área Fim	33	31	33	31	204.844,11
1.2 Área Meio	73	74	77	66	459.040,77
2. Nível Médio	37	40	41	43	144.711,01
2.1 Área Fim	15	16	19	21	65.621,11
2.2 Área Meio	22	24	22	22	79.089,90
3. Total (1+2)	144	145	151	138	808.595,89

Fonte: SIRHU – MD

ANÁLISE CRÍTICA

Atualmente, o Ministério da Defesa não dispõe de servidores para atender plenamente a demanda de todas as suas atividades, nas áreas de suporte operacional e apoio administrativo, por não possuir quadro próprio de pessoal.

A força de trabalho do Ministério da Defesa é composta por servidores redistribuídos do extinto Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, servidores requisitados de outros órgãos públicos, cargos comissionados sem vínculo efetivo, terceirizados, estagiários e militares.

A estrutura organizacional que o Ministério da Defesa assumiu, na data de sua criação, recebendo as atribuições do extinto EMFA resultou no aumento considerável das atividades, sem que houvesse a correspondente compensação de servidores em seu quadro de pessoal.

A carência aumentou quando foi criado o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA, o qual absorveu as atribuições da Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia – SELOM, da Secretaria de Política Estratégica e Assuntos Internacionais - SPEAI e do Estado-Maior de Defesa, bem como com a criação de duas novas Secretarias: a de Produtos de Defesa – SEPROD e a de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto – SEPESD, uma vez que não foram criados cargos que pudessem suportar e apoiar as novas atividades da atual estrutura.

Com a finalidade de minimizar a carência de mão-de-obra da área meio e em função de aposentadorias de titulares de cargos em extinção, surgiu a necessidade de provimento dessas vagas, tendo sido realizado em 2008, processo licitatório para a prestação de serviço e a conseqüente contratação de mão-de-obra terceirizada, conforme previsto no Decreto nº 2.2171/97.

É importante registrar que a Lei nº 9.632/98 extinguiu vários cargos da Administração Pública Federal direta, além de outros que se encontra em processo de extinção, como é o caso dos cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Motorista Oficial, Agente de Portaria entre outros.

No Ministério da Defesa, há a necessidade de realização de concurso público, principalmente para a área meio, visando compor o seu quadro próprio de pessoal, ampliando sua força de trabalho de forma gradativa, nas diversas categorias funcionais para que o desempenho possa ser mais eficiente e mais eficaz.

26. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA
5.4 - Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	302.030,	11.134,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.164,	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	5.545.619,	0,00	523.357,	177.552,	270.364,	536.162,	300.414,	0,00	0,00	7.353.368,
	2010	4.807.771,	0,00	0,00	13.024,	281.830,	222.666,	548.526,	0,00	0,00	5.873.817,
	2009	4.626.570,	0,00	0,00	18.804,	265.859,	203.501,	135.030,	0,00	0,00	5.249.764,
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	595.302,	0,00	33.909,	11.261,	26.729,	23.587,	538,	0,00	0,00	691.326,
	2010	703.375,	0,00	151.725,	0,00	18.501,	0,00	0,00	0,00	0,00	873.601,
	0										
	2009	662.290,	0,00	116.588,	0,00	19.560,	0,00	0,00	0,00	0,00	798.438,
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	137.182,	11.431,	3.810,	304,	0,00	0,00	0,00	0,00	152.727,
	2010	0,00	43.822,	3.810,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.632,
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	0,00	12.466.800,	1.073.686,	325.931,	175.776,	230.036,	726.261,	0,00	0,00	14.998.490,
	2010	0,00-	12.258.127,	1.205.651,	391.334,	166.174,	0,00	224.740,	0,00	0,00	14.246.026,
	2009	0,00	12.228.600,	1.185.004,	429.125,	120.886,	0,00	261.621,	0,00	0,00	14.225.236,
Servidores e militares ocupantes de Funções gratificadas/Gratificação de Representação											
Exercícios	2011	0,00	7.168.934,	554.822,	144.050,	2.032,	38.257,	246.022,	0,00	0,00	8.154.117,
	2010	0,00	7.091.542,	816.268,	266.566,	1.843,	0,00	209.457,	0,00	0,00	8.385.676,
	2009	0,00	6.873.280,	805.838,	254.254,	324,	0,00	156.127,	0,00	0,00	8.089.499,

Fonte:DW-SIAPE (informações extraídas da folha de pagamento)

Obs.: Na planilha acima não estão contempladas as despesas com Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio-Moradia, tendo em vista que não são pagas na folha de pagamento gerada pelo SIAPE.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	0,00	302.030,	11.134,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.164,
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011	5.545.619,	0,00	523.357,	177.552,	270.364,	536.162,	300.414,	0,00	7.353.368,
	2010	4.807.771,	0,00	0,00	13.024,	281.830,	222.666,	548.526,	0,00	5.873.817,
	2009	4.626.570,	0,00	0,00	18.804,	265.859,	203.501,	135.030,	0,00	5.249.764,
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011	595.302,	0,00	33.909,	11.261,	26.729,	23.587,	538,	0,00	691.326,
	2010	703.375,	0,00	151.725,	0,00	18.501,	0,00	0,00	0,00	873.601,
	2009	662.290,	0,00	116.588,	0,00	19.560,	0,00	0,00	0,00	798.438,
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011	0,00	137.182,	11.431,	3.810,	304,	0,00	0,00	0,00	152.727,
	2010	0,00	43.822,	3.810,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.632,
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	0,00	12.466.800,	1.073.686,	325.931,	175.776,	230.036,	726.261,	0,00	14.998.490,
	2010	0,00-	12.258.127,	1.205.651,	391.334,	166.174,	0,00	224.740,	0,00	14.246.026,
	2009	0,00	12.228.600,	1.185.004,	429.125,	120.886,	0,00	261.621,	0,00	14.225.236,

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Servidores e militares ocupantes de Funções gratificadas/Gratificação de Representação											
Exercícios	2011	0,00	7.168.934,	554.822,	144.050,	2.032,	38.257,	246.022,	0,00	0,00	8.154.117,
	2010	0,00	7.091.542,	816.268,	266.566,	1.843,	0,00	209.457,	0,00	0,00	8.385.676,
	2009	0,00	6.873.280,	805.838,	254.254,	324,	0,00	156.127,	0,00	0,00	8.089.499,

Fonte:DW-SIAPE (informações extraídas da folha de pagamento)

Obs.: Na planilha acima não estão contempladas as despesas com Diárias, Ajuda de Custo e Auxílio-Moradia, tendo em vista que não são pagas na folha de pagamento gerada pelo SIAPE.

27. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-

Análise crítica da situação da terceirização no órgão

Não há ocorrência de terceirizados ocupando postos de trabalho de servidores ativos, cujos cargos não estejam em extinção.

A mão-de-obra terceirizada deste Ministério existe tão somente para suprir as atividades dos cargos que se encontram em extinção e não podem ser providos por concurso público.

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não há	-	-
-	-	-
-	-	-

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: MINISTÉRIO DA DEFESA (MD)/DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI)													
UG/Gestão: 110404/00001							CNPJ: 03.277.610/0001-25						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
				(CNPJ)	Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	024-DIOFI-COLIC/2006	32.928.418/0001-50	26/7/2010	25/7/2011	52	52	-	-	-	-	P
2006	L	E	024-DIOFI-COLIC/2006	32.928.418/0001-50	26/7/2011	25/7/2012	52	52	-	-	-	-	P

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Fonte: Contrato nº 024-DIOFI COLIC/2006 e respectivos Termos Aditivos.

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da unidade jurisdicionada devem ser tratadas considerando os quadros a seguir:

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Administração Interna – DEADI													
UG/Gestão: 110404						CNPJ:03.277.610/0001-25							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	03-DIVTI-COLIC/2010	21.246.699/0001-44	01/02/2011	31/01/2012	—	—	—	—	—	—	P

Observações:

Realizado Primeiro Temo Aditivo nº 3-DIVTI-COLIC/2011 ao Contrato 03-DIVTI-COLIC/2010 referente à terceirização de serviços de Tecnologia da Informação. Não há previsão de fixação de “mão-de-obra” no objeto da contratação, conforme alínea “b” do item XIV do Art. 15 da Instrução Normativa 02/SLTI-MPOG, de 02 de abril de 2008.

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Administração Interna – DEADI													
UG/Gestão: 110404						CNPJ:03.277.610/0001-25							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	04-DIVTI-COLIC/2010	32.963.136/0001-58	01/02/2011	31/01/2012	—	—	—	—	—	—	P

Observações: Realizado Primeiro Temo Aditivo nº 4-DIVTI-COLIC/2011 ao Contrato 04-DIVTI-COLIC/2010 referente à terceirização de serviços de Tecnologia da Informação. Não há previsão de fixação de “mão-de-obra” no objeto da contratação, conforme alínea “b” do item XIV do Art. 15 da Instrução Normativa 02/SLTI-MPOG, de 02 de abril de 2008.

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Administração Interna – DEADI													
UG/Gestão: 110404						CNPJ: 03.277.610/0001-25							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	05-DIVTI-COLIC/2010	04.923.136/0001-58	01/02/2011	31/01/2012	—	—	—	—	—	—	P

Fonte: DIVTI/DEADI/SEORI

Observações: Realizado Primeiro Temo Aditivo nº 5-DIVTI-COLIC/2011 ao Contrato 05-DIVTI-COLIC/2010 referente à terceirização de serviços de Tecnologia da Informação. Não há previsão de fixação de “mão-de-obra” no objeto da contratação, conforme alínea “b” do item XIV do Art. 15 da Instrução Normativa 02/SLTI-MPOG, de 02 de abril de 2008.

LEGENDA:

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome:		MINISTÉRIO DA DEFESA												
UG/Gestão:		110404/0001				CNPJ:		03.277.610/0001-25						
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	14	O	015/COLIC	01.608.603/0001-33	25/03/08	25/03/13	139	139						P

LEGENDA

Área		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
1. Conservação e Limpeza;	8. Reprografia;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
2. Segurança;	9. Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Vigilância;	10. Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis	
5. Informática;	12. Brigadistas	
6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
7. Recepção;	14. Outras	

Fonte: Arquivos da COAPC/DIRHU

28. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

CONVÊNIOS DO PROGRAMA CALHA NORTE

QUADRO A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - ANEXO I

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome:	Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD					
CNPJ:	14.665.070/0001-73					
UG/GESTÃO:	110594 / 00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	185	319	243	78.267.835,41	123.184.046,74	97.012.445,89
Termo de Cooperação	-	-	1	450.000,00	450.000,00	450.000,00
Total	185	319	244	78.717.835,41	123.634.046,74	97.462.445,89

Fonte: SIAFI Gerencial e SICONV

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEQUINTE

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome: Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD					
CNPJ: 14.665.070/0001-73			UG/GESTÃO: 110594 / 00001		
Modalidade	Qtd. De instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	598	339.693.981,90	74.439.472,47	265.254.508,43	21,92%
Termo de Cooperação	1	1.350.000,00	1.350.000,00	-	100%
Total	599	341.043.981,90	75.789.472,47	265.254.508,43	21,92%

Fonte: SIAFI Gerencial e SICONV

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE					
Nome: Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD					
CNPJ: 14.665.070/0001-73			UG/GESTÃO: 110594 / 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantidade e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	198	1	0
		Montante Repassado	102.255.944,79	450.000,00	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	12	0	0
		Montante Repassado	10.355.944,14	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	207	1	0
		Montante Repassado	127.165.418,07	450.000,00	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	190	1	0
		Montante Repassado	115.341.963,55	450.000,00	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	4	0	0
		Montante Repassado	2.160.388,69	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial e SICONV

29. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD					
CNPJ: 03.277.610/0001-25			UG/GESTÃO: 110404 / 00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			223	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas Analisadas	17	0
			Contas Não Analisadas	43	0
		Montante repassado (R\$)		29.148.388,38	0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	63	0
			Quantidade Reprovada	26	0
			Quantidade de TCE	9	0
Contas NÃO analisadas		Quantidade	65	0	
Montante repassado (R\$)		39.284.908,19	0		
2010	Quantidade de contas prestadas			229	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		181	0
		Quantidade Reprovada		25	0
		Quantidade de TCE		23	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)		0	0		
2009	Quantidade de contas prestadas			189	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		93	0
		Quantidade Reprovada		52	0
		Quantidade de TCE		44	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado		0	0		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0

Fonte: SIAFI Gerencial e SICONV

OBSERVAÇÃO: Por oportuno, esclareço que o DOU Nº 7, de 10/01/2012, publicou a delegação de competência dos novos gestores do Programa Calha Norte, desonerando a responsabilidade da UG 110404.

Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo levantou os seguintes aspectos:

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente.

Com relação aos convênios registrados na situação de “inadimplência”, esta UJ vem adotando medidas recomendadas pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União no sentido de exaurir todas as medidas administrativas ao alcance do Ordenador de Despesas visando obter o saneamento das impropriedades físicas ou a devolução dos recursos financeiros correspondentes. Para tal tem efetuado, incontinentemente à obtenção do resultado da avaliação física e financeira, a notificação dos gestores tanto pelo meio físico quanto eletrônico.

Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto nº 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere.

A UJ cumpre fielmente as normatizações atinentes a execução orçamentária e financeira, principalmente no que tange a inscrição de “restos a pagar”. Importa registrar que o Poder Executivo Federal determinou, por meio do Decreto nº 7468, de 28.04.2011, uma análise criteriosa dos restos a pagar de 2007, 2008 e 2009 com vistas a cancelar os empenhos que não se enquadrassem nas condicionantes baixadas.

Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos.

A UJ vem buscando adequar o volume de convênios a capacidade operacional do seu capital humano.

Mesmo considerando a peculiaridade do Programa Calha Norte, que só opera convênios que se originam em emendas parlamentares, vêm-se adotando critérios mais rígidos para a celebração, principalmente ante as novas ferramentas de acompanhamento e fiscalização que acabam por absorver um volume cada vez maior de tempo despendido no acompanhamento da execução dos objetos.

Nesse passo verificamos uma redução dos convênios celebrados em 2011 que deve se refletir como tendência para os próximos anos.

Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011.

A UJ lançou mão das ferramentas constantes do Siconv e do Siafi gerencial para gerir as transferências voluntárias em execução durante o exercício financeiro de 2011, principalmente no que tange ao controle de datas do fim de vigência e prazo para apresentação da Prestação de Contas. As atividades administrativas ligadas ao resultado da avaliação física/financeira se dão por meio de controles internos do Programa Calha Norte que visam notificar os convenientes nos casos de verificação de impropriedades encontradas nas análises físicas ou financeiras.

As fiscalizações “in loco” são efetuadas por equipes do corpo técnico do Programa Calha Norte e são planejadas e executadas em função do volume de prestação de contas apresentadas por estado e levam em consideração os prazos regulamentares para a conclusão da análise das prestações de contas pelo concedente.

Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares.

A análise do quadro 6.1.4 demonstra que 94,28% dos convenientes, cujas transferências expiraram no exercício de 2011, apresentaram suas prestações de contas.

A média bastante satisfatória de apresentação de prestações de contas tempestivamente, se dá em parte, em razão das notificações levadas a cabo pelo concedente visando alertar quanto ao prazo final de apresentação de prestação de contas.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto.

Em razão da peculiaridade dos convênios celebrados pelo Ministério da Defesa, os quais visam atender exclusivamente aos Governos Estaduais e Municípios da região norte do país, na sua grande maioria Municípios pequenos e bastante afastados das capitais, exigem criteriosos planejamentos do Corpo Técnico do Programa Calha Norte para a realização de suas viagens de vistoria com vista a obter a maximização dos recursos financeiros disponibilizados para diárias e passagens.

É mister registrar que a agenda de viagens visa cobrir a integralidade dos convênios celebrados, entretanto, em razão das imensas distâncias, por vezes a análise física ocorre de maneira intempestiva em relação aos prazos previstos na legislação.

A UJ vem adotando medidas no sentido de possibilitar a realização de viagens em um menor intervalo de tempo e com duas equipes saindo simultaneamente para estados distintos. Esta conduta visa possibilitar a realização das análises físicas dentro do interregno de tempo previsto na legislação.

Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

A UJ utiliza as ferramentas disponibilizadas no sistema Siconv e Siafi gerencial para gerir as transferências voluntárias em execução durante o exercício financeiro de 2011, principalmente no que tange ao controle de datas de fim de vigência e prazo para apresentação da Prestação de Contas. No que tange a capacidade de fiscalização “in loco”, o Programa Calha Norte conta com um corpo de engenheiros de seis integrantes, os quais se revezam nas funções da análise dos projetos básicos bem como nas visitas técnicas e de inspeção final das obras pactuadas.

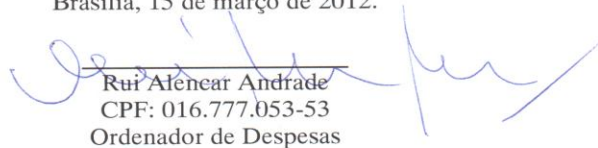
30. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art .19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Rui Alencar Andrade, CPF nº 016.777.053-53, Ordenador de Despesas, exercido no Ministério da Defesa declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contrato, convênio e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênio, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercício anteriores.

Brasília, 15 de março de 2012.


Rui Alencar Andrade
CPF: 016.777.053-53
Ordenador de Despesas

31. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTA PELA LEI Nº 8.730/93, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	1	-
	Entregaram a DBR	1	1	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	254	241	1010
	Entregaram a DBR	252	241	1008
	Não cumpriram a obrigação	02	-	02

Fonte: SIRHU/IRRF – MD

Obs.: Os dados acima contemplam o efetivo de servidores e militares. Serão regularizadas as duas pendências relacionadas acima.

Análise Crítica

A Divisão de Recursos Humanos deste Ministério é o setor competente pela recepção, controle, guarda e adoção de medidas administrativas acerca do cumprimento da entrega da Declaração de Bens e Rendados dos servidores e militares em exercício no Ministério da Defesa.

O controle do cumprimento ou não dessa obrigação é efetuado por meio de sistema interno desenvolvido especificamente para essa finalidade. Há também rotina estabelecida que vise evitar impropriedades nessa obrigação. No entanto, vale frisar que seria pertinente que a administração possuísse um sistema de controle eletrônico unificado, compartilhado com toda a administração pública, para o registro da obrigatoriedade imposta pela Lei nº 8.730/93, especialmente após a introdução de novas modalidades de entrega, quais seja: Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual da Pessoa Física e Declaração de Bens e Rendados, cujos registros seriam visualizados pelos órgãos de controle externo e interno.

As modalidades descritas acima, já trazidas pela Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, vem sendo adotada pelo MD, em meio físico (papel), desde 2009.

Ressalta-se que um pequeno número de servidores e militares opta pela entrega da Declaração de Bens e Rendados. A grande maioria autoriza o acesso eletrônico às Declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física.

Esses documentos são autuados e guardados no cofre existente na Coordenação de Pagamento, visando preservar o sigilo fiscal dessas informações.

Por fim, registro que não é efetuado pela Divisão de Recursos Humanos a análise para identificar incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida, haja vista que se trata de competências atribuídas aos órgãos de Controle Interno, Externo e à Secretaria da Receita Federal.

Com a finalidade de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos da União, sob a responsabilidade deste Ministério, especialmente os de pessoal e dos benefícios assistenciais, é efetuado mensalmente fiscalização nos assentamentos funcionais e nos contracheques de aproximadamente 10% do efetivo de servidores e militares da administração central, visando corrigir possíveis erros, tanto nas pastas funcionais quanto nos contracheques, além de resguardar os interesses dos servidores e evitar lesão aos cofres públicos.

32. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ: ANEXO II

33. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: ANEXO III

34. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICANDO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificando como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	Município 1 - Distrito Federal	365	366 ⁽¹⁾
	Município 1 - Distrito Federal	4 ⁽²⁾	4 ⁽²⁾
	Município 1 - Distrito Federal	4 ⁽³⁾	4 ⁽³⁾
	Município 2 - Goiás	1	1
Total Brasil		374	375

Observações:

(1) O MD possui 365 imóveis residenciais funcionais. Dentre esses, 60 estão em fase de regularização, que são as projeções: RIP'S N° 9701 16451 5005, 9701 19018 5009 e 9701 16453 5006;

(2) O MD possui também 2 terrenos/glebas para construção de imóveis de uso especial: RIP'S N° 9701 19013 5001, 9701 17571 5000, 2 terrenos/lotes no Lago Sul, para construção de imóvel residencial funcional e 1 fazenda no Estado de Goiás e;

(3) O MD possui, ainda, 4 projeções que foram entregues mas estão em fase de regularização junto à SPU-DF, pois pertenciam a empresas públicas extintas.

A diferença de um exercício para outro, prende-se ao fato de ter sido alienado um apartamento residencial funcional

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE	
		EXERCICIO 2011	EXERCICIO 2010
EXTERIOR	PAIS 1 - EUA		
	Cidade 1 – Montgomery – Maryland	2	
	Cidade 2 – Rock Ville – Maryland	1	
	Cidade 3 – Arlington – Virgínia	1	
Total Exterior		4	

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ – IMÓVEIS REGULARIZADOS - ANEXO IV

35. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

12 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Terceirizado: 20 Servidores: 44				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	45%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: A metodologia utilizada foi a entrevistas com o Gerente da DIVTI e os Coordenadores das seguintes áreas da DIVTI: Coordenação de Sistema, Assessoria de Segurança da Informação e Comunicação e Assessoria de Gestão e Controle.					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

36. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

QUADRO 13.1 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR - ANEXO V

A UJ utiliza cartões de pagamento do governo federal, observando as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e nº 6.370/2008. Além disso, a UJ faz uso da Portaria Normativa nº 1403/MD, de 26/10/2007

No exercício financeiro de 2011, a UJ concedeu Suprimento de Fundos para 25 (vinte e cinco) agentes supridos totalizando o valor de R\$ 236.098,91, conforme quadro a seguir:

QUADRO A.13.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a + b)
2011	47	29.950,00	55	206.148,91	236.098,91
2010	12	8.580,00	53	92.326,87	100.906,87
2009	16	7.600,00	63	123.450,63	131.050,63

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional

37. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento de Administração Interna					75087
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-016.907/2008-7 (Tomada de contas)	Nº 406/2009-TCU-2ª Câmara	1.5 1.5.1 1.5.1.1. 1.5.2. 1.5.1.2.	DE	Relatório de Auditoria de Gestão-Exercício 2010.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Administração Interna - DEADI					75087
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinações:</p> <p>1.5.1. ao Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa – DEADI-MD que informe nas próximas contas:</p> <p>1.5.1.1. se os gestores que não apresentaram, no exercício de 2007, a Declaração de Bens e Rendias, quando deixaram os cargos que ocupavam, em cumprimento do art. 1º da Lei nº 8.730/1993, já entregaram a documentação requerida.</p> <p>1.5.1.2. se já foram efetuados os descontos referentes ao auxílio-alimentação daqueles que receberam diárias, no período de 2007, bem como, outras medidas que, por ventura, tenham sido adotadas pela unidade para sanar esta falha.</p> <p>1.5.2. à Secretaria de Organização Institucional – SEORI:</p> <p>1.5.2.1. informar, nas próximas contas, o andamento do estabelecimento dos indicadores de gestão dos programas e atividades afetos às unidades de sua estrutura, conforme foi determinado pelo Acórdão/TCU n.º 253/2008 – 2ª Câmara, de 26/2/2008, item 14.1.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor responsável pela implementação: Departamento de Administração Interna - DEADI					75087
SIORG:					
Síntese da providência adotada:					
As providências constantes dos itens 1.5.1.1. e 1.5.1.2. foram sanadas, sendo que a última das pendências da entrega da Declaração de Bens e Rendias foi regularizada em 04/08/2011; e o último ressarcimento dos valores de auxílio-alimentação recebido cumulativamente com diárias ocorreu em 2010, cuja informação foi registrada no Relatório de gestão daquele exercício.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os objetivos foram alcançados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A maior dificuldade encontrada para a regularização das pendências foi localizar os servidores e militares exonerados deste Ministério, à época, que não possuíam nenhum tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública. Fator esse que dificultou o alcance imediato do resultado desejado.					

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento de Administração Interna					75087
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-003.402/2011-8 (REPRESENTAÇÃO)	1625/2011-TCU- 2ª Câmara	1.4. 1.4.1. 1.4.1.1. 1.4.1.2. 1.4.1.3.	DE	Ofício nº 6509/2011/Geori/Ciset-MD, de 10/06/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Administração Interna - DEADI					75087
Descrição da Deliberação:					
<p>1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:</p> <p>1.4.1. determinar ao Ministério da Defesa que:</p> <p>1.4.1.1. conclua, no prazo de 60 (sessenta) dias, se ainda não houver feito, a apreciação das contas do Convênio 109/PCN/2007 (SIAFI 597556), nos termos do art. 31 da IN/STN 1/97 e o art. 60 da Portaria Interministerial 127/2008, adotando as medidas cabíveis para a recomposição ao erário de eventual dano verificado, instaurando, se for o caso, a respectiva tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente;</p> <p>1.4.1.2. informe a este Tribunal, nos 15 (quinze) dias subsequentes ao encerramento do prazo fixado no item anterior, as medidas adotadas para cumprimento da determinação acima;</p> <p>1.4.2. determinar à Secex/AC que monitore o cumprimento da determinação endereçada ao Ministério da Defesa.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor responsável pela implementação: Departamento de Administração Interna – DEADI/DIOFI:					75087
Síntese da providência adotada:					
<p>a. O Ofício nº 14827/SEORI/DEADI/DIOFI/COAP, de 03/10/2010, encaminhado ao Prefeito Municipal de Bujari/AC, informa a impugnação de 31,10% dos serviços executados referentes ao objeto do convênio 109/PCN/2007, solicitando a devolução aos cofres públicos da importância de R\$ 391.318,13, corrigidos em 02/01/2011.</p> <p>b. Em 13/01/2011, foi encaminhado ao prefeito daquela municipalidade o Ofício nº 371/SEORI/DEADI/DIOFI/COAP, informando da remessa dos autos do convênio 109/PCN/2007 a Setorial Contábil deste Ministério a fim de providenciar a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) pelo não cumprimento das exigências contidas no documento constante no item acima, com base no Inciso I do art 38, da Instrução Normativa (IN) nº 1/STN, de 15/01/1997.</p> <p>c. Em 13/01/2011, a Informação nº 015/SEORI/DEADI/DIOFI/COAP, ratifica a impugnação de 31,10% do objeto do convênio 109/PCN/2007, com a obrigação do Município de Bujari/AC devolver aos cofres públicos a quantia de 274.777,36.</p> <p>d. Foi encaminhado ao Prefeito Municipal de Bujari/AC, Exmo Sr MICHEL MARQUES ABRAHÃO, o Ofício nº 1166/SEORI/DEADI/DIOFI/COAP, de 08/02/2011, reiterando a informação de que aquela municipalidade, em virtude da não conclusão do objeto do convênio 109/PCN/2007, deve restituir aos cofres públicos a importância de 403.255,01, atualizada em 10/03/2011.</p> <p>e. Em 11/02/2011, por Despacho do Ordenador de Despesas deste Ministério, em atendimento ao OFÍCIO/GAPRE nº 028/2011, do Exmo Sr JOÃO EDVALDO TELES DE LIMA, atual prefeito de Bujari/AC, na qual informa ter promovido ação civil de ressarcimento ao erário em desfavor do antigo gestor, Sr MICHEL MARQUES ABRAHÃO, foi determinada a suspensão da “impugnação” do referido convênio e o lançamento do mesmo na “inadimplência suspensa”, com base no § 2º do artigo 5º da IN/STN nº 01/97.</p> <p>f. O Memorando nº 181/2011/Geori/Ciset-MD, de 15/06/2011, da Secretaria de Controle Interno, informa a instauração de TCE nº 60540.000157/2011-11, e encaminhamento do processo referente ao convênio 109/PCN/2007 ao Tribunal de Contas da União através do Ofício nº 6509/2011/Geori/Ciset-MD, de 10/06/2011, cumprindo despacho do Exmo Sr Ministro da Defesa, em atendimento ao Acórdão nº 1.625/2011-TCU – 2ª Câmara (TC nº 003.402/2011-8).</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Foi instaurada a TCE nº 60540.000157/2011-11.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a registrar.					

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento de Administração Interna					75087
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-014.960/2010-9 (REPRESENTAÇÃO)	2253/2011-TCU- 1ª Câmara	1.5. 1.5.1. 1.5.2.	DE	Não foi instaurada a TCE.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Administração Interna - DEADI					75087
Descrição da Deliberação:					
<p>1.5. Determinações:</p> <p>1.5.1. ao Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do artigo 1º, § 1º, da Instrução Normativa-TCU nº 56/2007, adotar todas as providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial, em virtude das irregularidades praticadas no âmbito da Prefeitura de Colorado do Oeste/RO, na aplicação de recursos oriundos do convênio nº 084/PCN/2007 (SIAFI nº 598118), celebrado entre o Ministério da Defesa e a Prefeitura de Colorado do Oeste/RO, que teve por objeto a pavimentação asfáltica em ruas do município, com a devida comunicação do resultado a este Tribunal;</p> <p>1.5.2. à Secretaria de Controle Externo em Rondônia que monitore a medida determinada ao Departamento de Administração Interna do Ministério da Defesa no subitem acima.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor responsável pela implementação: Departamento de Administração Interna – DEADI/DIOFI:					75087
Síntese da providência adotada:					
<p>a. Foi remetido o Ofício nº 3440/SEORI/DEADI/DIOFI/COAP, de 11/04/2011, ao prefeito municipal de Colorado do Oeste/RO, informando que após o 3º Laudo de vistoria realizado pela Equipe Técnica do Programa Calha Norte (PCN), em 02/03/2011, ao objeto do convênio nº 084/PCN/2007, foi mensurado em 27,86% a parcela não executada do objeto. Em consequência, foi solicitado ao prefeito daquela municipalidade a devolução aos cofres públicos do aporte financeiro referente a parcela não executada do objeto do referido convênio.</p> <p>b. Em 13/05/2011, a Informação nº 069/SEORI/DEADI/DIOFI/COAP, retifica a decisão do Ordenador de Despesas deste Ministério para a aprovação integral da prestação de contas referentes ao convênio 084/PCN/2007, em virtude do prefeito municipal de Colorado do Oeste/RO ter restituído aos cofres públicos, por intermédio da 2011RA002059, a importância de 99.265,80, referentes aos 27,86% da parcela tida como não executada do objeto do referido convênio.</p> <p>c. O convênio 084/PCN/2007 encontra-se concluído.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Não foi instaurada a TCE.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a registrar.					

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Departamento de Administração Interna					75087
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC-014.960/2010-9	406/2009-TCU- 2ª Câmara		DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Departamento de Administração Interna - DEADI					75087
Descrição da Deliberação:					
<p>Constatação. Recebimento de auxílio-alimentação cumulativo com diárias por servidores e militares, no período de 1º de julho de 2006 a 05 de julho de 2007, em função da reforma nos restaurantes. Recomendação. Se já foram efetuados os descontos referentes ao auxílio-alimentação daqueles que receberam diárias, no período de 2007, bem como, outras medidas que, por ventura, tenham sido adotadas pela unidade para sanar esta falha.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Recursos Humanos – DIRHU					75087
Síntese da providência adotada:					
<p>Foi realizado o levantamento e constatado que 84 servidores e militares haviam recebido auxílio-alimentação cumulativo com diárias no período de 1º de julho de 2006 a 05 de julho de 2007: Servidores e militares à disposição do MD: foram efetuados os descontos dos valores recebidos, a maior, nos contracheques dos respectivos agentes; Servidores exonerados do MD: foi encaminhada correspondência para seus endereços, tendo como anexo uma Guia de Recolhimento da União, gerada no valor devido; Militares exonerados do MD: foi encaminhada correspondência para as novas Organizações Militares, onde eles se encontravam servindo, solicitando que o desconto fosse efetuado nos respectivos contracheques;</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Todos os servidores e militares exonerados cumpriram, em 2010, com a obrigatoriedade solicitada, ou seja, restituíram aos cofres públicos os valores recebidos em duplicidade. Assim, registra-se que a administração central cumpriu a determinação contida no Acórdão nº 406/2009 – TCU – 2ª Câmara.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a registrar.					

QUADRO A.15.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Acompanhamento nº 078/2010	2.1.1	RAA nº078/2010/Geaud/Ciset-MD
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Descrição da Recomendação:			
Da Avaliação Realizada na Documentação Suporte do Procedimento Licitatório, verificamos que o processo licitatório foi devidamente formalizado com peças essenciais, quais sejam: o Projeto Básico, autorização para realização do processo licitatório, pesquisa de preços, Portaria de designação dos integrantes da comissão de licitação, parecer da Consultoria Jurídica que trata do exame da minuta do edital do pregão eletrônico, Edital do Pregão Eletrônico nº 69/2010, ata de realização do pregão, proposta da empresa vencedora.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Síntese da providência adotada			
Atualmente o contrato estabelece prazo para reembolso dos valores relativos a passagens aéreas não utilizadas, atendendo às orientações recebidas.			
Síntese dos resultados obtidos			
O reembolso dos valores relativos a passagens aéreas não utilizadas está sendo realizado conforme estabelece as cláusulas contratuais. Esse fato contribui para reutilização do crédito orçamentário de forma mais abreviada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Houve uma melhoria significativa no tempo de resposta dos pedidos de reembolso.			

QUADRO A.15.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota nº 19/2011/Geafo/Ciset-MD	—	Nota nº19/2011/Geafo/Ciset-MD, de 16 de agosto de 2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Descrição da Recomendação:			
b) no que se refere a conta de nº 1676431, agência 0606 – Brasília – Centro, do Banco Bradesco, vinculada ao CNPJ de nº 03.277.610/0001-25, do DEADI, solicite ao Banco Bradesco o encerramento da citada conta, seja ela do tipo “Corrente”, “de Poupança”, ou “de Investimento” (Cf. Capítulo “V”).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Síntese da providência adotada			
<p>Em 15/07/2011, o Ordenador de Despesas, através do Ofício nº 7972/DIOFI/DEADI/SEORI-MD, solicitou ao Gerente da Agência 606 – Bradesco, informações sobre quais as providências que o DEADI adotaria para que as Contas Correntes nº 1676431, vinculadas ao CNPJ de nº 03.277.610/0001-25, fossem encerradas, e ainda, solicitou que os saldos, caso existissem, fossem transferidos para o Tesouro Nacional. Fez constar nesse Ofício a determinação estabelecida no Acórdão nº 661/2011-Plenário-TCU, de 23/03/2011.</p> <p>Em 10/08/2011, o Ordenador de Despesas, através do Ofício nº 8985/DIOFI/COFIN-MD, reiterou tal solicitação ao Departamento Jurídico do Bradesco.</p> <p>Considerando que até 29/09/2011 a solicitação feita ao Bradesco — a despeito das manifestações do DEADI, conforme Ofícios supracitados — não foi atendida, decidiu-se efetuar o depósito das remunerações dos correntistas daquela instituição financeira, diretamente, nas respectivas contas correntes, a partir da folha de pagamento do mês de setembro de 2011, ou seja, não utilizando o convênio que permitia efetuar os depósitos através da conta vinculada ao CNPJ de nº 03.277.610/0001-25. Esse fato foi informado ao Controle Interno, conforme Memorando nº 226, de 29/09/2011.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
O DEADI cumpriu a determinação estabelecida pelos órgãos de controle e os pagamentos foram depositados diretamente, nas contas correntes dos servidores.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Como fato positivo foi a observância dos trâmites legais. Como fato negativo citamos que o DEADI não teve alcance sobre a instituição financeira do Bradesco, na medida em que não foi atendido, ficando sem saber se na conta supracitada restava saldo ou não, o qual deveria ser recolhido ao Tesouro Nacional.			

QUADRO A.15.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 56/2008/Geaud/Ciset-MD	11.1; e 11.1.4):	Relatório de Auditoria nº 56/2008/Geaud/Ciset-MD
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Descrição da Recomendação:			
<p>Item 11.1.Constatação</p> <p>Falta de apresentação à Divisão de Recursos Humanos da declaração de bens e rendas, por ocasião da exoneração, de agentes públicos exonerados no curso do exercício de 2007.</p> <p>Recomenda-se que (item 11.1.4):</p> <p>A unidade ao efetivar o desligamento dos agentes públicos, exija a apresentação da declaração de bens e rendas, conforme previsto na Lei nº 8.730/93.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna/Divisão de Recursos Humanos			75087
Síntese da providência adotada			
<p>Foi incluído o campo “Entrega da Declaração de Bens e Rendas” na ficha de desimpedimento deste Ministério, com a finalidade de evitar que o fato ocorra novamente.</p> <p>Essa ação foi implementada no início do exercício de 2008 e vem sendo adotada, desde então, pela Divisão de Recursos Humanos/DEADI.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Os agentes públicos exonerados do cargo/função em 2007 foram notificados a apresentarem a atualização da declaração de bens e rendas, referente ao exercício de 2006/2007.</p> <p>Dos 80 agentes notificados, apenas 78 havia apresentado a atualização da declaração de bens e renda até 2010, restando 02 pendências.</p> <p>Todavia, em 2011, os esforços continuaram para sanear completamente a falha e em 04/08/2011 foi regularizada a última das pendências.</p> <p>Assim, este MD cumpriu a recomendação da Secretaria de Controle Interno acerca das pendências apontadas.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>As recomendações efetuadas pelo Controle Interno representam valiosa contribuição ao Departamento de Administração Interna – DEADI, na medida em que fomentam, efetivamente, ações no sentido de corrigir rumos a fim de que a execução seja respaldada pela aplicação correta da legislação em vigor.</p>			

QUADRO A.15.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Informação nº 021/2011/Geaud/Ciset-MD	Letras a.; b.; e c. do item 29.	Memorando nº 015/2012/Geaud/Ciset-MD, de 09 de janeiro de 2012
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Descrição da Recomendação:			
<p>“29. Diante disso, sugerimos o encaminhamento de cópias desta informação ao Deadi/Seori-MD, para conhecimento e providências, a anexação de cópia ao Processo 60580.00007812010-52 (relativo à Sindicância instaurada pela Portaria nº 253/Deadi/Seori-MD, de 19 de fevereiro de 2010), e o envio de recomendação ao Deadi/Seori-MD no sentido que:</p> <p>a) na gestão de veículos oficiais observe fielmente as disposições contidas na Instrução Normativa nº 3/2008, da SLTI-MP (especialmente em relação ao contido no art. 24), aprimorando procedimentos para a apuração do custo dos veículos visando a identificar os possíveis de reparos e os antieconômicos;</p> <p>b) instaure nova sindicância com vistas à apuração adequada dos fatos, conforme recomendado na Nota nº 821/2009/Geaud/Ciset-MD, bem como para apurar a existência de má fé do Fiscal dos Contratos nº 11; 12; 13; e 14/DIOFI/COLIC-2008;</p> <p>c) observe e implemente as medidas procedimentais recomendadas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, conforme aquela expressa no Parecer nº 710/2010-CONJUR/MD.”</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna			75087
Síntese da providência adotada			
<p>As orientações constantes das alíneas “a” e “c” do item 29 da Informação nº 021/ Geaud/Ciset-MD, de 02 de fevereiro de 2011, estão sendo observadas pelo Setor de Transportes na execução dos Contratos nº11; 12; 13; e 14/DIPOS/COLIC/2008.</p> <p>No que tange à recomendação constante da letra “b”, o DEADI está formando comissão para conduzir o processo de sindicância. Tão logo seja instaurado, será encaminhada cópia da Portaria de Instauração ao Controle Interno deste Ministério.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Tal procedimento viabiliza o melhor acompanhamento e controle da gestão da área de transportes.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
As recomendações efetuadas pelo Controle Interno representam valiosa contribuição ao Departamento de Administração Interna – DEADI, na medida em que fomentam, efetivamente, ações no sentido de corrigir rumos a fim de que a execução seja respaldada pela aplicação correta da legislação em vigor.			

38. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO.

Não se aplica.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

39. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – DEORF

Pelo Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476, de 05 de janeiro de 2011, compete ao Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças – DEORF:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - exercer, por delegação, as atividades de órgão setorial do Ministério da Defesa na estrutura do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal;

III - propor as diretrizes gerais relativas ao planejamento, à execução e ao controle orçamentário das Forças Armadas e acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas atividades;

IV - analisar e propor ao Secretário de Coordenação e Organização Institucional a consolidação da proposta orçamentária das Forças Armadas, elaborada em conjunto com o Ministério da Defesa, obedecendo as prioridades estabelecidas na estratégia nacional de defesa, explicitadas na lei de diretrizes orçamentárias;

V - analisar e propor ao Secretário de Coordenação e Organização Institucional a consolidação dos planos plurianuais e das propostas orçamentárias e complementações da administração central do Ministério da Defesa; e

VI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

40. PROGRAMA DE GOVERNO DE RESPONSABILIDADE - DEORF

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	1383					
Denominação	Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Apoiar o governo nas ações relacionadas ao desenvolvimento do País.					
Objetivos Específicos	Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infraestrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do País.					
Gerente	José Fernando Depireux Brasil					
Público Alvo	Sociedade Brasileira					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
304.670.000	829.244.896	473.348.676	473.318.210	139.948.029	257.984.125	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (%)	01/01/2006	100	50	50	50
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de ações realizadas e o total de solicitações de assistência e cooperação registradas durante o ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
Na revisão para o exercício de 2006, foi solicitada formalmente a exclusão desse indicador que estava relacionado unicamente à ação 8447 - APOIO AÉREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS, a cargo do Comando da Aeronáutica. Metodologicamente, não se justifica a existência de um indicador de programa que afere somente o resultado de uma única ação. Ademais, os recursos solicitados para execução dessa ação sempre foram negados e somente em 2005 essa ação foi incluída no orçamento com algum montante alocado e pouquíssima execução física e financeira. Nos exercícios seguintes, pelo reduzido montante em disponibilidade para a ação, resultado do limite muito reduzido destinado ao Ministério da Defesa e, especificamente, ao Comando da Aeronáutica, a ação nem sequer foi incluída nas propostas orçamentárias. Os valores apresentados nos campos ÍNDICE PREVISTO NO EXERCÍCIO e ÍNDICE ATINGIDO NO EXERCÍCIO nada mais representam que a média prevista de execução de ações de cooperação que integram o programa em relação à capacidade de execução financeira do mesmo.						

Análise Crítica

Devido ao contingenciamento orçamentário, as despesas relativas às ações do Programa 1383 tiveram de se adequar ao volume recursos disponíveis ao longo do exercício. Por isso, em 2011, a execução financeira ficou no patamar de 57,08%, se comparada com a dotação atualizada (LOA + créditos) em relação aos valores empenhados.

Além dos problemas gerados pelo contingenciamento, a execução de algumas ações, tais como 3136 – Cooperação com a Construção da Infraestrutura, depende de condições climáticas adequadas para execução das obras e da capacidade técnica das unidades da federação para celebração de convênios.

As demais ações do Programa tiveram execução compatível com o nível de contingenciamento pelo qual passaram as disponibilidades orçamentárias do Ministério.

Maiores informações sobre a execução das ações serão informadas pelos respectivos Departamentos e Secretarias, sob os quais aquelas se encontram diretamente vinculadas.

41. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	46.744.953	40.743.119			827.481.707	428.353.200
	PLOA	46.744.953	40.743.119			827.481.707	428.353.200
	LOA	46.744.953	40.743.119			796.188.886	435.505.320
CRÉDITOS	Suplementares	2.890.000	4.974.000			14.988.370	1.857.017
	Especiais	Abertos				67.292.678	
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos				50.885.500	398.710.720
		Reabertos					
Créditos Cancelados					-58.213.293	-2.828.573	
Outras Operações		12.419.359				27.523.01	
Total		62.054.312	45.717.119	0	0	0	898.665.157

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: Os valores não incluem a programação das despesas da Escola Superior de Guerra – ESG, que apresentará Relatório de Gestão individual.

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	315.558.265	522.720.553		280.020.000		
	PLOA	315.558.265	522.720.553		280.020.000		
	LOA	729.909.811	822.400.845		261.726.555		
CRÉDITOS	Suplementares	17.402.712	3.425.000				
	Especiais	Abertos	89.817.322				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	76.696.200	395.344.418			
		Reabertos	40.000.000				
Créditos Cancelados	-47.877.246	-16.205.348		-236.200.260			
Outras Operações		47.693.000					
Total		953.641.799	1.204.964.915	0	25.526.2950	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: Os valores não incluem a programação das despesas da Escola Superior de Guerra – ESG, que apresentará Relatório de Gestão individual.

QUADRO A.2.6 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	874.226.660	469.096.319	315.558.265	802.740.553			
	PLOA	874.226.660	469.096.319	315.558.265	802.740.553			
	LOA	842.933.839	476.248.439	729.909.811	1.084.127.400	40.000.000		
CRÉDITOS	Suplementares	17.878.370	6.831.017	17.402.712	3.425.000			
	Especiais	Aberto	67.292.6780		89.817.3220			
		Reabertos	0	0	0			
	Extraordinários	Abertos	50.885.500	398.710.720	76.696.200	395.344.418		
		Reabertos	0		40.000.0000			
	Créditos Cancelados	-58.213.293	-2.828.573	-47.877.246	-252.405.608	-40.000.000		
Outras Operações	39.942.375		47.693.000		0			
Total		960.719.469	878.961.603	953.641.799	1.230.491.210	0	0	

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: Os valores não incluem a programação das despesas da Escola Superior de Guerra – ESG, que apresentará Relatório de Gestão individual.

Análise Crítica

O Projeto de Lei Orçamentária para 2011 – PLOA 2011 contemplou a Unidade com recursos no valor global de R\$ 1,19 bilhão, sendo R\$ 874,0 milhões em despesas correntes e R\$ 315,0 milhões em despesas de capital, correspondentes respectivamente a 76,48% e a 26,52% do total. Em relação ao PLOA 2010 apresentou uma redução de 6,45%. Entretanto, após as alterações efetuadas pelo Congresso Nacional, mediante emendas parlamentares, houve um incremento líquido de R\$ 423,0 milhões da dotação inicial, dos quais R\$ 414,0 milhões impactaram as despesas de capital. O Programa Calha Norte, a exemplo dos anos anteriores, foi contemplado com um volume significativo de emendas, R\$ 417,0 milhões. Deste valor, apenas R\$ 2,6 milhões destinaram-se às despesas correntes.

No exercício de 2011, foram destinados à Unidade aproximadamente R\$ 360,00 milhões em recursos adicionais obtidos mediante a abertura de créditos adicionais. Destacam-se os oriundos de créditos especiais e extraordinários, no valor global de R\$ 324,7 milhões. Tais recursos viabilizaram o atendimento das despesas relacionadas ao planejamento, preparação, organização, coordenação e segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio + 20; a atuação das Forças Armadas, nas atividades realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC e, ainda; a realização de despesas relacionadas aos V Jogos Mundiais Militares.

Como resultado da alteração da estrutura organizacional, ocorrida em 2011, a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC passou a ser vinculada à Secretaria de Aviação Civil - Presidência da República - PR, enquanto o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM passou a integrar a estrutura do Ministério da Defesa. Sendo assim, o acréscimo líquido do item “Outras Operações” em R\$ 87,6 milhões reflete a transposição das respectivas dotações orçamentárias relativas às competências transferidas.

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna Concedida	120002	5302063725280000	0	0	168.509,60
			0	0	0
			0	0	168.509,60
Movimentação Interna Recebida	112408	5302063725280000	0	0	168.509,60
			0	0	0
			0	0	168.509,60
Movimentação Externa Recebida	160073	05122075009HB0001	700.000,00	0	0
	160073	5122075020000000	1.800.000,00	0	0
	160073	05122075009HB0001	1.031.000,00	0	0
	113244	4125063028800000	0	0	971.685,00
	120003	5122075020000000	0	0	3.440,00
	120064	5122075020000000	0	0	2.650,00
	120074	5122075020000000	0	0	1.250,00
	120074	5128064029150000	0	0	500
	120111	5122075020000000	0	0	215.646,88
	120158	5122075020000000	0	0	3.026,35
	130007	20604035786580000	0	0	7.543.142,30
	130020	20691143785480000	0	0	476.684,34
	160073	28846090107160000	0	0	60.000,00
	160504	5153062028910000	0	0	608.000,00
	160504	5153062089660000	0	0	7.416,80
	193133	18542050360740000	0	0	806.612,80
	240110	19125047324950000	0	0	14.295,32
	240123	19122075020000000	0	0	100.000,00
	250931	10302122085850000	0	0	545.142,24
	250932	10305144420AL0013	0	0	5.985,76
	380912	11122010626190000	0	0	15.172,03
	390040	26121022560580000	0	0	6.350.604,21
	523010	5125063028800000	0	0	3.521,50
	523014	5125063028800000	0	0	1.090.898,00
	530012	06182102922BO0101	0	0	113.015.089,38
	530012	06182102922BO0103	0	0	112.947.042,14
	762400	5306062128640000	0	0	7.028,00
	762400	2061057042690000	0	0	1.365.001,04
	762400	3122058022720000	0	0	75.749,89
	762400	0412110042E240001	0	0	67.405,49
	762400	4122075020000000	0	0	906.595,88

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	762400	4122075046930000	0	0	3.262.255,84
	762400	0418211132B270001	0	0	149.227,01
	762400	4781063151540000	0	0	771.209,22
	762400	5122075020000000	0	0	36.050,00
	762400	6122075020000000	0	0	20.890,00
	762400	7122075020000000	0	0	3.584.705,24
	762400	7211068325360000	0	0	314.513,87
	762400	7211126462840000	0	0	57.183,59
	762400	7212068325330000	0	0	972.075,36
	762400	0721212642D280001	0	0	2.388.929,35
	762400	12128106745720000	0	0	1.800,00
	762400	12306106187440000	0	0	838.031,67
	762400	12362144940170000	0	0	3.768.579,20
	762400	12364137504870000	0	0	416.009,88
	762400	12364144982570000	0	0	67.967,28
	762400	14421066123160000	0	0	411.900,11
	762400	19571046146610000	0	0	350.000,00
	762400	21631112021090000	0	0	271.665,93
	762400	22122041122720000	0	0	755.419,13
	762400	23691041220CS0001	0	0	3.347.178,87
	762400	27811018120D80001	0	0	857.049,56
	762400	27811018123580000	0	0	255.861,88
	762400	27811018124900000	0	0	114.200,00
	762400	27812802843770000	0	0	1.371.681,87
	762400	28846090107160000	0	0	30.000,00
			3.531.000,00	0	271.623.970,21
Movimentação Externa Concedida	772001	05122075009HB0001	700.000,00	0	0
	772001	5122075020000000	1.800.000,00	0	0
	772001	05122075009HB0001	1.031.000,00	0	0
	120002	4125063028800000	0	0	971.685,00
	120002	20691143785480000	0	0	476.684,34
	120002	5153062028910000	0	0	608.000,00
	120002	11122010626190000	0	0	15.172,03
	120002	5125063028800000	0	0	3.521,50
	120002	5125063028800000	0	0	1.090.097,85
	120002	06182102922BO0101	0	0	9.222.292,20
	120002	3122058022720000	0	0	68.240,11
	120002	0412110042E240001	0	0	67.405,49
	120002	4122075046930000	0	0	600.596,90
	120002	0418211132B270001	0	0	49.972,94

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	120002	4781063151540000	0	0	768.648,22
	120002	7122075020000000	0	0	1.185.824,88
	120002	7211068325360000	0	0	273.013,87
	120002	7211126462840000	0	0	57.183,59
	120002	0721212642D280001	0	0	756.051,31
	120002	12128106745720000	0	0	1.800,00
	120002	12306106187440000	0	0	219.335,16
	120002	12362144940170000	0	0	484.874,30
	120002	12364137504870000	0	0	206.870,18
	120002	12364144982570000	0	0	67.967,28
	120002	14421066123160000	0	0	411.900,11
	120002	21631112021090000	0	0	271.665,93
	120002	22122041122720000	0	0	755.419,13
	120002	23691041220CS0001	0	0	3.347.178,87
	120002	27811018123580000	0	0	54.367,37
	120002	27812802843770000	0	0	121.303,46
	160509	5122075020000000	0	0	3.440,00
	160509	5122075020000000	0	0	2.650,00
	160509	5122075020000000	0	0	1.250,00
	160509	5128064029150000	0	0	500
	160509	5122075020000000	0	0	67.989,60
	160509	5122075020000000	0	0	3.026,35
	160509	20604035786580000	0	0	7.543.142,30
	160509	18542050360740000	0	0	806.612,80
	160509	19125047324950000	0	0	14.295,32
	160509	19122075020000000	0	0	100.000,00
	160509	10302122085850000	0	0	545.142,24
	160509	10305144420AL0013	0	0	5.985,76
	160509	26121022560580000	0	0	6.350.580,70
	160509	06182102922BO0101	0	0	93.586.787,93
	160509	06182102922BO0103	0	0	112.947.042,14
	160509	28846090107160000	0	0	30.000,00
	772001	5122075020000000	0	0	147.657,28
	772001	28846090107160000	0	0	60.000,00
	772001	5153062089660000	0	0	7.416,80
	772001	06182102922BO0101	0	0	10.191.509,25
	772001	5306062128640000	0	0	7.028,00
	772001	4122075046930000	0	0	462.938,30
	772001	0418211132B270001	0	0	101.065,50
	772001	7122075020000000	0	0	2.146.018,37

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	772001	12306106187440000	0	0	52.200,00
	772001	12362144940170000	0	0	1.863.681,82
	772001	27811018123580000	0	0	169.494,51
	772001	27811018124900000	0	0	100.000,00
	772001	27812802843770000	0	0	325.167,36
			3.531.000,00	0	259.799.694,35

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna Concedida	112408	5302063725280000	504.898,30	0	0
			504.898,30	0	0
Movimentação Interna Recebida	120002	5302063725280000	504.898,30	0	0
			504.898,30	0	0
Movimentação Externa Concedida	772001	4122075046930000	13.500,00	0	0
	772001	0418211132B270001	220.000,00	0	0
	772001	27811018123580000	32.999,98	0	0
	160509	02122056911RV0101	2.012.519,20	0	0
	160509	18542050360740000	34.906,58	0	0
	160509	18544130510ZW0001	2.668.204,21	0	0
	160509	21127133489910000	529.484,00	0	0
	160509	06182102922BO0101	3.295.975,66	0	0
	160509	18544103612EP0020	30.275.710,16	0	0
	160509	18544103659000000	32.738.039,80	0	0
	120002	04781063112CE0040	4.376.518,33	0	0
	120002	4781063151540000	5.985.280,60	0	0
	120002	12571137540190000	135.610,00	0	0
			82.318.748,52	0	0
	Movimentação Externa Recebida	90032	02122056911RV0101	2.012.519,20	0
193133		18542050360740000	34.906,58	0	0
195013		18544130510ZW0001	2.668.204,21	0	0
490002		21127133489910000	529.484,00	0	0
530012		06182102922BO0101	3.295.975,66	0	0
530013		18544103612EP0020	30.275.710,16	0	0
530013		18544103659000000	32.738.039,80	0	0
530013		2061057142560000	16.800,00	0	0
530013		4122075020000000	277.943,82	0	0
530013		4122075046930000	3.753.755,83	0	0
530013		0418211132B270001	288.330,76	0	0
530013		04781063112CE0040	4.376.518,33	0	0
530013		4781063151540000	5.985.280,60	0	0
530013		7122075020000000	4.500,01	0	0
530013		7211068325360000	10.000,00	0	0
530013		12122144922720000	380.069,52	0	0
530013		12571137540190000	135.610,00	0	0
530013		278110181128X0001	1.138.844,60	0	0
530013		27811018123580000	67.304,00	0	0
			87.989.797,08	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Nesse item de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, o maior volume de transferências foi oriundo da Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC/ Ministério da Integração Nacional, para o Ministério da Defesa, recursos esses repassados ao Comando do Exército, para que aquele órgão realizasse a distribuição de água potável no semiárido brasileiro, por intermédio de carros pipa.

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	307.234,15	142.656,00	297.385,17	142.395,72
Concorrência	96.179,44		96.179,44	
Pregão	34.253.331,67	31.754.144,16	25.846.839,75	23.950.516,85
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	2.528.582,40	5.401.184,42	2.205.697,77	4.475.123,58
Inexigibilidade	13.410.234,81	13.613.827,92	12.984.359,64	12.359.709,33
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	133.404,47	273.796,46	133.404,47	270.318,94
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	156.344.450,09	186.084.615,95	152.447.198,43	176.200.158,69
Diárias	7.275.353,87	4.759.223,60	7.275.353,87	4.759.223,60
Outros	156.825.263,54	127.869.335,26	10.960.619,03	6.225.728,38

Fonte: SIAFI Gerencial

A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	45.539.935	58.115.004	45.539.935	58.115.004	0	0	45.539.935	58.115.004
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	23.266.023	30.021.288	23.266.023	30.021.288	0	0	23.266.023	30.021.288
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	6.781.997	7.733.844	6.781.997	7.733.844	0	0	6.781.997	7.733.844
01 - Aposentadorias e Reformas	6.671.589	7.689.535	6.671.589	7.689.535	0	0	6.671.589	7.689.535
Demais elementos do grupo	8.820.325	12.670.337	8.820.325	12.670.337	0	0	8.820.325	12.670.337
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	56.351.779	59.353.213	51.530.967	51.876.973	2.181.945	3.057.556	51.447.445	51.872.340
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.872.408	33.802.661	29.349.463	30.126.733	1.144.889	898.177	29.304.292	30.126.733
30 - Material de Consumo	8.368.215	8.152.339	5.869.213	5.170.279	910.518	2.091.275	5.849.971	5.165.645
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	6.891.712	0	6.133.497	0	80.426	59.802	6.114.389	0
93 - Indenizações e Restituições	0	5.456.319	0	5.456.319	0	0	0	5.456.319
Demais elementos do grupo	10.219.445	11.941.893	10.178.793	11.123.643	46.113	8.303	10.178.793	11.123.643

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	152.201.922	125.776.092	2.084.150	1.625.813	124.540.011	82.322.917	2.076.511	1.625.813
42 - Auxílios	145.793.150	0	0	0	123.184.047	78.267.835	0	0
52 - Equipamento e Material Permanente	5.932.872	10.805.482	1.670.750	1.379.059	1.298.077	3.992.582	1.663.111	1.379.059
51 - Outros Serviços de terceiros de PJ - OP.Int.Orc.	475.900	112.560.378	413.400	0	0	0	413.400	0
39 - Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica	0	2.366.233	0	246.754	0	62.500	0	246.754
Demais elementos do grupo	0	44.000	0	0	57.887	0	0	0
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços		26.560,00		26.560,00
Concorrência				
Pregão	1.028.532,66	556.553,78	584.298,42	201.600,71
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	196.907,60	56.480,44	10.503,57	46.999,20
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	94.421,59	48.288,63	94.421,59	48.288,63
Outros	724.597,79	565.251,64	715.441,12	565.251,64

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs.: Do valor total inscrito em “Outros”, cerca de 70% refere-se a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	106.902.631	118.074.011	106.902.631	118.074.011	0	0	106.902.631	118.074.011
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	73.605.495	82.086.489	73.605.495	82.086.489	0	0	73.605.495	82.086.489
13 - Obrigações Patronais	16.273.662	18.032.787	16.273.662	18.032.787	0	0	16.273.662	18.032.787
01 - Aposentadorias e Reformas	14.476.321	15.640.843	14.476.321	15.640.843	0	0	14.476.321	15.640.843
Demais elementos do grupo	2.547.153	2.313.893	2.547.153	2.313.893	0	0	2.547.153	2.313.893
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	4.849.492	4.994.374	4.209.777	4.638.390	172.611	259.629	4.209.697	4.638.390
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.547.563	0	1.013.101	0	38.040	246.736	1.013.101	0
49 - Auxílio-Transporte	1.395.532	1.292.637	1.395.532	1.292.637	0	0	1.395.532	1.292.637
04 - Contratação por tempo Determinado	1.146.526	1.191.634	1.041.272	1.191.634	0	0	1.041.192	1.191.634
Demais elementos do grupo	759.872	2.510.103	759.872	2.154.119	134.571	12.893	759.872	2.154.119

Fonte: SIAFI Gerencial

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	2.959	31.713	2.959	23.263	301.103	0	2.959	23.263
52 - Equipamento e Material Permanente	2.959,00	31.712,82	2.959,00	23.262,54	301.102,54	0,00	2.959,00	23.262,54
Demais	0,00	0,00	0,00	0,00	19.920,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

42. DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO – DEORG

O Departamento de Coordenação, Organização e Legislação não executa gestão de recursos orçamentários, nem realiza despesas de modo direto, sendo apoiado em tal sentido pelo Departamento de Administração Interna – DEADI/MD.

Aplicam-se ao DEORG os itens 2 e 15 da Parte A (Conteúdo Geral) do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010. Não se aplicam à realidade dessa Unidade os itens 1, 3 a 14, 16 e 17 do documento anteriormente mencionado. A razão da não aplicação se refere à especificidade da natureza das atribuições desse Departamento.

Pelo Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476, de 05 de janeiro de 2011, compete ao Departamento de Coordenação, Organização e Legislação – DEORG:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência, em especial na coordenação de ações e atividades das demais Secretarias do Ministério da Defesa;

II - promover e orientar a gestão estratégica, as iniciativas de modernização das estruturas organizacionais e a racionalização e integração dos procedimentos administrativos do Ministério da Defesa;

III - analisar as propostas de atualização das estruturas organizacionais da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;

IV - desenvolver projetos na área de racionalização de procedimentos e rotinas de trabalho, com vistas à redução de despesas e melhor aproveitamento dos recursos existentes, nos órgãos e unidades do Ministério da Defesa;

V - analisar e propor, em conjunto com os setores afetados, atos normativos de interesse do Ministério da Defesa;

VI - revisar a forma, a estrutura e a compatibilidade das propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado da Defesa;

VII - analisar e propor, com a participação das Forças Armadas, a legislação de interesse de defesa;

VIII - elaborar as propostas de atos normativos da área de competência do Departamento; (Redação dada pelo Decreto nº 7.476, de 2011);

IX - propor diretrizes relacionadas com a gestão do patrimônio imobiliário das Forças Armadas e promover e orientar as iniciativas de ações decorrentes comuns às Forças;

X - propor as bases para a formulação da política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução; (Redação dada pelo Decreto nº 7.476, de 2011);

XI - executar os procedimentos administrativos relacionados com anistiados, sob incumbência do Ministério;

XII - propor as diretrizes e conduzir as ações do banco de informações estratégicas e gerenciais; e

XIII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

43. CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS PROJETOS DO PAS/SEORI - DEORG

- DEORG 01 - Remuneração dos Militares das Forças Armadas;
- DEORG 02 – Reestruturação da Escola Superior de Guerra (ESG) e Preparação de Estruturas Organizacionais Responsáveis pela Formulação, Difusão e Aperfeiçoamento do Pensamento Contemporâneo sobre Defesa Nacional.
- DEORG 03 – Sistema de Cálculos Atuariais
- DEORG 04 – Criação do Instituto Pandiá Calógeras

Análise do Plano de Ação do DEORG

A execução dos projetos de responsabilidade do DEORG, no exercício de 2011, está detalhada a seguir:

- **DEORG 01 - Remuneração dos Militares das Forças Armadas;**
Este Projeto tem por objetivo subsidiar as iniciativas do governo federal destinadas a proporcionar melhoria da estrutura remuneratória das Forças Armadas, consideradas as peculiaridades brasileiras e as atuais atividades militares desenvolvidas no âmbito interno e no campo internacional.

Trata-se de atividade inserida nas competências estabelecidas para a Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, de acordo com o inciso I do Art. 21 do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010.

1. **Fases concluídas:** Verificação da Situação atual da remuneração dos militares das Forças Armadas e formulação das bases para a Política de Remuneração de pessoal militar
2. **Fases em andamento:** Elaboração da Política de Remuneração para militares das Forças Armadas. Nesta fase, o DEORG propôs uma minuta de projeto de decreto, que aprova a “Política de Remuneração para os Militares das Forças Armadas”, que está sendo analisada pelos Comandos das Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, a Secretaria de Produtos de Defesa e pela Assessoria de Planejamento Institucional.
3. **Óbices observados:** Não foram identificados óbices.
4. **Providências adotadas para superar os óbices:** Não houve necessidade.

- **DEORG 02 – Reestruturação da Escola Superior de Guerra (ESG) e Preparação de Estruturas Organizacionais Responsáveis pela Formulação, Difusão e Aperfeiçoamento do Pensamento Contemporâneo sobre Defesa Nacional.**

Este Projeto tem por objetivo preparar a ESG para cumprir as diversas e novas responsabilidades que a Estratégia Nacional de Defesa (END) lhe atribuiu, além das orientações emanadas do Sr. Ministro de Estado da Defesa, em especial para desenvolver sua capacidade de formar adequadamente especialistas em assuntos de defesa.

1. **Fases concluídas:** Apresentação de propostas de novo modelo organizacional.
2. **Fases em andamento:** Elaboração de propostas para encaminhamento de projeto de revisão da atual estrutura organizacional.
3. **Óbices observados:** Dificuldade de tramitação da proposta junto ao Ministério do Planejamento.
4. **Providências adotadas para superar os óbices:** Revisão do projeto e encaminhamento de nova solução elaborada em entendimento com o Ministério do Planejamento.

- **DEORG 03 – Sistema de Cálculos Atuariais**
Este Projeto tem por objetivo promover sistema de processamento de dados automatizado para realização dos cálculos atuariais e está relacionado à incumbência do Ministério da Defesa (MD) de realizar, anualmente, estudo denominado “Avaliação atuarial dos compromissos financeiros da

União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas”, em cumprimento ao dispositivo constante no inciso IV do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

1. **Fases concluídas:** Identificação dos requisitos e análise dos recursos necessários para resolução do problema.

2. **Fases em andamento:** Desenvolvimento do software, de sua documentação e treinamento do (s) operador (es). Esta fase se encontra suspensa, em razão das considerações abaixo:

a) Comando da Marinha está realizando a avaliação atuarial, utilizando ferramenta própria existente no Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV). Neste caso, existe a possibilidade de transferência de conhecimentos e tecnologia para o MD;

b) Para o desenvolvimento do software internamente foi considerado imprescindível a existência de um profissional atuário, atualmente, não disponível no MD. A contratação externa demanda recursos da ordem de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), apenas para consultoria e de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para a consultoria e produção do software; e

c) A formação profissional nessa área de conhecimento para servidores do Ministério da Defesa e Comandos Militares está sendo tratada por meio de contatos da SEORI com instituições públicas de formação e treinamento.

3. **Óbices observados:** Falta de pessoal com conhecimento

4. **Providências adotadas para superar os óbices**

Inicialmente, o DEORG solicitou a abertura de um projeto pelo Departamento de Administração Interna para a concepção de um novo sistema. Em seguida, foram mantidos entendimentos com instituições públicas de formação profissional no sentido de disponibilizarem dentre os seus cursos o de ciências atuariais. A instituição que abriu a possibilidade foi o Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU), para o ano de 2012.

Para evitar prejuízos administrativos, a avaliação financeira e atuarial pertinente ao exercício de 2011 está sendo realizada pelo Comando da Marinha, por meio do CASNAV e da Diretoria de Finanças da Marinha, de modo conjunto com as demais Forças e a equipe do MD.

- **DEORG 04 – Criação do Instituto Pandiá Calógeras**

Um dos projetos derivados da END é a reestruturação da ESG e a transferência do seu Comando para Brasília. Outra medida é a criação de um instituto encarregado de elaborar estudos e pesquisas que contribuam para acompanhar as transformações científicas e tecnológicas em curso e seus impactos sobre as formas de organização político-militar, sobre a cultura de defesa nacional e sobre o emprego do poder militar como instrumento do poder nacional. Para exercer esse papel, foi concebido o Instituto Pandiá Calógeras, que deve desenvolver estudos e pesquisas no campo da defesa nacional de modo a atender as necessidades do Ministério da Defesa.

Este Projeto tem por objetivo estabelecer o Instituto Pandiá Calógeras como órgão integrante da estrutura do Ministério da Defesa. A Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, definiu como interesse estratégico do país a capacidade de formar adequadamente especialistas em assuntos de defesa.

1. **Fases concluídas:** Apresentação de alternativas de modelos organizacionais para a instauração do Instituto Pandiá Calógeras.

2. **Fases em andamento:** Ajustes do projeto com vistas a uma aproximação com a concepção do Ministro da Defesa.

3. **Óbices observados:** Alterações sucessivas dos modelos organizacionais escolhidos para a instituição.

4. **Providências adotadas para superar os óbices:** Elaboração de alternativas adicionais para o modelo organizacional.

44. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO - DEORF

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL – SEORI					113057
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-014.418/2004-1	916/2006	9	Recomendação	Ofício nº 3052/2006-TCU/SECEX-3, de 30 de junho de 2006.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
MINISTÉRIO DA DEFESA					41109
Descrição da Deliberação:					
<p>Item 9.1 do Acórdão nº 916/2006: Recomendar o Ministério da Defesa que:</p> <p>9.1.1. dê continuidade aos estudos para racionalização das atividades das comissões militares no exterior, tendo como orientação a Portaria 531/2004 do Ministro da Defesa, que estipula as competências básicas e comuns das comissões militares, visando à unificação de esforços nas atividades que forem comuns às três Forças Armadas, para incremento da economicidade;</p> <p>9.1.2. inclua, nos estudos atinentes às comissões militares no exterior, a redução de gastos com pessoal civil e militar, com a verificação da necessidade de lotação de servidores civis.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO DA SEORI					Não se aplica
Síntese das providências adotadas:					
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de esforços de integração entre as Forças por meio da utilização de facilidades e uso comum dos serviços disponíveis nas comissões militares; - Estabelecimento de indicadores de desempenho para avaliação das atividades das comissões militares; - Confecção de relatório anual como medida de acompanhamento. Este relatório é produzido pelo DEORG e encaminhado para apreciação da autoridade ministerial. 					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Em 2011, o relatório produzido avaliou os dados de 2010, efetuando comparações com as informações dos anos de 2008 e 2009. Os principais resultados alcançados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução de gastos com despesas administrativas; - Redução do gasto anual por funcionário; - Incremento do uso compartilhado da estrutura física das comissões; <p>No quesito “Esforços de Integração”, observaram-se as seguintes conquistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aproveitamento de missões da Força Aérea Brasileira para transportes de material, troca de conhecimentos e experiências administrativas, notadamente quanto as informações dos mercados locais e em assuntos logísticos. 					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não foram observados.					

RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

MINISTÉRIO DA DEFESA

SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA - SEPROD

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília-DF / 2012

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 41066	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Produtos de Defesa			
Denominação abreviada: SEPROD			
Código SIORG: 113165		Código na LOA: -	Código SIAFI: 110279
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 8422-1	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-8829	(061) 3312-9003	
Endereço eletrônico: seprod@defesa.gov.br			
Página da Internet: http://www.defesa.gov.br			
Endereço Postal: Esp. dos Ministérios – Bl Q – 2º andar – Sala 210 – Brasília – DF – CEP: 70049-900			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas: Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU nº 224, de 24/11/2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas: Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003 – Disposição da Presidência da República e Ministérios.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas: Estratégia Nacional de Defesa (Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008); Política de Nacional da Indústria de Defesa - PNID (Port. Normativa nº 899/MD, de 19/07/2005).			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI		Nome	
772001		Diretoria de Administração da Marinha	
160509		Secretaria de Economia e Finanças	
120002		Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica	
110407		Departamento de Planejamento Orçamentário e Financeiro	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI		Nome	
00001		Tesouro	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
772001		00001	
160509		00001	
120002		00001	
110407		00001	

INTRODUÇÃO

O principal objetivo da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) é o de contribuir para promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva, e o de supervisionar as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar, do Sistema Militar de Catalogação e do Sistema Nacional de Catalogação.

Cabe salientar que a SEPROD permanece na fase primária de estruturação, empreendendo todo o esforço possível para adequar-se ao estabelecido em seu Decreto de criação, orientado pela Estratégia Nacional de Defesa e diretrizes fixadas pelo Ministro de Estado de Defesa, sob a expectativa de aprovação do Projeto de Lei nº 7.784/2010, que versa sobre os efetivos necessários à nova arquitetura funcional do Ministério.

No ano de 2011, a Secretaria não possuía um Programa sob sua responsabilidade, mas executou recursos da Ação 2B28 – Domínio de Tecnologias para a Defesa Nacional, cuja finalidade é apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, conforme prioridade definida pelo Ministério da Defesa por critério de importância estratégica e viabilidade tecnológica; e da Ação 6515 - Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD), que compreende órgãos, atividades, normas e regulamentos, suportado por ferramentas de tecnologia da informação, com o objetivo de permitir ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas acesso a um repositório integrado de informações logísticas que possibilitem o planejamento estratégico em consonância com a Política de Logística de Defesa (Portaria Normativa nº 1890/MD/2006).

Neste relatório estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN.

A SEPROD é uma Unidade Gestora com função de Controle de recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, cujas despesas são realizadas pela Administração Central do Ministério da Defesa. Dessa forma, não se aplicam à SEPROD as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN 108 TCU/2010: Programação Orçamentária das Despesas; Execução Orçamentária das Despesas; Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos; Movimentação e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; Transferências efetuadas no exercício; Informações sobre Contratos e Convênios; Declaração de Bens e Rendas (Imposto de Renda); Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis; Bens Imóveis de Uso Especial; Cartões de Pagamento do Governo Federal; e Renúncia Tributária.

Os itens do Anexo II, Parte “A” da DN 108 TCU/2010 que se aplicam à UJ não têm conteúdo a ser declarado no exercício de 2011 são os seguintes: Deliberações do TCU e Recomendações do Órgão ou do Controle Interno.

Dentre as realizações previstas para o exercício de 2011, destacaram-se as seguintes tarefas: participação em eventos nacionais e internacionais relacionados a certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa, além de prover o apoio às Forças Armadas nessa área com a aquisição de publicações especializadas; acompanhamento do trâmite da proposta da nova Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa, formulada em 2010; empreender ações no sentido de celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre o MD e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, objetivando proporcionar ações estratégicas de prospecção tecnológica; fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa, por meio de ações diretas junto ao Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA); avaliação, aperfeiçoamento e coordenação do funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, por meio de instrumentos e ferramentas informatizadas; promover e coordenar a integração entre os institutos de pesquisa militares, por meio de reuniões periódicas de avaliação que tratam da integração de projetos de pesquisa e desenvolvimento comum às Forças e de interesse da defesa, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa; coordenação das atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais, por meio da participação e eventos nacionais e internacionais; coordenação e acompanhamento dos projetos de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa, encaminhados pelas Forças Armadas, por meio de avaliações presenciais e de sistemas de acompanhamento internos do Departamento; coordenação, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, das atividades relativas a bens sensíveis, por meio da efetiva participação nos fóruns nacionais e internacionais que tratam dos assuntos relativos às áreas Biológica, Química, Nuclear e Missilística; e coordenação das atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa, por meio de visitas a Instituições de P&D civis e militares, empresas, ou por meio de ferramentas informatizadas; participação em eventos nacionais e internacionais relacionados à divulgação de produtos e indústrias de material de defesa, tais como a LAAD-2011; apoio às Forças Armadas na área de produtos de defesa; participação nas seguintes propostas de

criação: PNEPRODE – Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa e da PL PRODE – Projeto de Lei que estabelece normas especiais para as compras e contratações de produtos e de sistemas de defesa, ou do seu desenvolvimento, dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; coordenação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e a coordenação dos processos afetos à Tecnologia Industrial Básica (TIB) nas Forças Armadas.

As dificuldades encontradas decorreram do fato de que Lei Orçamentária Anual de 2011 não contemplou a nova Secretaria com ações específicas, continuando o Programa 0625 - Gestão da Política de Defesa Nacional, por intermédio das ações 2B28 e 6515, aportando recursos à nova Secretaria, ainda por montantes registrados em sua aplicação anterior à reestruturação, o que vem prejudicando, sobremaneira, as ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, atribuída para esta área de Produtos de Defesa.

46. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS - SEPROD

A Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), criada pelo Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, possui as seguintes competências:

I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de sua competência, inclusive nas matérias relativas a ciência, tecnologia e inovação;

II - propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional de ciência, tecnologia e inovação de defesa, visando o desenvolvimento tecnológico e a criação de novos produtos de defesa, e acompanhar a sua execução;

III - propor os fundamentos para a formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar a sua execução;

IV - propor a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanhar a sua execução;

V - normatizar e supervisionar as ações inerentes ao controle das importações e exportações de produtos de defesa;

VI - em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

a) acompanhar os processos e coordenar os programas e projetos de articulação e equipamentos de defesa;

b) propor diretrizes para a determinação de necessidades e requisitos, em termos de aproveitamento comum, dos meios de defesa dimensionados pela análise estratégico-operacional;

c) estabelecer, planejar e coordenar a padronização dos produtos de defesa de uso ou interesse comum das Forças Armadas;

d) estabelecer e coordenar a integração das aquisições de interesse das Forças Armadas; e

e) propor diretrizes relativas à obtenção e distribuição de bens e serviços;

VII - supervisionar e fomentar as atividades de tecnologia industrial;

VIII - supervisionar as atividades de ciência, tecnologia e inovação visando ao desenvolvimento e à industrialização de novos produtos de defesa;

IX - representar o Ministério da Defesa, na sua área de atuação, perante outros Ministérios, fóruns nacionais e internacionais nas discussões de matérias que envolvam produtos de defesa e nos assuntos ligados à ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

X - supervisionar as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar e do sistema militar de catalogação; e

XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

47. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - SEPROD

A SEPROD é constituída por três, a saber: Departamento de Produtos de Defesa, Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial, Departamento de Catalogação. Com essa estrutura, a Secretaria desenvolve suas competências, quais sejam: promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do

complexo industrial de defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios para alcançar maior autonomia tecnológica; produtiva e supervisionar as atividades de aquisição de informações de tecnologia militar, do Sistema militar de Catalogação e do Sistema Nacional de Catalogação.

DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA – DEPROD.

De acordo com o artigo 26, do Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, o Departamento de Produtos de Defesa possui as seguintes competências:

- I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;
- II - propor ao Secretário de Produtos de Defesa:
 - a) normas para a classificação dos produtos de defesa e duais das empresas estratégicas de defesa e das empresas com capacitação dual;
 - b) os requisitos especiais que deverão ser atendidos pelos produtos de defesa para ser classificados como estratégicos;
 - c) critérios e procedimentos para a contratação e aquisição de produtos de defesa; e
 - d) cláusulas de capacitação industrial e de compensação comercial e industrial;
- III - exercer o controle sobre o ciclo de vida dos produtos de defesa e sobre as empresas estratégicas de defesa;
- IV - propor as bases para a formulação e atualização da política de compras de produtos de defesa e acompanhar a sua execução;
- V - exercer as funções de Secretaria-Executiva da Comissão Militar da Indústria de Defesa;
- VI - propor as bases para a formulação e atualização da política nacional da indústria de defesa e acompanhar a sua execução;
- VII - exercer o controle das importações e exportações de produtos de defesa;
- VIII - coordenar a fiscalização das empresas estratégicas de defesa e dos produtos de defesa;
- IX - coordenar o fomento das atividades de produção e exportação de produtos de defesa;
- X - coordenar a participação das Forças Armadas no processo de fabricação de produtos de defesa;
- XI - coordenar as ações e propor aperfeiçoamentos para as medidas de compensação comercial e industrial (**offset**) de interesse da defesa; e
- XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA INDUSTRIAL – DECTI

De acordo com o artigo 27, do Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, o Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial possui as seguintes competências:

- I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;
- II - coordenar e acompanhar as atividades de certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa;
- III - propor cláusulas de transferência de tecnologia e compensação tecnológica;
- IV - coordenar as ações e propor aperfeiçoamentos para medidas de compensação tecnológica (**offset**) de interesse da defesa;
- V - gerenciar o processo de transferência de tecnologia para a base industrial de defesa;
- VI - fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa;
- VII - propor as bases para a formulação e atualização da política de ciência, tecnologia e inovação para a defesa e acompanhar a sua execução;
- VIII - avaliar, aperfeiçoar e coordenar o funcionamento do sistema de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;
- IX - promover e coordenar a integração entre os institutos de pesquisa militares, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa;

- X - coordenar as atividades de cooperação científica e tecnológica de interesse da defesa com instituições nacionais e internacionais;
- XI - coordenar e acompanhar os projetos de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa, encaminhados pelas Forças Armadas;
- XII - coordenar, no que tange aos aspectos de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa, as atividades relativas a bens sensíveis;
- XIII - coordenar as atividades de prospecção tecnológica nas áreas de interesse da defesa; e
- XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

DEPARTAMENTO DE CATALOGAÇÃO – DECAT

De acordo com o artigo 28, do Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, o Departamento de Catalogação possui as seguintes competências:

- I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;
- II - conduzir a atividade de catalogação;
- III - desempenhar as funções de órgão normativo e supervisor do sistema militar de catalogação;
- IV - participar das discussões e da elaboração de acordos nacionais e internacionais na área de catalogação;
- V - exercer as funções de representante das Forças Armadas para assuntos de catalogação e codificação de material perante o Sistema OTAN de Catalogação;
- VI - propor ações de fomento à atividade de catalogação, em âmbito nacional, junto aos fabricantes nacionais de setores econômicos relacionados;
- VII - manter atualizados e em funcionamento os bancos de dados de itens, fabricantes e usuários do sistema militar de catalogação, em consonância com o Sistema OTAN de Catalogação;
- VIII - fornecer informações técnicas, referentes às atividades de catalogação, aos fabricantes e fornecedores;
- IX - providenciar a catalogação de itens, conforme solicitado pelos centros nacionais de catalogação de origem estrangeira;
- X - solicitar aos centros nacionais de catalogação estrangeiros a catalogação de itens de interesse nacional do Brasil; e
- XI - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

48. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Não há programas sob responsabilidade desta Secretaria.

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista corrigida	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
05	126	0625	6515	A	4	Unidade	1,2	1,2	1
-	-	0625	2B28	A	-	Unidade	2	0	0

Análise Crítica das Ações

Sistema de Informações Logísticas de Defesa

Tendo em vista as alterações na estrutura organizacional do Ministério da Defesa, promovidas pelo Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, a Subchefia de Integração Logística (SUBILOG), unidade subordinada à CHELOG, passou a ter responsabilidade na implantação do Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD). Por sua vez, o mesmo ato legislativo também criou a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), composta pelos Departamentos de Ciência e

Tecnologia Industrial e de Catalogação, estes com atribuições relativas aos SISCEMEFA e SISMICAT, respectivamente.

Como consequência, houve necessidade de novas Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) serem criadas a partir de janeiro de 2011, para a execução das metas desta Ação não abrangidas pela Subchefia de Integração Logística e com recursos compartilhados entre a CHELOG e a SEPROD ao longo do ano.

Nesse contexto, o presente Relatório de Gestão abordará a execução das atividades no âmbito da Ação 6515 sob o enfoque da SEPROD, uma vez que parcela das metas desta Ação, como, por exemplo, a gestão do SISMICAT, migrou para a SEPROD.

Tipo	Atividade
Finalidade	Estabelecer e manter o Sistema de Informações Logísticas de Defesa, por meio da implementação progressiva do Sistema de Certificação, metrologia, normalização e fomento industrial das Forças Armadas (SISCEMEFA) e do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD) e da manutenção do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), a fim de contribuir para o preparo das Forças Armadas, em particular no que se refere à estruturação de sua logística, conforme o disposto no artigo 13, parágrafo 1º da Lei-Complementar nº 97/1999.
Descrição	O Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD) compreende órgãos, atividades, normas e regulamentos, sendo suportado por ferramentas de tecnologia da informação, com o objetivo de permitir ao Ministério da Defesa e às Forças Singulares acesso a um repositório integrado de informações logísticas que possibilitem o planejamento estratégico em consonância com a Política de Logística de Defesa (Portaria Normativa nº 1890/MD/2006). Espera-se que o SILD retenha, além das informações referentes às funções logísticas constantes da doutrina de logística militar (Portaria Normativa nº 614/MD/2002), a atividade logística de catalogação e as atividades inerentes à certificação, metrologia, normalização e fomento industrial, conforme competência atribuída ao MD pela Lei 10.683/2003. Em adição, o SILD contribuirá para aumentar os níveis de cooperação e de integração logística entre as Forças Armadas, conforme o disposto no anexo V, art. 7º, inciso XI da Portaria 1.108/MD/2005, e permitir o cumprimento da Lei-Complementar nº 97/1999 que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, no que se refere ao preparo das Forças Armadas, buscando autonomia nacional crescente mediante a contínua nacionalização de seus meios, nela incluídos pesquisa e desenvolvimento e o fortalecimento da indústria nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Produtos de Defesa/Subchefia de Integração Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas/Ministério da Defesa
Coordenador nacional da Ação	Luiz Carlos Farias Junior
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades:

A Ação Orçamentária está sendo operada de forma compartilhada pela Secretaria de Produtos de Defesa (UGR 110279) e pela Subchefia de Integração Logística da Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (UGR 110530).

Vale salientar que, no âmbito da Secretaria de Produtos de Defesa (UGR 110279), a referida Ação Orçamentária é aplicada à garantia da operação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), a cargo do Departamento de Catalogação, e a coordenação dos processos afetos à Tecnologia Industrial Básica (TIB) nas Forças Armadas, a cargo da Divisão de Tecnologia Industrial Básica (DITIB) do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI).

A Pré-Proposta Orçamentária para 2011 apresentou a necessidade de um montante total de R\$ 4.242.000,00, sendo R\$ 3.942.000,00 em custeio e R\$ 300.000,00 em investimento, com a finalidade de manter o funcionamento do Sistema Militar de Catalogação e possibilitar a coordenação dos processos afetos à Tecnologia Industrial Básica (TIB) nas Forças Armadas.

Contudo, de acordo com o Decreto nº 7.425, de 05 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei

Orçamentária de 2011, a LOA/2011 previu o aporte de R\$ 1.800.000,00, cabendo à SEPROD o crédito de R\$ 1.491.000,00 e à SUBILOG/CHELOG/EMCFA o crédito de R\$ 309.000,00.

O Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, estabeleceu limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011. Como consequência, a SEPROD obteve os limites de crédito autorizados para as despesas acima mencionadas fixados em R\$ 92.188,06, sendo assim distribuídos: 1º e 2º semestre com o crédito de R\$ 46.094,03 cada um.

Nesse sentido, podemos observar que o montante orçamentário previsto para o exercício financeiro em curso, restringiu ou impossibilitou qualquer atividade que venha a apoiar a criação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT), bem como a manutenção efetiva da representatividade do Brasil junto a Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA/OTAN).

Desse modo, têm-se priorizado, dentro das possibilidades orçamentárias em curso, o contrato de manutenção do Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) e o funcionamento do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA); portanto, sem atender as metas físicas subsidiadas na Pré-Proposta Orçamentária.

Dessa feita, de forma detalhada e em termos do envolvimento de gastos financeiros, os eventos abaixo relacionados ocorreram ao longo de 2011:

Em janeiro:

Participação como representante do Ministro de Defesa na 10ª Reunião do Grupo de Trabalho de Modernização do Sistema OTAN de Catalogação (10th NCSMWG), realizada em Battle Creek – Michigan –EUA; e promover a 64ª Reunião de Viabilização Técnica do Sistema Nacional de Catalogação (VT-SINACAT), realizada no Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Em fevereiro:

Participação na Reunião de coordenação no Centro de Catalogação da Aeronáutica (CECAT-FAB) em Guarulhos-SP; participação de representante do CECAFA na Reunião de orientação para a confecção do Relatório de Gestão 2010, realizada pela Ciset/MD em Brasília-DF; promover reuniões de coordenação do Grupo LAAD na cidade do Rio de Janeiro, em proveito da Feira Internacional de Tecnologia Militar “LAAD – Defence & Security 2011; e promover a 65ª Reunião VT-SINACAT, realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Em março:

Promoção da 1ª Reunião de coordenação para a implementação do Departamento de Catalogação (DECAT), realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Em abril:

Execução da Feira Internacional de Tecnologia Militar “LAAD – Defence & Security 2011, pelo Grupo LAAD na cidade do Rio de Janeiro; promoção da 66ª Reunião VT-SINACAT, realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ; e promoção da 2ª Reunião de coordenação para a implementação do DECAT, realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Em maio:

Participação na Reunião do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em São Paulo-SP. Ocorreu a viagem do DEPROD para São Paulo/SP, para conhecer os procedimentos adotados pela ONU para aquisição de produtos e serviços. Todos os eventos realizados até agora, custeados pela Ação 6515, a partir deste, passaram a ser custeados pela Ação 2000. Ainda em maio, o DEPROD participou na Reunião de Peritos Governamentais sobre o Programa de Ação das Nações Unidas para armas pequenas e armamento leve (UNPoA), realizada em Nova Iorque/EUA.

Em junho:

Participação na Reunião Ordinária dos Comitês Brasileiros de Avaliação da Conformidade (CBAC) e de Normalização (CBN) em São Paulo-SP; promover a 3ª Reunião de coordenação para a implementação do DECAT, realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ; promover a 67ª Reunião VT-SINACAT, realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ; e promover a 52ª Reunião da Comissão de Coordenação do Sistema Militar de Catalogação (CC-SISMICAT), realizada no CECAFA na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Participação de um representante na 7ª Reunião de Projetos de Ciência e Tecnologia no DCTA, em São José dos Campos/SP. Realização de Palestra abordando a Base Industrial de Defesa na Escola de Guerra Naval (EGN), no Rio de Janeiro/RJ, para o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), com o comparecimento de dois representantes. O DEPROD ministrou palestra sobre o Livro Branco da Defesa Nacional, representando o Ministro de Estado da Defesa, em Recife/PE e na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro/RJ.

Em julho:

Participação na 4ª Reunião de Coordenação para a implementação do Departamento de Catalogação e das atividades protocolares dos V Jogos Mundiais Militares do CISM; participação nas atividades protocolares dos V Jogos Militares do CISM e na 5ª reunião de Coordenação para a implementação do DECAT.

Em agosto:

Participação na 6ª Reunião de Coordenação para a implementação do DECAT.

Em setembro:

Participação na reunião sobre conectividade no CECAT, em Guarulhos –SP; Participação no 118th meeting of AC/135 PANEL A; participação em reunião sobre o catálogo brasileiro em São Paulo – SP; Participação na preparação da 7ª reunião de Coordenação para a implementação do Departamento de Catalogação; participação na Reunião de viabilização técnica do projeto VT-SINACAT no Rio de Janeiro; e participação na reunião de Coordenação do Sistema Nacional de Catalogação. Participação em Reunião entre o Sr Secretario de Produtos de Defesa e o Secretário de Planejamento no MD/Argentina a fim de tratar de incrementar as relações de produtos de Defesa dos dois países. Local: Buenos Aires – Argentina.

Em outubro:

Participação na 6ª Reunião de Coordenação para a implementação do Departamento de Catalogação; participação na palestra sobre catalogação no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR); e participação no seminário de Asas rotativas em ITAJUBÁ (MG). Visita ao Parque Fabril de Empresas do Paraná; Visitas Técnicas à Base Industrial de Defesa de São Paulo; Reunião com equipe Brasileira do Projeto Conjunto Brasil-Argentina da Viatura Leve de Emprego Geral (VELEGA) GAÚCHO e do Projeto GUARANI / RJ, para nivelamento de conhecimento e para obter subsídios quanto ao cumprimento do MD quanto à evolução destes projetos. Local CTEX – Rio de Janeiro / RJ. Acompanhar os entendimentos técnicos realizados entre as equipes brasileira e argentina, durante a 5ª reunião do projeto VLEGA-Gaúcho, realizada no Rio de Janeiro/RJ. Participação da 8ª Reunião sobre Projetos de C & T de Interesse da Defesa; e ficar em condições de assessorar o Sr Diretor de Produtos de Defesa sobre as frases dos projetos, no que interessar ao DEPROD. Local Arraial do Cabo/RJ; participação da IV Reunião do Grupo de Trabalho Setorial do IBAS e do I Seminário de Indústria de Defesa, - África do Sul; Proferir palestra no curso de Logística e Mobilização, na ESG – Rio de Janeiro; participação da Reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano Quito – Equador.

Em novembro:

Participação na reunião sobre o Cadastramento de Empresas Estratégicas de Defesa; Visita da Comitiva do Ministério da Defesa da República da Argentina ao Centro de Catalogação Das Forças Armadas (CECAFA/MD); participação em reuniões promovidas pela Agência de Suprimento e Manutenção da OTAN (NAMSA) nas cidades de Bruxelas e Bruges (Bélgica) e Curso de atualização da Catalogação.

Em dezembro:

Participação na reunião sobre a produção do Sistema Brasileiro de Catalogação (SISCAT-BR); participação nas reuniões de viabilização técnica do projeto VT – SINACAT e da Comissão de Coordenação do Sistema Militar de Catalogação no Rio de Janeiro (CC-SISMICAT); participação nas reuniões de viabilização técnica do projeto VT–SINACAT e da comissão de coordenação do Sistema Militar de Catalogação no Rio de Janeiro; participação na reunião sobre a produção do Sistema Brasileiro de Catalogação (SISCAT-BR); e integrar a comitativa do ministro de estado da defesa em viagem à cidade de Lima – Peru; participação da reunião do Conselho Diretor da ABIMDE, realizada no Centro Cultural da Marinha na Av. 9 de Julho, nº 4597, na cidade de São Paulo – SP; participação na 10ª Sessão Internacional do Instituto dos Altos Estudos de Defesa Nacional, da França, promovida pelo Ministério de Defesa da França e a convite daquele país. Local: País – França; com o objetivo de implementar o relacionamento Brasil-Argentina na área de Indústria de Defesa, foi realizado o acompanhamento da delegação Argentina em visita oficial ao território brasileiro, quando lhes foi apresentado o projeto da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal, Média de Rodas (VBTPMR), Blindado Guarani. Locais: Sete Lagoas / MG e CAEX Rio de Janeiro/RJ.

Meta	Previsto	Crédito autorizado/Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	3.000.000,00	1.883.744,89	1.878.102,49	99,70
Física (unidade)	2	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

Análise Crítica: As metas físicas resultantes da readequação do orçamento, em virtude dos cortes, foram cumpridas integralmente. Cabe ressaltar que se deve analisar a execução orçamentária com o crédito autorizado/índice corrigido, uma vez que houve contingenciamento em relação ao previsto inicialmente para a Ação. A relação Previsto/execução não retrata com fidedignidade a gestão dos créditos alocados à Ação.

DEPARTAMENTO DE CATALOGAÇÃO (DECAT):

- a) realização de 2 reuniões da Comissão de Coordenação do SISMICAT, em detrimento das 3 reuniões anteriormente previstas;
- b) a manutenção da representatividade do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação (SOC) foi descontinuada devido a não participação em 2 fóruns técnicos organizados pela Agência de Manutenção e Suprimento da OTAN (NAMSA);
- c) a promoção de ações anuais com foco na difusão do conceito de catalogação nas empresas privadas ou estatais, em proveito da criação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT), ficou defasada;
- d) participação de seis reuniões de Viabilização Técnica do SINACAT (VT-SINACAT), em detrimento das onze reuniões anteriormente previstas;
- e) a manutenção do funcionamento do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) vem sendo efetuada dentro dos limites mínimos estabelecidos, sem a possibilidade de investimentos;

f) participação na Feira Internacional de Tecnologia Militar “LAAD – Defence & Security 2011”, com a finalidade de conhecer novas tecnologias e produtos de defesa.

CECAFA

a) Cursos realizados para o aprimoramento técnico-profissional do pessoal envolvido nas atividades de apoio do Sistema Militar de Catalogação - SISMICAT:

- Participação de 03 (três) militares e 01 (uma) Servidora Civil no “Adestramento de Gestão Administrativa da OM”, ministrado nas instalações do Centro de Adestramento Almirante Newton Braga (CAANB) – 04 a 06/04/2011;

- Participação de 01 (um) militar no “Adestramento sobre o Sistema do Plano Diretor (SIPLAD) Básico”, ministrado nas instalações do Centro de Adestramento Almirante Newton Braga (CAANB) – 25 a 26/04/2011;

- Participação de 03 (três) militares no “Curso Expedito de Catalogação”, ministrado pela Central de Operação e Arquivo (COA-MB), nas instalações do Centro de Adestramento Almirante Newton Braga (CAANB) – 09 a 27/05/2011;

- Participação de 01 (um) militar no “Curso Expedito de Técnica de Ensino para Praças – MB”, ministrado nas instalações do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) - 09 a 27/05/2011; e

- Participação de 02 (dois) militares no curso "Oracle Database 11g: Administration Workshop I" – 19 a 23/09/2011 e 17 a 27/10/2011.

b) Cursos ministrados:

Curso de Atualização de Catalogação (SISCAT-BR) ministrado nas instalações do Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) - 21 a 25/11/2011.

c) Projetos:

I - Projeto VT-SINACAT (Viabilização Técnica do Sistema Nacional de Catalogação):

- Verificação diária de backup e gravação da fita semanal; reparos de rotina em Hardware; participação no processo de aquisição de equipamentos e contratação de serviços (pesquisa de preços e análise de registro de preços); acompanhamento de reparo no no-break central; preparação dos Termos de Referência para aquisição dos equipamentos e materiais de consumo de TI; Preparação dos Termos de Referência para contratação dos serviços de manutenção do SISCAT-BR e Oracle;

- 64ª Reunião de Coordenação do Projeto VT-SINACAT - 26/01/2011;

- 65ª Reunião de Coordenação do Projeto VT-SINACAT - 24/02/2011;

- 66ª Reunião de Coordenação do Projeto VT-SINACAT - 26/04/2011;

- 67ª Reunião de Coordenação Gerencial do Projeto VT-SINACAT – 28/06/2011; e

- 68ª Reunião de Coordenação do Projeto VT-SINACAT - 14/09/2011.

II - SGDC-P – Sistema Gerenciador de Dados de Catalogação Parametrizado:

Nota: Por ocasião da realização da 2ª reunião da CC-SISMICAT, decidiu-se que o software nacional de catalogação passaria a ser denominado de Sistema de Catalogação Brasileiro – SISCAT-BR.

- Participação nas tarefas de homologação do SISCAT-BR; homologação do servidor de atualizações Spacewalk (ambiente Linux); Verificação diária de backup e gravação de fita semanal; reestruturação do plano de backup para atender novas tecnologias (XEN); reparos de rotina em

hardware; manutenção nas bases de produção (legado e SISCAT-BR); upgrade na base de dados do Ambiente de Teste; planejamento de migração do Ambiente Windows (windows 2003 para Windows 2008 Server); execução de migração do Ambiente Windows (Win 2003 para Win 2008 server; criação de Ambiente de espelhamento para os Sistemas Legado e SISCAT-BR (alta disponibilidade); monitoramento do Ambiente de espelhamento para os Sistemas Legado e SISCAT-BR (alta disponibilidade); participação nas tarefas de homologação do SISCAT-BR; criação do banco de Dados para o SISCAT-BR V6.0; geração de versão para o aplicativo SGDC-P V6.0 (SISCAT-BR); preparação do ambiente de apresentação (simulação) do SISCAT-BR V.6.0 para SEORI/DECAT/DEPROD; Instalação e teste de solução de auditoria (OPEN-AUDIT); e Instalação e teste de solução de monitoramento (CACTI).

III - Subprojeto IV – Gerenciamento de Guias Nacionais de Identificação:

- Geração de versão corretiva para o aplicativo SGDC-P-EB; implementação de KHN; carga de KHN; geração da base de dados do MPOG; comparação da base de dados NAMSA com base legado; e atualização da base de dados do sistema base legado com base de dados NAMSA.

IV - Projeto FRAMEWORK:

- 2ª reunião do Comitê Gestor MDA - 25/02/2011; Conclusão do Tutorial do Andromeda; e 3ª Reunião do Comitê Gestor MDA - 27/04/2011.

d) Participação em eventos internacionais:

- Participação do CECAFA na Latin American Aero Defense (LAAD) – 12 a 15/04/11; participação no “99 Main Group”; participação no “118thAC/135 Panel A Meeting” - 20 a 22/09/2011; participação no "100th AC/135 Main Group" - 08 a 11/11/2011; e participação no Seminário "Tecnologia e Competividade em Setores Básicos da Indústria Chinesa" – 25/11/2011.

e) Outros Eventos:

- Palestra sobre "A Catalogação nas Forças Armadas" ministrada nas instalações do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) para 100 alunos - 17/02/2011; 1ª Visita ao CECAFA do Diretor do Departamento de Catalogação (DECAT) do MD - 10 e 11/03/2011; Palestra sobre "O Sistema de Catalogação nas Forças Armadas" ministrada nas instalações da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) para Oficiais Superiores - 05/04/2011; 2ª visita ao CECAFA do Diretor do Departamento de Catalogação (DECAT) do MD – 25 e 27/04/2011; visita ao CECAFA de um representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) para uma apresentação do Sistema Gerencial de Dados de Catalogação Parametrizado (SGDC-P) e Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT) – 25/05/2011; realização da 52ª Reunião de Comissão de Coordenação do Sistema Militar de Catalogação (CC-SISMICAT) com a participação do Diretor do Departamento de Catalogação (DECAT) do MD - 28 a 30/06/2011; visita ao CECAFA do Secretário de Produtos de Defesa do MD - 25/06/2011; lançamento da logomarca “SISCAT-BR” (Sistema de Catalogação Brasileiro) com as presenças do Dr. MURILO MARQUES BARBOZA, Secretário de Produtos de Defesa do MD, do Dr. ARI MATOS CARDOSO, Secretário de Coordenação e Organização Institucional do MD, do General-de-Divisão ADERICO VISCONTE, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa, e do Brigadeiro-do-Ar JOSÉ EUCLIDES DA SILVA GONÇALVES, Diretor do Departamento de Catalogação do MD – 25/07/2011; apresentação sobre a atividade de Catalogação e o Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) para 70 Oficiais-Alunos, do Curso de Aperfeiçoamento de Intendência da EsAO, seguida de visita às instalações do CECAFA - 03/08/2011; apresentação sobre a atividade de Catalogação e o Sistema de Catalogação Brasileiro (SISCAT-BR) para alunos do Curso de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimentos pelo Ar (Curso DOMPSA), do Centro de Instrução de Paraquedista General Penha Brasil (CIPqdtGPB), com a presença de um Oficial e uma Praça do Exército da Guiana e uma Praça do Exército do Equador, seguida de visita às instalações do CECAFA - 11/08/2011; palestra sobre "A Catalogação nas Forças Armadas" e "CAT-BR Web",

para cinquenta militares e servidores civis do Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG) - 13/09/2011; palestra sobre "A Catalogação no J216" ministrada na Escola Superior de Guerra (ESG) para Oficiais-Alunos do Curso de Mobilização e Logística - 27/10/2011; Palestra do representante da empresa INSILOG sobre "As áreas de atuação da empresa" - 14/10/2011; e visita ao CECAFA da Delegação do Ministério da Defesa da Argentina – 14/11/2011.

II. Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI) - Divisão de Tecnologia Industrial Básica (DITIB).

a) participação de 10 eventos nacionais relacionados à certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa;

b) não houve a participação em eventos internacionais relacionados à certificação, de metrologia e de normatização e proteção por patentes de interesse da defesa, prejudicando o intercâmbio de informações; e

c) aquisição de publicações especializadas (normas técnicas) em apoio às Forças Armadas nessa área.

III. Departamento de Produtos de Defesa

a) Contribuição com a formação de Oficiais-Alunos da Escola de Guerra Naval, cumprindo com a missão de divulgar e fomentar a BID, disseminando a cultura de Defesa;

b) Promoção das atividades da BID junto à ABDI, permitindo àquela agência, uma melhor compreensão para a elaboração de diagnósticos relativos à Base Industrial de Defesa do Brasil, contribuindo assim com a missão da DEPROD.

AÇÃO 2B28 - DOMÍNIO DE TECNOLOGIAS PARA A DEFESA NACIONAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar projetos de interesse da Defesa Nacional, conforme prioridade definida pelo Ministério da Defesa por critério de importância estratégica e viabilidade tecnológica.
Descrição	Viabilização de programas mobilizadores e projetos inovadores; implementação de sistemas de informação e prospecção tecnológica; desenvolvimento de indicadores de C,T&I; ampliação da capacidade de gerar e de financiar produtos com alto valor agregado; estímulo à substituição de tecnologias importadas; criação de centros de excelência; melhoria da infra-estrutura laboratorial e de ensaios; integração de atividades correlatas de C,T&I; acompanhamento de contratos; estabelecimento de intercâmbios científico-tecnológicos; implantação de redes de laboratórios; certificação de laboratórios; estabelecimento de banco de dados de parceiros; efetivação de parcerias entre universidades, centros de excelência e indústria, envolvendo Institutos Militares; participação em fóruns internacionais de bens sensíveis nas áreas de missilística, nuclear, biológica, química e espacial; participação em comissões intergovernamentais; realização de seminários em CT&I; realização de visitas técnicas e participação em exposições correlatas; promoção de seminários e "workshops" sobre o tema CT&I, com prioridade às áreas de interesse da Defesa Nacional, com características duais e de apelo social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Produtos de Defesa / Ministério da Defesa.
Coordenador Nacional da Ação	Sérgio Barbosa Corrêa

Tipo	Atividade
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa.

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades realizadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial:

Em janeiro:

Participação como representante do Ministro de Defesa na transmissão do cargo da Presidência da FINEP, RJ; representante do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em SJC/SP, em acompanhamento ao Ministro da Defesa; participação de reunião do Comitê-Conjunto Brasil-França, no RJ; participação em Reunião do Comitê Conjunto Brasil-França de cooperação em computação de alto desempenho no Laboratório Nacional de Computação Científica, no RJ; participação de inspeção técnica à empresa SIB SPACE e Esteio, para fins de inscrição na categoria "C", em atividades de aerolevantamento e cartografia, no RJ e em Curitiba.

Em fevereiro:

Não foram realizadas atividades regimentais previstas para o mês em função do corte orçamentário e do provisionamento em 1/18 do montante em Custeio aprovado na LOA2011.

Em março:

No decorrer do mês de março diversas atividades previstas no planejamento do Departamento de Ciência e Tecnologia e compatíveis com a finalidade desta Ação de Governo foram canceladas por ordem do Secretário de Produtos de Defesa, para reavaliação de prioridades, a saber: representar a Defesa nos Comitês Brasileiros de Avaliação da Conformidade (CBAC) e de Normalização (CBN), no período de 14 a 15 de março, no Rio de Janeiro/RJ; participar, como membro da delegação brasileira, da Reunião de Preparatória da Conferência de Revisão da Convenção para Proibição de Armas Biológicas, a ser realizada na cidade de Genebra, Suíça, no período de 10 a 17 de abril de 2011; participar da cerimônia de Lançamento da Pedra Fundamental do Parque Tecnológico (CTI) e reunião de planejamento para a realização do VIII Seminário de CT&I do Ministério da Defesa, em Campinas/SP, no período de 16 a 17 de março de 2011.

Em abril:

Participação como membro da delegação brasileira na Reunião Preparatória para a Conferência de Revisão da Convenção para Proibição de Armas Biológicas, em Genebra, Suíça; participação da Reunião Plenária do Regime de Controle de Mísseis (MTCR), em Buenos Aires - Argentina; participação do Apoio Institucional do Ministério da Defesa na 8ª Edição da "Latin America Aero & Defence - LAAD/2011, no RJ.

Em maio:

Participação como representante da Secretaria de Produtos de Defesa na solenidade de inauguração do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro, em São Bernardo do Campo, SP; participação na solenidade da Ordem do Mérito Cartográfico, realizado no Instituto Militar de Engenharia - IME, no RJ; participação do Seminário "PROCURANDO A COMPLEMENTAÇÃO NA INDÚSTRIA, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA DA DEFESA NO ÂMBITO SUL-AMERICANO", em Lima-Peru; participação como palestrante no Curso de Política e Estratégia Aeroespacial (CPEA), na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), no Rio de Janeiro-RJ; participação como membro do DECTI/SEPROD/MD em visita às instalações do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e da 7ª Reunião sobre Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Interesse da Defesa, nas dependências do DCTA, em São José dos Campos, SP.

Em junho:

Participação de Reunião de Coordenação do Terceiro Curso Regional de Assistência e Proteção para Resposta e Emergências Químicas, no Rio de Janeiro-RJ; participação como integrante da delegação brasileira chefiada pelo Secretário de Produtos de Defesa que a convite do Governo Francês, a visitas técnicas aos órgãos da estrutura do Ministério da Defesa francês e à Eurocopter, bem como participação do 49º Salão Internacional da Aeronáutica e do Espaço, realizada no parque de exposições de Le Bourget, nas cidades de Paris e Marignane, Paris/França; participação como representante do MD na Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares, em Noordwijk/Holanda; participação como membro da delegação brasileira na Bio Internacional Convention, nos assuntos relacionados a Biosecurity, Washington-EUA.

Em julho:

Participação da visita ao 1º/12º Grupo de Aviação visando conhecer o Sistema VANT Hermes 450 utilizado pela Força Aérea Brasileira - FAB, em Santa Maria/RS; participação na Reunião do Comitê de Veículos Não Tripulados (VANT) da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, como representante da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), em São Paulo/SP; participação de visita ao Centro Tecnológico do Exército (CTEx), para avaliação dos projetos da família Radares Nacionais de Defesa (SABER M60, SABER M200, SENTIR M20), no Rio de Janeiro/RJ.

Em agosto:

Participação como palestrante no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEX), realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro/RJ; participação na coordenação e execução do Curso Regional de Assistência e Proteção em Resposta a Emergências Químicas voltados para países da América e do Caribe, visando ao atendimento ao Artigo X da Convenção para Proibição de Armas Químicas (CPAQ), no Rio de Janeiro - RJ; participação na Palestra do Cientista DR DALTON ELLRY GIRÃO BARROSO, sobre o Programa Histórico e Atual dos Arsenais Nucleares no Mundo, proferida no Clube Militar da Lagoa, no Rio de Janeiro - RJ; participação em reunião de coordenação com vistas à realização do 8º Seminário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Defesa, realizada na cidade de Campinas - SP, nas dependências do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - (CTI) e na realização de treinamento "in Loco" dos pesquisadores ligados ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para utilização do Sistema de Acompanhamento de Projetos de Interesse da Defesa (SAPID), em Campinas e São José dos Campos, SP; participação no Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear - Angra 2011, Angra dos Reis/RJ. Em 19 de agosto foi efetuado destaque crédito para a Comissão do Programa Aeronave de Combate/FAB, no valor R\$ 15 mil (2011ND4254), para atender despesas relacionadas ao recebimento do simulador da aeronave C-105A.

Em setembro:

Participação como palestrante no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPAEx), realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro/RJ; participação na Reunião Plenária do Departamento da Indústria de Defesa - COMDEFESA, realizada no Edifício Sede da FIESP, em São Paulo/SP; participação em reunião entre o DECTI e membros da FINEP/MCTI, no ARMJ, para tratar de assuntos de financiamentos de projetos navais reembolsáveis; participação nas atividades de gestão ligadas à celebração da Assinatura do Termo de Cooperação entre MD/MDIC; realização do treinamento "in loco" dos pesquisadores ligados à MB e do EB, nas dependências do Centro de Análise de Sistemas Navais, sobre o Sistema de Acompanhamento de Projetos de CT&I de Interesse da Defesa, Rio de Janeiro/RJ; participação no II Simpósio de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha e Reunião Técnica no CTEx sobre Setor Nuclear, Rio de Janeiro/RJ; participação como palestrante no Curso de Comando e Estado-Maior, realizada na ECEME, Rio de Janeiro/RJ; participação no XII

Simpósio de Aplicações Operacionais em Áreas de Defesa, em São José dos Campos/SP. Em 23 de setembro foi efetuado destaque de crédito valor R\$ 73.852,49 para o Grupo de Apoio em Brasília (FAB), a fim de possibilitar o apoio administrativo para a realização do 8º Seminário de CT&I do Ministério da Defesa, na cidade de Campinas – SP (2011NC2256).

Em outubro:

Organização, participação e coordenação do 8º Seminário de CT&I do Ministério da Defesa, com o tema: Os Bens Sensíveis e sua Importância Estratégica para a Defesa Nacional, nas dependências do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, em Campinas - SP; participação na Reunião Preparatória do Grupo de Especialistas Técnicos do Missile Technical Control Regime, em São José dos Campos, SP; organização, participação e coordenação da 8ª Reunião sobre Projetos de CT&I de Interesse da Defesa, nas dependências do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, Arraial do Cabo - RJ; participação na Conferência Internacional Nuclear do Atlântico, em Belo Horizonte - MG.

Em novembro:

Participação no XI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos - XI ENEE, “Painel 1 - Transformação da Defesa Nacional: resultados e impactos”, na Escola Naval (EN), Rio de Janeiro/RJ; participação na reunião do Comitê-Conjunto Brasil-França, realizada no Arsenal de Marinha do (AMRJ), Rio de Janeiro/RJ; participação dos integrantes do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial em visita às Instalações do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) e organização e coordenação da 8ª Reunião sobre Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Interesse da Defesa, na mesma Organização Militar, em Arraial do Cabo/RJ; participação no Encontro de Especialistas Técnicos do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis; participação de representante do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial na 16ª Conferência dos Estados-Partes da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAQ), em Haia/Países Baixos. Em 25 de novembro, ocorreu destaque de crédito no valor de R\$ 5.721,51 para apoiar atividades de P&D da ICT Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (MB), por meio da 2011ND002340.

Em dezembro:

Participação como membro da delegação brasileira na VII Conferência de Revisão da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas.

Ao final do exercício, as metas físicas e financeiras da Ação apresentaram as seguintes situações:

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DA AÇÃO 2B28 – DOMÍNIO DE TECNOLOGIAS PARA A DEFESA NACIONAL

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	400.000,00 (A)	240.000,00	230.432,46	96,01%
Física (UN)	2 (B)	0	0	0

Em termos de metas físicas, ressalta-se, primeiramente, que em função dos recursos efetivamente alocados nessa Ação de Governo para 2011, não ocorreu apoio financeiro a Projetos de Interesse da Defesa. Assim, os recursos disponibilizados e ajustados a LOA/2011 foram efetivamente aplicados em algumas atividades previstas na descrição dessa Ação de Governo.

No que tange à dinâmica orçamentária, a LOA/2011 previu o aporte de R\$ 300.000,00 em Custeio e R\$ 100.000,00 em Investimento. Em 03 de janeiro, ocorreu a liberação 1/12 da LOA/2011 em

Custeio, no valor de R\$ 24.999,00 e, em 06 de janeiro, aconteceu o bloqueio de crédito para a liberação de 1/18 da LOA/2011, conforme o Decreto nº 7.425, de 5/1/11, no valor de R\$ 8.333,00.

Assim, os recursos iniciais alocados para atender as atividades em CT&I do Ministério da Defesa montaram em R\$ 16.666,00. Em 01 de fevereiro, ocorreu bloqueio de crédito para a liberação de 1/18 do PLOA/2011, conforme Decreto nº 7.425, de 5/1/11, no valor de R\$ 8.333,00, sendo liberado o 2º montante dos 1/18 no valor efetivo de R\$ 16.666,00.

O montante total provisionado até aquela data foi de R\$ 33.332,00. Em 14 de fevereiro, ocorreu o bloqueio de crédito no valor de R\$ 235.186,44 para acerto de 1/18 da LOA/2011, conforme Decreto nº 7.425, de 05/01/11. O total provisionado na Ação até 18 de março montou em R\$ 120.000,00 em Custeio, sendo que a previsão de aporte total nesta Ação até o 2º semestre de 2011 importou em R\$ 240.000,00.

É importante destacar que considerando as limitações estabelecidas em Custeio relativas aos gastos com diárias e passagens (DEC 7.444, de 1º de março de 2011), a situação da dinâmica de despesas nessa Ação ficou detalhada da seguinte maneira: R\$ 144.845,00, para despesas com diárias / passagens / locomoção e R\$ 95.155,00, para outras despesas com custeio. Em 07 de abril ocorreu o desbloqueio de crédito no valor de R\$ 80.000,00 para liberação de limite da LOA/2011,

Em 10 de maio, ocorreu desbloqueio de crédito no valor de R\$ 40.000,00 para liberação de limite da LOA/2011, de acordo com o DEC. nº 7.445, de 1/3/11, publicado em 1/3/11. Em 19 de agosto, houve destaque de crédito para a COPAC/FAB, no valor de R\$ 15.000,00 (2011ND4254) para atender despesas relacionadas ao recebimento do simulador da aeronave C-105A.

Em 23 de setembro, ocorreu destaque de crédito no valor R\$ 73.852,49 para Grupamento de Apoio de Brasília (FAB), a fim de possibilitar o atendimento operacional para atender o apoio anteriormente mencionado (2011NC2256). Em outubro foi realizado pagamento no valor de R\$ 556,28 à empresa Pontual Transporte Ltda. Para o envio de material de suporte ao 8º Seminário de CT&I do MD, em Campinas – SP. Em outubro, foi efetuado pagamento a Associação Brasileira de Energia Nuclear para inscrição do Major Damaso para participar da INAC2011.

Análise do Resultado Alcançado

Apesar de não existirem indicadores do Programa 0625, Gestão da Política de Defesa Nacional, pode-se avaliar qualitativamente os resultados alcançados em 2011 na medida em que os trabalhos no âmbito do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria de Produtos de Defesa proporcionaram:

- a) a conclusão do marco legal para a edição da nova Política de Ciência e Tecnologia para a Defesa (proposta em tramitação na esfera da Casa Civil da Presidência da República);
- b) ações de coordenação para a integração entre os Institutos de Ciência e Tecnologias civis e militares de Projetos de Interesse da Defesa, Instituições Acadêmicas e Indústria de Defesa. Para tal, ocorreram 3 (três) reuniões (6ª, 7ª e 8ª) de integração de projetos de interesse da defesa, envolvendo os Órgãos de CT&I, Setores Operativos e Instituições de Ciência e Tecnologia das 3 (três) Forças com vistas ao acompanhamento efetivo dos desenvolvimentos integrados desses projetos, a saber: Projeto Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), Projeto Rádio Definido por Software (RDS), Projeto Fibra de Carbono (FC), Projeto Família de Radares, Estruturas de Defesa Nuclear, Química e Biológica e Projeto MAGE (Medidas de Apoio a Guerra Eletrônica) Veicular, estando essa integração contemplando a participação de Instituições Acadêmicas e de Ciência e Tecnologia civis;
- c) realização do 8º Seminário de CT&I do Ministério da Defesa, cujo tema “Os Bens Sensíveis e sua Importância Estratégica para a Defesa Nacional”, atraiu representantes de diferentes segmentos governamentais e privados, entre instituições, academia e indústria de defesa e evidenciou a necessidade da elaboração de um modelo nacional para identificação e tratamento das ameaças

químicas, biológicas e nucleares, além de proporcionar, também, ações de trabalhos conjuntos entre as 3 (três) estruturas militares;

d) criação, por meio da Portaria Normativa nº 1120/MD, do Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SAPID), ferramenta essencial que funciona em tempo real e hierarquizado em diferentes níveis no âmbito do Ministério da Defesa, possuindo os seguintes objetivos:

- consolidar e manter atualizadas as informações relativas a projetos de CT&I de interesse da defesa, propostos, em desenvolvimento ou concluídos pelas Instituições de C&T (ICT) das Forças Armadas;

- aperfeiçoar a gestão de recursos humanos e financeiros empregados nos projetos, facilitando sua distribuição racional;

- facilitar a identificação, avaliação, seleção, priorização e aprovação das propostas de projetos de CT&I junto aos órgãos federais de fomento;

- fortalecer a integração entre as ICT das Forças Armadas e dessas com o Sistema de CT&I de Interesse da Defesa Nacional; e

- possibilitar o mapeamento de competências técnicas distribuídas nas diversas ICT e fomentar a sinergia entre seus pesquisadores.

e) criação de Comitês Temáticos no âmbito da defesa, com a participação da Secretaria de assuntos Estratégicos da Presidência da República, para as áreas estratégicas definidas na Estratégia Nacional de Defesa, ou seja, nuclear, cibernética e espacial.

No que tange a participação deste Departamento nas representações envolvendo as áreas de Bens Sensíveis, merecem destaque:

a) na área nuclear, os efetivos trabalhos de acompanhamento e assessoramento das tratativas para a formulação da proposta brasileira alternativa a adesão ao Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, nas reuniões do Núcleo de Supridores Nucleares, culminando com a concordância por parte daquele colegiado com o posicionamento brasileiro, evitando futuros cerceamentos tecnológicos aos interesses nacionais;

b) na área biológica, a ativa participação e mobilização de diversos atores nacionais no que tange às questões das ameaças biológicas globais, inclusive com realização de workshop nacional, a participação em evento internacional em biotecnologia (Biointernacional Convention) e o assessoramento e discussões dos preparativos para a VII Conferência Internacional para a Proibição de Armas Biológicas;

c) na área química, a coordenação de Curso Nacional para Resposta a Ataques com Agentes Químicos para participantes de 20 (vinte) países da América Latina com o apoio e chancela da Organização para Proibição das Armas Químicas (OPAQ) e participação na 16ª Conferência dos Estados-Partes da OPAQ; e

d) na área missilística, a efetiva participação em fóruns de discussão do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

49. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS - SEPROD

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Cíveis e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

Neste item, serão apresentadas as informações atinentes aos Servidores Cíveis e Militares que exercem função na Secretaria de Produtos de Defesa.

Dessa forma, serão preenchidos os quadros que tratam da Força de Trabalho, Cargos em Comissão, Faixa Etária, Escolaridade, Estagiários e Servidores Terceirizados, com situação apurada em 31 de dezembro de 2011.

QUADRO 4.1 - FORÇA DE TRABALHO

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		10		
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		10		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		7		
2. Servidores com Contratos Temporários		0		
3. Militares da Ativa		65		
4. Militares da Reserva		5		
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		80		

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

QUADRO 4.2 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		9		
1.1. Cargos Natureza Especial		0		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		9		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		3		
1.2.4. Sem vínculo		2		
1.2.5. Aposentados		2		
2. Funções gratificadas		5		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0		
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		4		
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		14		

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

QUADRO 4.3 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo			2		1
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira			2		1
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	1	1	5	4	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1		2	4	
2.3. Funções gratificadas		1	3		

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
3. Militares da Ativa	7	19	31	7	1
4. Militares da Reserva			2	2	1
5. Totais (1+2+3+4)	8	20	40	13	3

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

QUADRO 4.4 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo			1			2			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1			2			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provedimento de cargo em comissão						7			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						7			
2.3. Funções gratificadas									
3. Militares da Ativa				2	26	37			
4. Militares da Reserva					1	4			
5. Totais (1+2+3+4)			1	2	27	50			
LEGENDA:									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

QUADRO 4.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	1	1	1	1	
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	1	1	1	1	
3. Total (1+2)	2	2	2	2	

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

QUADRO 4.6 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UJ

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2012	2013		
Agente Administrativo					

Auxiliar Administrativo					
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Sem comentários					

Fonte: Secretaria de Produtos de Defesa

50. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais: não há.					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

51. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) - SEPROD

A avaliação da Gestão de TI voltada para as atividades meio estão inseridas no Relatório de Gestão – Exercício 2011 da UG 110404 – Departamento de Administração Interna / Ministério da Defesa, a qual centraliza as atividades meio de TI no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.

52. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO - SEPROD

A Lei Orçamentária Anual de 2011 não contemplou a nova Secretaria com ações específicas, continuando o Programa 0625 - Gestão da Política de Defesa Nacional, por intermédio das ações 2B28 e 6515, aportando recursos à nova Secretaria, ainda por montantes registrados em sua aplicação anterior à reestruturação, o que vem prejudicando, sobremaneira, as ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, atribuída para esta área de Produtos de Defesa.

Os Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais estão dispensados da obrigatoriedade de manter indicadores, conforme Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, página nº 45, em destaque abaixo:

“Para cada programa finalístico é obrigatório haver ao menos um indicador. Para os programas de apoio (grifo nosso) às políticas e áreas especiais a presença de indicadores é facultativa (grifo nosso)”.

A título de informação, para o exercício financeiro de 2012, está prevista a ativação da Ação Governamental 20T4 – Sistema Militar de Catalogação que possibilitará ao Departamento de Catalogação possuir uma ação orçamentária específica, com a finalidade de orientar e apoiar a atividade de Catalogação em âmbito nacional. Portanto, desvinculando a atividade de Catalogação da finalidade da Ação Governamental 6515.

Vale salientar, que no PPA 2012-2015, as Ações 2B28 e 20T4 estão inseridas no Programa 2055 – Desenvolvimento Produtivo, cuja Unidade Responsável é a SEPROD.

53. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar dos cortes orçamentários impostos às Ações que contribuem com as atividades da SEPROD, os resultados alcançados estão em consonância com a Política Nacional de Indústria e Defesa, contribuindo para o alcance das seguintes metas: conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID; diminuição progressiva da dependência externa em produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente; redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções com relação aos produtos importados, conseguida com a aprovação da MP544 em 29 de setembro de 2011; ampliação da capacidade de aquisição de produtos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas; melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa; aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações; e melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID.

Conforme já mencionado acima, apesar de todos os esforços desenvolvidos, destacamos que com os recursos orçamentários provisionados para o exercício financeiro em curso, algumas ações tiveram suas atividades restringidas ou não iniciadas, tais como: a realização de Simpósios, Seminários ou WorkShop em proveito da criação do Sistema Nacional de Catalogação (SINACAT); a manutenção efetiva da representatividade do Brasil junto a NAMSA/OTAN; e a capacidade de se investir nos órgãos que compõem o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), principalmente em Tecnologia da Informação para o Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA). Portanto, sem atender as metas físicas subsidiadas na Pré-Proposta Orçamentária - 2011.

O SISCAT-BR é a ferramenta utilizada pelos órgãos que constituem o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT) e possui a capacidade de estabelecer uma linguagem de identificação uniforme dos itens de suprimentos de produtos de defesa em uso dentro das atividades logísticas (abastecimento, gerência, padronização, etc.) das Forças Armadas. Além disso, a sua integração com o Sistema OTAN de Catalogação (SOC) permite o uso de dados de catalogação de outros países.

Espera-se que com a total disponibilização do SISCAT-BR, observamos os seguintes benefícios à sociedade, tais como: redução dos gastos públicos, por meio da identificação dos itens do acervo dos órgãos de todas as esferas da administração pública, facilitando a racionalização em compras e demais ações da logística; contribuição para a simplificação do relacionamento com a indústria nacional e a promoção da redução da dependência internacional de itens, por intermédio da descrição detalhada do material; e o incremento do comércio de produtos de defesa nacionais com outros países, por intermédio da divulgação dos dados de itens e empresas no catálogo de visibilidade internacional estabelecido pelo Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Dessa feita, o Brasil passa a ser reconhecido como um país que detém um nível elevado de informações sobre itens e produtos de defesa, e seus respectivos fabricantes, dando visibilidade à indústria nacional junto a mais de 60 países.

Na Área de Ciência e Tecnologia, os resultados alcançados estão alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos na concepção estratégica, quais sejam: estabelecer a institucionalização de fóruns e mecanismos permanentes para a discussão, formatação, realização, acompanhamento e avaliação de projetos e ações de conteúdo de Ciência, Tecnologia e Informação resultantes da interação dos MD e MCT e identificar as necessidades e os anseios dos setores civis e militares, relacionados com a Ciência, Tecnologia e Informação, a fim de que sejam estabelecidas Diretrizes Estratégicas para a Defesa, como forma de buscar o efetivo domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos para o Desenvolvimento Nacional.

RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

MINISTÉRIO DA DEFESA

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO – SEPESD

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília-DF / 2012

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)
 QUADRO A.1.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADA

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação completa: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			
Denominação abreviada: SEORI			
Código SIORG: 41109	Código na LOA: 52101		Código SIAFI: 115405
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: 84.22-1/00
Telefones/Fax de contato:	(061)3312-4224	(061) 3312-4233	(061) 3312-8538
Endereço eletrônico: seori@defesa.gov.br			
Página da Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto			
Denominação abreviada: SEPESD			
Código SIORG: Ñ Tem	Código na LOA: Ñ Tem		Código SIAFI: Ñ Tem
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta/Órgão Público			
Principal Atividade: Administração e Gestão das Atividades de Defesa Nacional			Código CNAE: Ñ Tem
Telefones/Fax de contato:	(061) 2023-5130	(061) 2023-5150	2023-5152
Endereço eletrônico: sepesd@defesa.gov.br			
Página da Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: – Esplanada dos Ministérios Bloco “O” Anexo I – Brasília – 70.052-900 – DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU nº 224, de 24 de novembro de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 (DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2007; Decreto nº 6.592, de 02 - Portaria Normativa nº 142, de 25 de janeiro de 2008 (DOU nº 19 de 28 de janeiro de 2008) - Portaria - TCU nº 123, de 12 de maio de 2011 - Decisão Normativa - TCU nº 108 de 24 de novembro de 2010 - Decisão Normativa – TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010 - Decisão Normativa – TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011 - Decisão Normativa – TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
110407	Ministério da Defesa – Administração Central		
772001	Diretoria de Administração da Marinha		

160509	Secretaria de Economia e Finanças (Exército)
110406	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
110404	Departamento de Administração Interna (Ministério da Defesa)
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110407	00001
772001	00001
160509	00001
110406	00001
120002	00001
110404	00001

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão encontra-se estruturado em capítulos, seguindo a ordem do Anexo II à Decisão Normativa nº 108, de 24 de novembro de 2010, e segundo as Orientações Gerais para elaboração do Relatório de Gestão 2010, disponibilizadas no sítio do Tribunal de Contas da União.

O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira do Programa 0181 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, e das ações 11ZO – Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares, 11ZP – Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares, 11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares, 20CH – Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares, 20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares, 2272-Gestão e Administração do Programa, Programa 0637 – Serviço de Saúde das Forças Armadas e 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, gerenciados no âmbito da SEPESD, tendo suas ações coordenadas pelo DESAS e pelo DEPEC, respectivamente.

Estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN.

Quanto ao Programa 0637 – Serviço de Saúde das Forças Armadas, as dificuldades encontradas para a realização das atividades foram decorrentes do contingenciamento orçamentário, e limitação ao gasto com passagens e diárias, o que obrigou a revisão do planejamento de tais atividades.

Não se aplica à SEPESD:

- Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores;
- Informações sobre recursos humanos;
- Informações sobre transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos;
- Declaração da área responsável por contratos e convênios;
- Informações sobre a entrega e o tratamento das declarações de bens e rendas;
- Informações quanto aos critérios de sustentabilidade na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;
- Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário;
- Informações sobre a gestão de tecnologia da informação;
- informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal;

- Informações sobre as renúncias tributárias;
- informações sobre o tratamento das recomendações feitas pela Ciset-MD;
- Outras informações consideradas relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão; e
- As partes B, C e D, previstas na decisão normativa nº 108, de 24 de novembro de 2010.

55 - PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ - SEPESD

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

De acordo com o Artigo 29 da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, descrita no Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011, à Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto compete:

- I - assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos assuntos de sua competência;
- II - com exceção do que se refere à remuneração dos militares, formular e atualizar a política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; (Redação dada pelo Decreto nº 7.476, de 2011).
- III - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;
- IV - propor a formulação e a atualização da política de ensino de defesa e acompanhar a sua execução;
- V - propor diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e de instrução especializada, em seus aspectos comuns a mais de uma Força;
- VI - contribuir para a difusão dos assuntos de defesa no âmbito da sociedade brasileira;
- VII - supervisionar projetos especiais de interesse do governo, atribuídos à Secretaria;
- VIII - realizar gestões para a captação de recursos financeiros em benefício do Projeto Rondon;
- IX - propor a formulação e a atualização da política e da estratégia de saúde e assistência social para as Forças Armadas, bem como formular e atualizar políticas, estratégias e diretrizes setoriais de saúde e assistência social, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;
- X - supervisionar a gestão do Hospital das Forças Armadas;
- XI - propor diretrizes gerais e instruções complementares para as atividades relativas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; e
- XII - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

56. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As ações abaixo custeiam as atividades para os objetivos estratégicos da SEPESD:

Ações do Programa 0637 – Serviço de Saúde das Forças Armadas

Ação 2059 – Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo

Ação 2887 – Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos

Ação 20G5 – Atendimento Médico-Hospitalar aos EX-Combatentes e seus dependentes

Comando da Marinha

a) Ação 2059 - Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo

b) Ação 2887 - Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos

c) Ação 20G5 - Atendimento Médico-Hospitalar aos Ex-Combatentes e seus Dependentes

Comando do Exército

- a) Ação 2059 - Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo
- b) Ação 2887 - Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos
- c) Ação 20G5 - Atendimento Médico-Hospitalar aos Ex-Combatentes e seus Dependentes

Comando da Aeronáutica

- a) Ação 2059 - Atendimento Médico-Hospitalar/ Fator de Custo
- b) Ação 2887 - Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos
- c) Ação 20G5 - Atendimento Médico-Hospitalar aos Ex-Combatentes e seus Dependentes

Hospital das Forças Armadas (HFA)

- a) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.
- b) Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- c) Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- d) Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- e) Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa
- f) Ação 2528 - Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares das Forças Armadas
- g) Ação 2864 - Alimentação de Pessoal
- h) Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Ministério da Defesa/ Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS)

- a) Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Ministério da Defesa / Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação (DEPEC)

- a) Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon

Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

A SEPESD tem afeto a si as ações elencadas na Estratégia Nacional de Defesa, relativas às áreas de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

A estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais, no ano de 2011, foi realizada com base nas ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades previstas no âmbito dos Departamentos que compõe a SEPESD, cujas principais atividades realizadas constaram dos seguintes programas e ações:

57. EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS PELO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (DESAS) NO ÂMBITO DA SEPESD EM 2011

No contexto das competências do DESAS/SEPESD, especificamente no que se refere a Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, foram desenvolvidos relevantes eventos e atividades que tiveram basicamente os seguintes objetivos:

- Reuniões periódicas das Comissões de Saúde (CPSSMEA) e de Assistência Social (CASFA) das Forças Armadas, respectivamente os dois colegiados de mais alto nível político-estratégico dos respectivos Comandos Militares e do MD para analisar, traçar e propor diretrizes para todo o sistema de saúde e assistência social do Ministério da Defesa.

- Promoção do 4º Encontro de Gestores de Saúde das Forças Armadas, evento que teve o propósito de reunir representantes do Ministério da Defesa e das três Forças Singulares para a discussão e

elaboração de propostas que viabilizem a melhoria das políticas de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde Militares, em tempo de paz, bem como propor medidas para otimização do desempenho da Função Logística Saúde em situações de desastres.

- Promoção de palestras motivacionais para Sensibilização de Líderes, para alunos das escolas militares nos três níveis educacionais (de formação, de aperfeiçoamento e de comando (pós-graduação) militar); planejar e realizar “Cursos de Capacitação de Educadores de Pares”, anualmente, em parcela dos 12 Eixos Estratégicos nas diversas Regiões do Brasil, cumprindo planejamento específico estabelecido no “Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas”, envolvendo instrumentos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

- Participação de militares da área de saúde em congressos e reuniões de relevância, quer no ambiente nacional quer no internacional, sendo importante ressaltar que, no caso de eventos no exterior, representou o Brasil em Encontros e Congressos onde a medicina militar brasileira tem assento nos conselhos deliberativos, como por exemplo, na Comissão de Saúde Militar da CPLP e, também, no importante Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), onde o Brasil integra como sócio fundador desde 1921.

- Participação em reuniões e encontros, nacionais e internacionais, sobre Biodiversidade e Biossegurança, representando o Ministério da Defesa nos mais diversos e altos colegiados brasileiros (CGEN, CONABIO, CTNBIO, CNBS e as Comissões decorrentes) ou, ainda, integrando as delegações brasileiras no ambiente internacional, juntamente com o MRE.

58. Projetos do DESAS dentro do Plano de Ação da SEPESD (PAS 2011-DESAS/SEPESD)

Como parte do Plano de Ação da SEPESD-2011, o DESAS, integrado aos demais setores da Secretaria, é um importante instrumento gerencial para a definição, realização e acompanhamento dos principais macro-eventos do Departamento. Os projetos estabelecidos viabilizam uma ação planejada, estruturada e organizada das atividades do Departamento e visam à eficiência e a eficácia da gestão, bem como a valorização profissional de seus servidores e militares.

Ao Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS) compete a parcela anual do montante do Programa, 0,056% do total, para realizar a Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa. Dessa parcela inicial (R\$ 1.000.000,00), o DESAS ainda sofreu uma restrição orçamentária de 40,0%, restando R\$ 600.000,00 para aplicar nos eventos e atividades, valor que foi quase totalmente aplicado em 2011.

Apesar do contingenciamento financeiro no orçamento de 2011, as atividades do Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS), dentro da Ação 2272, foram cumpridas, após aplicação de criteriosa avaliação, seleção e priorização dos eventos e atividades, considerando a extrema necessidade de realizá-las ou de se fazer presente em eventos inadiáveis ou alta representatividade institucional.

Em 2011, O DESAS desenvolveu quatro projetos. São eles:

- DESAS/DISAU – Desenvolvimento do Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas no âmbito do Ministério da Defesa em 2011;
- DESAS/DISAU – 4º Encontro de Gestores de Saúde das Forças Armadas;
- DESAS/DIVAS – Plano de Pesquisa para o Perfil da Classe Militar;
- DESAS/DIVAS – Diretrizes para o “Programa de Humanização do Ministério da Defesa” (PH-MD)

Projeto 01: DESAS/DISAU – Desenvolvimento do Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas no âmbito do Ministério da Defesa em 2011
--

Objetivo: Planejar, coordenar e executar ações, em conjunto com as Forças Singulares, que visem o enfrentamento da
--

epidemia de HIV/AIDS, assim como das DST, entre os militares brasileiros, sendo as principais os Cursos de Capacitação de Educadores de Pares e as Palestras de Sensibilização de Líderes.
<p>Descrição: desenvolvimento do Programa de Prevenção e Controle das DST/AIDS das Forças Armadas no âmbito do ministério da defesa, criado pela Portaria Normativa nº 431/MD, de 2 de abril de 2009, alterada pela Portaria Normativa 928/MD, de 26 de abril de 2011, cujas ações são coordenadas e executadas pelo Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS) da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, tem como diretrizes principais:</p> <p>I - implementar ações de prevenção e controle das DST/AIDS no âmbito do Ministério da Defesa;</p> <p>II - promover a capacitação de pessoal, pelo desenvolvimento de estudos sobre a evolução das DST/AIDS, treinamentos simulados e estudos de casos, dentre outros;</p> <p>III - promover a padronização de conceitos, planos, ações, doutrina e emprego de pessoal, na execução das atividades de prevenção e controle das DST/AIDS;</p> <p>IV - desenvolver, junto ao público interno, a concepção de mentalidade de prevenção, responsabilidade e promoção à saúde; e</p> <p>V - promover o intercâmbio com outras nações e organismos internacionais para troca de experiências, conhecimentos e ajuda mútua.</p>
Situação: O DESAS realizou todas as palestras programadas e deixou de realizar um curso (dos seis previstos), tendo em vista a restrição impostas, em 2011, na concessão de diárias e passagens, que obrigou a fazer uma criteriosa avaliação dos efetivos nos demais e a supressão de um deles. Apesar disso, o resultado do ano foi muito bom para esse projeto.

Projeto 2: DESAS/DISAU – 4º Encontro de Gestores de Saúde das Forças Armadas
Objetivo: Realizar o Encontro de Gestores de Saúde das Forças Armadas para proporcionar oportunidade de debates e trocas de experiências funcionais com vistas à evolução dos sistemas de saúde militar nas Forças Armadas.
Descrição: O Encontro tem o propósito de reunir representantes do Ministério da Defesa e das três Forças Singulares para a discussão e elaboração de propostas que viabilizem a melhoria das políticas de saúde aos usuários dos Sistemas de Saúde Militares.
Situação: evento realizado com pleno êxito e eficácia na ESG o Rio de Janeiro com a participação de 80 militares (oficiais-generais de saúde e oficiais superiores diretores e gestores da área saúde)

Projeto 3: DESAS/DIVAS – Plano de Pesquisa para o Perfil da Classe Militar
Objetivo: Elaborar o Plano de Pesquisa a ser aplicado no “Perfil da Classe Militar”.
<p>Descrição: Uma pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente.</p> <p>Para melhor atender a sua destinação, as organizações e serviços devem dispor de informações relevantes sobre seu campo de atuação, seu produto e especialmente seus clientes.</p> <p>O processo de Pesquisa consiste na definição do problema e dos objetivos de pesquisa, desenvolvimento do plano de pesquisa, coleta de informações, análise das informações e apresentação dos resultados para administração.</p> <p>O Plano de pesquisa define quais e como coletar os dados, qual será a abordagem da pesquisa (observação, grupo focal, levantamento, experimental), público e que instrumento (questionários ou dispositivos mecânicos) usar.</p> <p>O estabelecimento das macro-políticas de assistência social e saúde do Ministério da Defesa e a melhoria da gestão dos programas e projetos de Assistência Social e Saúde desenvolvidos pelas Forças Armadas suscitam um perfil de usuário que contemple aspectos qualitativos comuns aos militares das distintas Forças Armadas (MB, EB e FAB) e possibilite a elaboração de elementos comuns que as subsidiem.</p>
Situação: Projeto em andamento (previsto para ser realizado em dois anos); realizou 4 reuniões de trabalho com os

representantes de Departamentos internos do MD e representantes da área de pessoal dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Projeto 4: DESAS/DIVAS – Diretrizes para o “Programa de Humanização do Ministério da Defesa” (PH-MD)

Objetivo: Emitir as diretrizes para o Programa de Humanização do Ministério da Defesa.

Descrição: Fortalecer no âmbito do MD e dos Comandos Militares a valorização do elemento humano como foco de ação essencial ao aprestamento das Forças no cumprimento de sua missão institucional.

Tal qual a organização da sociedade contemporânea defende, o presente programa pretende inserir a proteção à dignidade da pessoa humana como direito fundamental e de comando estruturante da instituição, bem como proceder ao estudo da atenção à pessoa humana em sua plenitude, à luz da discussão sobre os direitos sociais, em especial sobre o direito ao mínimo existencial, que impõe a transmissão de informações e ações de condutas positivas tendentes a efetivar proteção, mobilização e otimização da qualidade de vida.

Assim, o programa busca promover ao pessoal da administração central do MD e dos Comandos Militares um nível de satisfação que busque e excelência das relações funcionais, do ambiente de trabalho e do atendimento ao público interno, fortalecendo e proporcionando condições biopsicossociais.

Situação: Projeto em avaliação final para edição de Portaria Ministerial com diretrizes.

Programa 0637 - Serviço de Saúde das Forças Armadas

O Programa 0637 - Serviço de Saúde das Forças Armadas é fruto da reunião das demandas nas áreas de saúde e assistência social dos Comandos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e do Hospital das Forças Armadas (HFA), além de uma parcela ínfima do Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS) do Ministério da Defesa, esta última destinada à gestão e administração do Programa.

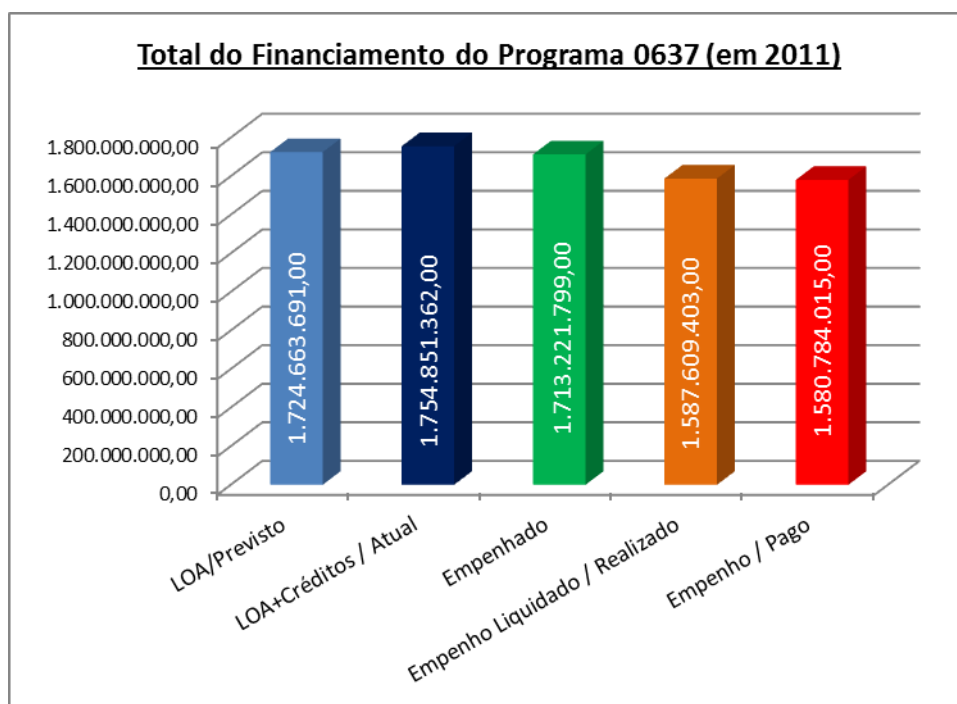
A solicitação dos recursos para compor o planejamento orçamentário do Programa 0637 é feita de forma individualizada, por intermédio dos setores financeiros dos três Comandos Militares, do HFA e do DESAS, organizações integrantes do Sistema Militar de Saúde. Os pedidos são enviados diretamente à estrutura orçamentária e financeira do Ministério da Defesa para fins de consolidação final e ajustes técnicos e inserção na Proposta Orçamentária Anual (PLOA).

Em decorrência dessa situação, a gestão e a execução do Programa são realizadas de forma descentralizada, pois cada Força Singular, o HFA e o DESAS/MD recebem os recursos aprovados na LOA, realiza o respectivo detalhamento orçamentário e financeiro do emprego dos recursos recebidos e, posteriormente, explicita em documento próprio as ações e realizações feitas.

O Diretor do Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS) efetua os lançamentos referentes ao desenvolvimento de execução das ações na área de saúde, dentro do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

59. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO DESAS

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0637		Denominação: PROGRAMA SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.724.663.691,00	1.754.851.362,00	1.713.221.799,00	1.587.609.403,00		1.580.794.015,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Atingido no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
01	-x-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-x-						
Análise do Resultado:						



Considerações sobre o financiamento do Programa 0637 - Serviço de Saúde das Forças Armadas

Os valores necessários para os eventos e ações no campo da saúde são, a cada dia, mais críticos, tendo em vista o alto custo dos equipamentos e dos atendimentos, particularmente os que requerem uma ação mais diferenciada ou específica. As especializações dos diversos setores, os diagnósticos cada vez mais dependentes de exames laboratoriais e equipamentos no estado da arte fazem crescer a necessidade de recurso para a saúde.

Por outro lado, a longevidade das pessoas está se ampliando ano-a-ano, fazendo com que a faixa etária dos idosos seja cada vez mais alta e, por conseguinte, ocorra cada vez mais quantidade numerosa de pessoas idosas. Isto é mais explícito ainda no ambiente do público alvo militar ou da família militar, tendo em vista as características da atividade que fomentam uma acendrada preocupação com os procedimentos adotados em prol da qualidade de vida e, principalmente, pelo

regular controle da higidez física dos militares da ativa, fatores que trazem saudável reflexo em todos os integrantes/usuários (dependentes) que utilizam o sistema militar de saúde.

Desse contexto, o sistema de saúde militar é pressionado para ter mais e melhores equipamentos para acompanhar a necessidade de prestar um atendimento eficaz, fazendo com que haja necessidade crescente de mais recursos nas três esferas: humanos, materiais e financeiros.

Em face disso, as restrições orçamentárias ocorridas durante o exercício de 2011, particularmente nos recursos para custeio, demandaram sucessivas revisões de planejamento e alguma redução nos investimentos, fazendo com que houvesse adequação e supressão de algumas ações/atividades, particularmente no campo administrativo, da especialização. Por outro lado, pode-se considerar que os recursos alocados para investimentos permitiram realizar de modo adequado à reposição de equipamentos e aplicar em instalações, bem como conduzir a atividade específica de saúde (atendimento) dentro de parâmetros aceitáveis, sem comprometer o nível de atendimento aos usuários.

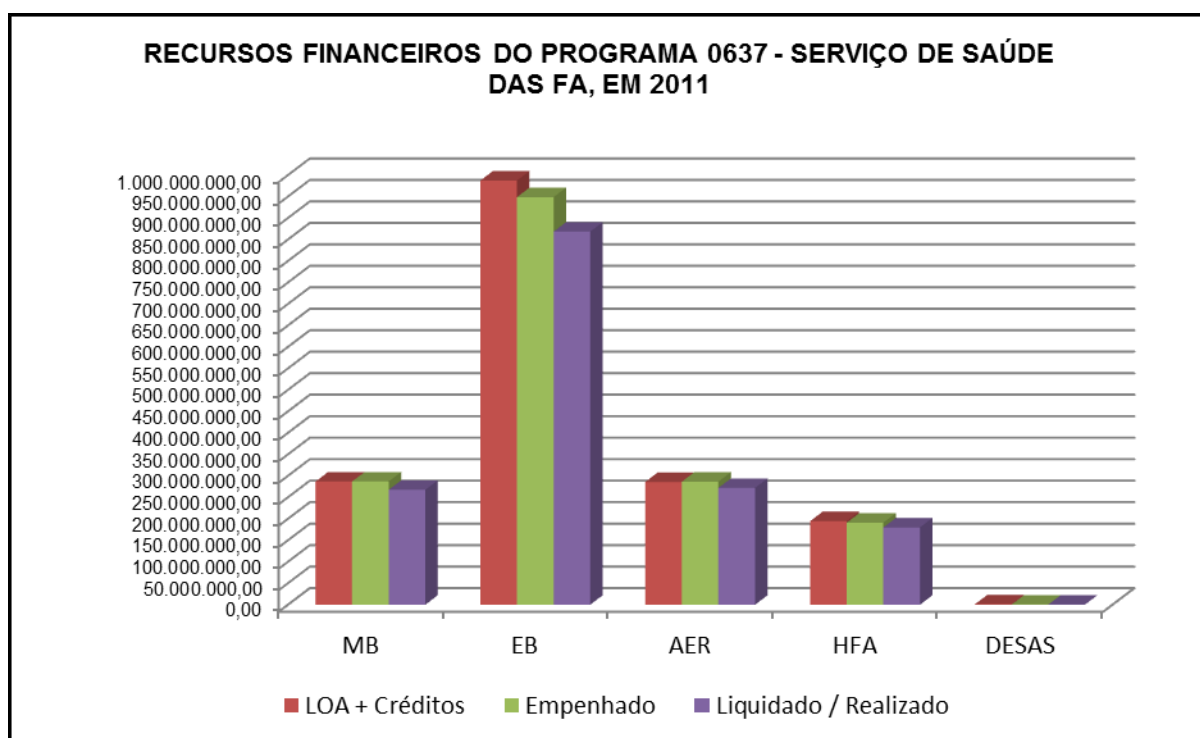
60. VALORES DOS RECURSOS FINANCEIROS RECEBIDOS E APLICADOS EM 2011

RESUMO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA 0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS, EM 2011

Cmdo	LOA + Créditos	Empenhado	Liquidado / Realizado	% LOA
MB	286.570.677,00	286.791.166,92	267.397.613,38	16,33
EB	987.087.701,00	948.635.094,17	868.227.769,76	56,25
AER	285.743.251,00	286.522.240,96	271.849.291,61	16,28
HFA	194.449.733,00	190.971.291,30	179.863.160,13	11,08
DESAS	1.000.000,00 (a)	302.005,24	271.568,46	0,06
SOMA	1.754.851.362,00	1.713.221.798,59	1.587.609.403,34	100,00
%	100,00	97,63	90,47	-

Fonte: SIGPlan (extrato da Execução Física e Financeira Acumulada, em 01/02/2012)

Observação: (a) Valor real é R\$ 600.000,00, pois houve restrição financeira interna do MD de 40% do montante da LOA e, posteriormente, uma restrição de 50% nos limites a serem gastos com diárias e passagens.



61. INDICADORES INSTITUCIONAIS

- Não há previsão de indicadores para a Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, a cargo do DESAS/MD.

- Os indicadores gerais dos resultados operacionais do Programa 0637- Serviço de Saúde das Forças Armadas são informados nos Relatórios de Gestão produzidos pelos respectivos Comandos Militares da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e pelo HFA, os quais traduzem o desempenho institucional na área de saúde e assistência social.

62. EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS PELA COMISSÃO DESPORTIVA MILITAR DO BRASIL (CDMB) NO ÂMBITO DA SEPEDS EM 2011

A Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB tem como missão principal contribuir para a formação profissional e psicofísica dos militares das Forças Armadas por meio da prática esportiva. Nesse sentido, a CDMB tem como objetivo estratégico o aperfeiçoamento das suas atividades, para que possa apoiar os comandos militares na realização de suas atividades finalísticas.

De acordo com o Artigo 32 da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, descrita no Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011, à Comissão Desportiva Militar do Brasil compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - propor as bases para a formulação e a atualização das diretrizes gerais e das instruções complementares para as atividades relativas ao esporte militar, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;

III - integrar programas governamentais que envolvam atividades esportivas com a participação das Forças Armadas;

IV - representar o Brasil junto ao Conselho Internacional do Esporte Militar e à União Desportiva Militar Sul-Americana;

V - assumir, quando lhe couber, por rodízio ou eleição, o Escritório de Ligação do Conselho Internacional do Esporte Militar para a América do Sul e a União Desportiva Militar Sul-Americana;

VI - representar o Ministério da Defesa em congressos esportivos nacionais e internacionais;

VII - constituir as representações nacionais nas competições esportivas militares internacionais com componentes das Forças Armadas e Forças Auxiliares;

VIII - organizar, em coordenação com o Conselho Internacional do Esporte Militar, campeonatos, congressos e simpósios de nível internacional;

IX - organizar, quando responsável pela União Desportiva Militar Sul-Americana, campeonatos, congressos e simpósios de nível regional;

X - elaborar, em coordenação com as Forças Armadas, o programa desportivo militar anual;

XI - organizar e dirigir, com a colaboração das Forças Armadas, as competições esportivas entre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica;

XII - promover conferências, palestras e outras exposições que visem divulgar o esporte militar e assuntos tratados em congressos esportivos nacionais e internacionais;

XIII - apoiar as Forças Armadas na manutenção do treinamento de seus atletas convocados para compor as delegações brasileiras; e

XIV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Durante o exercício de 2011, a CDMB priorizou a preparação das equipes que representaram o Brasil durante os V Jogos Mundiais Militares, que se realizaram no Rio de Janeiro de 16 a 24 de julho. Para tal, foi necessário coordenar a participação das equipes militares nacionais em diversas competições internacionais, realizadas no país e no exterior, tendo a representação do Brasil obtido grandes êxitos.

Como parte desta estratégia, foram implementadas as participações de representações esportivas das Forças Armadas em competições nacionais e internacionais, em cumprimento ao Calendário Desportivo Anual para 2011.

A Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB segue as linhas básicas do planejamento anual da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto - SEPESD, elaborado com base nas diretrizes baixadas pelo Secretário. Seu planejamento estratégico viabiliza uma ação planejada, estruturada e organizada, voltada para a eficiência e eficácia da gestão e para a valorização profissional, e permitem o controle das ações planejadas para correção da execução em momento oportuno.

Além disto, a CDMB, em cumprimento ao seu papel de órgão de apoio às atividades finalísticas do Ministério da Defesa (MD) teve como foco durante o exercício de 2011 o atendimento eficiente e eficaz das necessidades das Comissões Desportivas da Marinha (CDM), do Exército (CDE) e da Aeronáutica (CDA), e de diversas Organizações dos Comandos Militares envolvidas com a realização dos V Jogos Mundiais Militares RIO-2011, no que se refere aos processos de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade.

63. DESEMPENHO OPERACIONAL DA CDMB

O desempenho operacional da CDMB pode ser avaliado pelas informações constantes do

QUADRO A.2.1 ABAIXO, QUE DEMONSTRA A REALIZAÇÃO DAS METAS PROPOSTAS NO PLANO PLURIANUAL PARA 2008/2011.

METAS DA CDMB NO PPA 2008/2011

Construção da Vila Olímpica (unidades habitacionais)	Meta
PREVISTA	1.200
CUMPRIDA	1.200
Construção e adequação das instalações esportivas (unidades esportivas)	Meta
PREVISTA	30
CUMPRIDA	30
Implantação da infraestrutura tecnológica e de comunicações (percentual)	Meta
PREVISTA	100
CUMPRIDA	86

Preparação das equipes brasileiras (percentual)	Meta
PREVISTA	100
CUMPRIDA	100
Segurança (percentual)	Meta
PREVISTA	100
CUMPRIDA	86
Gestão e administração do programa (meta financeira em R\$ milhões)	Meta
PREVISTA	267,921
CUMPRIDA (71%)	190,091

Fonte: SIGPlan

Indicadores de desempenho

A Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB não possui indicadores de desempenho.

64. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO - SEPESD

Ações do PPA de responsabilidade da CDMB no Programa 0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

a) **Ação:** 11ZO – Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares

Produto da Ação: unidade habitacional construída

Unidade responsável: Comissão Desportiva Militar do Brasil

b) **Ação:** 11ZP – Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares

Produto da Ação: unidade de instalação esportiva disponível

Unidade responsável: Comissão Desportiva Militar do Brasil

c) **Ação:** 11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares

Produto da Ação: percentual da infraestrutura implantada

Unidade responsável: Comissão Desportiva Militar do Brasil

d) **Ação:** 20CH – Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares

Produto da Ação: percentual de prontificação das equipes

Unidade responsável: Comissão Desportiva Militar do Brasil

e) **Ação:** 20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares

Produto da Ação: percentual da estrutura de segurança implantada

Unidade responsável: Comissão Desportiva Militar do Brasil

f) Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa

Produto da Ação: Não há

Unidade responsável: Comissão Desportiva Militar do Brasil

A execução físico-financeira destas ações encontra-se resumida no QUADRO A.2.2 abaixo.

QUADRO A.2.2 – AÇÕES DO PROGRAMA 0181 – BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO – BRASIL CAMPEÃO, DE RESPONSABILIDADE DA CDMB

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta física Prevista	Meta física Realizada	Meta financeira Prevista (R\$ 1,00)	Meta financeira Realizada (R\$ 1,00)	Meta física a ser realizada em 2012
05	811	0181	11ZO	P	4	unidade	49	49	68.000.000,00	62.759.460,00	-
05	811	0181	11ZP	P	4	unidade	17	17	110.140.583,00	53.684.019,00	-
05	811	0181	11ZQ	P	4	percentual	22	13	118.280.000,00	87.559.660,00	-
05	811	0181	20CH	A	4	percentual	18	18	16.905.579,00	13.181.023,00	-
05	811	0181	20CI	A	4	percentual	44	22	67.469.600,00	57.021.579,00	-
05	811	0181	2272	A	4	-	-	-	237.204.238,00	109.033.774,00	-

Fonte: SIGPLAN

65. Análise crítica sobre a execução orçamentária - SEPESD

A construção das 1.200 unidades habitacionais, relativas à ação 11ZO - Construção da Vila Olímpica para os V Jogos Mundiais Militares foi concluída com atraso, devido à demora inicial na execução dos processos licitatórios em 2009. Durante a realização dos Jogos foram disponibilizadas 1.068 unidades habitacionais para hospedar aos participantes. Ressalte-se que esta circunstância não ocasionou prejuízos à realização dos Jogos em virtude da menor quantidade de atletas e delegados que participaram do evento.

Na etapa de desmobilização, além das obras para conclusão das 132 unidades habitacionais restantes, foi feita uma revitalização das unidades que foram utilizadas durante os Jogos, de forma a deixá-las em condições de utilização pelos usuários finais, como Próprios Nacionais Residenciais - PNR, compondo o legado social do evento.

No âmbito da ação 11ZP - Construção e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares, foi dada continuidade às obras de construção e adequação das instalações esportivas utilizadas para competição e preparação das equipes. Durante o evento algumas instalações estavam parcialmente prontificadas, porém em condições de uso com pequenas restrições que não impediram a sua utilização para realização das competições referentes aos Jogos.

Após o evento, na etapa de desmobilização, foi dada continuidade às obras visando manter o parque esportivo das Forças Armadas em condições de utilização em outros eventos esportivos e pela sociedade em geral, compondo o legado social e esportivo dos Jogos.

Durante o exercício de 2011, os recursos desta ação foram complementados pelo crédito extraordinário concedido pela Lei nº 12.410, de 26 de maio de 2011.

Na ação 11ZQ – Implantação da Infraestrutura Tecnológica e de Comunicações para os V Jogos Mundiais Militares, foram concluídos os serviços de implantação dos diversos sistemas necessários para a realização dos Jogos, havendo previsão de utilização destes sistemas em eventos internacionais já assumidos pelo Brasil, entre os quais se destacam a Conferência Rio+20, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Os recursos da ação 20CH – Preparação das Equipes Brasileiras para os V Jogos Mundiais Militares, foram suficientes para o cumprimento do Calendário Desportivo Anual da CDMB para 2011 e para implementar os treinamentos das equipes brasileiras que participaram dos Jogos. Tal circunstância permitiu que durante o ano de 2011 fossem obtidos resultados ainda mais expressivos do que os que já haviam sido obtidos no ano anterior pelas equipes nacionais que participaram de diversas competições internacionais dentro e fora do país, culminando com a obtenção do primeiro lugar no quadro de medalhas dos Jogos Mundiais Militares.

Com referência à ação 20CI – Segurança para os V Jogos Mundiais Militares foram feitas as aquisições de serviços e de materiais necessários ao desenvolvimento e a integração dos diversos sistemas que foram utilizados durante os Jogos. Também neste caso já existe uma previsão de utilização do legado dos Jogos em eventos internacionais, dentre os quais se destacam a Conferência Rio+20, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Por último, na ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – foram realizadas as contratações dos serviços destinados à implantação da infraestrutura logística utilizada durante a realização dos Jogos, garantindo o sucesso do evento.

Os recursos destinados à realização dos V Jogos Mundiais Militares foram suficientes para garantir o êxito do evento, reafirmando o nome do Brasil como país capacitado a realizar grandes eventos internacionais e a obter resultados expressivos na preparação das equipes representativas nacionais.

66. EVENTOS E ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS PELO DEPARTAMENTO DE PESSOAL, ENSINO E COOPERAÇÃO (DEPEC) NO ÂMBITO DA SEPESD EM 2011.

De acordo com o Artigo 30 da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, descrita no Decreto N° 7.364, de 23 de novembro de 2010, alterado pelo Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011, à Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - com exceção do que se refere à remuneração dos militares, propor as bases para a formulação e a atualização da política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como formular e atualizar as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução; (Redação dada pelo Decreto nº 7.476, de 2011).

III - propor as bases para a formulação e atualização da política de ensino de defesa e acompanhar a sua execução;

IV - propor e manter atualizada a regulamentação da política de ensino de defesa;

V - acompanhar a execução das ações previstas na regulamentação da política de ensino de defesa, afetas a outros órgãos;

VI - executar, no que for pertinente, as ações previstas na regulamentação da política de ensino de defesa, de competência do Ministério da Defesa;

VII - propor medidas que contribuam para a integração do ensino militar nas Forças Armadas;

VIII - formular e consolidar sugestões de diretrizes gerais de orientação das atividades de ensino e de instrução especializada, em seus aspectos comuns a mais de uma Força;

IX - manter permanente contato com o Ministério da Educação e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no trato de assuntos de interesse comum dos sistemas militares de ensino;

X - manter contato permanente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a finalidade de desenvolver naqueles órgãos o interesse pelos temas relacionados à área do conhecimento “Defesa Nacional”;

XI - desenvolver programas de cooperação com instituições de ensino superior, no sentido da criação ou ampliação de centros de estudos estratégicos, visando o aprofundamento das discussões de temas de interesse da defesa nacional;

XII - desenvolver projetos e atividades de cooperação com o meio acadêmico civil e outros setores da sociedade, com o objetivo de difundir assuntos de interesse da defesa nacional;

XIII - gerenciar o Projeto Rondon e conduzir suas operações;

XIV - identificar oportunidades para captação de recursos orçamentários e patrocinadores para o Projeto Rondon; e

XV - realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Parágrafo único. O Projeto Rondon será coordenado pelo Diretor do Departamento de Ensino e Cooperação.

67. APOIO DAS FORÇAS ARMADAS AO PROJETO RONDON

Tipo	Projeto
Finalidade	Formar a mentalidade cívica e solidária do jovem brasileiro, por meio do conhecimento e de sua integração à realidade nacional.
Descrição	Participação de estudantes universitários nos processos de desenvolvimento sustentável local e de fortalecimento da cidadania. Para tanto, os estudantes são transportados às regiões menos favorecidas, onde tomam conhecimento e contato com a realidade local, socializam seus saberes acadêmicos interagindo com a comunidade, e elaboram propostas de soluções participativas, visando à redução das carências e deficiências locais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto / Ministério da Defesa.
Coordenador Nacional da Ação	Brigadeiro-do-Ar Rogério Luiz Veríssimo Cruz
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

No ano de 2011, o DEPEC, na Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, realizou duas operações, em janeiro/fevereiro e em julho, nas regiões onde os rondonistas

desenvolveram as suas atividades, conforme Plano de Trabalho aprovado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e reunião de avaliação e de trabalho com professores que participaram das Operações, com o objetivo de conhecer as principais críticas e sugestões para aprimorar a execução das operações:

As operações ocorreram nos meses de janeiro/fevereiro e julho, coincidindo com o período de férias escolares, para que não seja comprometida a carga horária dos vários cursos nas IES. Foram realizadas as seguintes operações:

- Operação Seridó/Natal com a participação de 400 rondonistas de 40 IES atuando em 20 municípios durante 15 dias;
- Operação Rio dos Siris/Aracaju com a participação de 400 rondonistas de 40 IES atuando em 20 municípios durante 15 dias;
- Operação Carajás/Marabá com a participação de 400 rondonistas de 40 IES atuando em 20 municípios durante 15 dias;
- Operação Zabelê/Teresina com a participação de 400 rondonistas de 40 IES atuando em 20 municípios durante 15 dias;
- Operação Peixe-boi/Manaus com a participação de 400 rondonistas de 40 IES atuando em 20 municípios durante 15 dias;
- Operação Tuiuiú/Cáceres com a participação de 400 rondonistas de 40 IES atuando em 20 municípios durante 15 dias;
- Operação Oiapoque/Macapá com a participação de 260 rondonistas de 26 IES atuando em 13 municípios durante 15 dias; e
- Operação Arara Azul/Corumbá com a participação de 200 rondonistas de 20 IES atuando em 10 municípios durante 15 dias.

As equipes de rondonistas trabalham com agentes multiplicadores (produtores, agentes públicos, professores e lideranças locais), realizando ações com efeitos duradouros para a população, a economia, o meio ambiente e a administração local.

O Projeto Rondon possibilita, ainda, a participação social, na medida em que planeja as suas atividades após entendimentos prévios com as prefeituras e comunidades locais. Essa participação se materializa quando as comunidades apresentam as suas necessidades e carências por intermédio dos Conselhos Municipais, Cooperativas e outras Associações.

O suporte logístico e administrativo do projeto é encargo do Ministério da Defesa (MD), das Organizações Militares (OM) da Marinha do Brasil (MB), do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB).

O planejamento inicial, tanto meta física quanto meta financeira das Operações do Projeto Rondon foi baseado na Pré-Proposta Orçamentária para o ano de 2011 e adaptado conforme a disponibilidade de recursos e com a aceitação das Prefeituras relacionadas, portanto bastante variável no decorrer da própria execução da Ação que atende ao Projeto.

Os gastos decorrentes das atividades do projeto, além das operações, referem-se aos reconhecimentos, às viagens precursoras, às providências relativas à preparação das operações, às reuniões de avaliação, às diárias e passagens, à aquisição do material para distribuição aos rondonistas; além de visitas, palestras e contatos nas IES e em instituições.

As despesas no ano de 2011 abrangeram o montante de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais); sendo 97,73% em custeio e 2,27% em investimento.

68. DESEMPENHO OPERACIONAL DO PROJETO RONDON

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Defesa	52101	110407

EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
05	366	1383	8425	A	1	Unidade	2000	2050	2.800

69. CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS

Os gastos decorrentes das atividades do projeto, além das operações, referem-se aos reconhecimentos, às viagens precursoras, às providências relativas à preparação das operações, às reuniões de avaliação, às diárias e passagens, à aquisição do material para distribuição aos rondonistas; além de visitas, palestras e contatos nas IES e em instituições.

As despesas no ano de 2011 abrangeram o montante de R\$ 4.400.000,00; sendo 97,73% em custeio e 2,27% em investimento.

Os recursos referentes a estas despesas foram descentralizados para:

- Ministério da Defesa: 43,04%;
- Exército Brasileiro: 35,00%;
- Força Aérea Brasileira: 20,82%;
- Marinha do Brasil: 1,14%

Os valores destinados ao Ministério da Defesa foram utilizados nas aquisições de material para distribuição aos rondonistas (camisetas, mochila, chapéu, garrafas, blocos, canetas, canecas, coletes, pílulas para purificação de água potável); aquisições de material de consumo para preparação e distribuição dos “kit Rondonista” (para embalagem, plástico para crachá, crachá, resmas de papel, canetas, lápis, borrachas, marcadores de texto); contratação de serviços de divulgação (banner, cartazes, folder, filmetes, orientação para as prefeituras, orientação para as IES); e contratação de empresa para o transporte de material destinado aos rondonistas (de Brasília/DF para os Centros Regionais).

Foram gastos com diárias e passagens para os coordenadores durante as viagens precursoras, os reconhecimentos, as operações (18 dias em cada operação) e durante as Reuniões de Coordenação com os representantes das IES; além dos convites para proferir palestras sobre o projeto nas IES.

As despesas referem-se também às aquisições de passagens para os professores e universitários durante as Operações do Projeto Rondon no ano de 2011.

Os valores destinados ao EB referem-se aos Destaques concedidos às Organizações Militares (OM) para apoio de transporte, alimentação, saúde, segurança e pernoites nos aquartelamentos, no período das operações; preparação dos alojamentos nas Organizações Militares (OM) que estão apoiando as atividades; locação de veículos para transporte dos rondonistas (dos Centros Regionais para os municípios).

Os valores destinados à FAB referem-se ao apoio aéreo prestado ao Projeto Rondon, relativo às Operações realizadas no ano de 2011.

Os recursos humanos utilizados são os militares e civis do Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação (DEPEC), que desempenham as atividades no Projeto Rondon, cumulativamente, com as do Departamento. São militares da ativa e da reserva, servidores civis (DAS) e servidores

terceirizados. Estes recursos humanos desempenham as funções de gerência, coordenação e assistência.

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	4.200.000,00	4.400.000,00	4.400.000,00	100
Física (un. rondonistas)	2.000	2.050	2.050	100

A meta física proposta para a Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, para o exercício de 2011, foi de 2.000 universitários capacitados, enquanto o valor previsto na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 4.200.000,00.

Esta ação foi objeto de Emendas Parlamentares, acrescentando à meta financeira o valor de R\$ 200.000,00. Na meta física, foi acrescida a quantidade de 50 universitários capacitados.

Convém destacar que o Projeto Rondon utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos recursos orçamentários, contribuindo para o acréscimo de mais 810 universitários capacitados que participaram das Operações, totalizando em 2.860 rondonistas no ano de 2011.

Os recursos destinados ao Projeto Rondon foram suficientes para atender as despesas no ano de 2011. No entanto, o Decreto 7.446 de 1º de março de 2011, referente aos limites de diárias, passagens e locomoção causou diminuição no andamento das Operações tendo em vista que a demanda maior do Projeto Rondon decorre de passagens aéreas. Com isso, o número de rondonistas nas Operações de julho foi reduzido. Foram realizadas apenas 02 (dois) Operações em janeiro/fevereiro de 2012, quando estavam previstas em 04 (quatro).

70. INDICADORES DE DESEMPENHO DO PROJETO RONDON

Indicadores de Eficiência

ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 8425 – IAR8425

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação dos recursos orçamentários destinados ao Projeto Rondon – Ação 8425.
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos da Ação Orçamentária 8425.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAR8425
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos na Ação Orçamentária 8425.
Destino: (Quem receberá os resultados)	SEPESD e SEORI
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	$IAR8425 = (\text{Montante de recursos empenhados na Ação, no período} / \text{Recursos Autorizados para a Ação, no período}) * 100.$
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial e SIGPLAN.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	DEPEC

- Resultados da Avaliação do Programa no Exercício:

Os recursos orçamentários destinados à Ação 8425 – Projeto Rondon foram suficientes, tendo para o atendimento total dos rondonistas durante as Operações de janeiro/fevereiro e julho de 2011. Convém destacar que o Projeto utilizou recursos de apoio institucional no montante aproximado de R\$ 1.000.000,00 em complemento aos orçamentários contribuindo para a execução das Operações.

Indicadores de Eficácia:

ÍNDICE DE CONCRETIZAÇÃO DA META FÍSICA DA AÇÃO 8425 – ICMF 8425

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Número de universitários capacitados
Mnemônico: (Sigla do indicador)	SEPESD e SEORI.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Anual.
Destino: (Quem receberá os resultados)	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Número de universitários capacitados no ano de 2011, em relação ao ano de 2010.
Avaliação	Universitários participantes das operações em 2011 e 2010
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	Número de universitários capacitados
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	SEPESD e SEORI.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIGPLAN
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	DEPEC

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO:

Programa	AÇÃO 8425
1383	118 %

Análise do desempenho

No Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil, Ação 8425 – Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon, executada no Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação, a SEPESD desenvolveu as seguintes atividades:

- planejamentos com vistas às operações do Projeto Rondon nas regiões definidas a partir das reuniões com o Comitê de Orientação e Supervisão (COS);
- duas viagens de reconhecimentos realizadas pelos coordenadores do projeto - com vistas às operações que são realizadas em janeiro/fevereiro e julho - nos municípios selecionados; com a finalidade de fazer contatos com as autoridades locais e levantar as necessidades de apoio, incluindo aquele de responsabilidade das prefeituras;

- duas viagens precursoras realizadas com os professores das Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas – com vistas à preparação dos Planos de Trabalho para a execução nas operações – realizadas em abril e novembro com a finalidade de estabelecer contatos com as prefeituras e as comunidades para otimizar o tempo na execução das atividades durante as operações;
- duas operações realizadas em janeiro/fevereiro e julho nas regiões onde os rondonistas desenvolveram as suas atividades, conforme Plano de Trabalho aprovado pela IES; e
- reunião de avaliação e de trabalho com professores das Instituições de Ensino Superior (IES) que participaram das Operações, com o objetivo de conhecer as principais críticas e sugestões para aprimorar a execução das operações.

No ano de 2011, foram capacitados 2.860 rondonistas, número superior ao ano de 2010, quando foram capacitados 2.416 rondonistas.

A meta física proposta para a Ação 8425 - Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon para o exercício de 2011 foi de 2.000 universitários capacitados, enquanto o valor previsto na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 4.200.000,00.

Esta ação foi objeto de Emendas Parlamentares, tendo recebido acréscimo à meta financeira no valor de R\$ 200.000,00. Por conseqüência, foi acrescida a quantidade de 50 universitários capacitados na meta física.

Convém destacar que o Projeto Rondon utilizou recursos provenientes de Apoio Institucional em complemento aos recursos orçamentários, contribuindo para o acréscimo de mais 810 universitários capacitados que participaram das Operações, totalizando em 2.860 rondonistas no ano de 2011.

O Projeto Rondon é um projeto com grande impacto sócio-educativo e permite ao universitário praticar atividades concretas em regiões longínquas e carentes, colocando na prática a teoria vista na Universidade.

Além do Projeto Rondon, outra atividade do DEPEC que merece ser ressaltada é o Programa Pró-Defesa, que tem como objetivos contribuir para a criação, fortalecimento e a ampliação, no País, de programas de pós-graduação *stricto sensu* relacionados com a Defesa Nacional e de formação de recursos humanos pós-graduados para atuar na área. Durante seus seis anos de existência, o Programa Pró-Defesa contribuiu para a formação de aproximadamente 70 mestres e 30 doutores, reunindo mais de 60 instituições civis e militares de ensino superior.

No ano de 2011, foram repassados para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), o montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) para atender as despesas da 4ª etapa do 2º Edital do **Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA)**, conforme Termo de Cooperação nº 001 – SELOM-COLIC/2009, contribuindo para a formação no ano de 44 mestres e 16 doutores.

71. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO - SEPEDS

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SEPEDS

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e					X

indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: não há.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

72. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Os quadros seguintes contemplam as informações sobre as providências adotadas pela UJ para atender as deliberações do TCU.

CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB					79684
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-029.738/2010-5	Nº 1443/2011-TCU-Plenário	9.2 9.2.2	DE	Ofício nº 1544/2011-TCU/SECEX-RJ, de 22/06/2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB					79684
Descrição da Deliberação:					
9.2. com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, recomendar: 9.2.2. à Secretaria Executiva dos V Jogos Mundiais Militares RIO 2011, que inclua, na IN nº 04/CEXEC RIO 2011, de 15/12/2009, dispositivo estabelecendo o envio dos créditos pela Setorial Contábil somente depois de realizada a licitação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor responsável pela implementação: Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB					79684
Síntese da providência adotada:					
Foi elaborada uma proposta de Instrução Normativa estabelecendo que os créditos dos Jogos somente fossem destinados às Unidades Gestoras após a realização do processo licitatório. A citada proposta foi encaminhada à Secretaria de Coordenação e Organização – SEORI por meio da Nota Técnica nº 4/2011/VF, de 9 de agosto de 2011					

(Processo nº 60501.002507/2011), para análise e publicação, encontrando-se, ainda, em tramitação.
Síntese dos resultados obtidos
O processo relacionado à Instrução Normativa proposta, teve seu último movimento em 21 de dezembro de 2011 quando tramitou do DILEG para o DEORG, conforme observado no SGED.
Análise crítica dos fatores positivo-negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O fato da excessiva demora em a tramitação da proposta de Instrução Normativa revelou-se como fator negativo, pois contribuiu para dificultar o bom andamento das providências pertinentes ao seu objeto, levados a efeito pelos diversos gestores responsáveis pela aplicação dos recursos financeiros dos VJMM.

73. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB					79684
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-002.649/2011-0	Nº 2157/2011 – TCU-Plenário	9.1.	DE	Ofício nº 2118/2011-TCU/SECEX/RJ, de 31/08/2011.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB					79684
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. Com fundamento no art. 43, inciso I da Lei nº 8.443, de 16 de junho de 1992, e art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar ao Ministério da Defesa que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência, encaminhe ao Tribunal as seguintes informações e documentos:</p> <p>9.1.1. Balanço de cada um dos projetos de infraestrutura física descritos nas ações orçamentárias relativas aos V Jogos Mundiais Militares, destacando a situação final das obras e benfeitorias que se encontravam em situação crítica de implementação física por ocasião da vistoria da equipe de acompanhamento deste Tribunal, bem como eventual plano de contingências por ventura elaborada pelos gestores responsáveis a fim de remediá-las e não comprometer a realização do evento;</p> <p>9.1.2. Quadro demonstrativo de descentralização de créditos orçamentários destinados ao evento esportivo, organizado por exercício financeiro e por cada uma das seis ações voltadas para os Jogos da Paz, integrantes do programa 0180 – Brasil no Esporte de Alto Rendimento, do PPA 2008/2011, devendo conter no mínimo as seguintes informações:</p> <p>a) número, data, valor e objeto da Nota de Crédito – NC;</p> <p>b) número, data, valor e objeto resumido, inclusive quantitativo, se for o caso, do Pedido do CPO Rio 2011 e/ou SE Rio 2011;</p> <p>c) número, data, valor e objeto resumido, inclusive quantitativo, se for o caso, do Memorando do CPO Rio 2011 e/ou SE Rio 2011;</p> <p>d) número, data, valor e objeto da Nota de Empenho – NE emitida pela unidade gestora competente;</p> <p>e) número, data, valor e objeto da Ordem Bancária – OB emitida pela unidade gestora competente;</p> <p>f) destinação de eventual saldo orçamentário e cópias dos respectivos expedientes formais de autorização para utilização de créditos remanescentes;</p> <p>9.1.3. Procedimentos adotados para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos de prestação de serviços de difícil comprovação a <i>posteriori</i>, tais como montagem de instalações provisórias, fornecimento de material de comunicação visual, alimentação, hospedagem e transporte;</p> <p>9.1.4. Relatório de desempenho do CPO Rio 2011 quanto ao efetivo cumprimento de suas prerrogativas funcionais, estabelecidas na Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 1.268/2001 (arts 8º e 12, inciso X), no sentido de dar acompanhamento e controle à satisfatória entrega de obras e serviços contratados pelas Unidades Gestoras, no âmbito das diversas ações dos Jogos, haja vista a identificação, pela equipe de auditoria deste Tribunal, de falhas graves na inexecução de ajustes, a exemplo das obras de reforma do Complexo de tiro da Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador – BFNIG;</p> <p>9.1.5. Regularidade dos serviços prestados pela empresa Quick Delivery Entregas Rápidas de Encomendas e Locação de Veículos Ltda. na locação de transporte para os Jogos, objeto do contrato DGP 22/2010, ou, caso tenha havido inadimplência da contratada, informar as medidas adotadas pelos responsáveis para suprir a eventual lacuna dessa importante atividade logística;</p>					

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB	79684
Síntese da providência adotada:	
As informações solicitadas foram encaminhadas ao TCU por meio do Aviso nº 1219, de 17/8/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os documentos encontram-se em análise pelo TCU.	
Análise crítica dos fatores positivo-negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Foram 3 (três) os fatores negativos que dificultaram a adoção das providências: 1-A grande quantidade de informações solicitadas; 2-a grande quantidade de Unidades Gestoras envolvidas; e 3-o prazo de apenas 30 (trinta) dias para atendimento. Estes fatores levaram a que fosse pedida uma dilatação no prazo para 90 (noventa) dias, que foi concedida.	

74. RESULTADOS E CONCLUSÕES – SEPESD

Dentre as várias conquistas da SEPESD em 2011, podemos destacar o seguinte:

A Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD) vem contribuindo para a política de inclusão social do Governo, pela execução do Programa Forças no Esporte, desenvolvido desde 2003.

No ano de 2011, o programa representou cerca de 12.000 crianças e adolescentes, em área de vulnerabilidade social, acolhidas por 84 Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, distribuídas em 24 Estados da Federação, que contaram com todo o tipo de material esportivo e camisetas e agasalhos esportivos.

Ainda no ano de 2011, o Programa contou com os seguintes recursos recebidos dos Ministérios parceiros, por destaque de crédito Orçamentário:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Reforço alimentar (duas refeições diárias): R\$ 3.369.600,00

Ministério do Esporte

- Recursos Humanos (professores e monitores) e Transporte: R\$ 2.139.000,00

A SEPESD, por meio da Comissão Desportiva Militar Brasileira, realizou no período de 16 a 24 de julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, os 5º Jogos Mundiais Militares do CISM – “Os Jogos da Paz”.

Este megaevento esportivo reuniu 5.238 participantes estrangeiros, oriundos de 111 países. Foram disputadas, 20 modalidades esportivas. O Brasil participou com 277 atletas, sendo 162 masculinos e 115 femininos.

Os V Jogos Mundiais Militares, além de terem contribuído para o preparo de alguns atletas que participarão dos Jogos Olímpicos de 2012, intensificaram a atuação integrada entre os diversos Órgãos de Segurança Pública e das Forças Armadas, projetaram o Brasil no cenário internacional e reforçaram a expertise e a capacidade brasileira de organizar eventos esportivos de grande porte.

O excelente desempenho do Brasil no evento demonstrou o alto nível de preparação de nossos atletas, tendo em vista que a Delegação Militar Brasileira conquistou o total de 114 medalhas, sendo 45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze, ocupando a primeira posição no quadro geral de medalhas.

Os Jogos deixaram como importante legado social a construção de 1.200 apartamentos e, como legado esportivo, a construção e modernização de ginásios, piscinas, pistas de atletismo e dos centros esportivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, onde aconteceram as competições. Essas instalações também servirão para a manutenção do preparo dos nossos militares e atletas, além de estarem disponíveis para o treinamento das equipes brasileiras e as dos países que participarão dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

MINISTÉRIO DA DEFESA

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

Brasília-DF / 2012

75. IDENTIFICAÇÃO - EMCFA

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional			
Denominação abreviada: SEORI			
Código SIORG: 41109	Código na LOA: 52101	Código SIAFI: 110407	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 75.22-1
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-4294	(061) 3312-4233	
E-mail: seori@defesa.gov.br			
Página da Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas			
Denominação abreviada: EMCFA			
Código SIORG: 41110	Código na LOA: -	Código SIAFI: 110582	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 75.22-1
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-4003	(061) 3312-4909	(061) 3312-4241
E-mail: emcfa@defesa.gov.br			
Página da Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 7º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (DOU de 10 de Junho de 1999) alterada pelas: Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (DOU de 3 de setembro de 2004); e Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 (DOU de 26 de agosto de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU de 24 de novembro de 2010) alterado pelo Decreto nº 7436, de 3 de fevereiro de 2011 (DOU de 4 de fevereiro de 2011).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
MD35-D-02 Diretriz para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Combinada; MD31-D-03 Doutrina Militar de Comando e Controle; MD32-P02 Política de Sensoriamento Remoto de Defesa; MD33-M-03 Doutrina Básica de Comando Combinado; MD34-M-01 Manual de Logística para Operações Combinadas; MD34-M-02 Manual de Operações de Paz; MD41-P-01 Política de Mobilização Militar; MD52-N-01 Doutrina de Inteligência de Defesa; PMN – Política de Mobilização Nacional; e Portaria Normativa nº 1.890 - MD/2006 – Política de Logística de Defesa.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
772001	Diretoria de Administração da Marinha		

160509	Secretaria de Economia e Finanças (Exército)
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
110404	Departamento de Administração Interna (Ministério da Defesa)
110406	Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
772001	00001
160509	00001
120002	00001
110404	00001
110406	00001

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira dos Programas 1057 – Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas; 8026 – Mobilização para Defesa Nacional; e 8032 – Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, bem como das Ações que os compõem. As considerações acerca da Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório, pertencente ao Programa 8026, serão detalhadas no Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 - Fundo do Serviço Militar, uma vez que as dotações orçamentárias desta Ação constituem aquele Fundo. Foram incluídas neste Relatório, ainda, as Ações: 2D55 – Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa e 6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa, do Programa 0625 – Gestão da Política de Defesa Nacional; e 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão, do Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade, em razão dessas Ações serem coordenadas por Chefias do EMCFA, apesar dos Programas serem gerenciados pela Secretaria de Coordenação e Organização Institucional. Estão destacadas as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação e de acordo com os registros constantes no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é uma Unidade Gestora com função de Controle de recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, cujas despesas são realizadas pelos Comandos das Forças Armadas e pela Administração Central do Ministério da Defesa. Desta forma, deixaram de ser preenchidas as informações referentes aos seguintes itens do Anexo II, Parte “A” da DN 108 TCU/2010: Programação Orçamentária das Despesas; Execução Orçamentária das Despesas; Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos; Movimentação e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; Transferências efetuadas no exercício; Informações sobre Contratos e Convênios; Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis; Bens Imóveis de Uso Especial; Cartões de Pagamento do Governo Federal; e Renúncia Tributária.

As informações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas estão discriminadas no Relatório de Gestão da UG 110404 – Departamento de Administração Interna, órgão da Administração Central do Ministério da Defesa com responsabilidade de guarda dessas informações.

Os itens do Anexo II, Parte “A” da DN 108 TCU/2010, que se aplicam à UJ mas não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2011, são os seguintes: Deliberações do TCU; e Recomendações do Órgão ou do Controle Interno.

Dentre as realizações no exercício de 2011, destacam-se: as Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ANHANDUÍ; o prosseguimento da Missão de Paz no Haiti – MINUSTAH; a ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) com a incorporação da Fragata brasileira F-45 União; as operações realizadas na faixa de fronteira oeste; as atividades de Comando e Controle e de Inteligência Operacional, que são fundamentais na coordenação entre as Forças atuantes e na elaboração do cenário atual da área aonde ocorrem essas operações e, quando necessário, por ocasião de desastres naturais em nosso País ou no exterior; estabelecimento de medidas de interesse comum na área de Logística de Defesa; aprimoramento da integração entre os órgãos do Sistema Nacional de Mobilização; continuidade das atividades ligadas ao Projeto Soldado-Cidadão; manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento da Organização das Nações Amigas em Genebra; apoio às diversas comitivas de países amigos em visita ao Brasil; realização de Reuniões Bilaterais, no Brasil e no exterior, com as Forças Armadas de diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e da América do Sul; e participação em congressos, seminários, reuniões que tratam de assuntos de interesse político e estratégico, na área de defesa, para o País.

As dificuldades encontradas foram decorrentes do elevado contingenciamento orçamentário, da ordem de 40 %, que perdurou até meados de dezembro de 2011, e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que redundou em cortes de atividades ligadas à capacitação de recursos humanos, ao intercâmbio e cooperação militar internacional e na área de Defesa, aos Sistemas de Integração Logística e de Mobilização Nacional, e na redução do emprego de pessoal e meios militares por ocasião da realização dos exercícios de adestramento previstos.

76. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS - EMCFA

Responsabilidades institucionais da unidade

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: Políticas e Estratégias Nacionais e Setoriais de Defesa, de Inteligência e Contra-Inteligência Estratégica; atos internacionais e participação em representações e organismos, no Brasil e no exterior, na área de defesa; logística, mobilização e tecnologia militar; e articulação e equipamento das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

77. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas desenvolve suas competências por intermédio de suas Chefias, a saber: Chefia de Assuntos Estratégicos, nas áreas de Política, Estratégia, Assuntos Internacionais, Inteligência e Contra-inteligência Estratégicas; Chefia de Logística, nas áreas da Logística, Mobilização e Serviço Militar; e Chefia de Preparo e Emprego, no preparo e emprego conjunto das Forças Armadas.

Desta forma, a estratégia de atuação do EMCFA, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, são as seguintes:

Chefia de Assuntos Estratégicos

- Visitas técnicas aos órgãos de defesa de outros países; viagens de estudo; pesquisas nos órgãos militares de ensino no Brasil e no Exterior; participação em seminários no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento industrial de produtos de defesa; participação em fóruns nacionais e internacionais; reuniões estratégicas na área de defesa, com os países de interesse fronteiriços, com objetivos de proteção das fronteiras em comum; reuniões bilaterais, tanto no Brasil, como em diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e países sul-americanos; e participação em congressos, cursos, conferências e palestras no Brasil e no exterior.

Chefia de Logística

- Desenvolvimento do Sistema de Logística de Defesa (SisLogD); desenvolvimento de software denominado “Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLD)”;

incremento dos trabalhos nos âmbitos do Comitê do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB e do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão; e visitas técnicas a setores responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informações Gerenciais de Logística Militar.

Chefia de Preparo e Emprego

Na área de Comunicações, Comando, Controle e Inteligência Operacional:

- Difusão da doutrina de Comando e Controle (C²) no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares; prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²); evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C² nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento; modernização do Centro de Operações Conjuntas (COC); participação em operações multinacionais, com o propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC²; manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C² das Forças de Paz no Haiti; ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC²; fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas; integração doutrinária entre os centros de guerra eletrônica das Forças Armadas; aperfeiçoamento da estrutura do Centro de Inteligência Operacional; realização de visitas técnicas a centros de geração de imagens no Brasil; expansão da atividade de sensoriamento remoto no âmbito das Forças Armadas; e capacitação de recursos humanos por intermédio da participação em cursos, seminários e simpósios, no Brasil e no exterior.

Na área do Preparo e Emprego Conjunto das Forças Armadas:

- Desenvolvimento de atividades de Inteligência que possibilitem um assessoramento mais seguro ao processo decisório da Chefia de Preparo e Emprego e um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas; Operações Militares Conjuntas, empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas, com expressiva participação de órgãos governamentais e civis; Reuniões Bilaterais, para troca de conhecimentos em matéria de Defesa e Segurança com os Estados-Maiores de Defesa ou órgãos congêneres de países amigos, permitindo uma maior aproximação e integração das Forças Armadas participantes; participação nas operações multinacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); intensificação da presença das Forças Armadas na fronteira; prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti – MINUSTAH ; ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); prosseguimento da participação de militares brasileiros em diferentes missões de paz da ONU e da OEA; seminários e simpósios, visando à difusão doutrinária, capacitação e atualização dos recursos humanos; e atendimento às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, no tocante ao desenvolvimento nacional e ao apoio à Defesa Civil, no nível operacional, quando solicitado pelo Governo Federal e/ou pelos seus Órgãos.

As principais dificuldades encontradas na consecução dos objetivos e metas mencionados foram decorrentes do contingenciamento orçamentário ao longo de todo o exercício de 2011, da ordem de 40%, e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens.

O impacto causado pelo contingenciamento redundou na redução de atividades planejadas, de contratação de serviços, de aquisição de materiais e equipamentos, bem como da amplitude a ser alcançada.

As metas físicas corrigidas foram cumpridas com redução da manutenção, da substituição de equipamentos obsoletos e de recursos humanos inscritos nos cursos de capacitação para o Sistema de Comunicações Militares por Satélite.

As Operações Conjuntas programadas foram realizadas com os efetivos e meios militares empregados reduzidos. Embora o efetivo adestrado tenha sido reduzido, a verificação da doutrina de emprego conjunto pôde ser avaliada a contento.

A expansão do Sistema Militar de Comando e Controle foi aquém da planejada, assim como a capacitação de seus recursos humanos. Mesmo assim, o Centro de Comando e Controle continuou operando e dando suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti.

As atividades na área do Intercâmbio Militar Internacional e de Defesa, da Política e Inteligência Estratégicas se desenvolveram com restrições, particularmente nos eventos de capacitação de recursos humanos que demandavam maiores despesas com diárias e passagens.

O Projeto Soldado-Cidadão proporcionou a formação profissional de 17.423 jovens em Serviço Militar, meta acima do planejado.

A busca de subsídios para a integração de conceitos, doutrinas, organização e procedimentos direcionaram as atividades ligadas à Logística e à Mobilização, junto às Forças Armadas e aos órgãos do SINAMOB, respectivamente.

78. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ
PROGRAMA 1057 – COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1057						
Denominação: Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas – C ³ I nas FA						
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover a integração logística das Forças Armadas.						
Objetivos Específicos: Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar.						
Gerente: Valte Ney Zanella dos Santos						
Público Alvo: Nação Brasileira						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
32.513.552,00	20.247.461,38	20.173.455,68	20.173.455,68	1.815.225,79	16.555.436,79	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
- este Programa não possui Indicadores.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em termos orçamentários, a situação ideal é a liberação integral do orçamento anual no mês de janeiro, sem o estabelecimento de contingenciamentos ou liberação duodecimal, a fim de evitar a ocorrência de transtornos administrativos e a demora na execução financeira. Em 2011, mais uma vez, a situação ideal não ocorreu. A demora na definição do montante de recursos disponíveis para a programação anual criou transtornos administrativos sérios ao desenvolvimento do Programa e à seleção das atividades realizadas ao longo do exercício.						

Identificação do Programa de Governo

No mês de janeiro, foi liberado 1/18 dos recursos orçamentários, no GND 3, até a publicação da LOA, o que ocorreu em 09 de fevereiro (Lei nº 12,381). A partir daí, 30% das dotações orçamentárias das Ações foram liberadas e, no decorrer do mês de fevereiro até a publicação do Decreto nº 7.445, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, o limite autorizado para empenho foi estabelecido em 50% das citadas dotações. Em seguida, o contingenciamento inicial de 40% se confirmou.

O Decreto nº 7.446 limitou as despesas com diárias e passagens à metade do valor executado no exercício de 2010, parcelando as despesas nos 2 semestres de 2011.

Em razão do contingenciamento e da limitação das despesas com diárias e passagens, as atividades previstas no Programa foram, significativamente, prejudicadas. Houve necessidade de compatibilizar a programação inicial com as limitações impostas ao orçamento, com elevado “custo” de retrabalho no planejamento.

Devido à necessidade de obtenção de itens de elevada complexidade tecnológica para viabilizar as atividades de Comando e Controle e de Comunicações Militares Seguras, utilizou-se a estrutura administrativa das Forças Armadas, via destaque de crédito, para as obtenções concernentes ao Programa.

Em agosto, foi ampliado o limite orçamentário da Ação 2385 – SISCOMIS em R\$ 3.460.250,00, para atender aos pagamentos dos contratos de manutenção de equipamentos e aluguel de transponders para comunicações por satélite.

A execução da Ação 5132 – Implantação do SISCOMIS viu-se prejudicada pela inviabilidade de conclusão dos processos licitatórios ocorrerem antes da data limite para empenho (dia 16 de dezembro) e, também, por não atendimento às especificações do objeto licitado.

Apesar das dificuldades e óbices supracitados, os objetivos primordiais do Programa, que tem suas atividades interligadas às do Programa 8032 – Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas, foram cumpridos a contento.

O Sistema de Comando e Controle, aí enquadrados os funcionamentos do Centro de Operações Conjuntas / Ministério da Defesa e dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas, operou e deu suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti; e O Sistema de Comunicações Militares permaneceu ativo, suportando as demandas de transmissão de dados e de voz, videoconferências, dentro da área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

Cabe ressaltar a necessidade de ser efetuado um ajuste gerencial no SIGPLAN em termos de monitoramento, tendo em vista a metodologia que compara valores da LOA com os valores executados (liquidados), o que implica um baixíssimo percentual de execução financeira. O mais aceitável seria comparar recursos autorizados (LOA-contingenciamento) com os recursos empenhados, tendo em vista apresentar uma visão mais próxima da realidade.

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

PROGRAMA 8026 – MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 8026						
Denominação: Mobilização para Defesa Nacional						
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Preparar e, quando necessário, executar a Mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.						
Objetivos Específicos: Implantar o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).						
Gerente: Gen Div José Alberto da Costa Abreu						
Público Alvo: Nação Brasileira						
OBS: Estão incluídas as informações atinentes à Ação 2872, a qual será objeto de relatório específico, haja vista que os seus recursos pertencem à Unidade Orçamentária 52903 – Fundo do Serviço Militar (FSM), de acordo com a Decisão Normativa do TCU nº 108, de 24 Nov 2010.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
7.739.823,00	7.599.735,43	7.273.494,20	7.273.494,20	6.057,66	5.285.867,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
- este Programa não possui Indicadores.						
Análise do Resultado Alcançado						
Tendo em vista o contingenciamento de recursos aplicado pelo Governo Federal, a Administração Central do Ministério da Defesa fixou o crédito orçamentário das Ações 4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional e 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB em 60% dos valores previstos na LOA/2011. Assim, o planejamento das atividades relativas à capacitação de recursos humanos e à divulgação do SINAMOB necessitou ser ajustado à nova realidade orçamentária, o que acarretou uma redução na realização das metas físicas previstas em relação à previsão orçamentária inicial.						
Apesar de não existirem indicadores para o Programa 8026 – Mobilização para Defesa Nacional, foram alcançados bons resultados na integração entre os órgãos do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Houve avanços nos planejamentos coordenados pelo EMCFA, na aplicação de recursos para melhoria dos Sistemas de Mobilização das Forças Singulares e na realização de viagens de estudo de campo, contribuindo para o aperfeiçoamento da definição das características de um Sistema de Informações Gerenciais para a Mobilização Nacional.						
As atividades no ano de 2011 progrediram em temas como a possibilidade de criação de Núcleos de Mobilização em cada Subsistema Setorial e com a participação de representantes dos Subsistemas Setoriais de Mobilização Militar, Econômica, Social e de Política Externa do SINAMOB nos planejamentos e na realização dos exercícios militares AMAZÔNIA e ANHANDUÍ, coordenados pelo EMCFA.						
Dessa forma, apesar do contingenciamento aplicado, considera-se adequada a execução deste Programa, no sentido de ter sido possível compatibilizar as atividades previstas aos recursos disponíveis, com a obtenção de metas físicas redimensionadas.						

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

PROGRAMA 8032 – PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 8032					
Denominação: Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas – Prep Emp Cbn FA					
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Desenvolver a capacidade das Forças Armadas operarem de forma combinada ou conjunta.					
Objetivos Específicos: Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.					
Gerente: Valte Ney Zanella dos Santos					
Público Alvo: Nação Brasileira					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
277.898.977,00	271.471.674,40	270.820.395,52	270.820.395,52	37.791.240,95	204.913.111,31

Identificação do Programa de Governo						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
- este Programa não possui Indicadores.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Em termos orçamentários, a situação ideal é a liberação integral do orçamento anual no mês de janeiro, sem o estabelecimento de contingenciamentos ou liberação duodecimal, a fim de evitar a ocorrência de transtornos administrativos e a demora na execução financeira. Em 2011, mais uma vez, a situação ideal não ocorreu.</p> <p>A demora na definição do montante de recursos disponíveis para a programação anual criou transtornos administrativos sérios ao desenvolvimento do Programa e à seleção das atividades realizadas ao longo do exercício.</p> <p>No mês de janeiro, foi liberado 1/18 dos recursos orçamentários, no GND 3, até a publicação da LOA, o que ocorreu em 09 de fevereiro (Lei nº 12,381). A partir daí, 50% das dotações orçamentárias da Ação 2C06 e 30% das demais Ações foram liberadas e, no decorrer do mês de fevereiro até a publicação do Decreto nº 7.445, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, o limite autorizado para empenho foi estabelecido em 50% das citadas dotações. Em seguida, o contingenciamento inicial de 40% se confirmou, a exceção da Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz que teve seus limites preservados.</p> <p>O Decreto nº 7.446 limitou as despesas com diárias e passagens à metade do valor executado no exercício de 2010, parcelando as despesas nos 2 semestres de 2011.</p> <p>Em razão do contingenciamento e da limitação das despesas com diárias e passagens, as atividades previstas no Programa foram, significativamente, prejudicadas. Houve necessidade de compatibilizar a programação inicial com as limitações impostas ao orçamento, com elevado “custo” de retrabalho no planejamento.</p> <p>O impacto causado pelo contingenciamento na consecução das metas físicas iniciais redundou na redução de atividades planejadas, bem como da capacitação de recursos humanos (cursos, estágios, seminários) e da amplitude dos exercícios de adestramento realizados.</p> <p>Nos meses de novembro e dezembro, em face do emprego das Forças Armadas nos Estados do Maranhão, Rondônia e Ceará, houve o descontingenciamento de parte dos créditos da Ação 4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas para atender aos custos dessas operações na garantia da lei e da ordem, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.</p> <p>Apesar das dificuldades e óbices supracitados, os objetivos primordiais do Programa foram cumpridos. As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ANHANDUÍ, assim como as ações de presença na fronteira e os exercícios de simulação, foram realizadas conforme planejado, porém com um efetivo e meios militares empregados bastante reduzidos. A avaliação da doutrina de emprego conjunto, visando ao seu aperfeiçoamento, foi realizada conforme esperado.</p> <p>Cabe ressaltar a necessidade de ser efetuado um ajuste gerencial no SIGPLAN em termos de monitoramento, tendo em vista a metodologia que compara valores da LOA com os valores executados (liquidados), o que implica um baixíssimo percentual de execução financeira. O mais aceitável seria comparar recursos autorizados (LOA-contingenciamento) com os recursos empenhados, tendo em vista apresentar uma visão mais próxima da realidade.</p>						

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista corrigida	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
05	126	1057	1489	P	4	% de execução física	2	2	3
05	722	1057	2385	A	4	unidade	1	1	1
05	722	1057	4222	A	4	unidade	1	1	1
05	722	1057	5132	P	4	% de execução física	1	1	3
05	722	1057	5134	P	4	% de execução física	1	1	2
05	122	8026	2872	A	4	unidade	1.730.000	1.699.733	1.650.000
05	153	8026	4427	A	4	unidade	4	4	8

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista corrigida	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
05	126	8026	5136	P	4	% de execução física	4	3	4
05	183	8032	2866	A	4	-	-	-	-
05	122	8032	4229	A	4	unidade	19	19	16
05	153	8032	6499	A	4	unidade	1	3	3
05	212	8032	2C06	A	4	unidade	1	1	2
05	126	0625	6515	A	4	unidade	1,2	1,2	1
05	333	1383	6557	A	4	unidade	15.400	17.423	17.000
05	212	0625	2D55	A	4	unidade	10	10	10

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

79. ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES

A Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório será objeto do Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 – Fundo do Serviço Militar.

AÇÃO 1489 – IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE OPERAÇÕES DO COMANDO SUPREMO E FORÇAS SINGULARES

Tipo	Projeto
Finalidade	Proporcionar um sistema automatizado e integrado de comando e controle com processamento, em tempo real, das informações recebidas de todos os níveis governamentais, de forma a permitir condições de coordenação dos Ministérios, Comandos das Forças Armadas e órgãos da estrutura governamental federal e estadual no gerenciamento de crises, em qualquer parte do território nacional ou mesmo no exterior, onde estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisão e controle da situação.
Descrição	Provimento de infraestrutura de informática, de telecomunicações e de instalações físicas, envolvendo softwares comerciais, sua customização e treinamento; análise de sistemas e desenvolvimento de softwares específicos à finalidade; hardware de informática (microcomputadores e equipamentos de rede) e específicos de telecomunicações; construção de instalações; adequação das instalações existentes; capacitação de pessoal; e desenvolvimento e aprimoramento da doutrina
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Gen Div Celso José Tiago
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 1489:

- prosseguimento da divulgação da doutrina militar de Comando e Controle (C²);
- prosseguimento da modernização do Centro do Comando de Operações Conjuntas (CCOC);
- manutenção da operação integrada dos Centros de Comando e Controle do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²);
- manutenção da rede de comunicações que interliga as salas de crise em diversos Ministérios;
- continuidade da implantação da rede permanente de Comando e Controle;
- instalação, funcionamento e manutenção dos recursos de Comando e Controle para atender às Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ANHANDUÍ;
- apoio de Comando e Controle aos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas, bem como dos planejamentos operacionais dos Comandos Conjuntos;
- atualização da versão do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM);
- adestramento sobre operação de estações terrenas em Banda X e SIPLOM, em proveito da Força de Paz Brasileira no Haiti; e
- capacitação de pessoal por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C² no Brasil e no exterior e a participação em simpósios ou cursos no Brasil e no exterior.

O severo contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2011, da ordem de 40%, ocasionou significativa redução na ampliação e modernização do Centro de Comando e Controle. Os recursos disponibilizados foram suficientes apenas para a realização da manutenção dos sistemas e para pequena modernização do Centro de Operações do Ministério da Defesa e do Sistema de Planejamento Operacional Militar - SIPLOM. Houve elevado “custo” de retrabalho no planejamento.

Apesar das dificuldades encontradas, o Sistema de Comando e Controle, aí enquadrados os funcionamentos do Centro de Operações Conjuntas / Ministério da Defesa e dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas, operou e deu suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti.

Considerando a diferença cambial de R\$ 2.436,66, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 2.073.551,57.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação ficou em 40 % no GND 3 e 40% no GND 4, aproximadamente, o que levou a uma correção da meta física de 5% para 2 %. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação, no exercício, foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	3.533.696,00	2.129.493,65	2.073.551,57	97,37
Física (%)	5	2	2	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

ACÇÃO 2385 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES POR SATÉLITE

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e operar o SISCOMIS.
Descrição	Manutenção dos diversos equipamentos que compõem o SISCOMIS e a interligação dos Centros de Comando e Controle do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas com os Órgãos que integram a Estrutura Militar de Defesa, incluindo os Comandos Combinados, quando ativados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Gen Div Celso José Tiago
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

No ano de 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 2385:

- visitas às instalações das estações fixas e das empresas prestadoras de serviços contratadas;
- pagamento dos contratos de manutenção dos equipamentos (transponder de dados e voz, transmissores e estações táticas e terrenas da banda X, centrais telefônicas etc.) às empresas Damovo e Sutech;
- pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais e terrestres às empresas Star One, Embratel e Brasil Telecom;
- custeio da manutenção de equipamentos, não cobertos pelos contratos citados;
- custeio da manutenção de equipamentos navais que compõem o SISCOMIS;
- aquisição de suprimento para a manutenção dos terminais do SISCOMIS; e
- capacitação de recursos humanos no exterior.

O SISCOMIS, por ser baseado em equipamentos com elevada tecnologia de telecomunicações e de informação, requer constante substituição e modernização de material.

O severo contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2011, da ordem de 40%, obrigou a um replanejamento das atividades programadas, a fim de não degradar as comunicações militares, que atendem às operações combinadas, às operações das Forças Singulares, à Missão de Paz no Haiti e aos deslocamentos de navios em todo o Hemisfério Sul, incluindo a operação brasileira na Antártica, e parte do Atlântico Norte. Houve elevado “custo” de retrabalho no planejamento.

De um modo geral, houve degradação na consecução do planejamento elaborado para o ano de 2011, o que impossibilitou a aquisição de todos os itens de serviço e material necessários à manutenção do Sistema.

Apesar das dificuldades e em face do descontingenciamento ocorrido no 2º semestre/2011, no GND 3, o Sistema de Comunicações Militares permaneceu ativo, suportando as demandas de transmissão de dados e de voz e de videoconferências dentro da área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

Considerando a diferença cambial de R\$ 3.437,46, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 15.492.181,75.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação ficou em 14,65 % no GND 3 e 40% no GND 4, aproximadamente, o que dificultou a obtenção da meta física planejada. Desta forma,

levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	18.394.923,00	15.500.846,09	15.492.181,75	99,94
Física (unidade)	1	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 4222 – SENSORIAMENTO REMOTO PARA APOIO À INTELIGÊNCIA

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter e operar um sistema de coleta, processamento e compartilhamento de dados e conhecimentos de Inteligência derivados de sensoriamento remoto, do espectro-eletromagnético e do tratamento de informações meteorológicas, objetivando o suporte aos planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas.
Descrição	Obtenção, processamento, análise, distribuição e armazenamento de dados e conhecimentos derivados de sensoriamento remoto, do espectro-eletromagnético e do tratamento de informações meteorológicas. Operação de sistema informatizado, apoiado em rede dedicada de computadores. Ações de suporte e assistência técnica à rede de produção e compartilhamento de dados. Aquisição ou desenvolvimento de softwares específicos. Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos derivados de sensoriamento remoto, do espectro-eletromagnético e do tratamento de informações meteorológicas. Capacitação especializada de pessoal. Promoção de eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Cel Oswaldo Casagrande Filho
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

No ano de 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4222:

- operação e manutenção do Centro de Inteligência Operacional (CIOp) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA);
- prosseguimento na implantação do Projeto SIGWEB/SIGDESKTOP e da Rede de Guerra Eletrônica de Defesa (RGED);
- visitas Técnicas para instalação do Portal de Inteligência Operacional;
- contratação de serviços de fornecimento de imagens satelitais;
- participação no exercício de adestramento conjunto Operação AMAZÔNIA;
- realização do II Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa (II EGED); e
- aquisição de equipamentos necessários ao Centro de Inteligência Operacional.

O severo contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2011, da ordem de 40%, e a limitação de despesas com diárias e passagens ocasionaram: significativa redução na instalação de estações do Portal de Inteligência Operacional, em organizações militares das 3 Forças, em todo o Brasil e no Haiti, com retardos na ativação de pontos de acesso; paralisação no desenvolvimento do software do Portal de Inteligência Operacional e no Módulo de Inteligência de Imagens, em parceria com OM do Exército e da Aeronáutica; redução das metas de instalação do Portal e das metas estabelecidas no desenvolvimento dos softwares custeados pela Ação (SigWEB, Sig DESKTOP e Portal de Inteligência Operacional); não participação em eventos de sensoriamento remoto, de alto nível, realizados no País e no exterior, com prejuízo para a atividade e para a atualização tecnológica dos seus recursos humanos; e não participação na Operação Ágata 2, no Planejamento Operacional JASPE e na Operação ANHANDUÍ. Houve elevado “custo” de retrabalho no planejamento.

Considerando a diferença cambial de R\$ 113,65, a menor, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 1.444.670,63.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação ficou em 44% no GND 3, aproximadamente. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	2.500.000,00	1.454.886,35	1.444.670,63	99,30
Física (unidade)	1	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 5132 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES POR SATÉLITE - SISCOMIS

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e as Forças Armadas de um sistema de telecomunicações independente, exclusivo, de alta confiabilidade e eficiência para atender às necessidades de interligação de seus Centros de Comando e Controle com os Órgãos que integram a Estrutura Militar de Defesa, incluindo os Comandos Combinados, quando ativados.
Descrição	Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS), por intermédio da aquisição e instalação de equipamentos de telecomunicação para a estruturação de redes para comunicação de voz e dados, integrando os Órgãos que compõem a Estrutura Militar de Defesa, incluindo os Comandos Combinados, quando ativados, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e de Implantação do SISCOMIS (PDI-SISCOMIS), do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Gen Div Celso José Tiago
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

O Sistema de Comunicações Militares via Satélite (SISCOMIS) constitui a infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

O SISCOMIS é composto de estações fixas com oito instalações terrestres principais, nas cidades de Brasília - DF, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Campo Grande - MS, Manaus - AM, Rio de Janeiro - RJ, Belém - PA e Natal - RN, com ramificações para diversas localidades, interligando, atualmente, 406 Organizações Militares em todo o País.

Para atender às operações militares, o SISCOMIS possui, ainda, estações transportáveis e móveis, operando através de enlaces satelitais em banda Ku ou na banda X, cujo emprego é exclusivamente militar. Essa rede se caracteriza por permitir elevada mobilidade, possibilitando a operação de estações em qualquer ponto na área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

O SISCOMIS é o mais importante meio de telecomunicações para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no atendimento às Operações Combinadas ou Conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da Paz, como no Haiti.

Os recursos da Ação 5132 têm sido aplicados, principalmente, na ampliação dessa rede. Assim, com os valores liberados em 2011, foram planejadas as seguintes atividades: aquisição de terminal fixo em banda Ku; instalação de rede metropolitana tipo Wi Max e de um centro de monitoramento da rede operacional, ambos em Brasília; aquisição de Terminais Transportáveis em banda X; e manutenção dos equipamentos do sistema em banda X do SISCOMIS.

Os processos de três licitações realizadas para aquisição de equipamentos e contratação de serviços não foram concluídos em razão da data de abertura ocorrer após o dia 16 de dezembro, dia previsto como limite para emissão de empenhos no exercício financeiro de 2011, e por não atendimento às especificações do objeto licitado. Uma vez que não havia mais como empregar os recursos destinados às citadas licitações, foi contingenciado o limite orçamentário da Ação no montante desses recursos e repassado para o Comando da Marinha, que estava em condições de executar em suas Ações.

Considerando a diferença cambial de R\$ 14.465,77, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 556.727,36.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação ficou em 94,05% no GND 3 e de 91,97% no GND 4, aproximadamente, o que levou a uma correção da meta física de 3% para 1%. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	7.070.499,00	571.541,02	556.727,36	97,41
Física (%)	3	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 5134 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES SEGURAS

Tipo	Projeto
Finalidade	Implantar um sistema de comunicações militares, que apresente um nível seguro de privacidade das informações e mensagens táticas trocadas entre os meios operativos de um Comando Combinado.
Descrição	Aquisição de equipamentos e tecnologia para concepção, implantação e operação do SISTED – Sistema Tático de Enlaces de Dados – que tem por objetivo básico assegurar a transferência confiável e segura de dados e mensagens entre os meios operativos das Forças Armadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Gen Div Celso José Tiago
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

O Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

O projeto SISTED encontra-se no final da fase de Concepção da Arquitetura e início da Produção, ou seja, implantação das soluções de integração que serão propostas em projetos básicos. Para tanto, será necessário o incremento de recursos nesta Ação, a fim de possibilitar a contratação de empresas para o desenvolvimento e aplicação das soluções de integração entre os sistemas táticos das Forças Armadas.

Em 2011, estava prevista a conclusão e aprovação da Arquitetura do SISTED, bem como a confecção do projeto básico referente às integrações necessárias no âmbito da Defesa Aeroespacial e à contratação de empresas para implantar tais integrações.

Dessa forma, foram planejadas, para 2011, as seguintes atividades no âmbito da Ação 5134:

- reuniões de projeto, para revisão, conclusão e aprovação da Arquitetura do SISTED;
- confecção do projeto básico referente às integrações necessárias no âmbito da Defesa Aeroespacial;
- capacitação de pessoal, para a continuidade e modificação da fase do projeto;
- contratação de recursos humanos, para a confecção dos projetos básicos referentes às integrações no âmbito da Defesa Aeroespacial; e
- contratação de empresas para implantar tais integrações.

A aprovação da LOA 2011 em patamar que vem sendo mantido há vários anos de R\$ 1.014.434,00 aliado ao severo contingenciamento inicial aplicado a esta Ação, da ordem de 40%, ocasionou: realização de apenas duas reuniões de projeto; adiamento, para o exercício de 2012, da conclusão do projeto básico; redução na contratação de pessoal; redução nas atividades relacionadas à capacitação de recursos humanos; e adiamento, para o ano de 2012, do início da fase de produção e contratação de empresas para implantação de soluções. Houve elevado “custo” de retrabalho no planejamento.

Considerando a diferença cambial de R\$ 13.102,49, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 572.995,64.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação foi de 40,76% nos GND 3 e de 53,75%, no GND 4, aproximadamente, o que levou a uma correção da meta física de 3% para 1%. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	1.014.434,00	590.694,27	572.995,64	97,00
Física (%)	3	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 4427 – EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

Tipo	Atividade
Finalidade:	Planejar o desenvolvimento da capacidade de Mobilização do País, com a finalidade de atender às Hipóteses de Emprego, quando da decretação da Mobilização Nacional.
Descrição:	Planejar a Mobilização Nacional envolvendo o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), onde estão representados os campos do Poder Nacional, visando ao desenvolvimento de sua capacidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	Chefia de Logística / Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
Coordenador Nacional da Ação:	Cel Alexandre Cassel Marques
Unidades executoras:	Administração Central / Ministério da Defesa e Forças Armadas.

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4427:

- realização de palestras para os alunos das Escolas de Guerra Naval, de Comando e Estado-Maior do Exército, de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Escola Superior de Guerra;
- realização de Palestras nas Escolas de Formação de Oficiais e Praças da Marinha e do Exército;
- realização de estudos e pesquisas sobre o Sistema de Mobilização Nacional da Alemanha;
- participação no Curso de Logística e Mobilização Nacional da Escola Superior de Guerra, por meio de palestras, estudo de caso e elaboração do trabalho final do curso;
- participação no Exercício de Planejamento do Apoio Logístico com meios existentes e passíveis de Mobilização da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
- participação no Seminário de Logística Operacional do EMCFA; e
- participação nos exercícios e planejamentos das Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Ao final do exercício, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	190.000,00	114.000,00	113.661,66	99,70
Física (%)	4	4	4	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 5136 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO - SINAMOB

Tipo	Projeto
Finalidade:	Planejar, desenvolver e implementar uma infraestrutura gerencial que comporte todos os órgãos que constituem o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB
Descrição:	Confecção de um Sistema de Informações Gerenciais de interesse da Mobilização Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	Chefia de Logística / Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
Coordenador Nacional da Ação:	Cel Alexandre Cassel Marques
Unidades executoras:	Administração Central / Ministério da Defesa e Forças Armadas.

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 5136:

- realização da 7ª Reunião da Secretaria-Executiva do Comitê do SINAMOB com todos os representantes dos órgãos setoriais e convidados da área financeira dos referidos órgãos, além de representantes das Escolas de Altos Estudos Militares;
- realização da 8ª Reunião da Secretaria-Executiva do Comitê do SINAMOB, com a apresentação das atividades realizadas em 2011 e aprovação de cronograma de trabalho para 2012;
- realização de palestras referentes a recursos mobilizáveis existentes na Região Amazônica por representantes de Subsistemas do SINAMOB, na 2ª Reunião de Planejamento de Adestramento da Operação Amazônia, visando a uma maior integração entre os órgãos do SINAMOB e os responsáveis pelo planejamento de Defesa;
- participação na Reunião de Planejamento e Adestramento da Operação ANHANDUÍ, visando a integrar as ações planejadas de Defesa com o Subsistema Setorial de Mobilização Militar e outros subsistemas do SINAMOB;
- realização de palestras referentes a recursos mobilizáveis existentes na Região Centro-Oeste por representantes de Subsistemas do SINAMOB, nos Exercícios da Operação ANHANDUÍ, visando a uma maior integração entre os órgãos do SINAMOB e os responsáveis pelo planejamento de Defesa;
- aperfeiçoamento do Sistema de Mobilização e desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização juntos às Forças Armadas; e
- participação no Curso de Requisitos de Software – Levantamento e Gestão, com a finalidade de desenvolver o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização.

Ao final do exercício, e levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	160.000,00	96.000,00	94.082,01	98,00
Física (%)	4	3	3	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 2866 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança do Estado e da sociedade
Descrição	Provisão dos meios necessários à realização de atividades de caráter sigiloso.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Cel Oswaldo Casagrande Filho
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Esta Ação Orçamentária possibilita um assessoramento mais seguro ao processo decisório do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e, por meio do desenvolvimento de atividades de Inteligência Operacional, um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas.

No ano de 2011, a Ação proporcionou as seguintes realizações:

- missões de reconhecimento em diversos Estados brasileiros, com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas;
- participação nas Operações AMAZÔNIA , ANHANDUÍ e ÁGATA, além do Exercício Simulado AZUVER e na elaboração do Planejamento Operacional JADE;
- capacitação de militares através de cursos de Segurança Orgânica, Segurança da Informação e pela participação em seminários, simpósios e conferências;
- aquisição de material permanente voltado para a melhoria da segurança orgânica do EMCFA;
- apoio às atividades de Inteligência da Chefia de Assuntos Estratégicos / Ministério da Defesa, através da participação em congressos, reconhecimentos estratégicos de área e visitas técnicas em Aditâncias de Defesa do Brasil no exterior; e
- realização de manutenção em equipamentos de apoio às atividades de segurança orgânica.

O severo contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2011, da ordem de 40%, ocasionou a necessidade de replanejamento e repriorização de missões de Inteligência Operacional, com redução do efetivo empregado e o conseqüente comprometimento da qualidade dos trabalhos.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação foi de 41% no GND 3, e de 40% no GND 4, aproximadamente. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	298.528,00	177.774,38	133.118,32	74,88
Física (%)	Não possui	-	-	-

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

ACÇÃO 4229 – OPERAÇÕES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS

Tipo	Atividade
Finalidade	Preparar os Comandos do Ministério da Defesa de forma a permitir a atuação combinada ou conjunta no cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas, bem como preparar e realizar operações militares com Forças Armadas de países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira.
Descrição	Realização de exercícios militares com a participação dos Comandos do Ministério da Defesa, buscando a participação combinada ou conjunta dos mesmos, bem como a participação em operações ou atividades conjuntas de intercâmbio militar com Forças Armadas de outros países – ou promovê-las, quando em território nacional – para troca de experiências militares operacionais e para o aperfeiçoamento de doutrinas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Maj Brig Ar Gerson Machado Nogueira de Oliveira
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Esta Ação Orçamentária proporciona condições para o Preparo e o Emprego Conjunto das Forças Armadas por meio de Exercícios de Adestramento, onde são empregados, simultaneamente, tropa, material e equipamentos bélicos das três Forças. É através dela que são realizados intercâmbios internacionais para troca de experiências na área militar com países de nações amigas.

No ano de 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4229:

Operações Conjuntas

Foram realizadas as seguintes Operações Conjuntas, sob a coordenação do EMCFA:

Operação AMAZÔNIA

Realizada no período de 23 de maio a 03 de junho, visou ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de Operações Conjuntas com ênfase na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região. Foram empregados cerca de cinco mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte e desdobramento de tropas especiais.

Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Amazônia, a Operação Amazônia 2011 teve por objetivos: treinar os Comandos e Estados-Maiores sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente amazônico; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, estabelecendo complexa estrutura logística e explorando os aspectos de comando e controle e de inteligência necessários ao exercício; realizar treinamento conjunto, nos níveis operacional e tático, em situações específicas, visando à interoperabilidade das Forças Navais, Terrestres e Aéreas; e efetivar ações que envolvam o combate convencional, tais como: operações navais, aeromóveis e aeroterrestres; coordenação do espaço aéreo; e interdição do apoio externo.

Durante a Operação Amazônia 2011, foram realizadas, ainda, Ações Cívico-Sociais (ACISO), o que propiciou o apoio às comunidades carentes. As ACISO contemplaram atendimentos médico-odontológicos e prevenção de doenças endêmicas na área de operações.

Operação ANHANDUÍ

Realizada no período de 10 a 18 de outubro, na Região Centro-Oeste, a Operação Anhanduí decorre de um complexo planejamento realizado por um Estado-Maior Conjunto, sendo executada no terreno por material e pessoal das três Forças Armadas.

Nessa área operacional, foram realizadas, dentre outras, as seguintes ações: Marinha - controle de tráfego fluvial; proteção de infraestruturas críticas; e apoio logístico; Exército - operações ofensivas e defensivas; lançamento de paraquedistas; defesa antiaérea; e defesa de infraestruturas de valor

econômico; e Força Aérea - coordenação do espaço aéreo; e tarefas de interdição e de sustentação do combate.

Foram empregados nessa Operação Conjunta mais de quatro mil militares, cinco navios, vinte e duas aeronaves e cerca de cento e cinquenta veículos terrestres.

Além das atividades essencialmente militares, foram realizadas ações de apoio à população residente na região onde a operação foi desenvolvida. Nessas ações, foram efetuados atendimentos médicos e odontológicos às comunidades, empregando, inclusive, navios de assistência hospitalar. Com essa operação, as Forças Armadas fortalecem suas capacidades para a defesa dos interesses nacionais relativos ao Centro-Oeste brasileiro e seus vínculos com a sociedade.

Operação FELINO

O Brasil participou, na primeira quinzena do mês de março de 2011, na cidade de Luanda, em Angola, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Exercício Felino, em sua décima edição, o qual tem por objetivo exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) no quadro daquela Comunidade, buscando incrementar a interoperabilidade e o treinamento das Forças Armadas dos Estados Membros.

O objetivo estratégico do exercício foi plenamente atingido e consiste em adotar e treinar uma doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da CPLP, de modo a fazer parte de uma coalizão sob a égide de organismos supranacionais, com foco em operação de manutenção de paz, segundo o escopo legal do Tribunal Penal Internacional.

Exercício de Simulação AZUVER

Os Exercícios de Simulação são importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta.

O Ministério da Defesa participou, durante o ano de 2011, em conjunto com as Forças e a Escola Superior de Guerra, de Exercícios de Simulação dos Cursos de Comando e Estado-Maior.

O AZUVER 2011, jogo de guerra onde os participantes integram os grandes comandos conjuntos e forças componentes, foi desenvolvido no período de 6 a 18 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, tendo por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra (ESG); Escola de Guerra Naval (EGN); Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

O exercício reuniu aproximadamente 400 Oficiais Superiores, contando, ainda, com a participação de Oficiais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Cooperação Militar com Países Amigos

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação no âmbito internacional, o Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, realizou, no ano de 2011, reuniões bilaterais com os Ministros de Defesa, Comandos Conjuntos e Representantes Credenciados das Forças Armadas dos seguintes países amigos: África do Sul; Alemanha; Argentina; Chile; China; Colômbia; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Estados Unidos; Índia; Peru; e Reino Unido.

Tais reuniões proporcionaram acordos na área de Defesa e intercâmbios de experiências e informações militares, bem como o aperfeiçoamento de doutrinas. Como resultado adicional, houve o fortalecimento da confiança mútua entre o Ministério da Defesa e as instituições congêneres dos países participantes.

Emprego de tropa na Garantia da Lei e da Ordem

Em face das greves das Forças Estaduais de Segurança Pública, ocorridas nos Estados do Maranhão e de Rondônia, nos meses de novembro e dezembro, respectivamente, as Forças Armadas foram empregadas em ações de garantia da lei e da ordem, para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio desses Estados.

O severo contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2011, da ordem de 40%, e a limitação de despesas com diárias e passagens ocasionaram uma revisão de atividades planejadas, ocasionando, particularmente, a redução de recursos humanos em atividades de capacitação (cursos, estágios, seminários) e da amplitude dos exercícios de adestramento realizados. Houve elevado “custo” de retrabalho no planejamento.

Houve descontingenciamento da Ação em meados dos meses de novembro e dezembro para atender às necessidades de emprego de tropa por ocasião da greve das Forças Estaduais de Segurança Pública nos Estados do Maranhão e de Rondônia.

Considerando a diferença cambial de R\$ 59.420,76, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 21.625.496,37.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação foi de 31,08% nos GND 3 e de 27,34%, no GND 4, aproximadamente. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	31.040.367,00	22.085.129,54	21.625.496,37	97,92
Física (unidade)	19	19	19	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA

Tipo	Atividade
Finalidade	Intensificar a presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira.
Descrição	Atuação e presença física nas áreas de fronteira, representando o Estado Brasileiro e intensificando o patrulhamento e a vigilância das vias de acesso marítimas, fluviais, terrestres e aéreas que do exterior demandam o interior do território nacional, combatendo os crimes transfronteiriços e ambientais, promovendo o desenvolvimento social e reduzindo os focos de tensão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	Maj Brig Ar Gerson Machado Nogueira de Oliveira
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira, aumentando a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma conjunta.

Observando essa realidade, foram realizadas operações nas áreas de fronteira, tais como: Operação Amazônia; Reconhecimentos de Fronteira (REFRON); Operação Porteira Fechada (COMDABRA); Combate aos Ilícitos Transfronteiriços; e Proteção ao Meio Ambiente.

Além das citadas Operações, o Ministério da Defesa realizou ações com o objetivo de intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira provenientes do Plano Estratégico de Fronteiras.

O Plano Estratégico de Fronteiras, iniciativa instituída por Decreto Presidencial, estabelece, pela primeira vez, uma coordenação conjunta para atuar em pontos estratégicos dos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras.

Além das Forças Armadas, que no âmbito do Ministério da Defesa têm sua participação coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as operações envolvem a Receita Federal, o IBAMA, os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal, bem como a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança Pública.

Os objetivos centrais do Plano Estratégico de Fronteiras são a redução dos índices de criminalidade e o enfrentamento ao crime organizado. Entre os crimes fronteiriços mais comuns estão o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, além dos ilícitos ambientais e fiscais, como o contrabando e o descaminho.

São dois os eixos principais do plano: o primeiro é o fortalecimento da Operação Sentinela, que é realizada com êxito pelo Ministério da Justiça, desde 2010, tendo caráter permanente e foco nas ações de inteligência, por intermédio de sua intensificação e apoio das Forças Armadas, além da ampliação do efetivo de policiais dedicados exclusivamente à operação; o segundo eixo é a Operação Ágata que, diferentemente da Sentinela, é de natureza pontual e temporária, tendo como base o aumento da presença e do impacto das forças envolvidas em pontos focais da faixa de fronteira.

Os recursos orçamentários para a realização da Operação ÁGATA no exercício financeiro de 2011 foram disponibilizados às Forças Armadas por intermédio de descontingenciamentos em dotações orçamentárias de suas Ações.

Operação CURARE I a V

Operações realizadas ao longo do ano pelo Comando Militar da Amazônia, contando com tropas regionais das três Forças Armadas, para intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transfronteiriços, conforme preceituam as Leis Complementares 97, 117 e 136. Foram realizadas na linha de fronteira Norte com os países do Arco Amazônico. Delas participaram, além das Forças Armadas, os Órgãos de Segurança Pública das esferas federal, estadual e municipal, a Receita Federal, o IBAMA e a Vigilância Sanitária. Durante as operações, foi intensificada a vigilância na faixa de fronteira, por meio de patrulhamentos terrestres, aéreos e fluviais. Também foram estabelecidos postos de bloqueio e controle nas estradas e nas calhas dos rios para a realização de revistas em viaturas e embarcações, reprimindo os delitos transfronteiriços e ambientais.

Concomitante às ações de patrulhamento e fiscalização, desenvolveram-se Ações de Caráter Cívico-Social (ACISO), com destaque para o atendimento médico e odontológico aos residentes na área de operações, bem como a apresentação de bandas de música militares, atividades lúdicas para as crianças, palestras nas escolas, expedição de documentos do Serviço Militar, entre outras.

Operação FRONTEIRA SUL

Realizada ao longo de todo o ano e coordenadas pelo Comando de Operações Terrestres, contando com recursos humanos e materiais do Comando Militar da Sul.

A Operação FRONTEIRA SUL teve a finalidade de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

Operação CADEADO

Executada na região Centro-Oeste, a Operação CADEADO foi realizada ao longo de todo o ano e coordenada pelo Comando de Operações Terrestres. A Operação contou com recursos humanos e materiais do Comando Militar do Oeste e sua finalidade foi a de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

Operação PORTEIRA FECHADA

Operação realizada pelo Comando da Aeronáutica, coordenada pelo Comando de Defesa Aérea Brasileira (COMDABRA), em proveito do policiamento do espaço aéreo em todo o território nacional, com ênfase nas fronteiras setentrional e ocidental do Brasil. Tem como objetivo principal estabelecer procedimentos que possibilitem uma maior eficácia no combate aos tráfegos ilícitos nacionais e transnacionais.

Operação ÁGATA 1

As atividades relacionadas à Operação Ágata 1, de 4 a 19 de agosto, na região Norte do Brasil, foram executadas com aproximadamente 3,5 mil militares em operações integradas com órgãos de

segurança pública federais, vinculados ao Ministério da Justiça, à Receita Federal, ao IBAMA e às Forças Armadas para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais na região amazônica.

Operação ÁGATA 2

Durante a Operação Ágata 2, nas fronteiras Sul e Centro-Oeste, realizada 12 a 26 de setembro, com cerca de 3 mil militares, pelo menos 2 mil pessoas foram atendidas nas ações cívico-sociais promovidas, que serviram para fortalecer a presença do Estado e das Forças Armadas na região. Essas ações levaram atendimento médico e odontológico à população local. Para isso, foram empregados navios hospitalares da Marinha do Brasil, além de militares dos corpos de saúde do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, que atuaram utilizando a estrutura de saúde das localidades envolvidas.

Operação ÁGATA 3

A Operação Ágata 3 foi realizada de 21 de novembro a 6 de dezembro, desta feita com esforço focado nas fronteiras da região Centro-Oeste e Norte, concluindo o ciclo inicial deste tipo de atividade nas áreas que mais necessitam de prevenção e repressão aos ilícitos transnacionais.

A demora na definição dos limites orçamentários e o elevado contingenciamento inicial, da ordem de 40%, afetaram as atividades previstas para o corrente exercício. Foi necessário compatibilizar a programação inicial à disponibilidade global de recursos. Houve expressivo “custo” de retrabalho no planejamento.

Considerando a diferença cambial de R\$ 15.302,74, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 3.927.406,86.

Ao final do exercício, o índice de contingenciamento da Ação permaneceu em 40%, aproximadamente. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	6.560.082,00	3.950.751,74	3.927.406,86	99,41
Física (unidade)	1	3	3	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

ACÇÃO 2C06 – PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar a participação das Forças Armadas Brasileiras em missões e operações internacionais de paz.
Descrição	Ação se realiza pelo preparo, envio, manutenção em operações, revezamento e/ou repatriamento ao final de missão e desmobilização em território nacional de Tropa Brasileira integrante de Missão de Paz.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Preparo e Emprego
Coordenador nacional da Ação	CAIte Jorge Armando Nery Soares
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Em 2011, o Brasil atuou com Contingentes em duas Missões específicas da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas ao longo do ano diversas atividades com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nestas duas missões, bem como atividades visando à mobilização e desmobilização de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacaram-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no País e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio; e envio de navio de apoio logístico ao Haiti. Essas atividades, além

de permitirem a execução das Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, além de participar com um General-de-Brigada desempenhando a função de “Force Commander” do Componente Militar. Atuando, até o presente momento, com 2.166 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2); uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY); e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMARCOY).

No ano de 2011, o contingente brasileiro continuou desempenhando sua tarefa de criar condições de um ambiente seguro e estável de forma a permitir a reconstrução das Instituições que fundamentarão o Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições de segundo turno para presidente e sua posterior posse. A MINUSTAH permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Destacam-se, no ano de 2011, por parte do contingente brasileiro que compõe o Componente Militar da MINUSTAH, a realização das seguintes tarefas: patrulhamento de ruas, localidades e campos de deslocados; escoltas e comboios; ocupação de Pontos Fortes; e a realização de trabalhos de engenharia em favor da mobilidade da tropa. As Forças, sob a coordenação do Ministério da Defesa, contribuíram por meio da realização da substituição dos militares integrantes do Contingente Brasileiro, empregando aeronaves da Força Aérea Brasileira para o transporte de cerca de 8.000 militares em 34 (trinta e quatro) voos de rodízio; pela realização de 23 (vinte e três) voos logísticos para reabastecer o Contingente Brasileiro, transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não-letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa; pelo transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-os em pleno emprego; e por intermédio de duas viagens de apoio logístico, uma no 1º semestre e outra no 2º semestre, empregando navio da Marinha do Brasil, transportando equipamentos de grande porte e materiais diversos.

Além das ações realizadas em prol da atividade fim do contingente, que é prover segurança, como forma de aliviar e contribuir com a melhoria das condições de vida da população mais carente, as tropas brasileiras desenvolveram, voluntariamente, diversos projetos sociais, tais como: “Esporte para a Paz”; “Quartirão Limpo”, em parceria com a Embaixada Brasileira no Haiti; apadrinhamento de escolas, creches e orfanatos, com doação dos próprios militares; além do fornecimento de água, alimentação e assistência médica.

Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Atuando, até o presente momento, com 252 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado por meio de uma Fragata Classe Niterói, a F-45 “UNIÃO”, guarnecida com 243 militares e por meio do guarnecimento do Comando da Força-Tarefa Marítima, atuando com um Contra-Almirante e mais oito militares no seu Estado-Maior.

No Líbano, a situação na área de operações da UNIFIL é de relativa tranquilidade. Contudo, há tensão devido ao entorno regional e aos atentados de bomba cometidos contra comboios militares da Itália e da França. A UNIFIL tem se empenhado em negociar o estabelecimento conjunto de

“medidas de segurança marítima” que reduzam as situações de confronto entre Israel e o Líbano, com base em proposta do Comandante da Força-Tarefa Marítima.

A Força-Tarefa Marítima tem como tarefas principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e treinar a Marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é a primeira operação de paz de caráter naval que a ONU realiza e a primeira vez que o comando da Força-Tarefa Marítima está a cargo de um país não-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

No ano de 2011, os recursos orçamentários necessários para o envio de uma Fragata brasileira com sua guarnição e do Comando da Força-Tarefa Marítima ao Líbano foram disponibilizados à Marinha do Brasil com dotações extra-orçamentárias à Ação 2C06.

Outras Missões de Paz

Além da MINUSTAH e UNIFIL, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também têm contribuído com 90 militares e 36 policiais militares, respectivamente, em onze diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, onde participam como observadores, integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores. Eles atuam nos seguintes países/regiões: Sudão; Libéria; Costa do Marfim; Timor Leste; Chipre; Líbano; Guiné Bissau; Saara Ocidental; Colômbia; Peru; Equador; Sudão; e no próprio Haiti. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

Considerando a diferença cambial de R\$ 5.258.732,16, a maior, relativa à execução financeira no exterior, o nível de empenhos emitidos atingiu o montante corrigido de R\$ 239.800.918,31.

Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação no exercício foram as seguintes:

Meta	Previsto	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	240.000.000,00	245.258.018,74	239.800.918,31	97,77
Física (unidade)	1	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

AÇÃO 6515 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS DE DEFESA

Tipo	Atividade
Finalidade	Estabelecer e manter o Sistema de Informações Logísticas de Defesa, por meio da implementação progressiva do Sistema de Certificação, Metrologia, Normalização e Fomento Industrial das Forças Armadas (SISCEMEFA) e do Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD) e da manutenção do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), a fim de contribuir para o preparo das Forças Armadas, em particular no que se refere à estruturação de sua logística, conforme o disposto no artigo 13, parágrafo 1º da Lei-Complementar nº 97/1999.
Descrição	Confecção de um Sistema de Informações Gerenciais de interesse da Logística de Defesa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Logística / Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
Coordenador nacional da Ação	Servidor Civil Luiz Carlos Faria Junior
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Tendo em vista as alterações na estrutura organizacional do Ministério da Defesa, promovidas pelo Decreto Nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, a Subchefia de Integração Logística (SUBILOG), unidade subordinada à CHELOG, passou a ter responsabilidade na implantação do Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD). Por sua vez, o mesmo ato legislativo também criou a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), composta pelos Departamentos de Ciência e Tecnologia Industrial e de Catalogação, estes com atribuições relativas aos SISCEMEFA e SISMICAT, respectivamente.

Como consequência, houve necessidade de novas Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) serem criadas a partir de janeiro de 2011, para a execução das metas desta Ação não abrangidas pela Subchefia de Integração Logística e com recursos compartilhados entre a CHELOG e a SEPROD ao longo do ano.

Nesse contexto, o presente Relatório de Gestão abordará a execução das atividades no âmbito da Ação 6515 sob o enfoque da CHELOG, uma vez que parcela das metas desta Ação, como, por exemplo, a gestão dos SISCEMEFA e SISMICAT, migrou para a SEPROD.

Assim, as seguintes atividades foram empreendidas pela Subchefia de Integração Logística:

- visita às Organizações Militares responsáveis pelo Sistema de Informações Gerenciais de Abastecimento da Marinha - SINGRA - e pelo Sistema Integrado de Material e Serviço – SILOMS da FAB, visando a conhecê-los, incluindo os seus subsistemas, processos, procedimentos, rotinas técnicas e bases de dados, de forma a colher subsídios à implantação do Sistema de Informações Logísticas - SILD;

- visita ao 3º Salão Internacional de Tecnologias para a Segurança e a Defesa (HOMSEC 2011), em Madrid/Espanha, de forma a colher subsídios para as novas atividades da SUBILOG;

- participação na Feira “LAAD Defence & Security – LAAD/2011”, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, promovendo, paralelamente à Feira, o V Simpósio Internacional de Logística Militar com palestrantes da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido;

- participação de representante como assessor do planejamento dos grupos de trabalho e acompanhamento da execução dos exercícios de logística na 5ª Região Militar, na cidade de Curitiba – PR, visando a atender ao Pedido de Cooperação de Instrução da ECEME;

- participação nas atividades relativas à Operação AMAZÔNIA 2011, na cidade de Manaus – AM, e à Operação ANHANDUÍ, na cidade de Campo Grande/MS, com os objetivos de se verificar as atividades de interoperabilidade logística planejadas anteriormente para a execução da referida operação e colher subsídios para a integração de conceitos, doutrinas, organização e procedimentos logísticos entre as Forças Armadas;

- visita técnica ao Comando de Operações Navais, ao Comando de Material de Fuzileiros Navais e ao Parque de Material Aeronáutico do Galeão, com o intuito de conhecer, respectivamente, o Sistema de Apoio à Decisão Logística de Alto Nível – SADLOG, o Sistema de Controle de Material – SISCOMAT e o Sistema Integrado de Material e Serviço – SILOMS, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

- participação em painel sobre Logística de Defesa no CPEAEX, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na cidade do Rio de Janeiro/RJ;

- visitas técnicas às empresas Companhia Brasileira de Cartuchos, na cidade de Ribeirão Pires – SP; Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) e Vale Soluções em Energia, ambas na cidade de São José dos Campos – SP; HELIBRÁS, na cidade de Itajubá – MG; e IMBEL, nas cidades de Piquete – SP e Itajubá – MG, com o objetivo de colher subsídios para melhor avaliar o potencial industrial de defesa e de logística militar da Base Industrial de Defesa.

- visita a unidades militares do Ministério da Defesa da França, na cidade de Paris, com o objetivo de conhecer o modelo de organização da logística das Forças Armadas Francesas; e

- início do desenvolvimento do Sistema de Logística de Defesa (SISLOGD), possuindo o Sistema de Informações Logísticas de Defesa (SILD) como seu componente de software. Esse desenvolvimento foi marcado por discussões técnicas e reuniões de trabalho, com o intuito de elaborar a documentação técnica pertinente (Conceito Operacional, Plano de Desenvolvimento e Implementação e Documento de Requisitos Funcionais e Não-Funcionais, dentre outros), que estarão prontificados até o final do mês de janeiro de 2012.

O cumprimento das metas físicas previstas inicialmente não foi alcançado em boas condições devido ao contingenciamento de 40% dos recursos orçamentários, mencionado anteriormente, provocando a reprogramação das metas físicas. Ao final do exercício, e levando-se em consideração o impacto sofrido, as metas físicas e financeiras da Ação foram as seguintes:

Meta	Previsto	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b/a)
Financeira	3.000.000,00	1.883.744,89	1.878.102,49	99,70
Física (unidade)	2	1	1	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

ACÇÃO 6557 – FORMAÇÃO CÍVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVIÇO MILITAR – SOLDADO CIDADÃO

Tipo	Atividade
Finalidade	Qualificar social e profissionalmente os jovens que prestam o Serviço Militar para ingresso no mercado de trabalho.
Descrição	Formação dos jovens brasileiros incorporados às fileiras das Forças Armadas, por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívica-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Logística / Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
Coordenador nacional da Ação	Coronel André Buarque Ribeiro dos Anjos
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa e Forças Armadas

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 6557:

- realização de 5 Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão; e
- viagem do Comitê Gestor para acompanhamento das atividades do Projeto Soldado-Cidadão, nas cidades de: João Pessoa, Boa Vista, Rio de Janeiro, Porto Velho e Manaus.

Ao final do exercício, verificou-se que a previsão inicial de qualificar profissionalmente 15.400 militares foi ultrapassada, alcançando 17.423 qualificados, atingindo o percentual de execução de 113,14%. Por sua vez, as dotações orçamentárias previstas na LOA/2011 foram autorizadas integralmente, o que permitiu superar a meta estabelecida em termos de qualificação profissional de jovens. Desta forma, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação, no exercício, foram as seguintes:

Meta	Previsto	Crédito autorizado/ Índice corrigido (a)	Execução (b)	% de Execução (b/a)
Financeira	12.000.000,00	12.000.000,00	11.965.682,45	99,71
Física (unidade)	15.400	15.400	17.423	113,14

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

ACÇÃO 2D55 - INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL MILITAR E NA ÁREA DE DEFESA

Tipo	Atividade
Finalidade	Elevar o perfil estratégico do Brasil e fortalecer a posição do País no cenário internacional por intermédio da diplomacia militar de defesa, bem como cumprir compromissos assumidos com organismos internacionais no espectro da cooperação internacional na área militar e de defesa.
Descrição	Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira, com ênfase nas áreas da diplomacia militar de defesa, da política e da inteligência estratégicas, compreendendo a manutenção de representações e missões militares em diversos países, em organizações de cooperação militar e defesa conjunta e, em cumprimento a compromissos diplomáticos militares, a promoção do intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Chefia de Assuntos Estratégicos / Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
Coordenador nacional da Ação	Servidor Civil José Jorge Ramos Barbosa
Unidades executoras	Administração Central/Ministério da Defesa, Forças Armadas e Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa.

Em 2011, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 2D55:

- manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento / ONU, em Genebra.
- apoio às comitivas do Ministério da Defesa em missão / visita aos seguintes países: Argentina, Suécia, Uruguai, Japão, Estados Unidos da América, Suriname, Peru, Portugal, Itália, Inglaterra, Chile, França, Colômbia, México, Paraguai, Suíça, Turquia, Índia, e Bolívia;
- apoio às comitivas, em missão / visita ao Brasil, dos seguintes países: França, Guiné-Bissau, Espanha, Estados Unidos da América, México, Suriname, Eslovênia, China, Argentina, Suécia, Coreia do Sul, África do Sul, Alemanha, Colômbia, Ucrânia, Índia, Chile, Paraguai, e Guiana Francesa;
- participação e / ou realização em Reuniões Bilaterais ou em Grupos de Trabalho com os seguintes países: França, Estados Unidos da América, Canadá, e Reino Unido;
- participação e / ou realização de palestras, reuniões, seminários e conferências no Brasil e no exterior;
- realização de Estágios para Adidos Estrangeiros acreditados no Brasil;
- realização de Estágios de Adidos Militares de Defesa Brasileiros;
- participação em Reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano;
- participação em Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP;
- manutenção e / ou visita técnica às Aditâncias do Brasil nos seguintes países: Portugal, Reino Unido, Nigéria, México e Guatemala; e
- participação nas Operações ANHANDUÍ, ÁGATA II e ÁGATA III.

Ao final do exercício, levando-se em consideração os limites orçamentários autorizados, as metas físicas e financeiras da Ação foram as seguintes:

Meta	Previsão	Crédito autorizado/ Meta corrigida (a)	Execução (b)	% de Execução (b / a)
Financeira	3.169.000,00	2.990.346,41	2.846.819,47	95,20
Física	10	10	10	100,00

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

80. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Indicadores de Desempenho

81. INDICADORES DE EFICIÊNCIA:

ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO EMCFA, POR PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO – IARP	
IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos (Todos os Programas).
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Programa Orçamentário.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARP.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos dos Programas sob a responsabilidade do EMCFA.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99% – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IARP = (Montante de recursos empenhados por Programa no exercício/ recursos autorizados por Programa)*100.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIGPLAN.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Programa	Recursos Autorizados	Recursos Empenhados	IARP (%)
1057	20.247.461,38	20.173.455,68	99,63
8026	7.599.735,43	7.273.494,20	95,71
8032	271.471.674,40	270.820.395,52	99,76

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO EMCFA, POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IARA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos de cada Setor do EMCFA, por Ação Orçamentária.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CAE, CHELOG, CPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	IARA = (Montante de recursos empenhados por Ação, no período/ recursos autorizados por Ação, no período)*100.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIGPLAN.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ações	Recursos Autorizados	Recursos Empenhados	IARA (%)
1489	2.129.493,65	2.073.551,57	97,37
2385	15.500.846,09	15.492.181,75	99,94
4222	1.454.886,35	1.444.670,63	99,30
5132	571.541,02	556.727,36	97,41
5134	590.694,27	572.995,64	97,00
2872	7.107.707,00	7.065.750,00	99,40
4427	114.000,00	113.661,66	99,70
5136	96.000,00	94.082,01	98,00
2866	177.774,38	133.118,32	74,88
4229	22.085.129,54	21.625.496,37	97,92
6499	3.950.751,74	3.927.406,86	99,41

Ações	Recursos Autorizados	Recursos Empenhados	IARA (%)
2C06	245.258.018,74	239.800.918,31	97,77
6515	1.883.744,89	1.878.102,49	99,70
6557	12.000.000,00	11.965.682,45	99,71
2D55	2.990.346,41	2.846.819,47	95,20

Fonte: SIAFI; SIGPLAN; e Siga Brasil (Senado Federal)

Observação: O valor dos recursos autorizados da Ação 2C06 estão acima do publicado na LOA/2011 em razão da variação cambial de R\$ 5.258.732,16, a maior, relativa à execução financeira no exterior.

82. INDICADORES DE EFICÁCIA:

ÍNDICE DE OPERAÇÃO CONJUNTA – IOC	
IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 4229).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Operação Conjunta.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IOC.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução do emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IOC = (Operações Conjuntas realizadas/ Operações Conjuntas previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3).
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3).

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ação	Op Cj Previstas	Op Cj Realizadas	IOC (%)
4229	2	2	100,00
Observação	As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ANHANDUÍ foram realizadas conforme planejado, porém, com um efetivo e meios militares empregados bastante reduzidos. A avaliação da doutrina de emprego conjunto, visando ao seu aperfeiçoamento, foi realizada conforme esperado.		

ÍNDICE DE REUNIÕES BILATERAIS REALIZADAS - IBR	
IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Cooperação militar internacional (Ação 4229).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IBR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFE, CAE, CPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IBR = (Reuniões Bilaterais realizadas/ Reuniões Bilaterais previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
	80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
4229	11	11	100,00

ÍNDICE DE OPERAÇÃO DE INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NA ÁREA DE
FRONTEIRA –IPF

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 6499).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IPF
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a presença das Forças Armadas na vigilância, controle e defesa das fronteiras terrestres, aérea e fluviais brasileiras, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IPF = (Op Pres FA Área de Fronteira realizadas/ Op Pres FA Área de Fronteira previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3)
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3)

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ação	Op Pres FA A Front Previstas	Op Pres FA A Front Realizadas	IPF (%)
6499	3	3	100,00
Observação	As Operações CURARE (Norte), FRONTEIRA SUL (Sul), CADEADO e PORTEIRA FECHADA (Oeste) foram realizadas conforme planejado, porém, com um efetivo e meios militares empregados bastante reduzidos. Pequena parte dos recursos também foram utilizados nas Operações ÁGATA.		

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA - ICR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Capacitação de Recursos Humanos (todas as Ações que possuem atividades de capacitação).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Capacitação Realizada.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	ICR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da capacitação realizada. Inclui a realização/participação em cursos, simpósios e seminários.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	ICR = (Número de atividades de capacitação realizadas/ Número de atividades de capacitação previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenadores Executivos de Ação.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Planejamento e Gestão de Programa (APGP).

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ação	Capacitação Prevista	Capacitação Realizada	ICR (%)
Todas	44	33	75,00

ÍNDICE DE ATIVIDADES DE APOIO LOGÍSTICO REALIZADAS - IAALR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 2C06).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAALR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução de atividades de apoio para a MINUSTAH.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCF, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAALR = (Número de atividades de apoio logístico realizadas/ Número atividades de apoio logístico previstas) * 100. Obs: Exemplos de atividades de apoio: voos de manutenção e de ressuprimento, viagens de navios de apoio logístico etc.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Logística Operacional
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Logística Operacional

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ação	Atv Ap Previstas	Atv Ap Realizadas	IAALR (%)
2C06	68	67	98,52

ÍNDICE DE ATIVIDADES DE APOIO À PREPARAÇÃO REALIZADAS - IAAPR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (2C06).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAAPR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da realização de atividades voltadas para a preparação dos contingentes da MINUSTAH.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAAPR = (Número de atividades de apoio realizadas/ número de atividades de apoio previstas)*100. Obs: Exemplos de atividades de apoio à preparação: estágio de preparação de Cmt e EM, Exercício Avançado de Operações de Paz, etc.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Logística Operacional.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Logística Operacional.

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Ação	Ativ Ap Prep Prev	Ativ Ap Prep Realiz	IAAPR (%)
2C06	20	20	100,00

ÍNDICE DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA TECNOLÓGICA – IAIT

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 4222).
Identificador de:	Eficácia
Nome: (Nome do indicador).	Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica (Sensoriamento Remoto, Imagens, Sinais, Meteorologia, Cartografia, Tecnologia da Informação e Criptografia).
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAIT
Objetivo: (O que o indicador irá medir).	Avaliar a realização das ações de Inteligência Tecnológica.
Destino: (Quem receberá os resultados).	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado).	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	<p>IAIT = Média Aritmética ponderada do percentual realizado das seguintes atividades: $[A(*3)+B+C(*2)+D(*2)+E(*4)+F(*2)+G]/15$ Exemplos de atividades: Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos; análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km²; análise e processamento de sinais eletromagnéticos, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês; visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica; ações de aquisição e/ou desenvolvimento de softwares específicos – <i>software</i>; manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força Singular apoiada e EMCFA; capacitação especializada de pessoal - n° cursos; e promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados; etc - n° de eventos.</p>
Avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> – 90% a 100% - excelente; – 80% a 89,99% - muito bom; – 70% a 79,99% - bom; – 50% a 69,99 - regular; e – abaixo de 49,99% - insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas).	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados).	Assessoria de Inteligência Operacional - AIOp
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo / medição:	Assessoria de Inteligência Operacional - AIOp

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades		Planejamento (a)	Peso (b)	Realizado (c)	Percentual Realizado (c/a)*100
A	Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos, análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km ² .	50.000	3	70.000	140,00
B	Análise e processamento de sinais eletromagnéticos, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma	12	1	12	100,00

Atividades		Planejamento (a)	Peso (b)	Realizado (c)	Percentual Realizado (c/a)*100
	rede de compartilhamento – ao mês				
C	Visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica.	4	2	7	175,00
D	Ações de aquisição e/ou desenvolvimento de <i>softwares</i> específicos - <i>softwar</i> .	2	2	2	100,00
E	Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força apoiada e EMCFA.	4	4	18	450,00
F	Capacitação especializada de pessoal - n° cursos.	4	2	2	50,00
G	Promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados; etc - n° de eventos.	5	1	3	60,00
				IAIT(%) =	202,00

Observação: o indicador IAIT atingiu os 202% em face da realização acima do previsto para as atividades A, C e E.

ÍNDICE DE ATIVIDADES DO SISTEMA MILITAR DE COMANDO E CONTROLE – IASISMC²

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISMC ² (Ação 1489).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC ² .
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISMC ²
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC ² .
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISMC² = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Combinadas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Comando e Controle
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Comando e Controle

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Modernização do Centro de Operações Conjuntas.	1	1	100,00
2. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB).	3	3	100,00
3. Suporte de Comando e Controle às Operações Conjuntas.	20	20	100,00
4. Suporte de Comando e Controle às Operações de Força de Paz (Haiti).	2	1	50,00
5. Capacitação de recursos humanos nas áreas de Sistemas de Informação, Segurança da Informação e Telecomunicações.	10	8	80,00
6. Adestramento de C ² visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	2	2	100,00
7. Disseminação da doutrina Militar de C ² .	5	4	80,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			610,00
Número de atividades previstas			7
IASISMC² (%)		87,14%	

ÍNDICE DE ATIVIDADES DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES MILITARES POR SATÉLITE – IASISCOMIS

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMIS (Ações 2385 e 5132).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCF, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Telemática – SC1.3
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Telemática – SC1.3

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	2	2	100,00
2. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces terrestres.	7	7	100,00
3. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100,00
4. Aquisição de estação central em banda Ku.	1	0	0
5. Aquisição de Centro de Gerenciamento de Rede.	1	1	100,00
6. Aquisição de Rede Wimax para Brasília.	1	1	100,00
7. Aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos.	9	9	100,00
8. Capacitação de recursos humanos com participação em cursos, congressos, seminários e conferências.	10	10	100,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			700,00
Número de atividades previstas			8
IASISCOMIS (%)		87,50%	

ÍNDICE DE ATIVIDADES DO SISTEMA TÁTICO DE ENLACE DE DADOS – IASISTED

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISTED (Ação 5134).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISTED
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISTED.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISTED = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - conclusão da Arquitetura; aprovação da arquitetura; capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da SC1
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria da SC1

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Desenvolvimento do projeto.	6	4	66,67
2. Capacitação de recursos humanos.	4	1	25,00
3. Manutenção dos Laboratórios.	4	4	100,00
4. Modernização dos laboratórios.	3	2	66,67
5. Contratação de recursos humanos.	10	7	70,00
6. Confecção de projeto(s) básico(s) relativo(s) às integrações entre os sistemas táticos das Forças.	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			328,34
Número de atividades previstas			6
IASISTED (%)		54,72%	

ÍNDICE DE ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL – IAMDN

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Mobilização para Defesa Nacional (Ações 4427 e 5136).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAMDN.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades da Mobilização para Defesa Nacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCF, CHELOG e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAMDN = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção de Mobilização.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria da Seção de Mobilização.

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Participação na Operação Amazônia:	3	3	100,00
1.1 Reuniões de Planejamento e Adestramento	2	2	100,00
1.2 Exercício da Operação Amazônia	1	1	100,00
2. Planejamento JASPE:	1	1	100,00
2.1 Planejamento Operacional e Tático	1	1	100,00
3. Participação na Operação Anhanduí:	3	3	100,00
3.1 Reuniões de Planejamento e Adestramento	2	2	100,00
3.2 Exercício da Operação Anhanduí	1	1	100,00
4. Planejamento JADE:	2	2	100,00
4.1 Planejamento Estratégico	1	1	100,00
4.2 Planejamento Operacional e Tático	1	1	100,00
5. Viagem de Estudo a outros países	2	1	50,00
6. Palestras nas Escolas de Altos Estudos Militares	9	8	88,00
7. Palestras nas Escolas de Aperfeiçoamento e Formação de Oficiais e Praças	11	9	81,00
8. Palestras na Escola Superior de Guerra (ESG)	4	4	100,00
9. Assessoramento à Escola de Comando e Estado-Maior para o preparo do Exercício de Planejamento do Apoio Logístico	1	1	100,00
10. Assessoramento para a elaboração do Projeto Interdisciplinar de Logística e Mobilização e do Estudo de Caso para o CLMN	1	1	100,00

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
11. Reuniões da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB	3	2	68,00
12. Reunião do Plenário do Comitê do SINAMOB	1	0	0,00
13. Participação no Seminário de Logística Operacional do EMCFA	1	1	100,00
14. Realização dos Seminários dos Subistemas do SINAMOB	3	0	0,00
15. Aula inaugural do CLMN	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			1.087
Número de atividades previstas			15
IAMDN (%)		72,47	

ÍNDICE DE ATIVIDADES DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES LOGÍSTICAS DE DEFESA – IASILD

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Sistema de Informações Logísticas de Defesa (Ação 6515).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASILD
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenador de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASILD = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Integração Logística
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Integração Logística

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Realização de seminários, palestras, simpósios	7	7	100,00
2. Visitas técnicas à Base Industrial de Defesa	8	8	100,00
3. Participação em Feiras Internacionais de Defesa e visita a instalações logísticas no exterior	4	4	100,00
4. Participação em Exercícios de Adestramento / Operações Conjuntas	3	3	100,00
5. Visita aos Órgãos de Logística das Forças	6	6	100,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			500,00
Número de atividades previstas			5
IASILD (%)		100,00%	

Observação: a execução das atividades no âmbito da Ação 6515, sob o enfoque da SUBILOG, ficou condicionada aos limites orçamentários e de diárias e passagens impostos em 2011, bem como ao montante alocado em decorrência do compartilhamento dos recursos orçamentários e financeiros com a SEPROD, ao longo do ano.

ÍNDICE DE ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO DO
PROJETO SOLDADO-CIDADÃO - IAPSC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Projeto Soldado-Cidadão (Ação 6557).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAPSC
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades de Acompanhamento e Coordenação.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99% - Muito Bom 70% a 79,99% - Bom 50% a 69,99% - Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção do Serviço Militar
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria da Seção do Serviço Militar

- RESULTADO DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Acompanhamento da execução do Projeto (visitas a OM hospedeiras e instituições de ensino)	5	5	100,00
2. Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor	6	6	100,00
3. Cerimônia de entrega do Prêmio Melhor Gestão do Projeto Soldado-Cidadão	1	1	100,00
4. Simpósio sobre o Projeto Soldado-Cidadão	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			300,00
Número de atividades previstas			4
IAPSC (%)		75,00%	

83. INDICADOR DE EFETIVIDADE:

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DO EMCFA – IEEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Gestão global do EMCFA.
Identificador de: Efetividade	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do EMCFA.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IEEMCFA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: desenvolver atividades, visando ao preparo e ao emprego das Forças Armadas.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCF, CAE, CHELOG, CPE
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IEM = Média Aritmética ponderada dos seguintes indicadores: $[\text{IOC}(*4)+\text{IBR}+\text{IPF}(*2)+\text{ICR}+\text{IAAR}(*2)+\text{IOP}(*2)+\text{IAIT}+\text{IASISMC}^2+\text{IASISCOMIS}+\text{IASISTED}+\text{IAMDN}+\text{IASILD}+\text{IAPSC}]/19$
Avaliação	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia da CAE, CHELOG e CPE.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenadorias de Ação.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
Área responsável pelo cálculo / medição	APOG/EMCFA.

- RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IEM (%)
IOC	100,00	4	400,00	97,41
IBR	100,00	1	100,00	
IPF	100,00	2	200,00	
ICR	75,00	1	75,00	
IAALR	98,52	2	197,04	
IAAPR	100,00	2	200,00	
IAIT	202,00	1	202,00	
IASISMC ²	87,14	1	87,14	
IASISCOMIS	87,50	1	87,50	
IASISTED	54,72	1	54,72	
IAMDN	72,47	1	72,47	
IASILD	100,00	1	100,00	
IAPSC	75,00	1	75,00	

As análises do desempenho quanto à qualidade e produtividade alcançadas estão lançadas em relatórios específicos produzidos ao final de cada atividade desenvolvida. Nesses relatórios constam informações a respeito dos acertos, erros, atingimento de metas, restrições, aprendizado, dentre outros fatores considerados importantes quando da avaliação do cumprimento dos objetivos traçados para cada evento.

Em face da natureza dessas atividades, normalmente, esses relatórios possuem uma classificação sigilosa, restringindo a divulgação dos resultados, por conterem dados sobre o nível de adestramento, mobilização, disponibilidade de meios militares, logística, capacitação de recursos humanos e outros considerados vitais para a determinação das condições de emprego das Forças Armadas.

Estudam-se indicadores de desempenho que possam apresentar maiores informações a respeito dos resultados alcançados nas atividades realizadas, de acordo com as condições de sigilo que o assunto exige.

84. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE - EMCFA

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Cíveis e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

Neste item, serão apresentadas as informações atinentes aos Servidores Cíveis e Militares que exercem função na Chefia de Preparo e Emprego (CPE), uma vez que vários Servidores que ocupam cargo na CPE exercem função em outras Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa e vice-versa.

Desta forma, serão preenchidos os quadros que tratam da Força de Trabalho, Cargos em Comissão, Faixa Etária, Escolaridade, Estagiários e Servidores Terceirizados, com situação apurada em 31 de dezembro de 2011.

FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		8		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		5		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Militares da Ativa		204		
4. Militares da Reserva		12		
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		224		

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		42		
1.1. Cargos Natureza Especial		1		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		7		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		11		
1.2.4. Sem vínculo		2		
1.2.5. Aposentados		21		
2. Funções gratificadas		2		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1		
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		44		

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo			2	6	
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira			2	6	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão		8	15	19	8
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		6	10	19	7
2.3. Funções gratificadas		2	5		
3. Militares da Ativa	25	37	92	42	4
4. Militares da Reserva			1	8	1
5. Totais (1+2+3+4)	25	45	110	75	13

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo				2	5	1			
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	5	1			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão					18	13	9	4	3
2.1. Cargos de Natureza Especial									1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					16	11	9	4	2
2.3. Funções gratificadas					2	2			
3. Militares da Ativa			1		61	67	22	31	19
4. Militares da Reserva					1	1	8	1	1
5. Totais (1+2+3+4)			1	2	85	82	39	36	23

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	9	10	12	
1.1 Área Fim	1	1	1	2	
1.2 Área Meio	8	8	9	10	
2. Nível Médio	5	5	5	5	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	5	5	5	5	
3. Total (1+2)	14	14	15	17	

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UJ

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2012	2013		
Agente Administrativo	5				
Auxiliar Administrativo	1				
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Sem comentários					

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

85. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua					X

validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: não há.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

86. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	34				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0,00%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
Esta avaliação está direcionada à Gestão de TI diretamente voltada às atividades finalísticas da UJ.					
A avaliação da Gestão de TI voltada para as atividades meio estão inseridas no Relatório de Gestão – Exercício 2011 da UG 110404 – Departamento de Administração Interna / Ministério da Defesa, a qual centraliza as atividades meio de TI no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					

- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

87. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO - EMCFA

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em face da conjuntura orçamentária vigente, continuará a adotar medidas administrativas pertinentes à contínua racionalização de atividades, na busca de soluções mais eficientes, criativas e econômicas, visando à consecução de suas metas institucionais com a máxima redução no custeio.

Para o exercício de 2011, foi criado o Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados – IASISTED, possibilitando uma melhor avaliação das atividades desenvolvidas na implantação de um sistema de comunicações militares seguras.

88. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas atingiu satisfatoriamente os objetivos previstos para o exercício de 2011. O planejamento das atividades foi adequado à realidade orçamentária, o que exigiu cortes, redução da amplitude e dos meios militares empregados nos eventos previstos.

Os principais exercícios de adestramento, Operação AMAZÔNIA e Operação ANHANDUÍ, para o emprego conjunto das Forças Armadas atingiram seus objetivos no que se referem ao adestramento do pessoal, aplicação da Doutrina das Operações Conjuntas e avaliação do sistema logístico no Teatro de Operações, entre outros aspectos.

No campo da Mobilização e do Serviço Militar, o EMCFA prosseguiu no desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa, difundiu uma mentalidade de responsabilidade de alto nível para a implantação do Sistema de Mobilização Nacional e continuou com a formação profissional proporcionada pelo Projeto Soldado-Cidadão.

Com relação aos assuntos ligados à Política e à Inteligência Estratégicas e aos Assuntos Internacionais, as atividades que mais se destacaram foram: a atualização da Política de Defesa Nacional; a coordenação do processo de cadastramento das florestas públicas em áreas militares das três Forças, junto ao Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Comissão de Gestão de Florestas Públicas; a elaboração da síntese do posicionamento da Defesa, quanto às áreas indispensáveis à segurança do território nacional (“Perspectivas para a faixa de fronteira”, Presidência da República, 2011); a conclusão do GTI, para elaboração de Projeto de Lei de Defesa da Soberania e do Estado Democrático de Direito, que irá revogar a Lei de Segurança Nacional (LSN); e o envio de uma Força-Tarefa e de uma Fragata, com helicóptero da Marinha do Brasil, para apoio às operações navais na UNIFIL, sob a égide da ONU.

O planejamento para o ano de 2012 foi elaborado de forma a permitir a adequação imediata à disponibilidade orçamentária e financeira.

ANEXOS

ANEXO I – Convênios do Programa Calha Norte e Termo de Cooperação Ministério da Defesa/CAPES

QUADRO A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD									
CNPJ: 14.665.070/0001-73					UG/GESTÃO: 110594 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	576512	043915120001-87	998.458,63	48.458,63	-	950.000,00	18/12/2006	20/5/2012	Adimplente
1	596551	045133620001-37	1.053.583,62	53.583,62	-	-	6/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	596669	045303900001-62	527.500,00	27.500,00	-	-	7/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	597531	045055090001-47	110.245,32	10.245,32	-	-	12/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	597546	042740640001-31	714.534,13	35.726,71	-	-	14/11/2007	30/6/2011	Rescindido
1	597555	045308950001-27	158.250,00	8.250,00	-	-	12/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	597557	045300440001-84	527.500,00	27.500,00	-	-	12/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	598095	016126750001-54	309.000,00	9.270,00	-	299.730,00	11/12/2007	25/4/2011	Adimplente
1	598111	158113180001-20	262.500,00	12.500,00	-	-	13/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	598116	158453650001-94	55.036,75	5.036,75	-	50.000,00	11/12/2007	22/2/2011	Concluído
1	598569	346935640001-79	168.215,28	8.215,28	-	-	14/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	598570	843066040001-50	206.368,27	6.368,27	-	-	14/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	598572	843064630001-76	206.003,00	6.180,09	-	199.822,91	14/11/2007	22/2/2011	Adimplente
1	598578	230666400001-08	808.507,55	40.425,38	-	768.082,17	14/11/2007	18/3/2011	Concluído
1	598582	016126820001-56	360.847,08	10.847,08	-	-	14/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	598586	043948050001-18	112.217,13	12.217,13	-	100.000,00	18/12/2007	26/2/2011	Concluído
1	598638	843066040001-50	103.164,22	3.164,22	-	-	18/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	599720	041971660001-09	844.000,00	44.000,00	-	-	19/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	599724	040562300001-23	1.008.045,93	30.241,38	-	977.804,55	20/12/2007	25/1/2011	Adimplente
1	599765	046285330001-73	525.000,00	26.250,00	-	498.750,00	20/12/2007	30/6/2011	Adimplente
1	599767	045308950001-27	315.000,00	15.000,00	-	-	19/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	601833	006991970001-07	2.575.888,07	75.888,07	-	2.500.000,00	27/12/2007	16/1/2011	Adimplente
1	601932	058936310001-09	315.000,00	15.000,00	-	300.000,00	28/12/2007	6/4/2011	Concluído
1	601937	016126750001-54	3.541.258,34	106.237,75	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	601996	040562300001-23	535.600,33	16.069,00	-	519.531,33	28/12/2007	24/6/2011	Adimplente
1	602009	016126750001-54	1.498.183,84	44.945,52	-	1.453.238,22	28/12/2007	28/3/2011	Adimplente
1	602011	041000200001-95	154.639,18	4.639,18	-	150.000,00	28/12/2007	21/8/2011	Adimplente
1	602012	637620410001-35	363.166,09	13.166,09	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	602013	228551420001-73	318.774,16	18.774,16	-	300.000,00	28/12/2007	7/2/2012	Adimplente
1	602018	040927140001-28	103.092,78	5.154,63	-	97.938,15	28/12/2007	23/2/2011	Concluído
1	602020	058936310001-09	71.883,77	3.883,77	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	602034	015924730001-98	94.845,36	2.845,36	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	602037	158113180001-20	945.000,00	45.000,00	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	602040	230669050001-60	276.672,77	26.672,77	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	602042	847449940001-40	169.499,08	5.084,97	-	164.414,11	28/12/2007	24/5/2011	Concluído
1	602067	230666400001-08	161.470,01	10.563,47	-	150.906,54	28/12/2007	24/1/2011	Concluído
1	602068	016126820001-56	2.369.000,00	71.070,00	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	602072	040562140001-30	2.327.457,72	69.823,73	-	2.257.633,99	28/12/2007	30/6/2011	Concluído
1	602073	040562300001-23	1.053.728,58	31.611,86	-	1.022.116,72	28/12/2007	27/7/2011	Adimplente
1	602204	046534080001-13	3.506.846,94	105.205,41	-	3.401.641,53	28/12/2007	11/3/2011	Adimplente
1	602205	016130310001-80	1.364.196,98	40.925,91	-	1.323.271,07	28/12/2007	20/9/2011	Adimplente
1	602221	840120120001-26	7.100.485,50	710.048,55	-	6.390.436,95	28/12/2007	4/1/2011	Adimplente
1	602224	840120120001-26	3.299.966,00	329.996,60	-	2.969.969,40	28/12/2007	19/9/2011	Adimplente
1	602225	230666400001-08	1.157.894,74	57.894,74	-	1.100.000,00	28/12/2007	24/1/2011	Adimplente
1	602227	003945770001-25	450.000,00	45.000,00	-	405.000,00	31/12/2007	11/2/2011	Concluído
1	602946	040562300001-23	996.283,05	29.888,49	-	966.394,56	28/12/2007	24/7/2011	Adimplente
1	602950	040562060001-94	3.263.354,95	97.900,64	-	3.165.454,31	28/12/2007	5/3/2011	Inadimplente
1	602951	003945770001-25	54.929,00	5.492,90	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	602958	016126820001-56	276.597,65	8.297,92	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	603000	050548610001-76	80.000,00	4.000,00	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	603001	050548610001-76	400.000,00	12.000,00	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	603007	050548610001-76	220.000,00	20.000,00	-	-	28/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	603295	003945850001-71	66.000,00	6.000,00	-	-	31/12/2007	30/6/2011	Rescindido
1	627762	003945770001-25	223.000,00	23.000,00	-	-	2/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627766	042828690001-27	1.098.042,20	98.042,20	-	-	2/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627767	040459930001-79	154.500,00	4.635,00	-	149.865,00	3/7/2008	5/9/2011	Adimplente
1	627772	051198540001-05	440.000,00	40.000,00	-	-	2/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627774	048384960001-28	385.000,00	35.000,00	-	350.000,00	2/7/2008	6/4/2011	Adimplente
1	627776	046283350001-00	420.000,00	21.000,00	-	-	2/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627786	158453650001-94	143.743,34	13.743,34	-	130.000,00	2/7/2008	6/4/2011	Adimplente
1	627788	349252060001-44	515.463,92	25.773,20	-	489.690,72	2/7/2008	16/2/2011	Adimplente
1	627795	349252060001-44	154.639,50	7.731,98	-	146.907,52	2/7/2008	10/2/2011	Adimplente
1	627796	228551420001-73	424.568,40	24.568,40	-	400.000,00	2/7/2008	6/10/2011	Adimplente
1	627818	003945850001-71	179.994,91	29.994,91	-	-	2/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627820	349252060001-44	309.278,35	15.463,92	-	293.814,43	2/7/2008	10/2/2011	Adimplente
1	627821	349252060001-44	618.556,73	30.927,84	-	587.628,89	2/7/2008	10/2/2011	Concluído
1	627824	230666320001-53	210.000,00	10.500,00	-	199.500,00	2/7/2008	4/5/2011	Concluído
1	627825	230666320001-53	315.000,00	15.750,00	-	299.250,00	2/7/2008	2/7/2011	Inadimplente
1	627826	637620330001-99	311.454,79	11.454,79	-	300.000,00	2/7/2008	3/5/2011	Concluído
1	627827	043805070001-79	210.633,17	10.633,17	-	-	2/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627829	016126750001-54	257.500,00	7.725,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627830	045089330001-45	515.000,00	15.450,00	-	499.550,00	3/7/2008	2/2/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	627831	637620330001-99	159.793,81	4.793,81	-	155.000,00	3/7/2008	11/10/2011	Adimplente
1	627835	016126750001-54	257.500,00	7.725,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627840	059957660001-77	262.500,00	13.125,00	-	249.375,00	4/7/2008	26/4/2011	Concluído
1	627843	016130310001-80	2.190.703,86	65.721,12	700.000,00	700.000,00	3/7/2008	1/10/2012	Adimplente
1	627845	843066040001-50	566.500,00	16.995,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627847	040562140001-30	2.264.364,29	67.930,92	-	2.196.433,37	3/7/2008	25/7/2011	Adimplente
1	627848	230666400001-08	157.500,00	7.875,00	-	149.625,00	4/7/2008	3/2/2011	Concluído
1	627849	349252300001-83	1.058.492,98	58.492,98	400.000,00	1.000.000,00	4/7/2008	30/3/2012	Adimplente
1	627851	230666400001-08	525.000,00	26.250,00	498.750,00	498.750,00	4/7/2008	20/6/2012	Adimplente
1	627852	230666400001-08	525.000,00	26.250,00	498.750,00	498.750,00	4/7/2008	20/6/2012	Adimplente
1	627853	230666400001-08	495.000,00	45.000,00	-	450.000,00	4/7/2008	26/1/2011	Adimplente
1	627856	847449940001-40	185.837,25	9.291,86	-	176.545,39	4/7/2008	22/5/2011	Concluído
1	627859	016126820001-56	799.854,32	24.854,32	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627860	040125480001-02	420.000,00	20.000,00	-	400.000,00	3/7/2008	4/8/2011	Concluído
1	627862	040926800001-71	198.222,68	18.222,68	-	180.000,00	3/7/2008	24/3/2011	Adimplente
1	627864	847229170001-90	105.000,00	5.250,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627865	847229170001-90	105.000,00	5.000,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627868	043915120001-87	135.000,00	5.000,00	-	130.000,00	3/7/2008	8/2/2011	Concluído
1	627870	847230300001-16	309.408,70	9.408,70	-	300.000,00	3/7/2008	31/3/2011	Adimplente
1	627871	043948050001-18	121.613,93	21.613,93	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627872	847229170001-90	105.000,00	5.250,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627873	847229330001-82	174.932,31	24.932,31	-	150.000,00	3/7/2008	20/3/2011	Adimplente
1	627874	637870710001-04	237.197,76	11.859,88	-	225.337,88	3/7/2008	3/1/2012	Adimplente
1	627875	040926720001-25	1.100.000,00	100.000,00	-	1.000.000,00	4/7/2008	17/4/2011	Adimplente
1	627885	843066040001-50	206.000,00	6.180,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627886	040596710001-89	515.024,82	15.450,74	-	499.574,08	3/7/2008	8/3/2011	Adimplente
1	627887	051311800001-64	220.000,00	20.000,00	-	200.000,00	2/7/2008	23/10/2011	Adimplente
1	627890	040459930001-79	154.640,87	4.640,87	-	150.000,00	2/7/2008	8/2/2011	Adimplente
1	627891	045055090001-47	420.000,00	20.000,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627895	158453650001-94	206.200,00	6.200,00	-	200.000,00	2/7/2008	22/2/2011	Adimplente
1	627896	044652090001-81	1.055.000,00	55.000,00	300.000,00	600.000,00	2/7/2008	29/5/2012	Adimplente
1	627897	043329950001-49	834.644,14	41.732,20	292.911,94	792.911,94	2/7/2008	31/12/2011	Adimplente
1	627898	040561980001-86	3.253.830,54	97.614,91	1.000.000,00	2.156.215,63	2/7/2008	23/1/2012	Adimplente
1	627900	847453630001-46	127.200,00	7.200,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627901	042710370001-05	1.050.107,34	50.107,34	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627902	230666320001-53	210.000,00	10.500,00	-	199.500,00	2/7/2008	2/7/2011	Adimplente
1	627906	230666320001-53	330.000,00	30.000,00	-	300.000,00	2/7/2008	25/7/2011	Concluído
1	627907	847369410001-88	104.230,00	5.211,50	-	99.018,50	2/7/2008	23/10/2011	Adimplente
1	627908	636064790001-24	337.747,00	37.747,00	-	300.000,00	4/7/2008	19/12/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	627967	046534080001-13	2.833.596,91	85.007,91	948.589,00	2.748.589,00	3/7/2008	30/3/2012	Adimplente
1	627968	040772510001-25	206.099,20	6.182,98	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627969	040512070001-46	206.000,00	6.180,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627970	040512070001-46	420.000,00	20.000,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627972	847449940001-40	213.390,00	13.390,00	-	200.000,00	3/7/2008	27/5/2011	Concluído
1	627974	046534080001-13	1.644.058,10	49.321,74	594.736,36	1.594.736,36	3/7/2008	30/9/2011	Adimplente
1	627975	043915120001-87	144.200,00	4.326,00	-	139.874,00	3/7/2008	8/2/2011	Concluído
1	627978	637619440001-00	310.393,84	15.519,69	-	294.874,15	3/7/2008	7/2/2011	Concluído
1	627980	012660580001-44	109.922,19	9.922,19	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	627981	016140810001-82	386.600,00	11.600,00	-	375.000,00	3/7/2008	1/2/2011	Adimplente
1	627984	046285330001-73	1.055.000,00	55.000,00	-	400.000,00	3/7/2008	31/12/2011	Adimplente
1	628037	843066200001-43	154.500,00	4.635,00	-	149.865,00	3/7/2008	27/4/2011	Adimplente
1	628038	843064550001-20	206.829,62	6.829,62	-	200.000,00	3/7/2008	27/6/2011	Adimplente
1	628039	045133620001-37	735.000,00	35.000,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628040	349252060001-44	154.639,50	7.731,98	-	146.907,52	2/7/2008	10/2/2011	Concluído
1	628042	046952840001-39	158.154,20	8.154,20	-	150.000,00	3/7/2008	5/9/2011	Adimplente
1	628044	040927060001-81	113.757,65	13.757,65	-	100.000,00	3/7/2008	5/9/2011	Adimplente
1	628063	059957660001-77	525.000,00	26.250,00	-	498.750,00	4/7/2008	28/4/2011	Concluído
1	628065	059957660001-77	315.000,00	15.750,00	-	299.250,00	4/7/2008	26/4/2011	Concluído
1	628066	003945850001-71	2.993.360,00	299.336,00	694.024,00	2.694.024,00	3/7/2008	29/11/2011	Adimplente
1	628067	003945850001-71	2.460.741,03	410.741,03	850.000,00	2.050.000,00	3/7/2008	24/7/2011	Adimplente
1	628068	003945770001-25	167.000,00	17.000,00	-	-	4/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628069	040926720001-25	110.000,00	10.000,00	-	-	4/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628070	637620330001-99	104.561,20	4.561,20	-	-	4/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628071	040927060001-81	608.326,87	208.326,87	-	400.000,00	4/7/2008	23/8/2011	Adimplente
1	628072	040927060001-81	421.052,63	21.052,63	-	400.000,00	4/7/2008	23/8/2011	Adimplente
1	628073	040927060001-81	425.000,00	25.000,00	-	400.000,00	4/7/2008	19/4/2011	Concluído
1	628119	016130310001-80	2.460.599,47	73.817,98	950.000,00	950.000,00	4/7/2008	24/9/2012	Adimplente
1	628121	045089330001-45	206.000,00	6.180,00	-	199.820,00	3/7/2008	10/3/2011	Adimplente
1	628122	048764470001-80	527.498,71	27.498,71	-	500.000,00	3/7/2008	16/2/2011	Inadimplente
1	628126	040596710001-89	206.041,02	6.181,23	-	199.859,79	3/7/2008	10/2/2011	Adimplente
1	628127	230666400001-08	1.050.000,00	52.500,00	300.000,00	600.000,00	3/7/2008	20/6/2012	Adimplente
1	628128	046952840001-39	302.207,89	15.110,39	-	287.097,50	3/7/2008	24/3/2011	Adimplente
1	628130	046952840001-39	100.749,51	5.037,47	-	95.712,04	3/7/2008	24/4/2011	Concluído
1	628136	847229170001-90	262.500,00	13.125,00	-	249.375,00	3/7/2008	26/4/2011	Adimplente
1	628138	041048160001-16	219.999,95	19.999,95	-	200.000,00	3/7/2008	27/9/2011	Adimplente
1	628139	041000200001-95	103.000,00	3.090,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628140	637869900001-55	305.672,30	15.283,61	-	290.388,69	3/7/2008	7/2/2011	Adimplente
1	628141	041048160001-16	1.211.740,00	211.740,00	400.000,00	1.000.000,00	3/7/2008	20/12/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	628142	003945770001-25	3.300.000,00	330.000,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628143	003945770001-25	380.000,00	80.000,00	-	-	3/7/2008	30/6/2011	Rescindido
1	628144	042792380001-59	206.000,00	10.300,00	-	195.700,00	3/7/2008	22/6/2011	Concluído
1	637481	059430300001-55	545.796,44	27.289,82	218.506,62	518.506,62	19/12/2008	30/9/2011	Adimplente
1	637482	003945850001-71	571.000,00	71.000,00	-	500.000,00	22/12/2008	9/3/2011	Concluído
1	637483	040927060001-81	147.368,42	7.368,42	-	140.000,00	19/12/2008	16/9/2011	Adimplente
1	637484	040185600001-24	466.000,00	16.000,00	-	450.000,00	19/12/2008	26/2/2011	Adimplente
1	637492	051311800001-64	528.238,14	38.238,14	-	245.000,00	19/12/2008	23/10/2011	Adimplente
1	637494	050548610001-76	222.223,00	22.223,00	-	200.000,00	19/12/2008	1/7/2011	Concluído
1	637495	050548610001-76	277.778,00	27.778,00	-	250.000,00	19/12/2008	27/5/2011	Concluído
1	637503	040926720001-25	165.000,00	15.000,00	-	150.000,00	18/12/2008	18/8/2011	Concluído
1	637520	843065210001-61	206.000,00	6.180,00	-	199.820,00	19/12/2008	19/2/2011	Adimplente
1	637522	040512070001-46	154.500,00	4.635,00	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637523	228551830001-60	130.000,00	10.000,00	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637525	041048160001-16	232.002,25	32.002,25	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637529	046280460001-00	515.450,00	25.772,50	-	489.677,50	19/12/2008	22/3/2011	Adimplente
1	637530	058308720001-09	212.180,00	12.180,00	-	200.000,00	19/12/2008	5/3/2011	Adimplente
1	637532	041942390001-09	257.725,00	7.731,75	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637533	046283760001-04	257.725,00	12.886,25	-	244.838,75	19/12/2008	23/1/2011	Adimplente
1	637534	045301010001-25	515.450,00	25.772,50	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637537	050548610001-76	555.556,00	55.556,00	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637538	050548610001-76	444.445,00	44.445,00	-	400.000,00	19/12/2008	1/7/2011	Concluído
1	637540	050548610001-76	333.334,00	33.334,00	-	-	19/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637541	050548610001-76	222.223,00	22.223,00	-	200.000,00	19/12/2008	27/5/2011	Concluído
1	637714	012660580001-44	105.000,00	5.000,00	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637716	230608660001-93	110.000,00	10.000,00	-	100.000,00	18/12/2008	19/9/2011	Adimplente
1	637717	349251980001-36	2.000.000,00	100.000,00	-	1.900.000,00	18/12/2008	18/3/2011	Concluído
1	637718	349252300001-83	211.925,00	11.925,00	-	200.000,00	18/12/2008	19/8/2011	Inadimplente
1	637719	041048160001-16	258.300,00	12.915,00	-	245.385,00	18/12/2008	5/2/2011	Adimplente
1	637720	228551590001-20	105.000,00	5.000,00	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637721	058936310001-09	110.000,00	10.000,00	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637722	058936310001-09	168.000,00	8.000,00	-	160.000,00	18/12/2008	5/2/2011	Concluído
1	637723	041048160001-16	110.000,00	10.000,00	-	100.000,00	18/12/2008	23/3/2011	Concluído
1	637725	041048160001-16	330.000,00	30.000,00	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637726	637620740001-85	104.561,20	5.228,06	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637727	058936310001-09	253.299,36	13.299,36	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637729	059031250001-45	315.000,00	15.000,00	-	300.000,00	18/12/2008	30/7/2011	Adimplente
1	637777	040562140001-30	294.126,75	8.823,80	-	285.302,95	18/12/2008	13/8/2011	Adimplente
1	637778	040562140001-30	4.738.022,11	142.140,66	-	4.595.881,45	18/12/2008	27/3/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	637779	040562060001-94	1.675.257,73	50.257,73	500.000,00	1.625.000,00	18/12/2008	31/12/2011	Adimplente
1	637780	843066200001-43	154.500,00	4.635,00	-	149.865,00	18/12/2008	17/7/2011	Adimplente
1	637781	636064790001-24	553.214,00	53.214,00	-	500.000,00	18/12/2008	21/8/2011	Adimplente
1	637782	843066040001-50	154.500,00	4.635,00	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637785	040926720001-25	253.000,00	23.000,00	-	230.000,00	18/12/2008	16/1/2011	Concluído
1	637786	847229170001-90	100.000,00	46.000,00	-	-	18/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	637788	046534080001-13	3.000.000,00	90.000,00	910.000,00	2.910.000,00	18/12/2008	30/9/2011	Adimplente
1	637790	041000200001-95	123.600,00	23.600,00	-	100.000,00	18/12/2008	19/8/2011	Adimplente
1	637794	059031250001-45	110.000,00	10.000,00	-	100.000,00	18/12/2008	29/7/2011	Concluído
1	637796	040926720001-25	1.870.000,00	170.000,00	500.000,00	1.700.000,00	18/12/2008	31/12/2011	Adimplente
1	637797	040926720001-25	110.000,00	10.000,00	-	100.000,00	19/12/2008	27/2/2011	Adimplente
1	637798	040926800001-71	672.750,44	72.750,44	-	600.000,00	18/12/2008	21/2/2011	Adimplente
1	637818	230666320001-53	1.051.367,44	52.568,37	-	998.799,07	23/12/2008	25/7/2011	Adimplente
1	637819	040125480001-02	210.000,00	10.000,00	-	200.000,00	23/12/2008	21/1/2011	Concluído
1	637820	230666320001-53	525.000,00	26.250,00	298.000,00	498.750,00	23/12/2008	30/9/2011	Adimplente
1	637821	040927140001-28	348.212,04	48.212,04	-	300.000,00	23/12/2008	30/5/2011	Concluído
1	637822	041048160001-16	814.029,07	214.029,07	300.000,00	600.000,00	23/12/2008	6/10/2011	Adimplente
1	637823	040926720001-25	880.000,00	80.000,00	-	800.000,00	23/12/2008	11/2/2011	Adimplente
1	637836	043297360001-69	1.400.000,00	150.000,00	-	-	23/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	638173	349251980001-36	412.371,13	20.618,56	-	391.752,57	22/12/2008	27/8/2011	Adimplente
1	638174	050548610001-76	555.556,00	55.556,00	-	-	23/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	638176	050548610001-76	333.334,00	33.334,00	-	300.000,00	23/12/2008	27/5/2011	Concluído
1	638177	050548610001-76	333.334,00	33.334,00	-	300.000,00	23/12/2008	27/5/2011	Concluído
1	638180	006991970001-07	206.000,00	10.300,00	-	195.700,00	22/12/2008	30/4/2011	Adimplente
1	638181	003945850001-71	5.500.034,00	500.034,00	1.666.666,68	5.000.000,00	23/12/2008	30/9/2011	Adimplente
1	638182	044956440001-59	1.050.000,00	50.000,00	500.000,00	1.000.000,00	23/12/2008	30/9/2011	Inadimplente
1	638183	637619020001-60	206.185,57	6.185,57	-	200.000,00	23/12/2008	12/1/2011	Concluído
1	638184	059430300001-55	4.309.311,11	215.465,56	1.370.000,00	2.740.000,00	23/12/2008	7/3/2012	Adimplente
1	638185	059430300001-55	856.267,47	42.813,37	-	-	23/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	638187	042828690001-27	210.526,32	10.526,32	-	200.000,00	23/12/2008	14/8/2011	Inadimplente
1	638970	003945850001-71	5.630.000,00	630.000,00	2.000.000,00	5.000.000,00	24/12/2008	31/12/2011	Adimplente
1	639063	228551830001-60	537.731,73	37.731,73	250.000,00	500.000,00	29/12/2008	30/9/2011	Inadimplente
1	639064	049149250001-07	672.000,00	32.000,00	-	640.000,00	29/12/2008	7/2/2011	Concluído
1	639065	158841090001-06	493.082,50	60.516,50	-	432.566,00	29/12/2008	24/3/2011	Concluído
1	639067	228551830001-60	650.000,00	19.500,00	-	630.500,00	29/12/2008	11/6/2011	Adimplente
1	639068	349252140001-90	500.000,00	50.000,00	-	-	29/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	639070	042439780001-35	294.000,00	14.000,00	-	280.000,00	30/12/2008	14/8/2011	Concluído
1	639071	041048160001-16	157.068,32	17.068,32	-	-	29/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	639072	044956440001-59	472.500,00	23.625,00	-	-	29/12/2008	30/6/2011	Rescindido

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	639074	046285330001-73	472.500,00	23.625,00	-	448.875,00	29/12/2008	13/10/2011	Adimplente
1	639075	041000200001-95	103.100,00	3.100,00	-	100.000,00	29/12/2008	8/5/2011	Concluído
1	639077	230608660001-93	266.192,32	66.192,32	-	200.000,00	29/12/2008	15/4/2011	Adimplente
1	639262	847369410001-88	315.789,47	15.789,47	-	300.000,00	26/12/2008	14/8/2011	Adimplente
1	639264	230669050001-60	639.808,83	359.808,83	-	280.000,00	26/12/2008	21/9/2011	Adimplente
1	639265	040562060001-94	1.237.113,40	37.113,40	600.000,00	1.200.000,00	26/12/2008	30/9/2011	Inadimplente
1	639311	042633310001-75	515.450,00	25.772,50	-	-	26/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	639312	040926800001-71	340.000,00	40.000,00	-	-	26/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	639313	040927060001-81	445.612,01	95.612,01	-	350.000,00	26/12/2008	19/4/2011	Adimplente
1	639320	003945770001-25	222.225,00	22.225,00	-	-	26/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	639321	040562140001-30	206.000,00	6.180,00	-	199.820,00	26/12/2008	25/2/2011	Adimplente
1	639322	044263830001-15	13.182.682,80	915.088,80	-	4.089.198,00	29/12/2008	2/3/2012	Adimplente
1	639323	045308950001-27	472.500,00	22.500,00	-	450.000,00	26/12/2008	20/8/2011	Adimplente
1	639326	042835780001-53	157.500,00	7.500,00	-	-	26/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	639981	003945770001-25	500.000,00	50.000,00	-	-	31/12/2008	31/12/2011	Rescindido
1	639984	043297360001-69	1.365.000,00	65.000,00	-	-	31/12/2008	30/6/2011	Rescindido
1	708955	230666400001-08	1.052.631,50	52.631,50	1.000.000,00	1.000.000,00	29/12/2009	19/8/2012	Adimplente
1	709639	847449940001-40	102.100,00	2.100,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	709690	843067370001-27	612.689,68	12.689,68	600.000,00	600.000,00	28/12/2009	5/11/2011	Adimplente
1	709696	040767330001-60	169.000,00	19.000,00	150.000,00	150.000,00	28/12/2009	12/2/2012	Adimplente
1	709700	843066200001-43	124.950,00	24.950,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	13/1/2012	Adimplente
1	709703	843065210001-61	102.767,25	2.767,25	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	8/12/2011	Adimplente
1	709712	059957660001-77	306.122,45	6.122,45	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	709714	349252300001-83	256.250,00	6.250,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	5/12/2011	Adimplente
1	709718	059957660001-77	260.416,67	10.416,67	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	709720	349252060001-44	255.102,04	5.102,04	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	1/6/2012	Adimplente
1	709723	349252060001-44	255.102,04	5.102,04	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	25/6/2012	Adimplente
1	709727	230666400001-08	777.777,78	77.777,78	700.000,00	700.000,00	28/12/2009	23/6/2012	Adimplente
1	709729	059957660001-77	156.250,00	6.250,00	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	709820	230666400001-08	210.526,31	10.526,31	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	25/6/2012	Adimplente
1	709822	040125480001-02	208.346,59	8.346,59	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	709836	349252300001-83	512.000,00	12.000,00	500.000,00	500.000,00	29/12/2009	5/12/2011	Adimplente
1	709939	349251980001-36	1.442.000,00	42.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	29/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	710184	349252060001-44	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	710202	349252300001-83	409.600,00	9.600,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	5/12/2011	Adimplente
1	710272	046286080001-16	630.000,00	30.000,00	100.000,00	600.000,00	28/12/2009	20/11/2011	Adimplente
1	710291	044775680001-59	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	25/12/2011	Adimplente
1	710400	043329950001-49	1.060.000,00	60.000,00	500.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	23/6/2012	Adimplente
1	710432	046283350001-00	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	27/11/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	710436	058308720001-09	1.050.000,00	50.000,00	500.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	30/9/2011	Adimplente
1	710441	044775680001-59	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	7/6/2012	Adimplente
1	710458	045885960001-43	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	710461	058308720001-09	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	13/9/2012	Adimplente
1	710462	044775680001-59	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	25/12/2011	Adimplente
1	710481	040561980001-86	2.216.485,82	66.532,58	537.459,81	2.149.953,24	28/12/2009	30/3/2012	Adimplente
1	710486	040561980001-86	1.521.649,49	45.649,49	1.000.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	710497	040561980001-86	1.270.019,77	38.341,05	307.978,72	1.231.678,72	28/12/2009	30/3/2012	Adimplente
1	710504	158347320001-54	535.000,00	35.000,00	500.000,00	500.000,00	29/12/2009	20/6/2011	Adimplente
1	710509	158453400001-90	309.300,00	9.300,00	-	-	29/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	710579	044775680001-59	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	29/12/2009	23/12/2011	Adimplente
1	710582	040927140001-28	835.832,42	35.832,42	400.000,00	800.000,00	28/12/2009	23/12/2011	Adimplente
1	710597	637620410001-35	153.061,22	3.061,22	-	-	29/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	710601	046952840001-39	204.688,83	4.688,83	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	21/10/2011	Adimplente
1	710608	042792380001-59	835.000,00	35.000,00	300.000,00	800.000,00	29/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	710627	637619360001-55	206.185,56	6.185,56	200.000,00	200.000,00	29/12/2009	25/8/2012	Adimplente
1	710634	637869900001-55	207.655,50	7.655,50	200.000,00	200.000,00	29/12/2009	2/5/2012	Adimplente
1	710643	637619020001-60	2.443.302,90	73.302,90	790.000,00	2.370.000,00	29/12/2009	18/9/2011	Adimplente
1	710672	637620250001-42	103.092,80	3.092,80	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	26/12/2011	Adimplente
1	710678	847453630001-46	102.100,00	2.100,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	1/6/2012	Adimplente
1	710684	637619440001-00	131.936,63	31.936,63	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	710691	012544220001-56	143.400,00	13.400,00	130.000,00	130.000,00	28/12/2009	20/6/2011	Concluído
1	710696	158841090001-06	161.450,77	11.450,77	150.000,00	150.000,00	28/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	710703	637870710001-04	550.000,00	50.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	24/6/2011	Concluído
1	710712	637619360001-55	309.278,39	9.278,39	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	710729	637619930001-34	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	25/12/2011	Adimplente
1	710732	012544220001-56	171.185,57	5.185,57	166.000,00	166.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	710737	637619360001-55	309.278,35	9.278,35	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	710739	228551420001-73	206.185,57	6.185,57	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	25/5/2012	Adimplente
1	710742	043805070001-79	315.750,00	15.750,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	710744	637619020001-60	1.736.000,00	136.000,00	1.000.000,00	1.600.000,00	28/12/2009	16/12/2011	Adimplente
1	710751	228551420001-73	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	710753	228551590001-20	435.788,66	35.788,66	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	19/11/2012	Adimplente
1	710760	637619850001-98	437.828,67	37.828,67	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	25/12/2011	Adimplente
1	710769	349251980001-36	408.164,00	8.164,00	-	-	29/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	710779	228551420001-73	206.185,57	6.185,57	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	26/6/2011	Adimplente
1	710783	847453890001-94	260.000,00	10.000,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	20/6/2011	Concluído
1	710788	040927060001-81	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	710801	637620090001-50	206.287,63	6.287,63	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	710810	637619020001-60	459.183,67	9.183,67	450.000,00	450.000,00	29/12/2009	16/12/2011	Adimplente
1	710859	847449940001-40	250.000,00	16.000,00	234.000,00	234.000,00	28/12/2009	26/8/2011	Adimplente
1	710871	158841090001-06	481.702,86	31.702,86	450.000,00	450.000,00	29/12/2009	1/7/2012	Adimplente
1	710880	847369410001-88	206.185,57	6.185,57	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	710892	015878870001-29	206.800,00	6.800,00	200.000,00	200.000,00	30/12/2009	19/6/2011	Inadimplente
1	710902	637620250001-42	309.466,66	9.466,66	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	27/11/2011	Adimplente
1	710904	637620090001-50	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	29/11/2012	Adimplente
1	710913	637619770001-41	129.183,03	4.183,03	125.000,00	125.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	710914	847369410001-88	288.700,00	8.700,00	280.000,00	280.000,00	31/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	710916	847453890001-94	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	21/3/2012	Adimplente
1	710921	041048160001-16	364.583,33	14.583,33	350.000,00	350.000,00	29/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	710922	043805070001-79	345.750,00	45.750,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	710925	228551420001-73	257.500,00	7.500,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	20/6/2011	Adimplente
1	710927	847369410001-88	144.329,90	4.329,90	140.000,00	140.000,00	28/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	710930	049149250001-07	142.857,14	2.857,14	140.000,00	140.000,00	31/12/2009	16/12/2011	Adimplente
1	711004	637619360001-55	144.329,90	4.329,90	140.000,00	140.000,00	29/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	711008	637870710001-04	160.000,00	10.000,00	150.000,00	150.000,00	28/12/2009	24/6/2011	Concluído
1	711014	046952840001-39	257.207,64	7.207,64	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711019	847230300001-16	103.092,78	3.092,78	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	711023	847369410001-88	103.092,78	3.092,78	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	711025	637870710001-04	416.439,89	16.439,89	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711026	042792380001-59	521.000,00	21.000,00	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	711030	637870710001-04	160.000,00	37.000,00	123.000,00	123.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	711032	012660580001-44	105.000,00	5.000,00	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	711035	041048160001-16	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	5/12/2011	Adimplente
1	711038	046322120001-42	103.092,78	3.092,78	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	711044	637620740001-85	257.731,96	7.731,96	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	18/12/2011	Adimplente
1	711047	847369410001-88	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	711050	012660580001-44	128.865,97	3.865,97	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	711054	847449940001-40	116.000,00	16.000,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	20/6/2011	Adimplente
1	711059	637619360001-55	144.329,90	4.329,90	140.000,00	140.000,00	29/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	711064	041048160001-16	220.833,33	8.833,33	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	711066	043948050001-18	117.688,34	17.688,34	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	25/5/2012	Adimplente
1	711070	228551420001-73	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	711077	637619020001-60	127.000,00	4.000,00	123.000,00	123.000,00	30/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711078	012544220001-56	154.696,95	4.696,95	150.000,00	150.000,00	28/12/2009	14/6/2012	Adimplente
1	711084	847229170001-90	142.857,14	2.857,14	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	711087	041048160001-16	104.166,67	4.166,67	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	5/12/2011	Adimplente
1	711088	040927140001-28	1.052.101,16	52.101,16	500.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	30/9/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	711091	847276010001-90	144.330,00	4.330,00	140.000,00	140.000,00	28/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	711093	847369410001-88	288.659,79	8.659,79	280.000,00	280.000,00	31/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	711097	042792380001-59	104.166,67	4.166,67	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	711106	847449940001-40	310.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	20/6/2011	Adimplente
1	711110	637870970001-44	122.313,39	22.313,39	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	25/6/2012	Adimplente
1	711115	847229330001-82	587.100,00	17.100,00	570.000,00	570.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Inadimplente
1	711123	046952840001-39	214.494,05	14.494,05	200.000,00	200.000,00	29/12/2009	26/11/2011	Adimplente
1	711126	637620580001-92	104.798,75	2.798,75	102.000,00	102.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711129	637870970001-44	258.908,00	8.908,00	250.000,00	250.000,00	29/12/2009	28/6/2012	Adimplente
1	711132	228551420001-73	257.735,00	7.735,00	250.000,00	250.000,00	29/12/2009	31/12/2011	Adimplente
1	711139	012544220001-56	206.186,00	6.186,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	14/6/2012	Adimplente
1	711149	847449940001-40	594.154,35	94.154,35	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	11/3/2012	Adimplente
1	711158	040926720001-25	526.315,79	26.315,79	500.000,00	500.000,00	29/12/2009	26/8/2011	Adimplente
1	711168	040926720001-25	880.000,00	80.000,00	300.000,00	800.000,00	29/12/2009	25/5/2012	Adimplente
1	711169	637620250001-42	206.000,00	6.000,00	200.000,00	200.000,00	29/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	711172	637870970001-44	150.000,00	4.500,00	145.500,00	145.500,00	28/12/2009	11/11/2011	Adimplente
1	711174	046322120001-42	459.186,67	9.186,67	450.000,00	450.000,00	31/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	711180	847229330001-82	566.500,00	16.500,00	550.000,00	550.000,00	28/12/2009	24/6/2011	Adimplente
1	711182	041048160001-16	126.315,80	6.315,80	120.000,00	120.000,00	28/12/2009	27/5/2012	Adimplente
1	711242	006991970001-07	103.500,00	3.500,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	26/11/2011	Adimplente
1	711257	637619770001-41	207.153,28	7.153,28	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	17/12/2011	Adimplente
1	711262	158841090001-06	388.846,37	11.846,37	377.000,00	377.000,00	28/12/2009	19/12/2011	Adimplente
1	711265	637869900001-55	255.102,04	5.102,04	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	18/8/2012	Adimplente
1	711269	637620580001-92	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711271	040927060001-81	374.817,79	74.817,79	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	711273	046322120001-42	159.830,33	9.830,33	150.000,00	150.000,00	31/12/2009	9/7/2012	Adimplente
1	711276	006991970001-07	258.000,00	8.000,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711281	046322120001-42	255.800,00	5.800,00	250.000,00	250.000,00	31/12/2009	7/11/2011	Adimplente
1	711287	042792380001-59	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	711291	847449940001-40	216.480,00	6.480,00	210.000,00	210.000,00	28/12/2009	20/6/2011	Concluído
1	711295	847276010001-90	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	17/12/2011	Adimplente
1	711306	040927140001-28	840.000,00	40.000,00	400.000,00	800.000,00	28/12/2009	30/9/2011	Adimplente
1	711308	847453890001-94	256.163,76	6.163,76	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	711322	637620580001-92	210.172,20	10.172,20	200.000,00	200.000,00	29/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	712590	637619850001-98	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	17/12/2011	Adimplente
1	712594	637620330001-99	105.300,00	5.300,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	712599	637620580001-92	258.271,32	8.271,32	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	4/6/2012	Adimplente
1	712673	044776420001-37	315.000,00	15.000,00	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	712766	042828690001-27	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	31/12/2009	22/12/2011	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	712828	046286810001-98	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	21/4/2012	Adimplente
1	712912	040927060001-81	643.874,30	143.874,30	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	18/3/2012	Adimplente
1	712950	042828690001-27	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	31/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	712982	046286810001-98	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	22/3/2012	Adimplente
1	713003	044776420001-37	315.000,00	15.000,00	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	713961	349251980001-36	255.103,00	5.103,00	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	713962	158347320001-54	142.860,00	2.860,00	140.000,00	140.000,00	29/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	713963	228551670001-77	153.061,22	3.061,22	150.000,00	150.000,00	28/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	713967	158841090001-06	260.774,85	10.774,85	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	713968	228551670001-77	149.583,73	9.583,73	140.000,00	140.000,00	28/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	714089	003945770001-25	277.780,00	27.780,00	-	-	30/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	714544	040562220001-87	1.020.410,00	20.410,00	500.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	25/5/2012	Adimplente
1	714577	046283760001-04	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	9/7/2012	Adimplente
1	714579	046280460001-00	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	29/12/2009	25/12/2011	Adimplente
1	714587	003945770001-25	166.667,00	16.667,00	-	-	30/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	714596	003945770001-25	2.777.778,00	277.778,00	1.000.000,00	1.000.000,00	30/12/2009	21/10/2012	Adimplente
1	714736	003945770001-25	122.000,00	22.000,00	-	-	30/12/2009	30/6/2011	Rescindido
1	714739	003945770001-25	222.500,00	22.500,00	-	-	30/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	714768	003945770001-25	333.334,00	33.334,00	-	-	30/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	716044	045885960001-43	1.575.000,00	75.000,00	750.000,00	1.500.000,00	28/12/2009	23/12/2011	Adimplente
1	716065	045331130001-03	525.000,00	25.000,00	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	716066	040118050001-91	840.000,00	40.000,00	-	-	29/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	716068	048387930001-73	216.000,00	21.000,00	195.000,00	195.000,00	31/12/2009	7/10/2012	Adimplente
1	716072	059904370001-33	330.000,00	30.000,00	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	11/11/2011	Adimplente
1	716088	059904370001-33	275.000,00	25.000,00	250.000,00	250.000,00	29/12/2009	11/11/2011	Adimplente
1	716454	016126750001-54	1.030.000,00	30.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	15/12/2012	Adimplente
1	716455	059904370001-33	330.000,00	30.000,00	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	716456	059904370001-33	495.000,00	45.000,00	450.000,00	450.000,00	28/12/2009	11/11/2011	Adimplente
1	716534	230666400001-08	1.578.947,30	78.947,30	750.000,00	1.500.000,00	28/12/2009	23/6/2012	Adimplente
1	717290	042633310001-75	1.050.000,00	50.000,00	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	717291	046283760001-04	157.500,00	7.500,00	150.000,00	150.000,00	29/12/2009	9/7/2012	Adimplente
1	717293	637620740001-85	408.200,00	8.200,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Adimplente
1	717294	059904370001-33	1.870.000,00	170.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	28/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	717295	059904370001-33	1.650.000,00	150.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	21/6/2012	Adimplente
1	717296	230666400001-08	315.789,47	15.789,47	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	25/6/2012	Adimplente
1	717298	637620250001-42	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	717584	006991970001-07	259.355,92	9.355,92	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	14/11/2011	Adimplente
1	717844	230666400001-08	2.526.315,70	126.315,70	800.000,00	800.000,00	29/12/2009	23/6/2012	Adimplente
1	717869	349251980001-36	306.123,00	6.123,00	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	717870	349251980001-36	1.020.500,00	20.500,00	1.000.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	717875	059957660001-77	312.500,00	12.500,00	-	-	28/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	717908	048384960001-28	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	29/12/2009	4/11/2011	Adimplente
1	718931	230666400001-08	1.052.631,50	52.631,50	1.000.000,00	1.000.000,00	29/12/2009	25/6/2012	Adimplente
1	718938	228551420001-73	102.041,00	2.041,00	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	26/6/2011	Adimplente
1	718942	637620330001-99	258.945,00	8.945,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	4/6/2012	Adimplente
1	718943	637619360001-55	257.732,00	7.732,00	250.000,00	250.000,00	29/12/2009	22/12/2011	Adimplente
1	718945	847453630001-46	255.103,00	5.103,00	-	-	29/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	718946	637620250001-42	133.900,00	3.900,00	130.000,00	130.000,00	28/12/2009	12/12/2011	Adimplente
1	718948	042792380001-59	394.000,00	17.000,00	377.000,00	377.000,00	30/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	718949	230666400001-08	157.894,74	7.894,74	150.000,00	150.000,00	28/12/2009	23/6/2012	Adimplente
1	719988	041048160001-16	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	28/12/2009	28/5/2012	Adimplente
1	720293	059031250001-45	1.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	28/12/2009	16/12/2011	Adimplente
1	720297	046415510001-95	630.000,00	30.000,00	600.000,00	600.000,00	29/12/2009	14/6/2012	Adimplente
1	720300	012544220001-56	317.540,00	9.540,00	308.000,00	308.000,00	28/12/2009	20/6/2011	Adimplente
1	720302	012544220001-56	149.583,73	9.583,73	140.000,00	140.000,00	28/12/2009	24/9/2012	Adimplente
1	720309	059031250001-45	824.742,27	24.742,27	800.000,00	800.000,00	28/12/2009	24/12/2011	Adimplente
1	720337	016126750001-54	2.949.975,00	88.499,25	-	-	30/12/2009	31/7/2012	Adimplente
1	720340	041048160001-16	390.211,94	90.211,94	300.000,00	300.000,00	28/12/2009	23/2/2012	Adimplente
1	720397	016126750001-54	721.651,00	21.651,00	350.000,00	350.000,00	30/12/2009	16/12/2012	Adimplente
1	720541	016126750001-54	330.612,24	6.612,24	324.000,00	324.000,00	30/12/2009	24/12/2012	Adimplente
1	720543	046534080001-13	510.204,08	10.204,08	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	27/6/2011	Inadimplente
1	720581	040926720001-25	626.451,93	326.451,93	300.000,00	300.000,00	29/12/2009	25/9/2011	Adimplente
1	722113	046534080001-13	1.340.762,71	40.222,82	1.300.539,83	1.300.539,83	28/12/2009	25/9/2011	Adimplente
1	722369	059031250001-45	160.974,00	20.974,00	140.000,00	140.000,00	28/12/2009	17/12/2011	Adimplente
1	722614	043805070001-79	263.125,00	13.125,00	250.000,00	250.000,00	28/12/2009	8/7/2012	Adimplente
1	722880	041048160001-16	550.000,00	50.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/2009	21/3/2012	Adimplente
1	722883	349252300001-83	310.000,00	10.000,00	300.000,00	300.000,00	30/12/2009	5/12/2011	Adimplente
1	723262	059031250001-45	514.936,23	114.936,23	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	15/10/2012	Adimplente
1	723263	059031250001-45	612.725,00	212.725,00	400.000,00	400.000,00	28/12/2009	15/10/2012	Adimplente
1	725079	059031250001-45	103.000,00	3.000,00	-	-	28/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	725660	044776420001-37	170.000,00	20.000,00	-	-	29/12/2009	31/12/2011	Rescindido
1	728455	637620330001-99	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	19/10/2012	Adimplente
1	728457	230666400001-08	210.526,31	10.526,31	200.000,00	200.000,00	30/12/2009	25/6/2012	Adimplente
1	728464	042792380001-59	130.208,33	5.208,33	125.000,00	125.000,00	30/12/2009	31/12/2011	Adimplente
1	733997	040345830001-22	2.083.500,00	83.500,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734162	058308720001-09	210.000,00	10.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734253	043329950001-49	315.000,00	15.000,00	-	-	23/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734255	043329950001-49	420.000,00	20.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	734263	040345830001-22	416.666,67	16.666,67	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734270	040345830001-22	104.166,68	4.166,68	100.000,00	100.000,00	28/6/2010	7/9/2012	Adimplente
1	734302	040345830001-22	154.666,67	6.666,67	148.000,00	148.000,00	28/6/2010	31/12/2011	Adimplente
1	734345	847449940001-40	420.000,00	20.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734350	012660580001-44	306.122,50	6.122,50	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734352	637619850001-98	338.250,00	8.250,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734356	637869900001-55	510.500,00	10.500,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734372	046322120001-42	350.000,00	10.000,00	340.000,00	340.000,00	14/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734420	044776340001-90	1.030.000,00	30.000,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734421	046286810001-98	1.050.000,00	50.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734423	046415510001-95	525.000,00	25.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734424	046296970001-15	307.000,00	7.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734426	043329950001-49	840.000,00	40.000,00	-	-	23/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734428	044776340001-90	420.000,00	20.000,00	400.000,00	400.000,00	11/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734429	045089330001-45	1.020.500,00	20.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734444	230669050001-60	817.000,00	17.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734451	230669050001-60	307.000,00	7.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734452	230669050001-60	816.500,00	16.500,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734459	040927140001-28	1.250.000,00	50.000,00	800.000,00	800.000,00	21/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734465	040927140001-28	1.042.000,00	42.000,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734475	043805070001-79	511.000,00	11.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734489	042830400001-49	210.000,00	10.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734490	046280200001-62	155.000,00	5.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734491	044776340001-90	525.000,00	25.000,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734497	046415510001-95	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	21/12/2012	Adimplente
1	734513	040596710001-89	408.500,00	8.500,00	400.000,00	400.000,00	10/6/2010	15/12/2012	Adimplente
1	734517	040596710001-89	204.500,00	4.500,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734519	040596710001-89	408.500,00	8.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734531	045089330001-45	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	11/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	734534	040596710001-89	408.500,00	8.500,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734535	040185600001-24	714.315,00	14.315,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734539	015878870001-29	257.500,00	7.500,00	250.000,00	250.000,00	10/6/2010	14/9/2012	Adimplente
1	734541	847453890001-94	256.000,00	6.000,00	250.000,00	250.000,00	21/6/2010	3/12/2012	Adimplente
1	734542	637620410001-35	255.103,00	5.103,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734543	158453650001-94	255.103,00	5.103,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734558	040927140001-28	835.000,00	35.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734570	040926800001-71	881.130,95	81.130,95	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734576	158347320001-54	348.000,00	48.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734580	046952840001-39	511.017,63	11.017,63	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	1/12/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	734583	046322120001-42	102.050,00	2.050,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734585	043915120001-87	171.000,00	21.000,00	-	-	10/6/2010	5/6/2011	Rescindido
1	734586	049149250001-07	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	21/6/2010	14/9/2012	Adimplente
1	734598	158453400001-90	204.100,00	4.100,00	200.000,00	200.000,00	11/6/2010	13/9/2012	Adimplente
1	734617	637619850001-98	107.800,00	7.800,00	100.000,00	100.000,00	11/6/2010	7/9/2012	Adimplente
1	734691	847369410001-88	285.715,00	5.715,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734692	637619850001-98	255.308,15	5.308,15	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734694	847369410001-88	408.200,00	8.200,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734695	012660580001-44	122.500,00	2.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734696	006991970001-07	144.200,00	4.200,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734698	158453650001-94	183.700,00	3.700,00	180.000,00	180.000,00	11/6/2010	15/12/2012	Adimplente
1	734699	046322120001-42	204.100,00	4.100,00	200.000,00	200.000,00	10/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734700	040927060001-81	320.000,00	20.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734701	046322120001-42	204.100,00	4.100,00	200.000,00	200.000,00	11/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734702	847230300001-16	123.000,00	3.000,00	120.000,00	120.000,00	10/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734704	230669050001-60	512.000,00	12.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734720	158453650001-94	106.041,00	6.041,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734724	637619930001-34	153.100,00	3.100,00	150.000,00	150.000,00	10/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734728	043915120001-87	255.500,00	5.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734732	228551830001-60	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	14/6/2010	16/9/2012	Adimplente
1	734738	158453650001-94	255.150,00	5.150,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734745	046322120001-42	255.103,00	5.103,00	250.000,00	250.000,00	14/6/2010	21/12/2012	Adimplente
1	734750	046322120001-42	201.721,58	51.721,58	150.000,00	150.000,00	14/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734759	847449940001-40	365.000,00	15.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734761	040927140001-28	1.563.000,00	63.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734763	046286810001-98	420.000,00	20.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734764	058308720001-09	462.000,00	22.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734815	040596710001-89	153.215,00	3.215,00	150.000,00	150.000,00	11/6/2010	15/12/2012	Adimplente
1	734820	040596710001-89	510.508,00	10.508,00	500.000,00	500.000,00	21/6/2010	15/12/2012	Adimplente
1	734822	040125480001-02	255.102,04	5.102,04	250.000,00	250.000,00	14/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734831	847369410001-88	148.000,00	3.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734833	349252060001-44	612.244,90	12.244,90	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734836	040927060001-81	210.000,00	10.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734960	046296970001-15	1.050.000,00	50.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734961	228129600001-99	315.000,00	15.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734962	228129600001-99	525.000,00	25.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734963	228129600001-99	210.000,00	10.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734964	043329950001-49	525.000,00	25.000,00	-	-	23/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734966	040125480001-02	408.163,27	8.163,27	400.000,00	400.000,00	15/6/2010	10/12/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	734967	040596710001-89	204.727,60	4.727,60	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734968	045089330001-45	306.348,16	6.348,16	300.000,00	300.000,00	11/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	734969	045089330001-45	153.200,00	3.200,00	150.000,00	150.000,00	11/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	734970	040596710001-89	103.233,00	3.233,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734971	048387930001-73	370.175,97	70.175,97	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734972	051310810001-82	312.000,00	12.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734973	051310810001-82	212.000,00	12.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734974	230669050001-60	359.000,00	9.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734975	230666320001-53	207.145,77	7.145,77	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734976	230666320001-53	306.500,00	6.500,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734977	230669050001-60	286.000,00	6.000,00	-	-	10/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734978	230666320001-53	281.000,00	6.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734979	040561980001-86	615.626,28	15.626,28	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734980	158347320001-54	153.200,00	3.200,00	150.000,00	150.000,00	10/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734981	043915120001-87	1.022.000,00	22.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734982	637620410001-35	132.700,00	2.700,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734983	049149250001-07	285.715,00	5.715,00	280.000,00	280.000,00	15/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734984	847369410001-88	265.310,00	5.310,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734985	637620410001-35	102.500,00	2.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734986	040926800001-71	175.000,00	25.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734987	040927060001-81	140.000,00	10.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734988	847369410001-88	694.000,00	14.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734989	637619850001-98	732.877,98	32.877,98	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734990	006991970001-07	550.000,00	50.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734991	040927140001-28	104.176,00	4.176,00	100.000,00	100.000,00	14/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734992	046952840001-39	153.339,04	3.339,04	150.000,00	150.000,00	10/6/2010	21/12/2012	Adimplente
1	734993	040927060001-81	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	14/6/2010	13/9/2012	Adimplente
1	734994	847449940001-40	108.000,00	8.000,00	100.000,00	100.000,00	11/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	734995	049149250001-07	408.200,00	8.200,00	400.000,00	400.000,00	1/7/2010	29/11/2012	Adimplente
1	734996	637619850001-98	615.745,10	15.745,10	600.000,00	600.000,00	21/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	734997	847453890001-94	410.000,00	10.000,00	400.000,00	400.000,00	14/6/2010	3/12/2012	Adimplente
1	734998	637620410001-35	255.150,00	5.150,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	734999	228551590001-20	250.000,00	20.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735000	043915120001-87	103.000,00	3.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735001	046322120001-42	183.674,00	3.674,00	180.000,00	180.000,00	11/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	735002	637869900001-55	110.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	11/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	735003	637619850001-98	416.537,05	16.537,05	400.000,00	400.000,00	11/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	735004	040927060001-81	210.000,00	10.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735005	158453400001-90	510.205,00	10.205,00	500.000,00	500.000,00	11/6/2010	29/11/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	735335	637619930001-34	132.660,00	2.660,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735337	847230300001-16	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	11/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	735339	040926720001-25	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	10/6/2010	14/9/2012	Adimplente
1	735341	042792380001-59	178.000,00	8.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735342	040927060001-81	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	14/6/2010	13/9/2012	Adimplente
1	735345	349252300001-83	126.000,00	26.000,00	100.000,00	100.000,00	28/6/2010	21/12/2012	Adimplente
1	735348	040767330001-60	306.500,00	6.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735367	046322120001-42	163.500,00	3.500,00	160.000,00	160.000,00	11/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	735369	228129600001-99	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	28/6/2010	23/9/2012	Adimplente
1	735374	228129600001-99	525.000,00	25.000,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735378	228129600001-99	420.000,00	20.000,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735381	040767330001-60	123.000,00	3.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735387	040767330001-60	260.000,00	10.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735391	040767330001-60	306.500,00	6.500,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735415	015878870001-29	160.000,00	30.000,00	-	-	11/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735788	044776420001-37	105.000,00	5.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735789	847276010001-90	735.000,00	15.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735790	847276010001-90	660.000,00	60.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735791	847276010001-90	255.105,00	5.105,00	250.000,00	250.000,00	23/6/2010	21/12/2012	Adimplente
1	735792	044776420001-37	210.000,00	10.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735796	044776420001-37	310.000,00	10.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735803	044775680001-59	840.000,00	40.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735816	045056400001-04	525.000,00	25.000,00	500.000,00	500.000,00	22/6/2010	2/11/2012	Adimplente
1	735830	044775680001-59	1.030.000,00	30.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	735833	042419800001-75	420.000,00	20.000,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736034	046280460001-00	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	15/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	736038	044652090001-81	330.000,00	30.000,00	-	-	14/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736155	016126750001-54	727.807,34	15.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736171	046534080001-13	1.479.591,84	29.591,84	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736172	046534080001-13	306.122,45	6.122,45	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736176	016126750001-54	2.057.922,14	57.922,14	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736284	003945770001-25	223.000,00	23.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736285	003945770001-25	223.000,00	23.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736287	003945770001-25	223.000,00	23.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736419	003945770001-25	277.800,00	27.800,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736438	003945770001-25	167.000,00	17.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736439	003945770001-25	556.000,00	56.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736442	059957660001-77	1.046.500,00	46.500,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736445	059957660001-77	625.000,00	25.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	736447	059957660001-77	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	1/7/2010	8/12/2012	Adimplente
1	736448	059957660001-77	833.350,00	33.350,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736449	059957660001-77	885.450,00	35.450,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736450	059957660001-77	312.500,00	12.500,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736451	059957660001-77	520.840,00	20.840,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736452	059957660001-77	834.000,00	34.000,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736500	007205530001-19	250.000,00	5.000,00	245.000,00	245.000,00	29/6/2010	21/12/2012	Adimplente
1	736501	007205530001-19	250.000,00	5.000,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736502	007205530001-19	500.000,00	10.000,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736503	007205530001-19	220.000,00	4.400,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736504	059957660001-77	468.750,00	18.750,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736514	059957660001-77	468.750,00	18.750,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736516	059957660001-77	416.700,00	16.700,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736517	007205530001-19	510.000,00	10.200,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736526	040125480001-02	1.124.858,96	22.497,18	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736535	040459930001-79	357.200,00	7.200,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736536	843067370001-27	306.200,00	6.200,00	-	-	15/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736541	843067370001-27	1.010.401,56	20.401,56	-	-	23/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736556	040345830001-22	885.842,38	35.842,38	350.000,00	350.000,00	24/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	736721	843065210001-61	210.180,00	10.180,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736722	843065210001-61	204.081,63	4.081,63	200.000,00	200.000,00	29/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	736724	843065210001-61	102.040,82	2.040,82	100.000,00	100.000,00	29/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	736725	843065210001-61	204.090,00	4.090,00	200.000,00	200.000,00	29/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	736978	046952840001-39	278.694,99	28.694,99	-	-	15/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	736980	637620580001-92	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	15/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737042	044776420001-37	315.000,00	15.000,00	-	-	15/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737102	843064630001-76	408.200,00	8.200,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737106	843064550001-20	205.000,00	5.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737107	040125480001-02	816.326,53	16.326,53	300.000,00	300.000,00	15/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	737177	158347320001-54	110.680,00	10.680,00	100.000,00	100.000,00	15/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737178	041000200001-95	255.150,00	5.150,00	250.000,00	250.000,00	15/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737179	041000200001-95	255.150,00	5.150,00	250.000,00	250.000,00	15/6/2010	9/12/2012	Adimplente
1	737181	041000200001-95	132.660,00	2.660,00	130.000,00	130.000,00	15/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737182	040926720001-25	364.584,00	14.584,00	350.000,00	350.000,00	15/6/2010	7/9/2012	Adimplente
1	737184	040926720001-25	520.834,00	20.834,00	-	-	15/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737185	040926720001-25	312.500,00	12.500,00	300.000,00	300.000,00	21/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	737186	637619930001-34	193.880,00	3.880,00	-	-	23/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737203	637619930001-34	102.050,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	21/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737215	158347320001-54	105.000,00	5.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	737227	637620330001-99	309.280,00	9.280,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737231	637619360001-55	364.585,00	14.585,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737235	637870970001-44	100.000,00	2.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737289	042792380001-59	210.000,00	10.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737290	042792380001-59	315.000,00	15.000,00	300.000,00	300.000,00	21/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737295	042792380001-59	730.000,00	30.000,00	400.000,00	400.000,00	21/6/2010	13/12/2012	Adimplente
1	737297	042792380001-59	150.000,00	10.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737299	042792380001-59	466.484,96	66.484,96	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737305	040125480001-02	204.081,63	4.081,63	200.000,00	200.000,00	21/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737306	040125480001-02	210.000,00	10.000,00	200.000,00	200.000,00	21/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737308	040125480001-02	966.977,78	19.339,56	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737309	637620330001-99	133.000,00	3.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737311	637620330001-99	734.700,00	14.700,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737312	847230300001-16	205.000,00	5.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737323	637620330001-99	412.000,00	12.000,00	400.000,00	400.000,00	21/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	737324	158841090001-06	515.380,00	15.380,00	500.000,00	500.000,00	21/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	737325	158841090001-06	260.007,51	10.007,51	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737326	228551830001-60	650.000,00	13.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737327	042792380001-59	210.000,00	10.000,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737332	637620580001-92	420.504,52	20.504,52	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737333	637870970001-44	307.500,00	7.500,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737345	637620250001-42	204.793,00	4.793,00	200.000,00	200.000,00	21/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737351	040125480001-02	357.142,86	7.142,86	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737353	040125480001-02	204.081,63	4.081,63	200.000,00	200.000,00	28/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737357	040125480001-02	2.247.508,00	47.508,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737359	040125480001-02	1.857.486,00	77.486,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737367	040125480001-02	114.815,00	14.815,00	100.000,00	100.000,00	21/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	737369	040125480001-02	1.041.700,00	41.700,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737370	040125480001-02	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	28/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	737371	040125480001-02	285.714,29	5.714,29	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737375	040125480001-02	479.635,00	9.635,00	470.000,00	470.000,00	28/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	737376	040125480001-02	204.081,63	4.081,63	200.000,00	200.000,00	28/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	737377	040125480001-02	306.122,45	6.122,45	300.000,00	300.000,00	21/6/2010	10/12/2012	Adimplente
1	737379	843064630001-76	765.400,00	15.400,00	-	-	29/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737397	228551670001-77	153.500,00	3.500,00	-	-	21/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737432	843064550001-20	204.100,00	4.100,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737433	843064550001-20	510.210,00	10.210,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737435	843064550001-20	154.000,00	4.000,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737438	040185600001-24	204.090,00	4.090,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	737441	040185600001-24	206.915,00	6.915,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	737445	040185600001-24	204.200,00	4.200,00	200.000,00	200.000,00	2/7/2010	14/12/2012	Adimplente
1	737447	040185600001-24	408.359,00	8.359,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738443	043805070001-79	263.125,00	13.125,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738444	012544220001-56	183.673,50	3.673,50	-	-	23/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738532	012544220001-56	255.500,00	5.500,00	250.000,00	250.000,00	22/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	738533	012544220001-56	132.653,10	2.653,10	130.000,00	130.000,00	22/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	738535	012544220001-56	153.062,00	3.062,00	150.000,00	150.000,00	22/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	738536	058936310001-09	157.500,00	7.500,00	-	-	24/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738540	637620250001-42	142.900,00	2.900,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738542	637620250001-42	132.800,00	2.800,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738543	058936310001-09	204.082,00	4.082,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	738544	058936310001-09	510.500,00	10.500,00	-	-	22/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	739166	843064630001-76	287.100,00	7.100,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	739168	843064630001-76	153.200,00	3.200,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	739169	843064630001-76	306.180,00	6.180,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	739170	843064630001-76	1.258.000,00	26.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	739172	843064630001-76	154.460,00	4.460,00	150.000,00	150.000,00	1/7/2010	16/12/2012	Adimplente
1	739173	843064630001-76	510.205,00	10.205,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740292	046280200001-62	950.000,00	25.000,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740294	228551670001-77	820.000,00	20.000,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740296	012544220001-56	561.224,50	11.224,50	550.000,00	550.000,00	28/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	740297	012544220001-56	265.000,00	15.000,00	250.000,00	250.000,00	28/6/2010	1/12/2012	Adimplente
1	740298	637620740001-85	153.500,00	3.500,00	-	-	24/6/2010	19/6/2011	Rescindido
1	740299	012544220001-56	153.062,00	3.062,00	150.000,00	150.000,00	24/6/2010	30/11/2012	Adimplente
1	740302	040345830001-22	260.416,63	10.416,63	250.000,00	250.000,00	24/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	740310	843065880001-04	510.300,00	10.300,00	500.000,00	500.000,00	24/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	740328	040345830001-22	1.041.666,67	41.666,67	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740335	040345830001-22	416.666,67	16.666,67	400.000,00	400.000,00	28/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	740339	040345830001-22	104.166,67	4.166,67	100.000,00	100.000,00	28/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	740369	058308720001-09	2.100.000,00	100.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	28/6/2010	1/10/2012	Adimplente
1	740370	843065880001-04	410.000,00	10.000,00	400.000,00	400.000,00	28/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	740387	012544220001-56	510.204,10	10.204,10	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740399	059904370001-33	306.120,00	6.122,40	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740400	012544220001-56	357.142,86	7.142,86	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740401	012544220001-56	459.183,67	9.183,67	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740406	012544220001-56	388.000,00	8.000,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740411	012544220001-56	173.470,00	3.470,00	170.000,00	170.000,00	28/6/2010	29/11/2012	Adimplente
1	740422	012544220001-56	392.857,15	7.857,15	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	740426	058936310001-09	153.062,00	3.062,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740427	058936310001-09	163.266,00	3.266,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740430	043805070001-79	263.125,00	13.125,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740435	637620740001-85	512.500,00	12.500,00	-	-	28/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	740437	847230300001-16	153.750,00	3.750,00	150.000,00	150.000,00	28/6/2010	14/9/2012	Adimplente
1	740440	847230300001-16	102.500,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	28/6/2010	9/9/2012	Adimplente
1	742201	636064790001-24	159.431,92	59.431,92	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	742846	007205530001-19	800.000,00	16.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	742854	007205530001-19	750.000,00	15.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	742873	007205530001-19	2.000.000,00	40.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	742890	003945770001-25	223.000,00	23.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	742904	847229330001-82	550.000,00	50.000,00	-	-	30/6/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743136	847230300001-16	357.350,00	7.350,00	350.000,00	350.000,00	1/7/2010	29/11/2012	Adimplente
1	743145	058936310001-09	612.245,00	12.245,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743151	007205530001-19	1.000.000,00	20.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743164	006991970001-07	550.000,00	50.000,00	500.000,00	500.000,00	1/7/2010	9/9/2012	Adimplente
1	743173	637620250001-42	510.250,00	10.250,00	500.000,00	500.000,00	1/7/2010	7/12/2012	Adimplente
1	743175	007205530001-19	800.000,00	16.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743278	636064790001-24	888.890,00	88.890,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743381	045885960001-43	2.050.000,00	50.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743764	059957660001-77	3.125.000,00	125.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743766	055339350001-57	1.112.000,00	112.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743838	055339350001-57	556.000,00	56.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743854	059957660001-77	3.125.000,00	125.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743871	059957660001-77	3.125.000,00	125.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743885	059957660001-77	1.562.500,00	62.500,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743888	055339350001-57	556.000,00	56.000,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743898	059957660001-77	729.200,00	29.200,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	743949	003945770001-25	112.000,00	12.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	744034	055339350001-57	1.112.058,24	112.058,24	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	744066	637870710001-04	102.041,00	2.041,00	100.000,00	100.000,00	1/7/2010	9/9/2012	Adimplente
1	744075	046534080001-13	2.037.903,51	40.758,07	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	744083	847229170001-90	330.400,00	30.400,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	744101	847229170001-90	409.992,00	9.992,00	-	-	1/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	744439	228551420001-73	103.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	2/7/2010	9/9/2012	Adimplente
1	744505	636064790001-24	556.000,00	56.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	745701	007205530001-19	510.000,00	10.200,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	745702	003945770001-25	555.560,00	55.560,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	745705	003945770001-25	2.056.000,00	206.000,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	745707	059957660001-77	2.083.500,00	83.500,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	745724	003945770001-25	555.600,00	55.600,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	745971	003945770001-25	555.556,00	55.556,00	-	-	2/7/2010	31/7/2012	Adimplente
1	756032	228129600001-99	2.520.000,00	120.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756043	040125480001-02	357.145,00	7.145,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756048	040345830001-22	210.000,00	40.000,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	756050	045089330001-45	408.163,27	8.163,27	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756052	040125480001-02	510.205,00	10.205,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756054	040125480001-02	2.040.896,00	40.896,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756055	040125480001-02	3.061.261,00	61.261,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756056	040596710001-89	1.020.409,00	20.409,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756057	843066610001-30	255.102,50	5.102,50	-	-	29/12/2011	23/12/2012	Adimplente
1	756065	637620330001-99	210.000,00	10.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756067	847449940001-40	237.000,00	37.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756068	046952840001-39	256.040,93	6.040,93	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756069	042792380001-59	210.000,00	10.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756078	040125480001-02	377.552,00	7.552,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	756079	040125480001-02	234.694,00	4.694,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	756081	040125480001-02	102.041,00	2.041,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756082	040125480001-02	357.143,00	7.143,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	756083	040125480001-02	357.143,00	7.143,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	756084	040125480001-02	561.225,00	11.225,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756086	040125480001-02	204.082,00	4.082,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	756092	044652090001-81	2.100.000,00	100.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756094	847276010001-90	204.100,00	4.100,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	756107	843064630001-76	918.370,00	18.370,00	-	-	22/12/2011	16/12/2012	Adimplente
1	756108	040125480001-02	3.061.225,00	61.225,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756120	044775680001-59	2.050.000,00	50.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756148	046280460001-00	525.000,00	25.000,00	-	-	9/11/2011	3/11/2012	Adimplente
1	756149	046286080001-16	525.000,00	25.000,00	-	-	9/11/2011	3/11/2012	Adimplente
1	756153	046286080001-16	525.000,00	25.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756155	042439780001-35	1.050.000,00	50.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756156	044652090001-81	2.100.000,00	100.000,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	756168	637620330001-99	510.500,00	10.500,00	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	756169	041048160001-16	1.563.000,00	63.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756173	349252060001-44	1.025.000,00	25.000,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	756174	007205530001-19	102.040,82	2.040,82	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756175	007205530001-19	765.306,12	15.306,12	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	756176	040125480001-02	102.041,00	2.041,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756186	843065880001-04	510.282,00	10.282,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	756196	040185600001-24	205.000,00	5.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756202	045089330001-45	204.082,00	4.082,00	-	-	30/11/2011	24/11/2012	Adimplente
1	756204	045089330001-45	306.123,00	6.123,00	-	-	30/11/2011	24/11/2012	Adimplente
1	756205	843064630001-76	102.050,00	2.050,00	-	-	22/12/2011	16/12/2012	Adimplente
1	756208	040772510001-25	408.165,00	8.165,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756211	045056400001-04	1.050.000,00	50.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756212	044775680001-59	1.230.000,00	30.000,00	-	-	9/11/2011	3/11/2012	Adimplente
1	756213	040125480001-02	255.105,00	5.105,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756214	843067370001-27	714.286,00	14.286,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756218	843065880001-04	102.050,00	2.050,00	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	756219	843065210001-61	102.040,82	2.040,82	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	756243	637620330001-99	360.824,74	10.824,74	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	756479	349252060001-44	255.500,00	5.500,00	-	-	30/11/2011	24/10/2012	Adimplente
1	756482	043948050001-18	307.360,00	7.360,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	756509	637619020001-60	102.050,00	2.050,00	-	-	9/11/2011	3/11/2012	Adimplente
1	756510	637619020001-60	122.450,00	2.450,00	-	-	9/11/2011	3/11/2012	Adimplente
1	756511	637619020001-60	204.100,00	4.100,00	-	-	9/11/2011	3/11/2012	Adimplente
1	756513	637619020001-60	408.164,00	8.164,00	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	756514	637619020001-60	428.572,00	8.572,00	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	756515	637619020001-60	459.184,00	9.184,00	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	756517	158347320001-54	510.204,08	10.204,08	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	756518	040562300001-23	3.199.169,18	95.975,07	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	756543	044263830001-15	2.085.000,00	85.000,00	-	-	23/11/2011	17/11/2012	Adimplente
1	756592	158347320001-54	212.695,88	12.695,88	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756593	637620250001-42	204.500,00	4.500,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756594	041048160001-16	417.000,00	17.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756595	637620580001-92	270.000,00	20.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756596	228551420001-73	306.123,00	6.123,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	756598	059031250001-45	2.040.816,33	40.816,33	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	756653	637869900001-55	306.000,00	6.120,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	756666	041048160001-16	625.000,00	25.000,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	756667	228551420001-73	306.123,00	6.123,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756675	847453630001-46	165.000,00	15.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756677	637620580001-92	210.000,00	10.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756678	049149250001-07	153.750,00	3.750,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756679	043948050001-18	255.105,00	5.105,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756680	046322120001-42	153.062,00	3.062,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756690	637620580001-92	153.500,00	3.500,00	-	-	23/11/2011	17/11/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	756694	847369410001-88	173.500,00	3.500,00	-	-	23/12/2011	17/12/2012	Adimplente
1	756695	042792380001-59	430.000,00	30.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756697	228551420001-73	204.100,00	4.100,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	756701	637620250001-42	673.109,28	23.109,28	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	756722	637620250001-42	361.000,00	11.000,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	756723	637619360001-55	204.082,00	4.082,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	757514	637619930001-34	408.164,00	8.164,00	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	757607	636064790001-24	128.602,33	28.602,33	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	757608	637620740001-85	420.000,00	20.000,00	-	-	8/11/2011	2/11/2012	Adimplente
1	757658	637619360001-55	285.715,00	5.715,00	-	-	11/11/2011	5/11/2012	Adimplente
1	757659	059031250001-45	3.368.000,00	68.000,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	757660	016126750001-54	409.000,00	9.000,00	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	757661	016126750001-54	358.000,00	8.000,00	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	757664	847230300001-16	204.081,63	4.081,63	-	-	11/11/2011	5/11/2012	Adimplente
1	757686	349252300001-83	510.204,80	10.204,80	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	757687	007205530001-19	1.020.408,16	20.408,16	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	757688	059864270001-24	2.044.888,00	44.888,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	757690	349251980001-36	1.020.500,00	20.500,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	757700	636064790001-24	1.112.388,17	112.388,17	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	757701	636064790001-24	1.112.388,17	112.388,17	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	757703	636064790001-24	1.112.388,17	112.388,17	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	757746	040927140001-28	1.042.000,00	42.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	757747	041000200001-95	612.245,00	12.245,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	757774	158453400001-90	255.103,00	5.103,00	-	-	31/12/2011	25/12/2012	Adimplente
1	757932	040562220001-87	699.000,00	14.000,00	-	-	30/12/2011	26/12/2012	Adimplente
1	757941	046322120001-42	306.122,45	6.122,45	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	757957	040926720001-25	260.420,00	10.420,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	758045	040926720001-25	468.750,00	18.750,00	-	-	28/11/2011	22/11/2012	Adimplente
1	758046	016126750001-54	307.000,00	7.000,00	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	758047	016126750001-54	510.300,00	10.300,00	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	758048	003945770001-25	239.115,00	39.115,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	758129	016126750001-54	306.128,77	6.128,77	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	758143	040562220001-87	1.469.400,00	29.400,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	758147	040562140001-30	321.428,58	6.428,58	-	-	8/12/2011	2/12/2012	Adimplente
1	758173	040927060001-81	110.000,00	10.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	758174	040927060001-81	500.000,00	150.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	758178	059864270001-24	449.355,96	49.355,96	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	758179	059864270001-24	715.000,00	15.000,00	-	-	18/11/2011	12/11/2012	Adimplente
1	758758	003945770001-25	667.000,00	67.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE

Nome: **Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD**

CNPJ: **14.665.070/0001-73**

UG/GESTÃO: **110594 / 00001**

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	758760	003945770001-25	1.000.000,00	100.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	759063	349252300001-83	1.020.410,00	20.410,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	759150	042792380001-59	158.000,00	8.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	759238	042792380001-59	157.000,00	7.000,00	-	-	16/12/2011	10/12/2012	Adimplente
1	759239	040926720001-25	260.417,00	10.417,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	759240	637619930001-34	306.123,00	6.123,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	759242	847276010001-90	102.040,82	2.040,82	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	759245	040562140001-30	2.895.153,06	57.903,06	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	759421	636064790001-24	3.022.490,27	322.490,27	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	759424	636064790001-24	3.086.513,07	386.513,07	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	759427	349251980001-36	949.200,00	19.200,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	759433	637619930001-34	102.040,82	2.040,82	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	759434	016126750001-54	1.938.193,02	58.145,80	-	-	21/12/2011	16/12/2012	Adimplente
1	759436	016126750001-54	1.910.969,62	57.329,09	-	-	28/11/2011	22/11/2012	Adimplente
1	759965	003945770001-25	389.000,00	39.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	759968	349251980001-36	714.300,00	14.300,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	759972	007205530001-19	1.530.612,24	30.612,24	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760016	003945770001-25	450.000,00	250.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760017	003945770001-25	500.000,00	250.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760100	003945770001-25	320.000,00	70.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760105	003945770001-25	112.000,00	12.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760118	003945770001-25	320.299,08	120.299,08	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760123	003945770001-25	250.000,00	50.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760126	003945770001-25	223.000,00	23.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760130	003945770001-25	167.000,00	17.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760137	003945770001-25	112.000,00	12.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760141	003945770001-25	2.612.000,00	262.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760191	847276010001-90	255.103,00	5.103,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	760193	040926720001-25	2.083.334,00	83.334,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	760197	637619360001-55	255.103,00	5.103,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	760212	158347320001-54	265.000,00	15.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	760213	040927140001-28	364.600,00	14.600,00	-	-	27/12/2011	17/12/2012	Adimplente
1	760224	230669050001-60	1.022.000,00	22.000,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	760229	040927060001-81	310.000,00	10.000,00	-	-	13/12/2011	7/12/2012	Adimplente
1	760245	040927060001-81	350.000,00	50.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760246	040927060001-81	110.000,00	10.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760247	040927060001-81	105.000,00	5.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760248	637620580001-92	307.000,00	7.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2011	Rescindido
1	760250	043915120001-87	306.500,00	6.500,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE									
Nome: Ministério da Defesa - Departamento de Administração Interna/MD					UG/GESTÃO: 110594 / 00001				
CNPJ: 14.665.070/0001-73									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		No Exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Situação
			Global	Contrapartida			Início	Fim	
1	760251	228551590001-20	167.831,78	67.831,78	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760252	637619690001-03	450.000,00	100.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	760253	158841090001-06	227.860,00	27.860,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760346	230668140001-24	408.163,27	8.163,27	-	-	23/12/2011	17/12/2012	Adimplente
1	760358	003945770001-25	1.112.000,00	112.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	760359	003945770001-25	500.000,00	50.000,00	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	760437	003945770001-25	130.000,00	30.000,00	-	-	15/12/2011	9/12/2012	Adimplente
1	761878	042835780001-53	1.040.000,00	40.000,00	-	-	23/12/2011	17/12/2012	Adimplente
1	762374	042740640001-31	1.050.000,00	50.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	763390	059957660001-77	937.514,25	37.514,25	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	763404	044263830001-15	1.570.000,00	70.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	763413	046534080001-13	3.061.224,49	61.224,49	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	763433	059031250001-45	102.050,00	2.050,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	763436	059031250001-45	173.500,00	3.500,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	763441	637620740001-85	256.000,00	6.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	763446	006991970001-07	153.100,00	3.100,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	763950	046415510001-95	315.000,00	15.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	764294	042830400001-49	2.100.000,00	100.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	764305	046534080001-13	1.530.612,24	30.612,24	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	764327	046534080001-13	1.530.612,24	30.612,24	-	-	20/12/2011	14/12/2012	Adimplente
1	764598	045885960001-43	525.000,00	25.000,00	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	764612	637870710001-04	322.951,34	22.951,34	-	-	21/12/2011	15/12/2012	Adimplente
1	765425	046534080001-13	816.326,53	16.326,53	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	766107	637620330001-99	208.000,00	8.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	766108	049149250001-07	206.000,00	6.000,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	766270	158453400001-90	408.164,00	8.164,00	-	-	26/12/2011	20/12/2012	Adimplente
1	766796	046415510001-95	315.000,00	15.000,00	-	-	27/12/2011	21/12/2012	Adimplente
1	767083	040562140001-30	1.530.612,24	30.612,24	-	-	28/12/2011	22/12/2012	Adimplente
1	767889	058308720001-09	420.000,00	20.000,00	-	-	29/12/2011	23/12/2012	Adimplente
1	768477	158453650001-94	285.000,00	35.000,00	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	768621	637870970001-44	200.373,12	4.007,46	-	-	30/12/2011	24/12/2012	Adimplente
1	768645	847229330001-82	558.000,00	58.000,00	-	-	31/12/2011	25/12/2012	Adimplente
1	000001	00889834000108	5.400.000,00	4.050.000,00	-	-	21/11/2009	25/11/2012	Adimplente

Fonte: SIAFI Gerencial e SICONV

LEGENDA:
Modalidade:
1 – Convênio
2 – Contrato de Repasse
3 – Termo de Cooperação
4 – Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 – Adimplente
2 – Inadimplente
3 – Inadimplência Suspensa
4 – Concluído
5 – Excluído
6 – Rescindido
7 - Arquivado

ANEXO II – Estrutura de controles internos da UJ

A.9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	x				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: Foi analisado pela Coordenação Orçamentária e Financeira – COFIN.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Anexo III – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				x	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				x	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			x		
Considerações Gerais: Foi analisado pela Coordenação de Licitações e Contratos – COLIC, visando a lei vigente para licitações.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO IV – Discriminação dos bens imóveis

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO MD

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel (1)			Despesa com Manutenção	
				Vlr Histórico	Data da Avaliação	Vlr Reavaliado	no exercício	
							Imóvel	Instalações
110404	9701190205000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190215005	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190225000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701189735009	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701189745004	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	5.571,60
110404	9701189755000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701189765005	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701189775000	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701189785006	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	5.740,21
110404	9701190235006	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190245001	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190255007	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190265002	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190255008	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190285003	15	2	845.860,22	28/12/2008	845.860,22	0,00	0,00
110404	9701190295007	15	2	846.197,88	28/12/2008	846.197,88	0,00	0,00
110404	9701176835000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176775007	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176785002	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176805003	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176725000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176735005	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176745000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176575008	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176635000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701189325005	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701189335000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	272,19
110404	9701176655001	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701189315000	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	6.698,67
110404	9701176665007	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	23.158,12
110404	9701176685008	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176695003	15	2	546.840,18	28/12/2008	546.840,18	0,00	0,00
110404	9701176715004	15	2	547.557,53	28/12/2008	547.557,53	0,00	0,00
110404	9701175415007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175425002	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175435008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	510,43
110404	9701175445003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175505006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	16.346,27

110404	9701175415001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175525007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	522,30
110404	9701175555003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	5.357,52
110404	9701175565009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175565009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175575004	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	540,18
110404	9701175585000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175595005	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	4.769,95
110404	9701175615006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	2.430,92
110404	9701175625001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175255000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	2.315,73
110404	9701189345006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701189355001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175165000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175175006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701175195007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	272,19
110404	9701175205002	15	2	556.617,27	28/12/2008	556.617,27	0,00	0,00
110404	9701174995000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	5.168,48
110404	9701175005003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	10.101,75
110404	9701174755009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174765004	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174775000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	476,36
110404	9701174785005	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	237,46
110404	9701174795000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174805006	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174815001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	153,31
110404	9701174825007	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	272,19
110404	9701174835002	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174845008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	7.127,39
110404	9701174855003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	272,19
110404	9701174595001	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174615002	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174625008	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	449,43
110404	9701174635003	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174645009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	15.395,61
110404	9701174865009	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174665000	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174675005	15	2	555.844,53	28/12/2008	555.844,53	0,00	0,00
110404	9701174685000	15	2	555.844,53	28/12/2008	556.617,27	0,00	0,00
110404	9701174695006	15	2	556.617,27	28/12/2008	555.844,53	0,00	12.165,45
110404	9701176055004	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176065000	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176075005	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176085000	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176095006	15	3	447.986,37	28/12/2008	464.128,93	0,00	0,00
110404	9701176105001	15	3	464.128,93	28/12/2008	464.128,93	0,00	0,00

110404	9701176125002	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176135008	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176145003	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176155009	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176165004	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176175000	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701175635007	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701175645002	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701175655008	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701175665003	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701175675009	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	1.328,16
110404	9701175685004	15	3	448.111,20	28/12/2008	448.111,20	0,00	0,00
110404	9701176405005	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176445007	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176435001	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176365003	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	4.528,68
110404	9701176355008	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176345002	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701176335007	15	3	447.986,37	28/12/2008	447.986,37	0,00	0,00
110404	9701174265001	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174275007	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174285002	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174295008	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
110404	9701174305003	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	8.971,66
110404	9701174315009	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
110404	9701174325004	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174335000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174345005	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174355000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174385007	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174425009	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174435004	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174445000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174405008	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
110404	9701189425000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701189435005	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174455005	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174465000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174095009	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
110404	9701174115000	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
110404	9701174125005	15	4	274.154,38	28/12/2008	274.154,38	0,00	0,00
110404	9701174135000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	13.020,06
110404	9701174145006	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174155001	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174165007	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174175002	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00

110404	9701174195003	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
110404	9701174215004	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174225000	15	4	259.621,97	28/12/2008	259.621,97	0,00	0,00
110404	9701174255006	15	4	299.325,06	28/12/2008	299.325,06	0,00	0,00
110404	9701167485000	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	0,00
110404	9701167065000	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701167145004	15	4	351.587,72	28/12/2008	351.587,72	0,00	0,00
110404	9701167205007	15	4	430.614,27	28/12/2008	430.614,27	0,00	0,00
110404	9701242165003	15	4	425.622,28	28/12/2008	425.622,28	0,00	0,00
110404	9701167255004	15	4	409.376,73	28/12/2008	409.376,73	0,00	0,00
110404	9701166595006	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701166615007	15	4	409.376,73	28/12/2008	409.376,73	0,00	0,00
110404	9701165855004	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701165915007	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701166255000	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	0,00
110404	9701165235006	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701165245001	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	0,00
110404	9701165265002	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701165295009	15	4	409.376,73	28/12/2008	409.376,73	0,00	0,00
110404	9701165315000	15	4	450.597,13	28/12/2008	450.597,13	0,00	0,00
110404	9701165335000	15	4	475.518,01	28/12/2008	475.518,01	0,00	0,00
110404	9701173405004	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173415000	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173365002	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701175285006	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701175235009	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701173205005	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701173215000	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701173225006	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701173235001	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	6.682,52
110404	9701173245007	15	3	316.159,47	28/12/2008	316.159,47	0,00	0,00
110404	9701173255002	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173265008	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173275003	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173285009	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173295004	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173305000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173315005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173035002	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173325000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173045008	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173055003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	7.004,52
110404	9701173065009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173075004	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173085000	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	6.265,55
110404	9701173095005	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00

110404	9701173105000	15	3	338.845,52	28/12/2008	338.845,52	0,00	0,00
110404	9701173115006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173125001	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9101173135007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173155008	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173165003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173175009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172915009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172925004	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172935000	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172945005	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172955000	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172965006	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172975001	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172985007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172995002	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173005006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172835005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701189365007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172845000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172855006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172645001	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172695009	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172705004	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172715000	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172725005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	237,46
110404	9701172735000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701173385003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172745006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172755001	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172765007	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172775002	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172785008	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172795003	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172585009	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172595004	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172615005	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701172625000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172635006	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701188585003	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172485004	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172495000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172505005	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172515000	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172805009	15	3	316.195,21	28/12/2008	316.195,21	0,00	0,00
110404	9701172525006	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00

110404	9701172535001	15	3	338.860,38	28/12/2008	338.860,38	0,00	0,00
110404	9701164455002	15	2	172.540,13	28/12/2008	172.540,13	0,00	0,00
110404	9701164465008	15	3	144.638,63	28/12/2008	144.638,63	0,00	7.806,40
110404	9701168385009	15	3	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
110404	9701167955006	15	3	96.027,32	28/12/2008	96.027,32	0,00	0,00
110404	9701164615000	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	462,46
110404	9701164625005	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
110404	9701164635000	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
110404	9701177355001	15	2	87.071,56	28/12/2008	87.071,56	0,00	0,00
110404	9701162395002	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701162325004	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	1.513,80
110404	9701162285002	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701162255006	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701162235005	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	405,77
110404	9701162185008	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701162165007	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701162105004	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701162085003	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701159635006	15	4	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701159615005	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160095001	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160085006	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160075000	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160065005	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160055000	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160365009	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160385000	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160235008	15	3	102.402,18	28/12/2008	102.402,18	0,00	0,00
110404	9701160195006	15	3	103.330,42	28/12/2008	103.330,42	0,00	0,00
110404	9701173955004	15	3	131.502,05	28/12/2008	131.512,05	0,00	0,00
110404	9701173735004	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	167,42
110404	9701173745000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173755005	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701177785006	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173485008	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173495003	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173505009	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173515004	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173535005	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.777,89	0,00	0,00
110404	9701173555006	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
110404	9701173565001	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
110404	9701173575007	15	3	105.777,89	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
110404	9701173585002	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
110404	9701173595008	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
110404	9701173605003	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00
110404	9701173615009	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00

110404	9701173525000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	544,08	
110404	9701173625004	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00	
110404	9701173625000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00	
110404	9701173685007	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00	
110404	9701173645005	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00	
110404	9701173655000	15	3	105.527,20	28/12/2008	105.527,20	0,00	0,00	
110404	9701173665006	15	3	105.527,20	28/12/2008	83.558,92	0,00	0,00	
110404	9701173675001	15	3	105.527,20	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00	
110404	9701173795007	15	3	83.558,92	28/12/2008	83.558,92	0,00	0,00	
110404	9701173805002	15	3	82.221,23	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00	
110404	9701187785009	15	3	82.090,69	28/12/2008	82.090,69	0,00	0,00	
110404	9701173825003	15	3	84.504,81	28/12/2008	84.504,81	0,00	0,00	
110404	9701174085003	15	3	83.558,92	28/12/2008	83.558,92	0,00	0,00	
110404	9701173835009	15	3	82.221,23	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00	
110404	9701173845004	15	3	82.090,69	28/12/2008	82.090,69	0,00	0,00	
110404	9701173855000	15	3	84.504,81	28/12/2008	84.504,81	0,00	0,00	
110404	9701173865005	15	3	83.558,92	28/12/2008	83.558,92	0,00	0,00	
110404	9701173875000	15	3	82.221,23	28/12/2008	82.221,23	0,00	0,00	
110404	9701173885006	15	3	82.090,69	28/12/2008	82.090,69	0,00	0,00	
110404	9701173895001	15	3	84.504,81	28/12/2008	84.504,81	0,00	0,00	
110404	9701175105008	15	3	83.218,81	28/12/2008	83.218,81	0,00	0,00	
110404	9701175135004	15	3	77.456,95	28/12/2008	77.456,95	0,00	0,00	
110404	9701175145000	15	3	78.663,79	28/12/2008	78.663,79	0,00	0,00	
110404	9701175155005	15	3	78.323,40	28/12/2008	78.323,40	0,00	0,00	
110404	9701174875004	15	3	78.710,76	28/12/2008	78.710,76	0,00	0,00	
110404	9701174885000	15	3	83.280,16	28/12/2008	83.280,16	0,00	0,00	
110404	9701174895005	15	3	82.818,54	28/12/2008	82.818,54	0,00	0,00	
110404	9701174905000	15	3	77.456,95	28/12/2008	77.456,95	0,00	0,00	
110404	9701174915006	15	3	78.663,79	28/12/2008	78.663,79	0,00	0,00	
110404	9701174925001	15	3	78.323,40	28/12/2008	78.323,40	0,00	0,00	
110404	9701174935007	15	3	78.710,76	28/12/2008	78.710,76	0,00	0,00	
110404	9701174945002	15	3	83.280,16	28/12/2008	83.280,16	0,00	0,00	
110404	9701174955008	15	3	82.818,54	28/12/2008	82.818,54	0,00	0,00	
110404	9701174965003	15	3	77.456,95	28/12/2008	77.456,95	0,00	0,00	
110404	9701173915002	15	3	78.663,79	28/12/2008	78.663,79	0,00	0,00	
110404	9701173925008	15	3	78.323,40	28/12/2008	78.323,40	0,00	0,00	
110404	9701173935003	15	3	78.710,76	28/12/2008	78.710,76	0,00	0,00	
110404	9701173945009	15	3	83.280,16	28/12/2008	83.280,16	0,00	0,00	
				R\$ 106.281.744,65					R\$ 185.264,44

Este Órgão utiliza como parâmetro para avaliação dos imóveis a legislação do Governo do Distrito Federal, que estabelece os valores venais de terrenos e edificações no Distrito Federal, para fins de cobrança do IPTU/TLP.

Como não houve alteração na Lei Nº 4.289, de 26/12/2008, publicada DOU nº 258 de 29/12/08), este Ministério não pôde reavaliar seus imóveis.

Fonte: SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

ANEXO V – Despesa com cartão corporativo

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG:	110404	Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057-87	2.200,00		759,00	759,00
EGON DALINGHAUS	613.383.119-72	20.000,00	1.530,00		1.530,00
JOAO BATISTA MARTINS FURTADO	606.554.612-72	6.000,00		1.533,46	1.533,46
CLAUDIO AFONSO PERES	441.926.811-53	8.000,00		3847,08	3.847,08
JACI DE OLIVEIRA GOMES	584.809.511-68	8.000,00		7116,23	7.116,23
MARCUS CESAR DE OLIVEIRA JANOTI	008.449.297-00	4.000,00		2.263,80	2.263,80
ROBERTO SIMOES FERREIRA FILHO	002.733.057-51	2.744,00		2.744,00	2.744,00
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721-20	1.400,00		1.269,08	1.269,08
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057-87	4.000,00		2.025,24	2.025,24
EGON DALINGHAUS	613.383.119-72	20.000,00	1.066,73	2.853,27	3.920,00
ROGERIO PESSE	790.228.807-10	4.000,00		1.053,50	1.053,50
LUIS MARCELO PRALON FERREIRA LEITE	758.625.497-49	4.000,00		3.944,25	3.944,25
LUIS MARCELO PRALON FERREIRA LEITE	758.625.497-49	12.000,00		5.989,23	5.989,23
BRENO BRAGA JUNIOR	499.132.397-53	12.000,00		3.351,90	3.351,90
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057-87	4.333,92		2.461,56	2.461,56
LUIS MARCELO PRALON FERREIRA LEITE	758.625.497-49	4.000,00		3.998,00	3.998,00
NADIR MARIA ALVERCA	114.687.501-00	6.000,00		1693,12	1.693,12
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057-87	12.000,00		9358,86	9.358,86
EGON DALINGHAUS	613.383.119-72	20.000,00	7.520,00		7.520,00
JACI DE OLIVEIRA GOMES	584.809.511-68	8.000,00		7.378,41	7.378,41
RICARDO MARCOS	055.747.108-70	800,00		537,41	537,41
LUIS MARCELO PRALON FERREIRA LEITE	758.625.497-49	8.000,00		7.355,39	7.355,39
BRENO BRAGA JUNIOR	499.132.397-53	6.000,00		1.983,75	1.983,75
REGINALDO PINTO SAMPAIO	014.688.487-63	4.000,00		2.977,76	2.977,76
JACI DE OLIVEIRA GOMES	584.809.511-68	8.000,00		840,00	840,00
MARCUS CESAR DE OLIVEIRA JANOTI	008.449.297-00	7.000,00		2.417,92	2.417,92
ILTON JOSE VIEIRA	004.548.002-82	15.000,00		4.445,99	4.445,99
JOSE MAURICIO LOPES MARTINS DE SA	585.025.211-87	8.000,00		2321,45	2.321,45
ROBERTO SIMOES FERREIRA FILHO	002.733.057-51	3.500,00		1.984,40	1.984,40
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721-20	2.150,00		1.390,01	1.390,01
NILSON MURILO MAICA	011.103.300-49	2.500,00		786,92	786,92
JOANES GREGORATTO	925.098.868-00	12.000,00		3.550,80	3.550,80
EUDES CARVALHO DOS SANTOS	499.176.507-25	4.500,00		845,50	845,50
ROBERTO SIMOES FERREIRA FILHO	002.733.057-51	12.000,00		9.601,87	9.601,87
BRENO BRAGA JUNIOR	499.132.397-53	20.000,00		15018,03	15.018,03
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721-20	2.150,00		1.014,63	1.014,63
JACI DE OLIVEIRA GOMES	584.809.511-68	8.000,00		5.683,76	5.683,76
EGON DALINGHAUS	613.383.119-72	20.000,00	7.594,58	4210,84	11.805,42
ROBERTO SIMOES FERREIRA FILHO	002.733.057-51	4.000,00		1.963,50	1.963,50
ILTON JOSE VIEIRA	004.548.002-82	17.900,00		13.432,79	13.432,79

ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057-87	7.950,00		3.449,50	3.449,50
MARCUS CESAR DE OLIVEIRA JANOTI	008.449.297-00	4.500,00		1.737,30	1.737,30
LUCIANO BELARMINO REIS	025.413.967-16	37.400,00		17.944,16	17.944,16
LUCIANO BELARMINO REIS	025.413.967-16	37.400,00		170,54	170,54
MARCELO PERERA DA SILVA	919.165.500-53	20.000,00		617,73	617,73
LUIS MARCELO PRALON FERREIRA LEITE	758.625.497-49	7.990,00		1.419,96	1.419,96
JOANES GREGORATTO	925.098.868-00	19.000,00		16715,00	16.715,00
NATIN ALEXANDRA BRAZ	046.854.966-80	6.000,00		1.029,80	1.029,80
BRENO BRAGA JUNIOR	499.132.397-53	6.000,00		1.756,65	1.756,65
NILSON MURILO MAICA	011.103.300-49	3.000,00		1202,58	1.202,58
EUDES CARVALHO DOS SANTOS	499.176.507-25	4.500,00		1.223,30	1.223,30
OSVALDO BATISTA SA JUNIOR	431.380.632-68	6.000,00		2385,13	2.385,13
JOAO BATISTA MARTINS FURTADO	606.554.612-72	4.000,00		339,20	339,20
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721-20	2.200,00		1.689,51	1.689,51
WENES SOARES GUIMARAES	492.855.721-20	2.200,00		1.168,23	1.168,23
LUCIANO BELARMINO REIS	025.413.967-16	20.000,00	2284,93	4507,85	6.792,78
ALOISIO DIAS DA COSTA	245.539.057-87	20.400,00		12.743,52	12.743,52
Total utilizado pela UG		236.098,91			
Total utilizado pela UJ		236.098,91			

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional

DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - DEADI		110404	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>- valores registrados na conta contábil 11.318.00.00 – Estoques Internos – Almoxarifado. De acordo com a Portaria n.º 4.063/SEORI/MD, de 30/12/2011, foi instituído Grupo de Trabalho para apurar os valores e quantificar os materiais de consumo adquiridos/consumidos pela Administração e suas correspondências no sistema SIADS e SIAFI, objetivando identificar possíveis discrepâncias existentes.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	28/02/2012
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/0-9 - DF